

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	13
3.4 - Política destinação de resultados	15
3.5 - Distribuição de dividendos	17
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	18
3.7 - Nível de endividamento	19
3.8 - Obrigações	20
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	21

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	23
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	52
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	54
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	68
4.5 - Processos sigilosos relevantes	70
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	72
4.7 - Outras contingências relevantes	74
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	75

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	76
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	83
5.3 - Descrição - Controles Internos	87

Índice

5.4 - Programa de Integridade	91
5.5 - Alterações significativas	97
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	98
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	99
6.3 - Breve histórico	100
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	102
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	103
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	104
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	122
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	123
7.3 - Produção/comercialização/mercados	124
7.4 - Principais clientes	140
7.5 - Efeitos da regulação estatal	141
7.6 - Receitas relevantes no exterior	151
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	152
7.8 - Políticas socioambientais	153
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	154
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	155
8.2 - Alterações na condução de negócios	156
8.3 - Contratos relevantes	157
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	158
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	159
9.1.a - Ativos imobilizados	160
9.1.b - Ativos Intangíveis	161
9.1.c - Participação em sociedades	180
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	183
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	184

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	213
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	219
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	220
10.5 - Políticas contábeis críticas	224
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	227
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	228
10.8 - Plano de Negócios	229
10.9 - Outros fatores com influência relevante	232
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	237
11.2 - Acompanhamento das projeções	238
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	239
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	250
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	254
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	258
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	259
12.7/8 - Composição dos comitês	264
12.9 - Relações familiares	269
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	270
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	273
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	274
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	277
13.2 - Remuneração total por órgão	283
13.3 - Remuneração variável	286
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	288
13.5 - Remuneração baseada em ações	293
13.6 - Opções em aberto	298
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	302
13.8 - Precificação das ações/opções	304

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	305
13.10 - Planos de previdência	306
13.11 - Remuneração máx, mín e média	307
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	308
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	309
13.14 - Remuneração - outras funções	310
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	311
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	313
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	314
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	317
14.3 - Política remuneração dos empregados	318
14.4 - Relações emissor / sindicatos	320
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	322
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	323
15.3 - Distribuição de capital	330
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	331
15.5 - Acordo de Acionistas	332
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	337
15.7 - Principais operações societárias	338
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	349
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	351
16.2 - Transações com partes relacionadas	353
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	358
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	361
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	362
17.2 - Aumentos do capital social	363
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	364
17.4 - Redução do capital social	365

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	366
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	367
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	368
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	369
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	370
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	371
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	372
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	373
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	374
18.8 - Títulos emitidos no exterior	375
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	376
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	377
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	378
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	379
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	380
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	381
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	382
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	383
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	384
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	385
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	388
21.3 - Responsáveis pela política	391
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	392

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Antônio Toledo Vieira

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Michael Gordon Findlay

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

José Antônio Toledo Vieira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, nascido em 10/06/1964, portador da carteira de identidade RG nº 15.437.853 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 064.402.958-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, cj. 172, 17º andar, CEP 04542-000, na qualidade de Diretor Presidente da **Elfa Medicamentos S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 09.053.134/0001-45, com sede na cidade de Brasília, Gama, Distrito Federal, Intersecção da Rodovia DF 001 com a Rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte, CEP 72427-010 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



José Antônio Toledo Vieira
Diretor Presidente


1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Michael Gordon Findlay, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, nascido em 30 de junho de 1976, portador da carteira de identidade RG nº 27.032.862-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 259.745.188-70, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº 758, cj. 172, 17º andar, CEP 04542-000, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **Elfa Medicamentos S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 09.053.134/0001-45, com sede na cidade de Brasília, Gama, Distrito Federal, Intersecção da Rodovia DF 001 com a Rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte, CEP 72427-010 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Michael Gordon Findlay

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os nossos atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.366.936/0011-05
Período de prestação de serviço	03/08/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, não houve remuneração paga à Ernst & Young Auditores Independentes para o último exercício social.
Justificativa da substituição	Rotatividade por mera liberalidade da Companhia.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Henrique Piereck de Sá	01/01/2017	033.424.584-29	Rua Padre Carapuço, 858, 8º andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, e-mail: henrique.piereck@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0002-00
Período de prestação de serviço	17/12/2018
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e auditoria das demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019; (ii) emissão de relatório de asseguaração limitada relativa ao cumprimento dos covenants em 31 de dezembro de 2018; (iii) revisão das informações trimestrais (ITR) da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") para individual e consolidado e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) para o consolidado. (iv) auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e auditoria das demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") referente ao semestre e trimestre findo em 30 de junho de 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes relativa aos serviços descritos acima prestados durante o exercício de 2019 foi de: (a) R\$ 565.207,00, com relação ao item (i) acima, (b) R\$ 30.000,00, com relação ao item (ii) acima, (c) R\$ 400.000,00, com relação ao item (iii) acima, (d) R\$ 145.000,00, com relação ao item (iv) acima.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alexandre Yoiti Fujimoto	01/05/2020	247.606.248-05	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105 - 8º andar, Edifício EZ Towers, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406453, Fax (11) 39406453, e-mail: ayfujimoto@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	462.211.000,00	420.428.000,00	350.929.000,00
Ativo Total	1.273.860.000,00	1.010.656.000,00	853.373.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.831.462.000,00	1.560.427.000,00	1.075.744.000,00
Resultado Bruto	195.869.000,00	181.370.000,00	117.754.000,00
Resultado Líquido	39.560.000,00	60.518.000,00	14.157.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	242.875.200	242.875.200	242.875.200
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,903080	1,731045	1,444894
Resultado Básico por Ação	0,162882	0,249173	0,058289
Resultado Diluído por Ação	0,16	0,24	0,06

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado.

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e no período de 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2020 as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Consolidado					
	Período de 12 meses findo em	Período de 6 meses findo em		Exercício social encerrado em		
	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(A+B-C)	(A)	(C)	(B)	31/12/2018	31/12/2017
EBITDA ¹	99.619	22.195	7.045	84.469	59.077	32.014
EBITDA ajustado ²	120.769	36.003	11.816	96.582	72.416	47.229
Margem EBITDA³	4,87%	2,20%	0,89%	4,61%	3,79%	2,98%
Margem EBITDA Ajustado⁴	5,91%	3,57%	1,49%	5,27%	4,64%	4,39%

¹Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada. Conseqüentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis.

² EBITDA Ajustado: calculado através EBITDA adicionando/deduzindo (i) os honorários gastos com diligência contábil e tributária de potenciais alvos de aquisições ("M&A"); (ii) o custo do time de M&A; e (iii) os gastos com time de Integrações e (iv) os gastos com consultorias de gestão ligadas as integrações.

³ Margem EBITDA: calculada ao dividir o EBITDA pela receita operacional líquida.

⁴ Margem EBITDA Ajustado: calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, Índice de Endividamento e Índice de Endividamento Ajustado:

(Em milhares de reais, exceto índice)	Consolidado			
	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
(+) Empréstimos, Financiamentos e debêntures circulantes	251.461	208.093	152.898	61.723
(+) Empréstimos, Financiamentos e debêntures não circulantes	216.711	111.835	85.700	---
= Dívida Bruta	468.172	319.928	238.598	61.723
(-) Derivativos	34.665	---	---	---
(-) Aplicação financeira	181.700	---	---	122
(-) Caixas e equivalentes de caixa	252.697	120.560	154.039	86.623
= Dívida Líquida	(890)	199.368	84.559	(25.022)
EBITDA/EBITDA 12 meses (*)	99.619	84.469	59.077	32.014
EBITDA ajustado/EBITDA Ajustado 12 meses (*)	120.769	96.582	72.416	47.229
Índice de endividamento⁵	-0,01x	2,36x	1,43x	-0,78x
Índice de endividamento (EBITDA ajustado)⁶	-0,01x	2,06x	1,17x	-0,53x

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

⁵índice de endividamento: calculado através da razão Dívida Líquida /EBITDA acumulado dos últimos doze meses para os fechamentos de período (30/06/2020) e calculado através da razão Dívida Líquida /EBITDA acumulado do exercício para os fechamentos dos exercícios (2019, 2018 e 2017).

⁶índice de endividamento (EBITDA ajustado): calculado através da razão Dívida Líquida /EBITDA ajustado acumulado dos últimos doze meses para os fechamentos de período (30/06/2020) e calculado através da razão Dívida Líquida /EBITDA ajustado acumulado do exercício para os fechamentos dos exercícios (2019, 2018 e 2017)

(*) O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Receita operacional líquida para o período de doze meses são calculados com base na soma do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 mais o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 subtraído o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA 12 meses e EBITDA Ajustado 12 meses.

(Em milhares de reais, exceto percentuais margem)	Consolidado					
	Período de 12 meses findo em	Período de 6 meses		Exercício social encerrado em		
		findo em		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(A+B-C)	30/06/2020	30/06/2019	(B)		
Lucro líquido do exercício/ período	54.000	15.780	1.340	39.560	60.518	14.157
(+/-) IR/CSLL corrente e diferido	-18.115	-17.585	-8.162	-8.692	-24.245	5.878
(+/-) Resultado financeiro líquido	29.285	6.818	4.855	27.322	9.672	10.945
(+) Depreciação e Amortização	34.449	17.182	9.012	26.279	13.132	1.034
= EBITDA	99.619	22.195	7.045	84.469	59.077	32.014
(+) Despesas extraordinárias	21.150	13.808	4.771	12.113	13.339	15.215
= EBITDA Ajustado	120.769	36.003	11.816	96.582	72.416	47.229
Receita Operacional Líquida	2.044.960	1.009.172	795.674	1.831.462	1.560.427	1.075.744
Margem EBITDA	4,87%	2,20%	0,89%	4,61%	3,79%	2,98%
Margem EBITDA Ajustado	5,91%	3,57%	1,49%	5,27%	4,64%	4,39%

(*) O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Receita operacional líquida para o período de doze meses são calculados com base na soma do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 mais o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 subtraído o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Dívida Bruta, Dívida Líquida, Índice de Endividamento e Índice de Endividamento Ajustado:

Consolidado				
(Em milhares de reais, exceto índice)	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
= Dívida Líquida	(890)	199.368	84.559	(25.022)
= EBITDA/EBITDA 12 meses (*)	99.619	84.469	59.077	32.014
(=) Índice de endividamento	-0,01x	2,36x	1,43x	-0,78x
= EBITDA Ajustado/EBITDA Ajustado 12 meses (*)	120.769	96.582	72.416	47.229
(=) Índice de endividamento ajustado	-0,01x	2,06x	1,17x	-0,53x

(*) O EBITDA de 12 meses e o EBITDA Ajustado de 12 meses refere-se ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses. Dessa forma, EBITDA e o EBITDA Ajustado para o período de doze meses findo em 30 de junho de 2020 são calculados com base na soma do período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 mais o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 subtraído o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019. Para os outros períodos apresentados, o EBITDA e o EBITDA Ajustado são equivalentes ao EBITDA e ao EBITDA Ajustado do período.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA 12 meses e EBITDA Ajustado 12 meses.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012. Apesar de o EBITDA e o EBITDA Ajustado não serem medidas contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB") e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os diretores da Companhia os utilizam para medir o desempenho operacional da Companhia.

A Companhia entende, ainda, que certos investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA e o EBITDA Ajustado como indicadores do desempenho operacional de uma companhia. A Companhia calcula o EBITDA da seguinte forma: Lucro líquido do exercício/período adicionando/deduzindo (i) despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos; (ii) o resultado financeiro líquido; e (iii) Depreciação e Amortização.

O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com o BRGAAP ou o IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos.

O EBITDA Ajustado da Companhia é uma medida não contábil que corresponde o seu EBITDA adicionando/deduzindo (i) os honorários gastos com diligência contábil e tributária de potenciais alvos de

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

aquisições ("M&A"); (ii) o custo do time de M&A; e (iii) os gastos com time de Integrações e (iv) os gastos com consultorias de gestão ligadas as integrações.

A margem EBITDA é calculada ao dividir o EBITDA pela receita operacional líquida. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o EBITDA dos últimos doze meses é igual ao EBITDA do ano, quando for referente ao encerramento do exercício. Quando for referente ao encerramento do período, o EBITDA dos últimos doze meses é igual ao EBITDA acumulado do período adicionado ao EBITDA do exercício anterior e excluindo o EBITDA acumulado do período referente ao ano anterior. Para os demais períodos apresentados, o EBITDA e corresponde indicador do exercício social.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o EBITDA ajustado dos últimos doze meses é igual ao EBITDA ajustado do ano, quando for referente ao encerramento do exercício. Quando for referente ao encerramento do período, o EBITDA ajustado dos últimos doze meses é igual ao EBITDA ajustado acumulado do período adicionado ao EBITDA ajustado do exercício anterior e excluindo o EBITDA ajustado acumulado do período referente ao ano anterior. Para os demais períodos apresentados, o EBITDA Ajustado e corresponde ao indicador do exercício social.

DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA, ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO e ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO AJUSTADO

A DÍVIDA BRUTA é calculada como o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures circulante, empréstimos e financiamentos e debêntures não circulante.

Calculamos a DÍVIDA LÍQUIDA como a DÍVIDA BRUTA, menos derivativos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras que incluem títulos de valores mobiliários. Entendemos que a dívida líquida fornece uma análise adicional de nossa capacidade cumprir com o pagamento de nossas dívidas e como um indicador de endividamento.

O ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO é calculado através da razão DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA acumulado dos últimos doze meses, o qual chamamos nesse documento também de EBITDA 12 meses¹. A Companhia entende que o índice DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA fornece uma análise adicional da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, pois cobre a dívida de empréstimos e financiamentos líquidos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras e derivativos.

O ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO AJUSTADO é calculado através da razão DÍVIDA LÍQUIDA /EBITDA AJUSTADO dos últimos doze meses, o qual chamamos nesse documento de EBITDA AJUSTADO 12 meses². A Companhia entende que o índice DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA AJUSTADO é mais adequado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, pois cobre a dívida de empréstimos e financiamentos líquidos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras e derivativos.

¹ Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o EBITDA dos últimos doze meses é igual ao EBITDA do ano, quando for referente ao encerramento do exercício. Quando for referente ao encerramento do período, o EBITDA dos últimos doze meses é igual ao EBITDA acumulado do período adicionado ao EBITDA do exercício anterior e excluindo o EBITDA acumulado do período referente ao ano anterior. Para os demais períodos apresentados, o EBITDA e corresponde indicador do exercício social.

² Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o EBITDA ajustado dos últimos doze meses é igual ao EBITDA ajustado do ano, quando for referente ao encerramento do exercício. Quando for referente ao encerramento do período, o EBITDA ajustado dos últimos doze meses é igual ao EBITDA ajustado acumulado do período adicionado ao EBITDA ajustado do exercício anterior e excluindo o EBITDA ajustado acumulado do período referente ao ano anterior. Para os demais períodos apresentados, o EBITDA Ajustado e corresponde ao indicador do exercício social.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de agosto de 2020 - Aprovação da abertura de Capital

Em 07 de agosto de 2020, em assembleia geral extraordinária foi aprovada, entre outros assuntos, a submissão de pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

Aquisição "Mostaert"

Em 29 de junho de 2020, a Companhia assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Comercial Mostaert Ltda. Em 30 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Mostaert uma subsidiária da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$ 40.655, que poderá ser aumentado em até R\$ 14.500 por uma eventual contraprestação contingente ("Earn-out"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.

A Mostaert é uma empresa sediada em Pernambuco, especializada na distribuição de medicamentos hospitalares, antibióticos, injetáveis e oncológicos.

Aquisição "Fenergy"

Em 29 de junho de 2020, a hoje controlada da Companhia, Nacional Comercial Hospitalar S.A. assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. ("Fenergy"). Em 16 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Fenergy uma controlada indireta da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$18.000 mil e poderá ser aumentado em até R\$6.000 mil por uma eventual contraprestação contingente ("Earn-out"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.

A Fenergy atua na distribuição de materiais médico hospitalares primordialmente na região Sul, concentrando seu portfólio em consumíveis para cirurgias de alta complexidade.

Aquisição "Surya Dental"

Em 29 de junho de 2020, a hoje controlada indireta da Companhia, Nacional Comercial Hospitalar S.A., assinou contrato de compra e venda para a aquisição do controle acionário da Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos S.A. ("Surya Dental"). Em 27 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Surya Dental uma controlada indireta da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$37.000 mil e a participação indireta da Companhia na Surya Dental totalizou, no fechamento da operação, 71,8%.

A Surya Dental atua na distribuição de produtos voltados para clínicas odontológicas primordialmente na região Sul, embora tenha acesso e capilaridade em todas as regiões do Brasil.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Aquisição “Oncorio”

Em 14 de setembro de 2020, a Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., subsidiária da Companhia, assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Oncorio Distribuidora de Medicamentos Ltda. Em 13 de novembro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Oncorio uma controlada indireta da Companhia.

A Oncorio atua na distribuição de medicamentos oncológicos com foco nas regiões Sul e Sudeste, atendendo hospitais e clínicas oncológicas.

O valor total da transação foi de R\$ 34.356 mil e poderá ser aumentado em até R\$ 6.120 mil por uma eventual contraprestação contingente (“*Earn-out*”), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.

Captação de novos endividamentos bancários

No dia 13 de julho de 2020, a Companhia captou um novo empréstimo de R\$50.000.000,00 com o Banco Santander. O empréstimo foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e foi captado para alongar o perfil do endividamento da Companhia, sendo usado para quitar outros empréstimos com vencimento no segundo semestre de 2020. Esse empréstimo será remunerado a um custo de CDI + 2,70% a.a. e terá um prazo de vencimento de três anos (29 de junho de 2023), com um ano de carência, com cessão fiduciária de certificados de depósitos bancários, direitos creditórios e títulos no montante de 100% do valor da operação como garantia. Esse empréstimo terá 50% do seu valor garantido em duplicatas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme fixado em lei, e que, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme fixado em lei, e que, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme fixado em lei, e que, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências.
Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31/12/2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 39.560 mil, sendo que: (i) R\$ 1.978 mil foi destinado à reserva legal; (ii) R\$ 665 mil foram distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório e (iii) R\$ 36.916 mil foram destinados à reserva de incentivos fiscais;	No exercício social encerrado em 31/12/2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 60.518 mil, sendo que (i) R\$ 3.026 mil foi destinado à reserva legal; (ii) R\$ 452 mil distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório; (iii) R\$ 48.277 mil foram destinados à reserva de incentivos fiscais; e (iv) R\$ 8.763 mil foram destinados à conta de reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31/12/2017, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$ 14.157 mil o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que (i) R\$ 708 mil foi destinado à reserva legal; (ii) R\$ 221 mil foram distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório; (iii) R\$ 10.023 mil distribuídos como dividendos adicionais e (iv) R\$ 3.205 mil destinados à conta de retenção de lucros.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Reserva de Incentivos Fiscais: 93%	Reserva legal: 5% Reserva de Incentivos Fiscais: 80% Reserva de Lucros: 14%	Reserva legal: 5% Retenção de lucros: 23%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2019	2018	2017
Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		37.582.000,00	57.492.000,00	13.449.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		1,769464	0,786271	0,761692
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		8,558862	14,394379	0,040341
Dividendo distribuído total		665.000,00	452.043,14	10.244.000,00
Lucro líquido retido		38.895.000,00	60.065.956,86	3.913.000,00
Data da aprovação da retenção		27/03/2020	17/05/2019	17/05/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			665.000,00	22/05/2020	452.043,14	28/05/2019	10.244.000,00	26/07/2017

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O montante de dividendos declarados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 665 contra o lucro líquido do exercício.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	811.649,00	Índice de Endividamento	0,63715714	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		203.298,00	83.335,00	16.667,00	0,00	303.300,00
Total			203.298,00	83.335,00	16.667,00	0,00	303.300,00

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia especialmente elaboradas para registro. O total demonstrado na tabela acima considera o saldo de financiamentos, empréstimos e outros títulos de dívida.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

COVID-19 – Impactos financeiros da COVID-19 sobre a Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Durante os meses de março e de abril de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas espera-se que seja significativo.

A Companhia está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID 19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Abaixo segue um resumo dos principais impactos nos negócios:

- Cumprimento das determinações do Ministério da Saúde tais como liberação de funcionários acima de 60 anos, grávidas e pessoas do grupo de risco, além dos protocolos de convivência, comportamentos e demais orientações ligadas a prevenção e higienização;
- Instauração de um Comitê de Crise para deliberações sobre as ações de contenção da doença tanto nas áreas administrativas quanto nas áreas operacionais;
- Cancelamento de Viagens e o cancelamento de Reuniões, Eventos, Treinamentos na sua forma presencial; o Fortalecimento do papel da liderança frente à demanda de produtividade e trabalho à distância, mantendo o foco no resultado e engajamento;
- Intensiva campanha interna sobre o Covid-19, envolvendo todos os colaboradores que estiverem em Home Office ou nas Unidades (Ex. Utilização de transporte Fretado, Regras de distanciamento nos refeitórios, vestiários, áreas comuns e produção); e
- Reforço nos procedimentos de segurança e uso de EPI's, disponibilização de Álcool Gel, antecipação da campanha de vacinação, informações sobre saúde física e equilíbrio emocional.

O setor de medicamentos e serviços de saúde é um dos setores que tem sido menos afetados pela pandemia associada à COVID-19, esta informação está amparada na comparação da queda do PIB no 2º trimestre de 2020 de 11,4% (Fonte IBGE) versus um crescimento de 9,5% reportado no mercado de medicamentos Institucional Indireto (Fonte: IQVIA HMB Jun2020).

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Além disso, apesar da pandemia não trazer uma queda de receita em comparação a um período anterior e a avaliação do impacto da pandemia estar em evolução, a Companhia estimou que teve um impacto negativo de R\$ 55,0 milhões, devido principalmente ao fechamento de algumas clínicas e adiamento de cirurgias eletivas.

A Companhia acredita que a pandemia do COVID-19 trará impactos adversos relevantes, especialmente no Brasil, incluindo a deterioração significativa da esperada recuperação econômica, consequentemente revertendo as expectativas (anteriores à atual pandemia) de uma recuperação econômica e de aumento da renda em níveis de consumo e renda da população brasileira, e possíveis interrupções na produção devido aos impactos sobre a cadeia de suprimentos. Nesse ambiente econômico desafiador, a Companhia está focada em tomar as medidas necessárias para fortalecer sua saúde financeira face ao impacto contínuo e sem precedentes da COVID-19.

Como empresa do setor de medicamentos, a Elfa deve garantir à população acesso aos medicamentos, sem perder de vista a segurança e saúde de seus colaboradores e das comunidades com que se relaciona. Desta forma, a Companhia elaborou e colocou em prática um plano de contingência abrangendo diversas medidas preventivas necessárias para garantir a continuidade de seus negócios e a segurança de seus colaboradores e clientes.

Frente às dificuldades apresentadas, seguimos as orientações dos Ministérios da Saúde e entidades governamentais de cada país, adaptamos a nossa rotina protegendo e promovendo ações educativas para os colaboradores relativamente as ameaças da doença. Dentre as principais medidas destacamos: criação de um Comitê de Crise para a gestão diária da evolução do COVID-19 e dos possíveis impactos e medidas necessárias para garantir a segurança de nossos colaboradores, além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes nas regiões em que tem operação, realização de intensa comunicação, fóruns de discussão e orientação sobre prevenção ao vírus, afastamento de colaboradores do grupo risco, intensificação de técnicas de higiene pessoal e reforço do uso de barreira sanitárias nas unidades operacionais

Adicionalmente reforçamos a gestão do nível de estoque de matérias-primas, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, substituímos a participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como adotamos o trabalho remoto no escritório corporativo.

A Elfa entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. Embora as operações industriais, vendas ou situação financeira da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou que consideramos menos relevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção, o termo “Fatores de Risco” significa um efeito adverso que pode ou poderá causar risco ao nosso negócio ou reputação. Exceto se expressamente indicado de maneira diversa, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou causará “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens desta seção “4. Fatores de Risco”.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19) pode ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Em 30 de junho de 2020, o Brasil era considerado um dos epicentros da pandemia global em número de casos e óbitos. O alcance do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e desempenho financeiro da Companhia, inclusive a capacidade da Companhia de executar suas estratégias de curto e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado, dependerá dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

A Companhia está monitorando os efeitos em decorrência da pandemia da COVID-19. Conforme informações prestadas no item 3.9 – “Outras informações relevantes - COVID-19 – Impactos financeiros da COVID-19 sobre a Companhia”, a Companhia estima que a pandemia trouxe impacto negativo de R\$ 55,0 milhões no crescimento de vendas, devido ao fechamento de clínicas e adiamento de cirurgias eletivas. A Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

eventos futuros relacionados à pandemia, e que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

A propagação da pandemia da COVID-19 acarreta em um esforço de isolamento por parte da população, que evita sair de seu domicílio, em especial para locais como hospitais e clínicas, por receio de se contaminar com a COVID-19. Esta conduta está impactando setores específicos do negócio da Companhia, como os procedimentos de cirurgia eletiva, que muitas vezes são adiados ou cancelados e, conseqüentemente, diminuem a demanda por certos medicamentos e materiais hospitalares, afetando de forma adversa os resultados financeiros da Companhia.

Além dos impactos supracitados, a pandemia da COVID-19, caso agravada, pode acarretar em requisição administrativa de medicamentos e materiais hospitalares por parte do Governo, que poderá confiscar os referidos produtos e estoques sem qualquer pagamento imediato (indenização). Na hipótese de requisição administrativa, poderá haver demora para recebimento de indenização pela Companhia, bem como indenização em valor diferente das margens praticadas pelo mercado e pela Companhia de forma geral, afetando adversamente a condição financeira da Companhia. Ademais, o aumento da demanda por medicamentos especulativamente relacionados ao tratamento da COVID-19, pode acarretar no desabastecimento de certos medicamentos.

A Companhia também foi impactada pelo aumento de custo e complexidade logística na malha aérea nacional. As companhias aéreas optaram por alterar a malha aérea nacional, cancelando e diminuindo a frequência diária de determinadas rotas. Estas alterações na malha aérea demandaram um incremento de custos da Companhia, tendo em vista a necessidade de se reorganizar operacionalmente para se adequar às alterações realizadas na malha aérea. Neste sentido, a Companhia poderá ser impactada adversamente em decorrência de atrasos nas entregas e eventuais cancelamentos.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas em relação à COVID-19 são ou foram suficientes para a operação regular de nossos negócios no contexto continuado da pandemia. Em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista às normas e orientações governamentais, a Companhia veio a fechar seus escritórios administrativos, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Atualmente, a Companhia está adotando uma política parcial de teletrabalho, que pode gerar riscos relacionados à jornada dos colaboradores que deixaram de trabalhar presencialmente. Esta política foi implementada em um curto espaço de tempo, podendo vir a afetar negativamente a produtividade nos negócios da Companhia.

Caso a pandemia da COVID-19 se agrave ou uma segunda onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, a Companhia pode enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento parcial de escritórios e/ou outras restrições operacionais com relação a sua operação, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretrizes de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um lockdown. Nesse caso, a Companhia não pode garantir que será capaz de tomar todas as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios.

A pandemia da COVID-19 pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se os fabricantes que produzem os produtos comercializados pela Companhia, os centros de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

distribuição da Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de uma segunda onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos produtos da Companhia.

Se os negócios da Companhia não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos através das linhas de crédito concedidas à Companhia ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir as suas despesas, investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender suas outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar os negócios da Companhia. Os custos com seguro da Companhia também podem aumentar substancialmente no futuro para cobrir os custos que as seguradoras poderão vir a incorrer em função dessa pandemia.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável, para além da estimativa já apresentada neste risco, o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os seus negócios e resultados operacionais.

Mesmo após a diminuição dos efeitos do surto da COVID-19, a Companhia e suas controladas poderão vir a ter impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer. Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é altamente incerto.

Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

Para informações sobre o impacto da COVID-19 em relação à Companhia, nossa operação e nosso setor, veja os itens 3.9, 7.1, 7.9 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Poderemos não ser bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nossa estratégia de negócio e desempenho financeiro, conforme descrito no item 7, dependem do sucesso na implementação de diversos elementos, incluindo nossa capacidade de realizar novas expansões na comercialização e distribuição dos medicamentos, materiais e equipamentos hospitalares com êxito, oportunidades de expansão dos nossos serviços personalizados de logística hospitalar e de atendimento de planos de saúde, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros. Por essa razão não podemos garantir que nossa estratégia será integralmente realizada com sucesso, o que poderá afetar nossos negócios e a nossa capacidade de expansão.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, podemos não conseguir implementar integralmente nossas estratégias de negócios da forma originalmente projetada, podendo resultar em um crescimento de receitas menor que esperado ou no aumento dos nossos investimentos e/ou gastos operacionais, tendo como resultado uma diminuição de nossas margens operacionais. Assim, caso não sejamos bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Podemos não ter sucesso com a nossa estratégia de crescimento por meio de aquisições ou parcerias, as quais envolvem riscos.

É possível que, conforme práticas adotadas no passado, venhamos a adquirir outros negócios ou consolidar alianças estratégicas, no âmbito de nosso plano de crescimento inorgânico. Para atingir o objetivo traçado na estratégia de crescimento inorgânico, a Companhia precisa identificar, avaliar e adquirir empresas e concluir tais aquisições em condições atrativas, bem como ter ou obter os recursos necessários para realizar tais aquisições e conduzir apropriadamente o processo de integração de tais negócios adquiridos.

O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio de capital e da atenção da administração da Companhia para outras oportunidades de negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus impactos financeiros podem afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

Esta estratégia envolve riscos, dentre os quais se incluem:

- avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar;
- um processo de aquisição pode requerer recursos adicionais e usualmente demanda um tempo substancial;
- adquirir negócios que não contribuam para a sua estratégia de crescimento;
- pagar mais do que o real valor do negócio;
- a Companhia pode não ter o aumento previsto em suas receitas advindo de uma aquisição por razões exógenas ao seu controle;
- o processo de auditoria conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar todos os potenciais passivos contingentes da adquirida, tais como processos administrativos ou judiciais cíveis, fiscais, criminais trabalhistas e previdenciárias, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual e a Companhia pode não conseguir cobrar referidas indenizações por tais passivos dos vendedores das respectivas empresas adquiridas ou em relação aos quais não consiga receber, total ou parcialmente, a indenização acordada dos vendedores das respectivas empresas adquiridas;
- as demonstrações financeiras das empresas adquiridas podem ter sido preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não identificados podem, por estes ou por outros fatores, não refletir de forma verdadeira e adequada a condição financeira de referida empresa;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- não concluir as aquisições nas condições que vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno;
- eventual não cumprimento de condições precedentes para o fechamento;
- a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da administração da Companhia;

A ocorrência de quaisquer destes fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

Dependemos de fabricantes privados nacionais e transnacionais e fornecedores de medicamentos importados para atender aos nossos clientes. Interrupções nos processos produtivos podem afetar o abastecimento dos medicamentos que comercializamos e distribuimos.

Diversos fatores da cadeia logística são determinantes para o desabastecimento dos medicamentos que comercializamos e distribuimos, dentre eles se destacam: (i) a irregularidade de insumos farmacêuticos, assim como o fornecimento de produtos de qualidade fora dos padrões aceitáveis; (ii) a interrupção de fabricação para adequação às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”); (iii) o recolhimento de medicamentos ou lotes específicos (*recall*); (iv) a redução e alteração na linha de produção ou o aumento abrupto da demanda dos produtos gerando escassez. Caso um ou mais dos fatores mencionados acima ocorra, sofreremos um desabastecimento dos produtos que comercializamos e distribuimos, o que, por sua vez, poderá afetar adversamente os nossos negócios.

Dependemos de nossos centros de distribuição para distribuir nossos produtos a nossos clientes.

Nossas operações serão adversamente afetadas caso nossos centros de distribuição sofram danos relevantes ou sejam fechados. Operamos atualmente por meio de 20 centros de distribuição localizados nos estados do Paraíba, Ceará, Pernambuco, Bahia, Pará, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; além do Distrito Federal. Todos os produtos que vendemos são distribuídos por meio desses centros de distribuição, os quais atendem a áreas específicas e pré-determinadas, na sua maioria, correspondentes à região onde estão localizados. Caso algum de nossos centros de distribuição venha a sofrer danos significativos, incluindo danos causados por vandalismo, desastres naturais, acidentes e danos ambientais, incêndio ou inundações, ou caso nossas atividades de distribuição venham a ser reduzidas ou interrompidas total ou parcialmente em função de questões regulatórias, irregularidades no licenciamento ambiental, fiscalizações sanitárias, greves ou questões trabalhistas (internos ou em qualquer importante fabricante de produtos), razões de pandemia tal qual COVID-19, atrasos na liberação ou entrega de produtos, problemas de infraestrutura ou quaisquer outros eventos similares, poderemos (i) enfrentar um desabastecimento de produtos e/ou (ii) ser forçados a alocar recursos de outro centro de distribuição para atender aos clientes pertencentes à região afetada e abastecer as nossas redes de varejo, o que, por sua vez, poderá afetar adversamente de forma relevante nossas vendas e acarretar aumentos significativos de custos relacionados à reabertura, substituição ou realocação de produtos dos centros de distribuição impactados. Por fim, a eventual concentração

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

das operações em um menor número de centros de distribuição pode contribuir para o aumento deste risco.

Nosso crescimento poderá exigir capital adicional no futuro, que poderá não estar disponível ou, se disponível, poderá ser em condições não satisfatórias à Companhia.

A nossa estratégia exige volumes significativos de capital, a serem aplicados em nossos futuros projetos, e de capital de giro, para arcar com custos e despesas fixas e variáveis para a manutenção de nossas atividades.

Caso o fluxo de caixa operacional não seja suficiente para suprir nossa necessidade de capital, podemos ser obrigados a levantar capital adicional, inclusive por meio de financiamentos futuros, novas ofertas públicas ou privadas de distribuição de valores mobiliários, tais como ações e valores mobiliários conversíveis em ações, para financiar nossas atividades e iniciativas de crescimento. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos de dívida conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, diluir a participação acionária percentual e patrimonial de nossos atuais acionistas, incluindo pela exclusão do direito de preferência ou não exercício do mesmo pelos acionistas, bem como dos novos investidores em nossas ações ou títulos de dívida conversíveis em nossas ações.

Financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não possuir condições satisfatórias, o que poderá afetar de forma negativa o desenvolvimento dos nossos projetos, ou resultar em maiores juros e despesas com amortização e maior alavancagem, impactando negativamente nossa condição financeira, geração de caixa e resultados financeiros.

Não há garantia de que haverá disponibilidade de capital adicional. A falta de acesso a capital adicional pode nos forçar a reduzir ou postergar desembolsos de capital ou reestruturar e refinarar nosso endividamento, o que pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de nossas atividades, afetando nossos resultados de forma negativa.

Interrupções ou falhas ou a necessidade de aprimorar os nossos sistemas poderão afetar adversamente nossas atividades.

O sucesso na adoção de nosso plano de negócios depende significativamente do desempenho de nossos sistemas automatizados e de serviços de telecomunicações. Dependemos de tais sistemas para realizar nossos negócios e para obter, processar, analisar e administrar os dados de forma a (i) facilitar a compra e a distribuição de milhares de itens de estoque de diversos centros de distribuição da Companhia; (ii) receber, processar rapidamente e enviar os pedidos a tempo; (iii) comercializar medicamentos e materiais médico hospitalares, por meio das nossas lojas de varejo; (iv) administrar o faturamento e realizar a cobrança de milhares de clientes, bem como processar os pagamentos aos fornecedores; e (v) realizar um controle de estoque condizente com nossos negócios e qualidade dos serviços e produtos oferecidos, inclusive com relação à quantidade, regularidade e validade dos registros dos produtos de titularidade dos fabricantes e importadores junto à ANVISA e validade dos medicamentos disponíveis.

Interrupções ou falhas recorrentes em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes a nossos produtos e serviços, fazendo com que tais clientes decidam comprar os produtos de (ou em) nossos concorrentes. Qualquer interrupção em nossos sistemas pode resultar na perda de informações importantes e aumentar nossos custos, afetando adversamente e de forma relevante

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

nossa reputação em oferecer serviços de qualidade e confiáveis e reduzindo a demanda por nossos serviços. Dessa forma, o desempenho satisfatório, a confiabilidade e a disponibilidade de nossos sistemas são críticos para nossa reputação e capacidade de atrair e manter clientes, bem como prestar serviços adequados aos nossos clientes, incluindo com relação à proteção de dados.

Somos beneficiários de incentivos fiscais estaduais e a glosa dos créditos relacionados a aquisições de mercadorias beneficiadas por tais incentivos ou a suspensão, cancelamento ou não renovação dos incentivos, podem afetar adversamente nossos resultados.

O setor de distribuição de medicamentos no Brasil se beneficia de regimes especiais de tributação de redução de base de imposto em alguns estados bem como a possibilidade de recolher o tributo em regime diferenciado (substituto tributário).

Atualmente, realizamos nossas operações por meio dos nossos centros de distribuição, os quais contam com incentivos fiscais estaduais em relação a apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"). Assim, os estados em que estão localizados os estabelecimentos e os estados destinatários das mercadorias remetidas pelos nossos centros de distribuição poderão questionar o reconhecimento dos créditos registrados por ocasião de sua aquisição.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia se beneficiou em seu resultado em R\$40,6 milhões, R\$73,2 milhões e R\$69,7 milhões, respectivamente, com relação ao benefício fiscal de ICMS.

Não podemos assegurar que (i) os programas de incentivo fiscal dos quais nos beneficiamos serão efetivamente mantidos, parcial ou totalmente, até o final de seus prazos de vigência ou, ainda, que seremos capazes de renová-los, em condições favoráveis, após expirados os prazos atuais de vigência, bem como (ii) venhamos a obter novos benefícios fiscais após o decurso desse prazo, ou ainda (iii) seremos capazes de cumprir todas as obrigações constantes dos termos que formalizam a concessão de tais benefícios fiscais. Para informações sobre os principais benefícios fiscais a que estamos sujeitos, vide o item 7.3 deste Formulário de Referência.

Por fim, não podemos assegurar que continuaremos a operar em estados que concedam incentivos fiscais se formos incapazes de atender às exigências existentes sob os diversos programas de incentivo fiscal ou se tais incentivos fiscais tiverem sua legalidade questionada administrativa ou judicialmente por terceiros, incluindo, a título exemplificativo, o Ministério Público, outros estados e novos governantes dos estados em questão. O questionamento de nossos benefícios fiscais por terceiros pode resultar no cancelamento de incentivos e na obrigação de pagarmos retroativamente todo o valor do benefício que tivermos usado até a data do julgamento, sujeito aos limites prescricionais. Ademais, há o risco de que todos os benefícios fiscais de ICMS concedidos a empresas comerciais sejam revogados em 31 de dezembro de 2022, caso não sejam editadas novas legislações concedendo benefícios, conforme previsão legal contida no artigo 3º, § 2º, da Lei Complementar no 160/2017, que dispõe sobre a reinstauração de benefícios fiscais que não tenham sido editados no âmbito do CONFAZ, ou ainda que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos pelos estados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A perda destes incentivos fiscais resultaria em adotarmos um regime de débito e crédito nos Estados em que temos regimes especiais, ou seja, o impacto negativo da perda dos incentivos fiscais seria parcialmente compensado por créditos tributários que impactariam positivamente nosso custo das mercadorias vendidas (CMV). Estimamos que este cenário resultaria em um impacto adverso líquido de R\$22,9 milhões no nosso resultado do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e R\$27,7 milhões no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A perda (ou a não fruição) de tais incentivos fiscais, bem como eventuais obrigações de que a Companhia pague valores retroativamente, por qualquer razão, poderão acarretar um efeito adverso não apenas sobre nossos negócios, resultados e situação financeira, mas do setor como um todo.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia podem resultar em prejuízos que poderão nos causar efeitos adversos.

As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não cobrir determinados riscos (tais como guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, o investimento realizado nas unidades de negócio, unidades comerciais e centros de distribuição pode ser perdido total ou parcialmente, obrigando-nos a incorrer em custos adicionais para a sua recomposição, reformas e indenizações, resultando em prejuízos para a Companhia.

Adicionalmente, decisões desfavoráveis em ações judiciais que nos responsabilizem por falhas ou defeitos em determinados produtos, ou que resultem em valores de indenização relevantes, poderão causar danos que não estão integralmente cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia, além de poder causar danos à nossa reputação.

Não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices de seguros contratadas, o pagamento da indenização pela companhia seguradora será suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro. Ademais, poderemos ser responsabilizados pela não obtenção ou não renovação tempestiva de nossas licenças e autorizações, inclusive de natureza ambiental, sendo possível a aplicação de sanções administrativas e criminais. Finalmente, não podemos assegurar que, no futuro, conseguiremos renovar as apólices de seguro em melhores ou, no mínimo, nas mesmas condições contratadas, o que poderá ocasionar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados.

Decisões desfavoráveis ou o envolvimento de nossa Companhia ou de nossos acionistas, administradores e/ou colaboradores em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais podem causar efeitos adversos em nossos negócios, na nossa condição financeira, nos nossos resultados operacionais e em nossa imagem ou reputação.

Nós e nossos acionistas, administradores e/ou colaboradores somos e/ou poderemos ser no futuro partes em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Não podemos garantir que os resultados destes processos e/ou de novos processos a eles relacionados nos serão favoráveis, ou, ainda, que nossas provisões são ou serão suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos. Também não

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

podemos garantir que nossos recursos financeiros e outros bens não serão penhorados, bloqueados, ou de qualquer outra forma tornados indisponíveis em razão de decisões desfavoráveis nesses processos.

Além disto, não podemos assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à nossa Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, CVM, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), órgãos ambientais estaduais e municipais, bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente nossa imagem e reputação perante nossos clientes, fornecedores e investidores ou nos causar efeito adverso relevante. No caso específico de eventuais processos de natureza criminal envolvendo um ou mais dos administradores da Companhia, decisões desfavoráveis podem impossibilitá-los de exercer suas funções na Companhia.

No caso de eventuais processos envolvendo matérias administrativas relativas a contratações com o Poder Público, eventual decisão desfavorável poderá, no limite, impor sanções de multa, advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a administração pública ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Se impostas, tais sanções podem afetar adversamente as condições financeiras da Companhia e sua imagem.

Por fim, a Companhia esclarece que suas demonstrações financeiras até a presente data não contém provisão para os processos de perda provável oriundos de períodos anteriores às respectivas datas de aquisição da companhia em questão, os quais são de responsabilidade dos antigos sócios controladores das empresas adquiridas pela Companhia e estão garantidos por parcelas diferidas do preço de aquisição. Não obstante a prática adotada pela Companhia não gerar distorções ou erros, a partir das demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2020 a Companhia passará a reclassificar ativos e passivos de modo a registrar a provisão do valor total das causas prováveis que são de responsabilidade dos antigos acionistas juntamente com aquelas de sua total responsabilidade. Neste caso, haverá também a necessidade de registrar um ativo para o reembolso dos antigos sócios, vez que há característica de recebimento certo (inclusive em decorrência de garantias financeiras) no seu mesmo valor, de acordo com o parágrafo 53 do CPC 25 e o impacto no resultado também apresentado de forma líquida do reembolso conforme requerido pelo parágrafo 54 do CPC 25, não tendo qualquer impacto no patrimônio líquido, resultado ou qualquer índice de liquidez que impacte os covenants da Companhia.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos envolvendo nossa Companhia e nossas controladas, veja os itens 4.3 e 4.7 deste Formulário de Referência. Em relação aos procedimentos arbitrais dos quais a Companhia é parte, veja o item 4.5 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A distribuição dos produtos da Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante caso suas atividades e a dos seus principais fornecedores e prestadores de serviços sofram paralisações significativas.

O recebimento, a armazenagem e a distribuição de todos os produtos no território nacional depende de uma logística segura, confiável e sem paralisações ou atrasos. A Companhia depende do funcionamento regular das suas operações, das operações de seus prestadores de serviços, e seus fornecedores para cumprir pontualmente com suas obrigações.

As atividades da Companhia e de seus principais prestadores de serviços, revendedores e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas, podem sofrer interrupções parciais ou totais, temporárias ou permanentes por razões diversas, tais como greves, paralisações ou outras formas de movimentação laboral, hipótese em que as atividades da Companhia, os seus resultados, bem como os seus relacionamentos com clientes poderão ser afetados de forma adversa.

Comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis podem ocasionar impactos adversos relevantes sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e cotação de nossas ações.

Estamos sujeitos, dentre outras, à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos contrários à administração pública, praticados por seus dirigentes, administradores, colaboradores ou terceiros que atuem em nosso nome ou benefício. Dentre as sanções aplicadas estão: multas, perda de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios e confisco de ativos, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente nossos resultados.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Não temos como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos dessas investigações ou alegações envolvendo a Companhia, ou quaisquer de nossas afiliadas, diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração.

Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a nossa reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das nossas ações, poderão ser adversamente afetados.

Ainda, publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus acionistas, Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer veículo de mídia ou rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Além disso, os colaboradores e representantes da Companhia poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente o resultado. Para maiores informações

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sobre os processos judiciais de improbidade administrativa em andamento que questionam contratos entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e o Poder Público, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

A perda de membro de nossa alta administração, ou a impossibilidade de atrair e manter novos executivos ou de treinar novos profissionais poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e nossos resultados operacionais.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende em grande parte da experiência e dos esforços de nossa alta administração. Podemos não obter êxito na manutenção de nosso atual quadro de integrantes qualificados da alta administração ou na contratação de novos executivos. A perda dos serviços prestados pelos membros de nossa alta administração ou a impossibilidade de atrair e manter novos executivos pode afetar nossos negócios e nossos resultados operacionais de forma negativa.

Além disso, como parte de nossa estratégia de expansão, precisamos contratar, treinar e buscar reter novos profissionais com expertise específica para atuar nas nossas operações. Estamos sujeitos a concorrência significativa na contratação de tais profissionais e podemos não ser capazes de atrair e treinar profissionais qualificados em número suficiente para fornecer nossos serviços e expandir nossos negócios. Ainda, podemos não obter êxito na manutenção de profissionais se não conseguirmos manter uma cultura corporativa atrativa e níveis competitivos de remuneração.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. Poderemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício, caso nosso Conselho de Administração determine que não possuímos lucro líquido ou reservas de lucro nos termos da Lei das Sociedades por Ações para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seria incompatível com a nossa situação financeira naquele momento, e nossos acionistas deliberem não distribuí-los.

A Companhia está sujeita a riscos associados a incapacidade ou falha na proteção de seus ativos de propriedade intelectual ou, ainda, a eventual violação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros.

Os ativos de propriedade intelectual da Companhia, essencialmente marcas e nomes de domínio, são importantes para o seu sucesso, de modo que quaisquer problemas relacionados a tais ativos podem afetar a Companhia negativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ainda, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionado a ativos de propriedade intelectual que, ainda que sem mérito, podem ser onerosos e demorados.

Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas comumente adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que visa a transformar a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada.

A LGPD entrou em vigor em 17 de setembro de 2020, mas a aplicabilidade de suas penalidades permanecerá com a vigência prevista para agosto de 2021.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Relevante destacar, ainda, que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, independentemente da vigência de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à reputação da Companhia.

Incidentes de segurança cibernética podem afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas da Companhia e, portanto, resultar em apropriação indevida de informações da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros e/ou em tempo de inatividade em seus servidores, serviços ou operações, ou ainda na divulgação inadequada de segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das suas operações, o que pode afetar negativamente os resultados financeiros e reputação da Companhia. Em caso de incidente de segurança que resulte em vazamento, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais, a Companhia estará sujeita às sanções da LGPD mencionadas acima, na medida do aplicável.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como por exemplo na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

Com o advento do teletrabalho alguns novos riscos e necessidades foram gerados. O acesso a sistemas da Companhia via internet, nos expusarem a potenciais ameaças de ataques cibernéticos e perda de dados. A necessidade de usuários utilizarem dispositivos próprios sem os devidos controles nos padrões normais da Companhia aumenta o risco de compartilhamento indevido de informações. A utilização de aplicativos de mensagem instantâneas pessoais com informações corporativas podem ter o mesmo impacto.

Eventuais medidas adotadas pela Companhia para manter a segurança relacionada aos seus sistemas de TI podem não ser suficientes ou adequadamente implementadas para evitar ataques cibernéticos e perda de dados.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Como parte da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e para o período findo em 30 de junho 2020, os auditores independentes da Companhia identificaram certas deficiências nos controles internos da Companhia, incluindo uma deficiências qualificada como significativa, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essa deficiência decorreu da interpretação inadequada da contabilização de valores provisórios relacionados a combinação de negócios, de acordo com CPC 15/ IFRS 3, bem como dos efeitos oriundos de incorporação reversa de entidade veículo, o qual

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

diverge do estabelecido pela ICVM 319/99 e deliberação CVM 682/2012, ambos em uma aquisição realizada durante o ano de 2017.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de reportar nossos resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas por nossos auditores independentes, poderá ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, bem como pela celebração de contratos de indenidade.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas incluindo operações de compra e venda de medicamentos e contratos de locação. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para os nossos negócios, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas atividades, situação financeira e resultados da Companhia, bem como a seus acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que indenizaremos e manteremos indenidos nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo de gestão ("Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por força do exercício regular de suas funções, por atos praticados de boa-fé e no melhor interesse da Companhia. A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflitos de interesses nas decisões tomadas por nossos Conselheiros caso venha a celebrar contratos de indenidade com os Beneficiários. Adicionalmente, a Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores (D&O). Para maiores informações sobre seguro D&O dos conselheiros e diretores da Companhia, veja item 12.11 deste Formulário de Referência.

Caso as situações de conflito de interesses citadas acima se configurem, poderá haver impacto material e adverso para os negócios da Companhia, o que poderá vir a causar um impacto adverso nas atividades, situação financeira e resultados da Companhia, bem como a seus acionistas.

Para maiores informações sobre as transações entre partes relacionadas, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter os contratos de locação de algumas de suas unidades ou centros de distribuição.

A Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos de locação de suas lojas, escritórios, galpões e centros de distribuição se não apresentar a ação renovatória no prazo ou se não satisfizer as condições acima elencadas. A perda de qualquer uma das unidades ou centros de distribuição da Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, parte dos contratos de locação não garantem à Companhia o direito de renovar compulsoriamente a locação, por estarem vencidos e vigorando atualmente por prazo indeterminado. Caso tais contratos sejam rescindidos, a Companhia terá que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição e poderá acarretar a interrupção das atividades e custos de transição.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ainda, se o imóvel locado for alienado a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Tendo em vista que a maioria dos contratos de locação não contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei de Locações (Lei nº 8.245/91) e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, tais requisitos podem não ser preenchidos, possibilitando o adquirente de solicitar a desocupação do imóvel locado à Companhia no prazo de até 90 dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, na hipótese de o imóvel locado ser colocado à venda durante o prazo de vigência da locação, a locatária terá direito de preferência para adquiri-lo em igualdade de condições com terceiros, mediante notificação enviada pelo locador concedendo prazo de 30 dias para exercer o direito de preferência; caso a locatária não o exerça, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro. A locatária cujo direito de preferência não for respeitado poderá adquirir o imóvel locado, mediante depósito judicial do preço de aquisição e de outras despesas de transferência pertinentes, desde que requeira a adjudicação do imóvel no prazo de 6 meses após o registro da respectiva escritura em nome do terceiro adquirente no Cartório de Registro de Imóveis competente, desde que o Contrato de Locação tenha sido averbado na matrícula do imóvel locado, pelo menos 30 dias antes da alienação em questão. Caso o Contrato de Locação não esteja averbado, a locatária poderá apenas reivindicar do locador uma indenização por perdas e danos. Além disso, não há garantia de que a Companhia conseguirá alugar os imóveis nos quais está interessada.

Ademais, um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia alugar também pode afetá-la negativamente. Além disso, se decidir fechar qualquer uma de suas lojas, escritórios, galpões e centros de distribuição, localizadas em imóveis alugados, antes do fim do prazo contratual da locação, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

Os procedimentos licitatórios de que a Companhia participa nas contratações com o Poder Público podem sofrer influência política ou ser alvo de investigações.

A Companhia teve no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2020 11,14% da sua receita operacional líquida advinda de contratações com o Poder Público. Os procedimentos licitatórios para tais contratações podem ser afetados por fatores técnicos relativos à conveniência, oportunidade, disponibilidade e requisitos para participação, bem como por fatores políticos que podem levar à interrupção de um contrato de fornecimento ou atraso no pagamento. A não contratação ou a redução proporcional de um contrato de fornecimento ou até mesmo a impossibilidade de renovação de um contrato pode afetar significativamente os resultados e negócios da Companhia. O recebimento dos pagamentos devidos pelo Poder Público depende da capacidade de crédito à época e da nossa capacidade de cobrá-los. O nível de inadimplência de nossos clientes do Poder Público podem atingir patamares elevados em um curto espaço de tempo em decorrência de motivos diversos, que estão fora do nosso controle, inclusive questões políticas e orçamentárias.

Adicionalmente, alguns medicamentos distribuídos pela Companhia, por sua característica exclusiva, podem ou não ensejar, a critério discricionário do Poder Público, a compra por inexigibilidade de licitação, conforme a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 ("Lei Geral de Licitações").

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Conforme previsto na lei geral de licitações, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, bem como a aplicação ao contratado das seguintes sanções, garantida a defesa, prévia: advertência; multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública. Tais penalidades também poderão ser aplicadas no caso de não cumprimento do Preço Máximo de Venda ao Governo ("PMVG") pela Companhia. Para maiores informações sobre PMVG, vide item 7.5(a) deste Formulário de Referência.

Mesmo após a conclusão de um processo licitatório, no caso de vendas ao Poder Público, ou de vendas por inexigibilidade de licitação, que resultem em uma contratação da Companhia, a legalidade e regularidade dos procedimentos podem ser questionados por um competidor ou até mesmo por órgãos de controle interno ou externo da administração pública. Liminares concedidas pelo Poder Judiciário ou por órgãos internos de controle, como os Tribunais de Contas, podem suspender a exequibilidade dessas contratações. Eventuais decisões desfavoráveis à Companhia e/ou suas subsidiárias nas esferas judiciais e administrativas poderão sujeitá-las às penalidades previstas na lei geral de licitações, conforme mencionadas acima e, quaisquer dessas hipóteses poderá vir a causar um impacto adverso nas atividades, situação financeira e resultados da Companhia.

Para maiores informações sobre os processos judiciais e administrativos em andamento que questionam parte dos contratos entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e o Poder Público, vide itens 4.3 e 4.7 deste Formulário de Referência.

(b) Riscos Relacionados a Controle

Imediatamente após a conclusão oferta pública inicial de ações da Companhia, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais acionistas controladores. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos seus demais acionistas.

A Companhia é controlada pelos acionistas controladores, conforme descrito no item 15.5 deste Formulário de Referência, e continuará sendo controlada pelos acionistas controladores após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia. Os interesses dos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. Para mais informações sobre o controle da Companhia, vide item 15 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Após a nossa oferta pública inicial de distribuição de ações, podemos não vir a ter nenhum acionista ou grupo de acionistas que detenha mais do que 50% do nosso capital votante, mais uma ação

No âmbito da nossa oferta pública inicial de distribuição de ações, os acionistas vendedores podem vir a alienar parte das ações de nossa emissão de sua titularidade, caso venham a ser exercidas as opções de lote adicional e lote suplementar de ações, em quantidade tal que os atuais acionistas controladores deixarão de deter mais do que 50% mais uma ação do nosso capital votante. Deste modo, poderemos não ter um acionista controlador ou grupo de controle vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% mais uma ação do capital votante. A ausência de um acionista ou grupo controlador vinculado por acordo de voto, titular de mais de 50% mais uma ação do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, o que pode levar a conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle, tais como a dificuldade em certos processos decisórios por falta de quórum para aprovação. Além disso, nós e nossos acionistas poderemos não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados por acionistas controladores e, em consequência, podemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. A ausência de acionista ou grupo controlador pode nos deixar suscetível à aliança ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Dependemos em grande parte dos resultados de nossas controladas, que podem não vir a ser distribuídos.

A nossa capacidade de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com nossas obrigações financeiras depende, em grande parte, do fluxo de caixa e dos lucros de nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos a nossos acionistas. Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas controladas pode afetar o nosso negócio, nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

A Companhia pode ser responsável por obrigações ambientais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados, não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes dentro de suas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios.

Quaisquer danos ambientais e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

dependências, expõem a Companhia à responsabilidade solidária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação ou indenização de danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. A depender do envolvimento no ilícito, a Companhia também estará exposta nas esferas administrativa e criminal e a risco de imagem.

Aumentos no custo dos prestadores de serviço podem elevar o custo dos produtos que comercializamos e distribuimos e reduzir os lucros da Companhia.

O custo dos prestadores de serviços pode sofrer aumentos em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos celebrados, inclusive em virtude da ocorrência de alterações na legislação tributária e trabalhista, com a alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos, levando à perda de margens de rentabilidade dos produtos que comercializamos e distribuimos, o que pode afetar materialmente os resultados da Companhia.

Dependemos de fabricantes para produzir e nos fornecer os produtos que comercializamos e distribuimos. A venda direta desses produtos a clientes institucionais, órgãos públicos e varejistas por nossos fornecedores poderá nos afetar adversamente.

Dependemos de fabricantes para produzir e nos vender os produtos que comercializamos e distribuimos. Alguns fabricantes vendem atualmente seus produtos diretamente a clientes institucionais, órgãos públicos e varejistas, ainda que em quantidades limitadas. Esses fabricantes poderão aumentar suas vendas diretas e outros fabricantes poderão, no futuro, vender seus produtos diretamente aos clientes. Os fabricantes poderão, ainda, oferecer preços mais baixos por seus próprios produtos e terão a vantagem de atender aos pedidos imediatamente devido à grande quantidade de produtos em estoque.

Ademais, a Companhia possui contratos de exclusividade com certos clientes, a fim de promover a distribuição de medicamentos e produtos hospitalares em determinados territórios. Caso estes contratos de exclusividade sejam rescindidos ou não sejamos capazes de renová-los, em condições favoráveis, após expirados os prazos atuais de vigência podemos ter que diminuir ou finalizar nossos negócios nestes territórios.

Caso não sejamos capazes de substituir nossos fornecedores e fabricantes, repassar eventuais ajustes aos nossos clientes ou manter nossos contratos de exclusividade, nossas vendas e, conseqüentemente, nossa situação financeira poderão ser afetadas adversamente.

Nossos negócios dependem de nossa capacidade de desenvolver e manter relações com os fabricantes dos produtos que distribuimos. Nossa incapacidade de desenvolver ou manter essas relações poderá nos afetar adversamente.

Os nossos fornecedores podem ser adquiridos por, receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com nossos concorrentes e com outras empresas que disponham de recursos para investimento. Não podemos garantir que os fabricantes continuarão a nos vender seus produtos nas atuais condições ou que seremos capazes de estabelecer novos relacionamentos com fabricantes, ou mesmo prolongar os existentes, de forma a assegurar o acesso aos produtos tempestivamente e nas mesmas condições que hoje acessamos. Caso não sejamos capazes de desenvolver e manter relações com os fabricantes, ou caso algum fabricante deixe de produzir ou entregar os produtos tempestivamente, ou ainda caso não consigamos negociar em termos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

favoráveis com esses fabricantes, nossos negócios, resultados e situação financeira poderão ser afetados adversamente e de forma relevante.

Dependemos de transportadoras terceirizadas e problemas no nosso relacionamento com esses prestadores de serviços podem afetar negativamente nossos negócios e operações.

Em grande parte dos nossos centros de distribuição, não possuímos ou operamos os veículos utilizados para transportar os produtos distribuídos e, dessa forma, dependemos de transportadoras terceirizadas para entregar esses produtos aos nossos clientes. Não podemos assegurar que seremos capazes de criar e manter nosso relacionamento com essas transportadoras para o fornecimento de serviços de transporte à Companhia de acordo com as nossas normas de qualidade e a preços aceitáveis, bem como com os nossos parceiros comerciais. Nossa incapacidade de criar ou manter relacionamentos satisfatórios, bem como a falha das transportadoras em prestar os serviços de transporte de acordo com nossas normas e a preços aceitáveis, bem como eventuais interrupções parciais ou total (tais como greves e paralisações) destas transportadoras, poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados e situação financeira.

Além disso, mudanças recentes na legislação trabalhista relativa à terceirização foram aprovadas e não podemos prever como serão regulamentadas ou interpretadas pelo poder judiciário e autoridades competentes. Também são imprevisíveis os impactos que tais mudanças terão sobre o mercado de trabalho e a remuneração dos empregados terceirizados. Se, em decorrência dessa nova legislação, a terceirização das atividades se tornar mais restrita ou custosa, é possível que tenhamos que alterar a maneira com que transportamos nossos produtos, e nosso fluxo de caixa e o resultado de nossas operações podem ser negativamente afetados de forma relevante. Podemos ainda ser solidariamente responsabilizados por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária requerida judicialmente por empregados dos nossos transportadores terceirizados, o que pode nos afetar negativamente de forma relevante.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia está exposta a riscos de crédito e inadimplência de seus clientes.

O recebimento dos pagamentos devidos por nossos clientes depende da capacidade de crédito desses clientes e da nossa capacidade de cobrá-los. O nível de inadimplência de nossos clientes podem atingir patamares elevados em um curto espaço de tempo em decorrência de motivos diversos, que estão fora do nosso controle. Caso isso ocorra, podemos vir a não recuperar determinados créditos relativos a dívidas de clientes inadimplentes. Caso não recuperemos parcela significativa desses créditos, nosso fluxo de caixa e nossos resultados financeiros poderão ser afetados adversamente e de forma relevante.

Adicionalmente, a eventual desaceleração ou retração econômica brasileira poderá ocasionar eventos como a desvalorização do real, aumento dos níveis de inflação, aumentos nas taxas domésticas de juros, aumento no nível de desemprego, e a restrição a concessão de crédito poderá levar os clientes da Companhia a se tornarem inadimplentes com relação às obrigações contratadas junto à Companhia, o que poderá acarretar um aumento em perdas e/ou provisões para devedores duvidosos da Companhia, causando efeito relevante adverso em seus negócios.

Vale ressaltar que a pandemia da COVID-19 causou impacto na renda dos brasileiros. Com isso, em decorrência de tal impacto, a Companhia poderá estar exposta a risco de crédito de seus clientes,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

por conta de eventual deterioração de sua situação financeira que poderá ser causada pela pandemia da COVID-19.

A Companhia poderá sofrer impactos financeiros adversos ocasionados pelo aumento da demanda por medicamentos e produtos hospitalares para o Setor Público.

A Companhia atende clientes do Setor Público que corresponderam, no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2020 a 11,14% da sua receita bruta. Os acordos firmados com os clientes do Setor Público, usualmente pressupõem a realização de pagamento a longo prazo, o que impacta adversamente o fluxo de caixa e o capital de giro da Companhia. Caso haja uma demanda significativa por medicamentos e materiais hospitalares por parte do Setor Público, bem como atraso no pagamento por parte do Setor Público, a Companhia poderá ter dificuldades em se planejar financeiramente e melhorar a sua estrutura de negócio.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Alterações na cadeia produtiva e de fornecimento na indústria farmacêutica brasileira poderão ter efeito adverso em nossos negócios.

O mercado farmacêutico brasileiro é altamente dinâmico. Assim, o setor está sujeito a eventuais mudanças na cadeia produtiva e de fornecimento, tais como:

- mudanças na política de fabricação de produtos farmacêuticos ou procedimentos que afetem, dentre outros, preços, venda, custo, estoque, distribuição e fornecimento e prazos de pagamento;
- mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos, particularmente que impactem a utilização de distribuidores atacadistas, como nossa Companhia;
- exigências adicionais para armazenamento, estocagem, manipulação e transporte;
- imposições de controles de preço adicionais ou mais para os produtos farmacêuticos; e

Quaisquer desses fatores, caso materializados, poderão afetar adversamente e de forma relevante o fornecimento, demanda e preços dos nossos produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado atual e futuro e, conseqüentemente, poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados e situação financeira.

A forte concorrência no setor de distribuição de medicamentos no Brasil poderá resultar em redução de nossas margens de lucros.

O mercado de distribuição de medicamentos é altamente competitivo. Concorremos com fabricantes que vendem seus produtos diretamente a clientes, com outros distribuidores de grande porte no Brasil, além de diversos distribuidores e empresas de logística regionais menores.

A crescente concorrência nos mercados nos quais operamos, quer por meio de novos concorrentes entrando no Brasil, quer por meio de concorrentes expandindo suas operações, fusões entre concorrentes, ou por fabricantes expandindo suas vendas diretas a clientes, poderá afetar adversamente nossa participação no mercado e os preços de venda de nossos produtos, reduzindo nossas margens e diminuindo a variedade de produtos disponíveis para a Companhia o que poderá afetar adversamente e de forma relevante nossos negócios, resultados e situação financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

O mercado farmacêutico e de produtos hospitalares brasileiro é altamente regulamentado e nós não podemos garantir que as agências reguladoras, órgãos ambientais ou o Poder Judiciário reconhecerão que nós atendemos às exigências impostas por tais leis e regulamentos ou que conseguiremos cumprir novas exigências legais ou regulamentares dentro do prazo estipulado pelas autoridades competentes.

O mercado farmacêutico e de produtos hospitalares brasileiro é altamente regulamentado. As cadeias produtivas de medicamentos estão sujeitas a ampla regulamentação federal, estadual e municipal em relação a operações e normas de segurança e de saúde impostas pelo Ministério da Saúde, pela ANVISA, e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Vigilância Sanitária, pelo Ministério do Meio Ambiente e demais órgãos estaduais e municipais do meio ambiente, bem como por leis e regulamentos correlatos aplicáveis à proteção do meio ambiente e saúde e segurança, inclusive a entrega, manuseio e descarte de substâncias perigosas, e a imposição de exigências para controle da comercialização de determinados medicamentos.

Ainda, aumentos nas despesas de pessoal devido a novas exigências regulatórias ou a negociações trabalhistas desfavoráveis podem nos afetar adversamente e acarretar aumentos em nossas despesas operacionais, de forma que não podemos garantir que estes possíveis custos adicionais serão repassados a nossos preços. Caso tais repasses não ocorram, estes aumentos de custos podem impactar a nossa rentabilidade e nos afetar adversamente.

Nossas atividades estão sujeitas a leis e regulamentações que poderão afetar a distribuição de medicamentos (inclusive remédios controlados), o empacotamento e armazenamento dos produtos por nós distribuídos e comercializados, bem como as vendas e atividades de marketing dos referidos produtos. O ambiente regulatório farmacêutico pode ser alterado de forma a restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios, regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, alterar a metodologia de precificação e reajuste de alguns dos nossos produtos ou afetar adversamente de qualquer outra forma os nossos negócios, resultados e situação financeira.

Não podemos garantir que as agências reguladoras, órgãos ambientais ou o Poder Judiciário reconhecerão que nós atendemos às exigências impostas por tais leis e regulamentos, que interpretações divergentes ao entendimento da Companhia quanto à legislação ambiental aplicável não serão adotadas ou que conseguiremos cumprir novas exigências legais ou regulamentares dentro do prazo estipulado pelas autoridades competentes. Ademais, nossas operações poderão ser cobertas por regulamentação especial, estadual ou municipal, tais como leis de zoneamento e restrições a publicidade e comercialização. Também não podemos assegurar que seremos capazes de manter ou renovar os alvarás, autorizações e licenças existentes ou obter, sem atrasos significativos, futuros alvarás e licenças necessárias para a realização de nossos negócios.

Estamos sujeitos a regulamentações que impõem controles de preço sobre a maior parte dos produtos farmacêuticos que vendemos. Essas regulamentações podem requerer aumentos nas despesas de loja ou mesmo limitar as margens e a nossa capacidade de repassar custos aos clientes, o que poderá nos afetar adversamente

A comercialização de medicamentos é sujeita ao regime de controle de preços da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão interministerial responsável pela regulação

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

econômica do mercado de medicamentos no Brasil. A oferta, promoção ou venda de produtos farmacêuticos sem um preço definido pelo CMED ou a um preço superior ao preço máximo definido pela CMED poderá acarretar, após o devido processo administrativo instaurado pela CMED, sanções administrativas, tais como (i) ordem para correção da prática infrativa; e/ou (ii) multa, calculada de acordo com fórmulas e elementos específicos, incluindo a duração da conduta irregular e a condição econômica do agente. As multas aplicadas podem variar de aproximadamente R\$ 670,00 a R\$10.000.000,00, dobradas em caso de recorrência. Qualquer mudança significativa nas regras de controle de preços dos medicamentos, em função de qualquer fator, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, pode limitar a capacidade de repassar custos aos clientes, bem como pode resultar na redução da margem de lucro, afetando adversamente e de forma relevante nossos resultados operacionais e condições financeiras. Não podemos garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os medicamentos no futuro, o que poderá afetar adversamente os nossos negócios. Para maiores informações sobre regulamentação de controle de preço, vide item 7.5(a) deste Formulário de Referência.

O atraso no cumprimento ou o não cumprimento de exigências regulatórias poderá nos afetar adversamente.

O atraso no cumprimento ou o descumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis às nossas atividades poderão acarretar, após o devido processo administrativo ou judicial, sanções de natureza administrativa, civil ou penal a nós, causando efeitos adversos, tais como (i) a suspensão de pagamentos nos termos de programas governamentais; (ii) perda de licenças governamentais e regulatórias; (iii) perda de autorizações para participação ou exclusão de programas de recuperação fiscal; (iv) perda de licenças operacionais para uma ou mais lojas ou para condução de certas atividades comerciais, com possível interrupção de operação de lojas; ou (v) a imposição de multas ou penalidades significativas que poderão nos afetar adversamente.

Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis às nossas atividades, ou a nossa incapacidade de manter, renovar ou obter os alvarás ou licenças necessárias poderá nos afetar adversamente.

A não obtenção, não renovação, atrasos ou cancelamento das autorizações, registros, licenças, outorgas e alvarás necessários para a instalação e a operação de suas unidades e seus centros de distribuição pode ter impacto negativo na Companhia e seus negócios.

A Companhia depende de vários registros, autorizações, licenças municipais, licenças sanitárias, licenças ambientais, outorgas e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros e licenças de funcionamento emitidas pelas respectivas Municipalidades, relacionados à operação e ao funcionamento de seus centros de distribuição. Grande parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovado de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Além disso, eventuais irregularidades ou alteração de construções referentes as unidades e centros de distribuição também podem impactar negativamente na manutenção das licenças imobiliárias, quais sejam, Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros e licenças de funcionamento emitidas pelas respectivas Municipalidades, assim como nas respectivas renovações perante os órgãos competentes. A expansão das operações da Companhia e/ou alteração da legislação aplicável também pode demandar que novas licenças,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

outorgas, autorizações, alvarás e/ou registros sejam solicitadas perante as autoridades competentes. A Companhia estima que aproximadamente 10% de todas as licenças aplicáveis às atividades da Companhia, incluindo outorgas, autorizações e registros, estão em fase de renovação ou obtenção. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões, outorgas e autorizações, juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, a Companhia pode não ser capaz de obter ou renová-los em tempo hábil. A não obtenção ou a não renovação das suas licenças poderá resultar em autos de infração; sujeitar a Companhia ao pagamento de multas no valor de até R\$ 10 milhões, de acordo com a legislação ambiental federal; impedir a Companhia de abrir e operar os centros de distribuição; resultar no fechamento dos centros de distribuição; expor a Companhia a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; e afetar substancial e negativamente a imagem da Companhia.

A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancial e adversamente afetada se não for possível abrir e/ou operar novos centros de distribuição. Caso a Companhia venha a suspender ou fechar alguns de seus centros de distribuição em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças, outorgas e alvarás, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser materialmente afetados.

Nossa exposição à variação cambial poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Contratamos e possuímos empréstimos contratados em moeda estrangeira, que, portanto, estão sujeitos a variações cambiais.

Não há, em nossa Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado, nenhum dispositivo que determine uma obrigação de atrelar a tais empréstimos derivativos que mitiguem o risco de exposição a variações cambiais sempre que for contratado um passivo denominado em moeda estrangeira.

Dessa forma, tais variações cambiais poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados operacionais.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros onde a Companhia atue.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode nos submeter a sanções administrativas, tais como multas de até R\$ 50 milhões e suspensão de atividades, e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

indenizar terceiros. Caso essas leis e regulamentos fiquem mais rigorosos, poderemos ter que aumentar significativamente os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e negativamente.

A Companhia não detém, para algumas de suas unidades, a totalidade das licenças e autorizações ambientais necessárias ao exercício de suas atividades, assim como não submeteu a todas as autoridades que controlam o uso de produtos químicos, documentos de controle periódico, hipóteses que podem sujeitá-la a sanções administrativas, incluindo multas de até R\$ 10 milhões e a suspensão de atividades, e criminais, bem como à obrigação de reparar e/ou indenizar danos decorrentes de suas atividades. Caso seja autuada por questões ambientais, a imagem da Companhia poderá ser adversamente afetada.

A pandemia da COVID-19 tem causado atrasos em processos de licenciamento, o que pode impactar direta ou indiretamente as atividades da Companhia, na medida em que impõe óbices à obtenção e renovação de licenças nos casos de órgãos de controle que mantiveram-se omissos com relação a procedimentos provisórios de licenciamento, com o intuito de assegurar a prestação do serviço público e prosseguimento de atividades.

Adicionalmente, a Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS") para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia, de qualquer natureza, inclusive a eventual ausência de elaboração e de implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde ("PGRSS") para as unidades em que esses tipos de resíduos sejam gerados, pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais. Caso a Companhia seja penalizada ou responsabilizada por irregularidades no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a sua imagem também poderá ser adversamente afetada.

A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

Existem três instrumentos a serem possivelmente usados para tornar obrigatória a implantação do sistema de logística reversa: regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso. Atualmente, a implementação de sistemas de logística reversa é ou se tornará obrigatória, nos próximos meses, em nível federal, aos envolvidos na cadeia de óleos lubrificantes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio, embalagens em geral, embalagens de aço, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, medicamentos, pneus inservíveis, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias. No caso de medicamentos, em âmbito federal, a questão foi regulamentada pelo Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, que entrará em vigor 180 dias após a sua publicação. Normas de alguns Estados, já impunham certas obrigações ao setor, assim como impuseram obrigações de logística reversa também a outros setores e produtos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia deve observar normas de logística reversa nos Estados em que atua e, a partir de dezembro de 2020, estará sujeita a observar as regras de logística reversa estabelecidas em nível federal para parte dos produtos que distribui/comercializa. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais) e criminais, bem como ao dever de reparar ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

(k) Riscos Macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como o atual coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, incluindo a cotação das ações ordinárias e das ações preferenciais de nossa emissão, foi adversamente afetada em razão do surto da COVID-19. Não podemos garantir que a cotação das ações ordinárias e das ações preferenciais de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas.

A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro, e tampouco prevê-las. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e;
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sendo que as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações ordinárias, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo o recente conflito envolvendo Estados Unidos e Irã, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia da COVID-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

Instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios da Companhia e os resultados de suas operações.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, uma recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

Desse modo, a Companhia não pode assegurar a liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos atuais e/ou futuros acionistas da Companhia de vender as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real. O aumento da inflação pode refletir em crescimento do preço dos produtos médico hospitalares e afetar a demanda negativamente e conseqüentemente o volume de negócios da Companhia. Além disso, o poder de compra dos compradores pode ser afetado negativamente na hipótese de aumento da inflação, afetando negativamente as vendas no setor de varejo.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard&Poor's, Moody's e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano.

Em dezembro de 2015, a Moody's colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB - com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de ações ordinárias da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

(i) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio e taxas de juros — afetarem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

(ii) Risco Cambial

A Companhia possui empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira mas contrata um swap cambial na data de contratação da dívida no mesmo valor e com o mesmo vencimento. Desta forma, a Companhia considera que não está exposta materialmente ao risco cambial, e, optou por não apresentar o quadro de análise de sensibilidade da taxa de câmbio para suas operações.

(iii) Risco de Taxa de Juros

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros está apresentado abaixo:

Análise de sensibilidade em relação a taxa de juros e câmbio:

Dados:		Cenário	Cenário I	Cenário II
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Tx de câmbio USD estimada para o exercício 2020 ¹		R\$ 5,200	R\$ 6,500	R\$ 7,800
Tx de câmbio EUR estimada para o exercício 2020 ⁴		R\$ 5,830	R\$ 7,288	R\$ 8,745
CDI projetada para o final do exercício ²		1,89%	2,4%	2,8%
Valor dos Empréstimos em EUR		1.600	1.600	1.600
Valor dos Empréstimos em USD		61.024	61.024	61.024
Valor da ponta passiva sujeita a variação da CDI		384.663	384.663	384.663
		Valores em R\$	Valores em R\$	Valores em R\$
Futuro	Alta da CDI ³	7.255	9.068	10.882
	Dívida(Risco de Aumento do US\$) Derivativo(Risco de Aumento do US\$)	16.843	(62.488)	(141.820)
Hedge Dívida em US\$	Dívida(Risco de Aumento do EUR) Derivativo(Risco de Aumento do EUR)	(16.843)	62.488	141.820
	Dívida(Risco de Aumento do EUR) Derivativo(Risco de Aumento do EUR)	847	(1.485)	(3.818)
Hedge Dívida em EUR		(847)	1.485	3.818
Efeito líquido		7.255	9.068	10.882

¹ Conforme taxa projetada para o fim do exercício divulgada no relatório Focus Bacen de 07 de agosto de 2020.

² Conforme contrato futuro de dezembro/2020 de DI de encerramento na B3 do dia 13/08/2020

³ Calculado considerando o impacto até o final do período caso ocorra a variação do indicador.

⁴ Conforme análises dos bancos recebidos pela Companhia na data da projeção.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

(iv) Análise de sensibilidade de risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria na qual o cliente opera.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com a Companhia e existência de dificuldades financeiras no passado.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis e não se utiliza de garantias para não constituição de provisão para perdas.

Abaixo a análise de sensibilidade com relação ao risco de crédito no período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2020 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

30 de junho de 2020

	Consolidado					
	Análise de sensibilidade					
	Valor contábil	Total	25%	50%	-25%	-50%
<i>Em milhares de Reais</i>						
Passivos financeiros						
Empréstimos bancários	405.094	411.278	514.098	616.917	308.459	205.639
	405.094	411.278	514.098	616.917	308.459	205.639

31 de dezembro de 2019

	Consolidado					
	Análise de sensibilidade					
	Valor contábil	Total	+25%	+50%	-25%	-50%
<i>Em milhares de Reais</i>						
Passivos financeiros						
Empréstimos bancários	302.455	323.959	404.949	485.939	242.969	161.980
	302.455	323.959	404.949	485.939	242.969	161.980

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em processos tributários, cíveis e trabalhistas, com chances de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme CPC 25/IAS 37. As provisões refletem apenas os processos identificados com chance de perda provável e cujo valor em discussão possa ser quantificado, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, excetuados o montante total de R\$ 6,9 milhões que são de responsabilidade de antigos sócios das empresas adquiridas pela Companhia, inclusive proporcionais aos pedidos formulados pelas contrapartes.

Os processos oriundos de períodos anteriores às respectivas datas de aquisição são de responsabilidade dos antigos sócios controladores e estão garantidos por parcelas diferidas do preço de aquisição. Em 30 de junho de 2020, a Elfa e suas controladas possuíam processos com risco de perda avaliados como provável no montante de R\$ 7,3 milhões, que estão cobertos por parcelas a pagar de aquisição de investidas e retenções de ex-sócios controladores.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia figurava em 326 processos judiciais, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perdas remotas era de R\$ 6,8 Milhões, os possíveis somavam R\$ 29,4 Milhões e nos processos com classificados como prováveis o total era de R\$ 7,3 Milhões, totalizando, portanto, R\$ 43,5 milhões. De acordo com as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2020 da Companhia, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$389 mil para contingências cuja chance de perda é classificada por nós e por nossos assessores legais como “provável”.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia figura como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente, possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia ou, ainda que, possam, de alguma forma, influenciar a decisão do investidor em investir em valores mobiliários de nossa emissão.

(i) Contingências Cíveis

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 238 (duzentas e trinta e oito) processos judiciais cíveis, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perdas remota era de R\$ 3,8 Milhões, os possíveis somavam R\$ 6,2 milhões e nos processos com classificados como prováveis o total era de R\$ 122 mil, totalizando, portanto, R\$ 10,2 milhões de valor envolvido.

Destacamos abaixo as principais contingências cíveis em que nós e nossas controladas somos partes:

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1004266-97.2017.8.26.0428	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Paulínia, Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27.9.2017
d. Partes no processo	Requerente: Município de Paulínia Requeridas: Elfa Medicamentos S.A ("Elfa"), Nacional Comercial Hospitalar Ltda. ("Nacional") e Outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.249.641,80 (valor histórico da causa) R\$ 138.837,66 (valor envolvido atualizado para Jun/2020 da Nacional somado ao valor envolvido atualizado para Jun/2020 da Elfa)
f. Principais fatos	<p>Trata-se de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Município de Paulínia contra as empresas Elfa Medicamentos S.A ("<u>Elfa</u>"), Nacional Comercial Hospitalar Ltda. ("Nacional") e Outros que licitavam regularmente com o Município de Paulínia, em função de possíveis irregularidades praticadas pelo então prefeito da cidade de Paulínia nas compras por dispensa de licitação. De acordo com a petição inicial, as Requeridas teriam vendido à Prefeitura medicamentos e equipamentos médicos supostamente supervalorizados e, conseqüentemente, causando danos ao erário. Dessa forma, o Município de Paulínia requereu a declaração de nulidade dos contratos firmados com as Requeridas, bem como (i) o reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa pela Elfa, com fulcro no artigo 11, caput, inciso I da Lei nº 8.429/1992; e (ii) o reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa pela Nacional, com fulcro nos artigos 9, caput, incisos II e XI da Lei nº 8.429/1992 e 10, caput, incisos I, VIII e XII da mesma Lei. Além disso, liminarmente, o Município de Paulínia requereu a decretação de indisponibilidade de bens de algumas Requeridas, incluindo a Nacional, no valor correspondente a R\$ 36.328,72. Em 28.3.2018, foi proferida decisão deferindo parcialmente a liminar pleiteada pelo Município de Paulínia, a fim de determinar a indisponibilidade dos bens de Edson Moura Júnior. Contra essa decisão, o Município de Paulínia interpôs agravo de instrumento, que foi parcialmente deferido em 15.5.2018, visando estender o decreto de indisponibilidade de bens às demais Requeridas, limitado o montante total da medida ao valor de R\$ 310.255,90. Em 6.12.2018, houve a juntada de extrato do BACENJUD confirmando o bloqueio de R\$ 9.082,18 em nome da Nacional. A Elfa e a Nacional apresentaram defesas prévias e o processo encontra-se pendente de manifestação pelo Município de Paulínia acerca das defesas prévias apresentadas pelas Requeridas, de modo que não foi proferida decisão de mérito até então. A Elfa e a Nacional entendem, contudo, que, no caso concreto, os</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1004266-97.2017.8.26.0428	
	seguintes aspectos indicam que o processo tende à improcedência ou, no limite a condenação em penas pecuniárias (<i>i.e.</i> , sem a aplicação da pena de proibição temporária de contratar com o Poder Público): (i) no contexto do inquérito civil que antecedeu o ajuizamento do presente processo, o Ministério Público indicou que os itens fornecidos pela Elfa não foram vendidos com sobrepreço e, portanto inexistindo qualquer aspecto caracterizador de improbidade administrativa; (ii) as vendas atribuídas à Nacional alegadamente com sobrepreço correspondem a medicamentos que a Nacional não comercializava à época, além de fazerem referência a notas fiscais que sequer foram emitidas pela Nacional; e (iii) não há nos autos qualquer alegação de prática dolosa por parte da Elfa e da Nacional que eventualmente justificaria a aplicação da pena de proibição temporária de contratar com o Poder Público.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, além do impacto financeiro de acordo com o valor envolvido acima informado, há um impacto reputacional decorrente de eventual condenação em ação de improbidade administrativa, sendo certo que esses impactos já ocorrem em função da condição de ré das empresas na ação em referência. Ademais, cumpre ressaltar que, além de estarem sujeitas ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens e valores supostamente acrescidos ilícitamente ao patrimônio e pagamento de multa civil, caso as empresas Elfa Medicamentos S.A. e Nacional Comercial Ltda. sejam condenadas pela prática de ato de improbidade administrativa com fulcro nos artigos 9, 10 e/ou 11 da Lei nº 8.429/1992, estarão sujeitas à pena de proibição temporária de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três, cinco ou dez anos.

Processo nº 201811801893	
a. Juízo	2ª Vara Cível do Foro de Aracaju, Estado de Sergipe
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	14.12.2018
d. Partes no processo	Autor: Município de Aracaju Réu: Elfa Medicamentos S.A. e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor ilíquido
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Município de Aracaju para compelir as Rés a contratarem compulsoriamente com o Município de Aracaju a compra e venda da Periciazina 4%, princípio ativo do medicamento Neuleptil no preço, prazo e

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 201811801893	
	<p>quantidades definidos unilateralmente, eis que haveria recusa injustificada por parte das Rés em participar dos processos de dispensa de licitação, de dispensa emergencial e do pregão eletrônico. Diante disso, o Município de Aracaju requer, liminarmente, que os Requeridos (i) sejam obrigados a fornecer, no prazo de 5 dias, o medicamento em quantidade suficiente para atender as necessidades do Município de Aracaju por um ano; (ii) sejam obrigados a ingressar em nome próprio e/ou liberar seus distribuidores a ingressarem nos certames licitatórios para aquisição dos medicamentos, sob pena de multa de R\$ 1.000.000,00 por descumprimento; (iii) indiquem à Secretaria Municipal de Saúde informações para envio de correspondência e comunicação; (iv) sejam condenados ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 em caso de descumprimento dos itens anteriores. No mérito, requer a confirmação dos pedidos liminares bem como seja reconhecido o dano moral difuso ou coletivo, condenando os Réus a compensá-los no montante de R\$ 5.000.000,00. Foi proferida decisão liminar deferindo parcialmente a tutela de urgência para compelir as rés a fornecer o medicamento na quantidade suficiente para atender as necessidades do Município por um ano, observando o preço máximo de venda, sob pena de multa pecuniária no valor de R\$ 5.000,00 por dia, até o total de R\$ 1.000.000,00. A Elfa apresentou contestação na qual constam os seguintes argumentos: (i) a sua ilegitimidade passiva, vez que é apenas distribuidora do Medicamento e não detém o controle sobre prazo e quantidade em que o medicamento será produzido e disponibilizado no mercado e (ii) a falta de interesse de agir do Município de Aracaju, diante da realização de pregão para aquisição da 9.000 unidades de Periciazina 4%, do qual a Elfa havia saído vencedora. Contra a decisão liminar, a Elfa interpôs agravo de instrumento alegando, em síntese, a perda do objeto da demanda diante da homologação da contratação da Elfa no referido processo de licitação para venda de Periciazina 4% na quantidade suficiente para atender as necessidades do Município de Aracaju por um ano.</p> <p>Em sede de efeito translativo do recurso, o Desembargador Relator extinguiu a Ação Civil Pública por perda de objeto. O Município de Aracaju interpôs agravo interno contra esta decisão que foi, mantida em acórdão proferido pelos Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Sergipe. Ato contínuo, o Juízo de primeira instância proferiu despacho para extinguir a Ação Civil Pública, conforme determinado pelo Tribunal de Justiça do Sergipe. A sentença que determinou a extinção do processo transitou em julgado com relação ao recurso da Elfa. Por outro lado, aguarda-se o decurso de prazo para interposição de eventuais recursos especial e extraordinário pelo Município de Aracaju contra acórdão proferido nos autos de Agravo de</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 201811801893	
	Instrumento interposto por outra corré da Ação Civil Pública, a Propharma Speciality S.A.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro cujo valor é ilíquido, eis que envolve obrigações de fazer.

Processo nº 0001715-84.2011.8.26-0069	
a. Juízo	Vara Distrital de Bastos, Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19.9.2011
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Nacional Comercial Hospitalar Ltda. e Outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 154.457,39 (valor da causa)
f. Principais fatos	Trata-se de ação de improbidade administrativa promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo ("MP-SP") em face da Nacional Comercial Hospitalar Ltda. ("Nacional") e Outros, sob a alegação de que Francisco Antônio Barbizan, ex-prefeito da cidade de Iacri, frustrou a licitude de vários procedimentos licitatórios destinados à aquisição de medicamentos para o Centro de Saúde Municipal, quando, ao invés de determinar a realização de um certame, optou por realizar, num curto espaço de tempo, sete licitações sob a modalidade de Convite aos demais requeridos. Sendo assim, o MP-SP requereu a condenação dos requeridos à suspensão de licitar, bem como à devolução dos valores dispendidos pelo Município de Iacri. Em seguida, a Nacional apresentou defesa, por meio da qual requereu o acolhimento da preliminar de inépcia da inicial por falta de provas de conluio. No entanto, em 23.1.2013, a Nacional foi condenada às seguintes sanções: (i) ressarcimento ao erário no valor de R\$ 9.703,42, referente à carta-convite nº 28/2008; (ii) devolução aos cofres públicos dos valores dispendidos com a contratação; (iii) pagamento de multa civil, no mesmo valor do dano; e (iv) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos, nos termos dos artigos 12, inciso II e 10, VIII, ambos da Lei nº 8.429/1992. Interposto recurso, foi o mesmo rejeitado, com voto vencido. Diante deste voto vencido, houve a oposição de embargos infringentes, que foram posteriormente acolhidos, resultando na improcedência do pedido inicial em face da Nacional. O processo encontra-se atualmente sobrestado em função de efeito repetitivo, mas não há recurso contra a decisão dos embargos infringentes até o momento.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0001715-84.2011.8.26-0069	
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável, uma vez que a decisão de condenação da Nacional Comercial Hospitalar Ltda. foi revertida em decisão proferida em sede de recurso de embargos infringentes. Referida decisão não foi objeto de recursos por parte do MP-SP durante o prazo legal aplicável. Nesse sentido, a Nacional Comercial Hospitalar Ltda. aguarda o trânsito em julgado do feito, que ainda não ocorreu em virtude de recursos interpostos nos tribunais superiores por outros réus.

Processo nº 0081823-84.2008.8.02.0001	
a. Juízo	16ª Vara Cível de Maceió, Estado de Alagoas.
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	16.05.2008
d. Partes no processo	Autor: Estado de Alagoas Réu: Nacional Comercial Hospitalar Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 120.082,00
f. Principais fatos	Trata-se de ação de obrigação de fazer, cujo autor alega que as empresas requeridas não estão entregando os produtos licitados. Assim, pretende que as rés sejam compelidas a entregar os produtos sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00. Deferida a tutela para que as rés forneçam os produtos licitados, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00. Ação julgada procedente em 1ª Instância, aguarda julgamento de apelação.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá apenas impacto financeiro.

Processo nº 1033776-67.2020.8.26.0100	
a. Juízo	23ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	29.04.2020
d. Partes no processo	Autor: Marcio Calfa Antonio e Ana Maria Clá Zambom Antonio Réu: Nacional Comercial Hospitalar Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.328.154,87 (valor histórico da causa)
f. Principais fatos	Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial julgada extinta sem resolução de mérito em junho de 2020, em função da ausência de jurisdição do poder judiciário para julgar a demanda,

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1033776-67.2020.8.26.0100	
	dada a existência de cláusula arbitral firmada pelas partes. Os autores opuserem embargos de declaração, aos quais não foi dado provimento. Aguarda-se eventual interposição de recurso de apelação.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá apenas impacto financeiro.

(ii) Contingências Trabalhistas

Em 30 de junho de 2020, nós e nossas controladas figurávamos como partes em 33 (trinta e três) processos judiciais trabalhistas, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perda remota era de R\$ 2,7 Milhões, os possíveis somavam R\$ 14,9 milhões e nos processos com classificados como prováveis o total era de R\$ 2,58 Milhões, totalizando, portanto, R\$20,2 milhões.

Destacamos abaixo as principais contingências trabalhistas que nós e nossas controladas em conjunto somos partes:

Processo nº 0001335-60.2019.5.09.0245	
a. Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)
b. Instância	1ª Instância - Vara do Trabalho de Pinhais
c. Data de instauração	12.11.2019
d. Partes no processo	Silas Cerino de Pontes x Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospital Ltda. e Elfa Medicamentos Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais pedidos: (i) reconhecimento de grupo econômico entre as reclamadas; (ii) reconhecimento de vínculo empregatício com as reclamadas e pagamento das verbas trabalhistas aplicáveis (férias, 13º salário, verbas rescisórias e FGTS); (iii) integração das comissões recebidas na remuneração; e (iv) pagamento de diferenças de comissões, comissões suprimidas e vencidas. Notamos que a presente ação diz respeito principalmente ao FGTS aplicável durante todo o período pleiteado de reconhecimento de vínculo empregatício (i.e. 25 anos). Valor da causa: R\$ 7.985.477,60
f. Principais fatos	Audiência inicial designada para 10.8.2020, às 8h50.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, o valor de impacto financeiro envolvido atualizado é de R\$ 9.139.168,67.

Processo nº 0001258-93.2016.5.05.0010	
a. Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA)

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0001258-93.2016.5.05.0010	
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	10.10.2016
d. Partes no processo	Marcelo Vargas Leal Miranda x Elfa Medicamentos Ltda. e Patria Investimentos Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais pedidos: (i) reconhecimento de grupo econômico entre as reclamadas; (ii) reconhecimento de vínculo empregatício com as reclamadas e pagamento das verbas trabalhistas aplicáveis (férias, 13º salário, verbas rescisórias e FGTS); (iii) reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho; (iv) pagamento de horas extras e reflexos; (v) pagamento do repouso semanal remunerado sobre as comissões recebidas e reflexos; e (vi) pagamento de PLR. Valor da causa: R\$ 800.000,00
f. Principais fatos	Sentença proferida em 24.8.2017 julgou a ação totalmente improcedente. O reclamante interpôs recurso ordinário e as reclamadas apresentaram contrarrazões. Acórdão proferido em 24.4.2019 deu parcial provimento ao recurso ordinário do reclamante, deferindo apenas o pedido de justiça gratuita. O reclamante interpôs recurso de revista e posteriormente agravo de instrumento, ambos devidamente contrarrazoados e contraminutados pelas reclamadas. Em 14.4.2020 os autos foram remetidos ao Tribunal Superior do Trabalho para julgamento dos recursos.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, o valor de impacto financeiro envolvido atualizado é de R\$ 1.783.059,96.

Processo nº 0010776-71.2020.5.15.0113	
a. Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (SP)
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	18.06.2020
d. Partes no processo	Marcia Adriana Gomes de Oliveira
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Principais pedidos: (i) integração de comissões pagas fora da folha; e (ii) diferenças salariais pela redução indevida de remuneração. Valor da causa: R\$ 1.032.335,09
f. Principais fatos	Ação distribuída em junho de 2020. Companha trabalha na estruturação da defesa.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0010776-71.2020.5.15.0113	
g. Chance de perda	Possível.
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, o valor de impacto financeiro envolvido atualizado é de R\$ 1.032.335,09.

(iii) Contingências Tributárias

Em 30 de junho de 2020, nós e nossas controladas figurávamos como partes em 57 (cinquenta e sete) processos judiciais tributários, das quais 2 (duas) figurávamos no polo passivo cujo valor envolvido somam R\$ 11,8 milhões, dos quais 1 (um) no valor de R\$ 7,2 milhões foi classificado como perda possível, e 1 (um) no valor de R\$ 4,6 milhões foi classificado como perda provável e nas demais 55 ações, em que ocupávamos o polo ativo, tais ações não possuem superveniência ativa relevante.

Além dos processos judiciais tributários, nós e nossas controladas figurávamos como parte em 19 (dezenove) procedimentos tributários administrativos (autos de infração) que representam o valor envolvido de R\$ 6.097 milhões.

Destacamos abaixo as principais contingências tributárias que nós e nossas controladas em conjunto somos partes:

Processo nº 43629717	
a. Juízo	Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul ("TARF/RS")
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	13/08/2019
d. Partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul Polo Passivo: Elfa Medicamentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.484.389,63 (R\$ 1.545.019,79 – valor atualizado até 31/07/2020)
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado para cobrar valores de ICMS ST não destacado na venda a contribuintes, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2016 a 2018. Em 18/09/2019, foi apresentada Impugnação, a qual foi julgada improcedente. Em 23/01/2020, foi apresentado recurso ao TARF/RS. Aguarda-se julgamento de recurso.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido, devidamente atualizado.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 201309100	
a. Juízo	Tribunal Administrativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	19/07/2013
d. Partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará Polo Passivo: Elfa Medicamentos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.590.861,63
f. Principais fatos	Auto de Infração lançado por suposta falta de recolhimento de ICMS na aquisição interestadual de medicamentos no período de 2008. Foi apresentada Impugnação, uma vez que as operações tributadas estavam acobertadas por isenção tributária prevista em convênio. A Impugnação foi julgada improcedente e o Auto de Infração foi mantido integralmente. Contra essa decisão foi apresentado recurso. Aguarda-se julgamento do recurso. Tendo em vista que a discussão ainda está na esfera administrativa, em caso de perda caberá a análise de eventual propositura de ação judicial para afastar a cobrança.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito na esfera administrativa e judicial, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido, devidamente atualizado.

Processo nº 5017755-72.2016.4.04.7200	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 4ª Região ("TRF-4")
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	29/07/2016
d. Partes no processo	Polo Ativo: Cirurgia Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. Polo Passivo: Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.126.105,18
f. Principais fatos	A demanda foi ajuizada visando à anulação dos lançamentos de IRPJ e CSLL objeto do Processo Administrativo nº 11516-722.115/2011-26 e inscrição em Dívida Ativa nº 91.2.16.004080-09 e 91.6.16.011754-65 pelo registro de despesas não relacionadas à atividade operacional, bem como pelo registro de exclusões sem amparo legal. Sobreveio sentença que julgou a ação improcedente nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5017755-72.2016.4.04.7200	
	Contra essa decisão foi interposto Recurso de Apelação ao TRF-4.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido, devidamente atualizado

Processo nº 0014654-44.2016.4.03.6100	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região ("TRF-3")
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	01/07/2016
d. Partes no processo	Polo Ativo: Comercial Commed Produtos Hospitalares Ltda. Polo Passivo: Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.605.000,00 (data-base julho de 2016)
f. Principais fatos	A demanda foi ajuizada visando à anulação dos lançamentos de IRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, objeto do Processo Administrativo nº 195.720995/2012-07. O lançamento decorre de suposta omissões de receitas no período de 2007 e de suposto pagamento a beneficiário não identificado. Sobreveio sentença que julgou a ação parcialmente procedente, para reduzir a multa qualificada para 100%. Contra essa decisão as partes apresentaram Recurso de Apelação ao TRF-3.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Commed não obtenha êxito na ação, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido, devidamente atualizado, sendo certo este processo é oriundo de período anterior à aquisição da Commed, portanto de responsabilidade de antigo sócio. Assim, não há provisão relativa a este processo enquanto estiver garantido por parcela retida de preço de aquisição de quotas da referida sociedade.

Processo nº 0527348-30.2014.8.05.0001	
a. Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador/BA
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	05/06/2014
d. Partes no processo	Polo Ativo: Fazenda Pública do Estado da Bahia Polo Passivo: Atmã-Onco Hospitalar Ltda.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0527348-30.2014.8.05.0001	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.194.386,11
f. Principais fatos	Trata-se de ação de cobrança ajuizada pelo Estado da Bahia para cobrança de débito de ICMS decorrente do Auto de Infração nº 206855.0002/12-0. Foi ofertada Carta de Fiança Bancária em garantia integral ao juízo. Foram opostos os respectivos Embargos à Execução Fiscal, distribuídos sob o nº 0315831-07.2017.8.05.0001. Em 4.3 2020, foi proferida decisão que deferiu o pedido de substituição da Carta de Fiança Bancária por Apólice de Seguro Garantia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor envolvido, devidamente atualizado

(iv) Contingências Administrativas

Em 30 de junho de 2020, nós e nossas controladas figurávamos como partes em 557 (quinhentos e cinquenta e sete) processos administrativos relacionados a inexecuções totais ou parciais dos contratos celebrados com a Administração Pública, notadamente decorrentes de atrasos na entrega de produtos. A inexecução total ou parcial de contrato, nos termos do art. 87 da Lei Geral de Licitações, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: multa, advertência suspensão temporária, impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Em função da aplicação de eventuais multas, o valor total aproximado é de R\$1.368 milhões.

Destacamos abaixo as principais contingências administrativas que nós e nossas controladas, em conjunto, somos partes e que, em função dos aspectos descritos em cada um dos processos, representam risco provável de imposição de limitação de contratar com a Administração Pública e participar de licitações, passaremos a considerá-lo possível ou remoto. Para informações sobre os demais processos administrativos, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

Processo nº 2015/30550/005264	
a. Juízo	Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	04.01.2017
d. Partes no processo	Autor: Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins Réu: Elfa Medicamentos S.A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Multa de R\$ 30.000,00 e suspensão temporária do direito de contratar com a administração pública, impedimento de contratar

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 2015/30550/005264	
	com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF por prazo não superior a 2 anos.
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo punitivo instaurado pela Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins em decorrência de suposta inexecução na entrega de medicamentos pela Companhia. Inicialmente, foi aplicada à Companhia sanção de suspensão do direito de licitar, sem conferir previamente a ampla defesa e o contraditório. Após recurso apresentado pela Companhia a decisão administrativa foi suspensa, o direito de licitar reestabelecido e foi concedido prazo para a Companhia apresentar sua defesa. Na defesa apresentada, a Companhia demonstrou que o atraso na entrega do produto, objeto central do processo administrativo, se deu em função da falta do produto no mercado, ou seja, sem que a Companhia tivesse qualquer ingerência sobre os fatos. O processo aguarda apreciação da defesa apresentada e nova decisão da secretaria.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Impacto reputacional, além de aplicação de multa de R\$ 30.000,00, suspensão temporária do direito de contratar com a administração pública, impedimento de contratar apenas com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF por prazo não superior a 2 anos.

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

A Companhia possui em 30 de junho de 2020, R\$7,3 milhões de processos com probabilidade de perda provável, dos quais o montante de R\$389 mil está provisionado. A Companhia e suas controladas possuem processos oriundos de períodos anteriores às respectivas datas de aquisição classificados como probabilidade de perda “provável”, tais processo são de responsabilidade dos antigos sócios controladores e estão garantidos por parcelas diferidas do preço de aquisição.

Esclarecemos adicionalmente que, em casos de materialização da contingências que forem de responsabilidade dos antigos acionistas, os contratos de aquisição de quotas com estes ex-sócios preveem a integral responsabilidade para que estes arquem diretamente com a liquidação destas contingências ou, caso isto não ocorra por qualquer motivo, a Companhia está autorizada contratualmente a fazer uma compensação do valor desembolsado com o passivo a pagar para estes acionistas, não havendo assim a necessidade de solicitação de reembolso.

Por fim, a Companhia esclarece que, não obstante a prática adotada pela Companhia não gerar distorções ou erros, a partir das demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2020 a Companhia passará a reclassificar ativos e passivos de modo a registrar a provisão do valor total das causas prováveis que são de responsabilidade dos antigos acionistas juntamente com aquelas de sua total responsabilidade. Neste caso, haverá também a necessidade de registrar um ativo para o reembolso dos antigos sócios, vez que há característica de recebimento certo (inclusive em decorrência de garantias financeiras) no seu mesmo valor, de acordo com o parágrafo 53 do CPC 25 e o impacto

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

no resultado também apresentado de forma líquida do reembolso conforme requerido pelo parágrafo 54.do CPC 25, não tendo qualquer impacto no patrimônio líquido, resultado ou qualquer índice de liquidez que impacte os covenants da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos trabalhistas judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Processo nº 1001228-22.2019.5.02.0074	
a. Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP)
b. Instância	1ª Instância – 74ª Vara do Trabalho de São Paulo
c. Data de instauração	5.9.2019
d. Partes no processo	E.C.M.J. x Elfa Medicamentos Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo em segredo de justiça. Valor da causa: R\$ 1.601.893,54
f. Principais fatos	O processo encontra-se na fase de conhecimento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Valor envolvido atualizado: R\$ 1.601.893,54

Procedimento Arbitral CMA 633-20-JCA	
a. Juízo	Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem – CIESP/FIESP
b. Instância	N/A
c. Data de instauração	29.1.2020
d. Partes no processo	M. C. A. e A. M. C. Z. A. x Nacional Comercial Hospitalar S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo sigiloso. Valor histórico da causa: R\$ 14.619.539,00
f. Principais fatos	Trata-se de procedimento arbitral em que se discute ajuste de preço e pagamento de parcelas de preço a prazo decorrente de contrato de compra e venda de ações.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em hipótese de perda, o valor envolvido relacionado seria de R\$ 5.078.414,00.

Procedimento Arbitral CMA 76/2018/SEC3	
a. Juízo	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá
b. Instância	N/A
c. Data de instauração	17.10.2018
d. Partes no processo	Elfa Medicamentos S.A. x J. E. G. da S., C. G. S. de S., L. G. S., T. G. S. e D. H. C., I. e E. Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Processo sigiloso.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Procedimento Arbitral CMA 76/2018/SEC3	
	Valor histórico da causa: R\$ 145.000.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de procedimento arbitral instaurado pela Companhia em que se discute a obrigação de fechamento do contrato de compra e venda de quotas. Foi proferida Sentença Arbitral Parcial que ainda não produziu os seus efeitos, mas determinou o fechamento do contrato de compra e venda de quotas. Outros temas relacionados à demanda ainda serão discutidos no procedimento arbitral e decididos em sede de Sentença Arbitral Final.
g. Chance de perda	Remota (Quanto ao pedido de fechamento do contrato de compra e venda de quotas) Possível (Quanto aos demais pleitos ainda não analisados pelo Tribunal Arbitral decorrentes do contrato de compra e venda de quotas)
h. Impacto em caso de perda do processo	Muito embora o fechamento contrato de compra e venda de quotas tenha sido determinado pelo Tribunal Arbitral, as partes ainda poderão ter eventual impacto financeiro (ainda ilíquido) decorrente de eventuais pedidos de natureza indenizatória e de aplicação de multas contratuais, mas que ainda não foram objeto de debate das partes no âmbito da arbitragem, nem de qualquer análise ou decisão do tribunal ou de expert.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto, dos quais nós e nossas controladas figuramos como partes, cujo valor provisionado somava R\$193 mil em 30 de junho de 2020.

Processos Cíveis	
Valores Envolvidos	R\$ 4.3 Milhões
Prática que causou tal contingência	A Subsidiária Comercial Commed Produtos Hospitalares é parte em 12 ações judiciais cíveis cujo pedido é indenização por dano moral e material causado em função de suposto vício em produto médico. Destaca-se que a Subsidiária Comercial Commed Produtos Hospitalares é Ré dessas ações exclusivamente em função de ser parte da cadeia de distribuição. Os fabricantes, em regra, são litisconsortes nas ações.

Processos Trabalhistas	
Valores Envolvidos	R\$ 14,7 milhões
Prática que causou tal contingência	A Companhia é parte em 11 (onze) reclamações trabalhistas cujo pedido principal é o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia e/ou suas subsidiárias.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Na data deste Formulário, nós havíamos provisionado o valor de R\$ 193 mil para os processos descritos no item 4.6 acima, haja vista que: i) todos os processos cíveis, que somam R\$ 4.3 milhão tem probabilidade de perda possível; e ii) das ações trabalhistas listadas, apenas 04 ações tem probabilidade de perda classificada como “provável”, tais ações somam um valor envolvido de R\$ 1.7 milhão.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta (Trabalhista)

Em 13 de novembro de 2013, no âmbito do Procedimento Preparatório nº 000552.2013.13.001/6, a Majela Medicamentos Ltda. firmou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 127/2013 com o Ministério Público do Trabalho da 13ª Região (PB). Através do TAC, a Majela se comprometeu de forma contínua a registrar nas carteiras de trabalho, fichas e recibos dos empregados todos os valores efetivamente pagos, devendo as parcelas de natureza salarial serem base de encargos trabalhistas decorrentes da relação de emprego, obrigação que vem sendo cumprida. Descumprimento ao TAC resulta na aplicação de multa de R\$10.000,00 por descumprimento, dobrada em caso de reincidência. O TAC possui vigência por prazo indeterminado e eventual alteração jurídica da empresa não afetará a exigência do seu cumprimento.

Contingências administrativas

Processos Administrativos (Contratações Públicas)	
Valores Envolvidos	R\$ 1.368 milhões
Prática que causou tal contingência	A Companhia e suas subsidiárias são parte em 557 processos administrativos instaurados por e tramitando em órgãos públicos licitantes/contratantes, cujos objetos estão relacionados à inexecução contratual (total ou parcial), notadamente, atraso na entrega de produtos. Tais problemas, em grande parte das vezes, são solucionados ao longo dos processos administrativos.
Impactos	<p>A inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do art. 87 da Lei Geral de Licitações, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: multa, advertência suspensão temporária, impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.</p> <p>Dentre os 557 processos, 270 processos apresentam indicação, do órgão, sobre a possibilidade de aplicação de penalidades mais severas - suspensão, impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. No entanto, nenhum destes 270 processos está relacionado a investigação de qualquer ato fraudulento cometido pela Companhia e suas subsidiárias. E apenas 1 processo tem chance de perda provável para a aplicação das penalidades mais severas, vide item 4.3 deste Formulário de Referência para maiores detalhes, sendo certo que o objeto destes processos também se relacionam a aspectos operacionais das vendas públicas e não envolvem qualquer ato fraudulento. Para os demais processos, a depender da gravidade da inexecução e da eficiência da Companhia em sanar tais problemas, as penalidades mais prováveis de serem aplicadas são advertência ou multa.</p>

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidade a serem observados no processo de gerenciamento de riscos, bem como controlar ou mitigar riscos operacionais, estratégicos e regulatórios, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos. Esta Política de Gerenciamento de Riscos foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de setembro de 2020 e sua aplicação é monitorada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia (ou "Comitê de Riscos").

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política Anticorrupção, Política Antitruste, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, Política de Conflito de Interesses, Procedimento Operacional Padrão de Interação com Agentes Públicos e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: www.grupoelfa.com.br/ri.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados às atividades da Companhia ou seu setor de atuação.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- (a) Risco Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade para atingir os seus objetivos de negócios ou para proteger-se e adaptar-se a mudanças no ambiente, como fatores competitivos, estrutura organizacional, desenvolvimento de produtos, terceirização de atividades, estratégia de formação de preços;
- (b) Risco Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade comercializar e/ou distribuir os medicamentos, produtos farmacêuticos e materiais hospitalares, nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais. São decorrentes de falta de consistência e adequação de sistemas de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia;

- (c) Risco Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia, tanto a instrumentos relacionados à tesouraria e fluxos financeiros, quanto a riscos relacionados a relatórios financeiros (internos e externos), e à confiabilidade do balanço patrimonial. Dividem-se entre (i) Riscos de Mercado – decorrentes da possibilidade de perdas ocasionadas por mudanças no comportamento de taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities; (ii) Riscos de Crédito – possibilidades de perda resultantes de incerteza sobre valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e (iii) Riscos de Liquidez – possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos. O Risco Financeiro pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia a multas e penalidades; e
- (d) Regulatório e/ou de Conformidade: riscos relacionados ao cumprimento de obrigações regulatórias, legais e exigências fiduciárias, considerando normas e leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos que adotamos foi elaborado à luz do disposto no “ISO 31000.2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”:

Processo de Avaliação:

A avaliação de riscos é realizada de acordo com:

- identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
 - análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos;
 - priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que nós e nossos acionistas estamos dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos de acordo com a seguinte classificação:
- (a) Risco inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (b) Risco inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer;
- (c) Risco provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos; e
- (d) Risco aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Tratamento

Após a avaliação e devida classificação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

O Comitê de Gerenciamento de Riscos auxiliará a administração na resposta a ser dada aos riscos detectados, ou seja sua (i) aceitação; eliminação, (ii) mitigação ou (iii) transferência à terceiros, sendo que as ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos Riscos devem objetivar o atendimento de tal resposta observados os limites aceitáveis.

Comunicação e Consulta

A comunicação dentro da estrutura de governança, deverá proporcionar as informações necessárias para que a administração e o Comitê exerçam suas responsabilidades e atividades na Gestão de Riscos.

A comunicação deve ser focada no desenvolvimento de uma compreensão clara e oportuna dos riscos da Companhia.

As informações tratadas no Comitê de Gerenciamento de Riscos, devem ser tratadas com a máxima confidencialidade e ficarem restritas aos membros de referido órgão, a administração e Acionistas, estes últimos conforme aplicável.

A frequência e o nível de detalhamento das comunicações entre a administração e o Comitê de Gerenciamento de Riscos devem ser suficientes para permitir o entendimento dos resultados das avaliações e seus impactos, bem como permita que a administração possa reagir em tempo hábil às indicações de eficácia.

A comunicação direta de outros Colaboradores com o Coordenador do Comitê de Riscos, deve ser permitida sem quaisquer restrições.

O processo de gerenciamento de Riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita abaixo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição, impactos e prioridades conforme apresentado pela Diretoria;
- fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e
- avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, prioridades e a tolerância de exposição aos riscos;
- definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia;
- definir em conjunto com as áreas que controlam cada risco, os planos de ação para mitigação dos riscos e melhorias de controle;
- supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e
- disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos de gerenciamento de riscos, com reporte para a Diretoria e como primeira linha de defesa, são responsáveis por:

- identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
- comunicar, tempestivamente, ao Comitê de Gerenciamento de Riscos, por meio de seu coordenador independente ou qualquer de seus membros, os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e
- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comitê de Gerenciamento de Riscos

O Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou “Comitê de Riscos”), como segunda linha de defesa, é responsável por:

- administrar o sistema de gerenciamento de risco;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com o Comitê de Gerenciamento de Riscos e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- acompanhar a Comitê de Gerenciamento de Riscos na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- assegurar as informações disponibilizadas ao Comitê de Gerenciamento de Riscos sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

Área de Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna da Companhia, como terceira linha de defesa e vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por:

- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e ao Comitê de Gerenciamento de Riscos, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos riscos ao Comitê de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, como terceira linha de defesa e vinculada diretamente ao Conselho de Administração, é responsável por:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

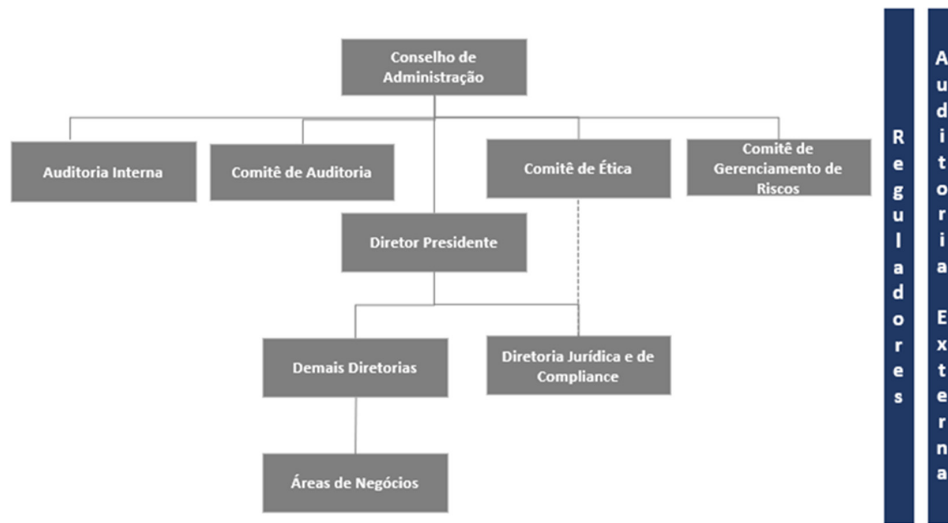
Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia esclarece que as áreas responsáveis pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos não são cumuladas com atividades operacionais, bem como não possuem relação de subordinação com diretores responsáveis por áreas operacionais e apresenta a estrutura hierárquica dos seus órgãos:



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A nossa Política de Gerenciamento de Gerenciamento de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 5 de agosto de 2020, devidamente descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência, detecta, trata, monitora, avalia e acompanha Riscos Financeiros que, incluem, mas não se limitam, aos Riscos de Mercado, sendo certo que a Diretoria Financeira atualmente é responsável pelos processos que envolvem riscos de mercado e conta com o apoio do Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou “Comitê de Riscos”) para implementar as diretrizes que constam da Política de Gerenciamento de Riscos.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, os Riscos de Mercado, tal qual os demais Riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Visamos estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. Para tornar efetivo e organizado o processo de Gerenciamento de Riscos o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 5 de agosto de 2020, a Política de Gerenciamento de Riscos, que impõe, neste momento, adequação dos processos para atendimento de todas as suas diretrizes. Conforme consta da aludida política, ainda em fase de implementação, o gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas:

- I) Avaliação: a avaliação de riscos é realizada de acordo com:
 - a. identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
 - b. análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos;
 - c. priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que nós e nossos acionistas estamos dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos de acordo com a seguinte classificação:
 - i. Risco inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência;
 - ii. Risco inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- iii. Risco provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos; e
 - iv. Risco aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.
- II) Tratamento: Após a avaliação e devida classificação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou “Comitê de Riscos”), de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado. O Comitê de Gerenciamento de Riscos auxiliará a administração na resposta a ser dada aos riscos detectados, ou seja sua (i) aceitação; (ii) eliminação, (iii) mitigação ou (iv) transferência à terceiros, sendo que as ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos Riscos devem objetivar o atendimento de tal resposta observados os limites aceitáveis.
- III) Comunicação e Consulta: A comunicação dentro da estrutura de governança, deverá proporcionar as informações necessárias para que a administração e o Comitê exerçam suas responsabilidades e atividades na Gestão de Riscos. A comunicação deve ser focada no desenvolvimento de uma compreensão clara e oportuna dos riscos da Companhia. As informações tratadas no Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou “Comitê de Riscos”), devem ser tratadas com a máxima confidencialidade e ficarem restritas aos membros de referido órgão, a administração e Acionistas, estes últimos conforme aplicável. A frequência e o nível de detalhamento das comunicações entre a administração e o Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou “Comitê de Riscos”) devem ser suficientes para permitir o entendimento dos resultados das avaliações e seus impactos, bem como permita que a administração possa reagir em tempo hábil às indicações de eficácia. A comunicação direta de outros Colaboradores com o Coordenador do Comitê de Gerenciamento de Riscos, deve ser permitida sem quaisquer restrições. O processo de gerenciamento de Riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.
- IV) Monitoramento: A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua pelos órgãos de governança, incluindo, mas não se limitando ao Conselho de Administração, Diretoria, Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou “Comitê de Riscos”) e Comitê de Auditoria, bem como pelos gestores responsáveis diretos pelos processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor conforme nosso plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio e risco de taxa de juros.

Com relação aos riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das taxas de juros e dos preços de ações.

Outro risco de mercado está relacionado à elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras.

Cabe à Tesouraria e à Diretoria Financeira da Companhia a função de gestão e identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Atualmente utilizamos o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo, buscando proteger alterações no valor justo objeto do *hedge*.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia utiliza atualmente *swap* cambial como principal mecanismo de proteção contra riscos relacionados a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em acordo com a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, para proteger o seu patrimônio.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Conforme prevê a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de setembro de 2020, o limite ou apetite a risco é a exposição e/ou impacto máximo do Risco que a Companhia está disposta a aceitar, na busca dos seus objetivos e geração de valor. Nem todos os tipos de Riscos são passíveis de aceitação. Portanto, a proposta de limites deverá obrigatoriamente ser fundamentada e formalizada pelas seguintes análises: (i) avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de Risco proposto; (ii) capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de Risco proposto (iii) decisão se o Risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia; (iv) viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do Risco e respectivo retorno; e (v) disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.

Todos os Riscos, bem como os limites aprovados, deverão ser formalizados em relatórios detalhados, explicativos, com planos de ação, se for o caso, bem como a identificação dos responsáveis e prazos de conclusão dos planos de ação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Atualmente a Companhia capta empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em acordo com a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, já acompanhados de um contrato de swap em que a dívida é convertida de moeda estrangeira (normalmente Dólar dos Estados Unidos ou Euro) remunerado a uma taxa de juros fixa para Reais à taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Companhia não contrata instrumentos financeiros de proteção patrimonial (*hedge*) exceto pelos contratos de *swap* mencionados neste item.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nossas áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira são responsáveis por aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, sugerindo, quando necessário, alterações ao Conselho de Administração, que deve definir, em conjunto com a área de gestão de risco, os planos de ação para mitigação dos riscos, avaliando, quando necessário, mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas. Em paralelo, os riscos de mercado são analisados e classificados pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos.

Conforme refletido no item 5.1 acima, o Conselho de Administração tem papel relevante no gerenciamento de riscos da Companhia, incumbindo-se da avaliação dos limites de exposição a Risco aprovados pela Diretoria, bem como da aprovação de políticas e diretrizes voltados à mitigação de Riscos.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualiza-los.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, as quais a Companhia considera suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Neste sentido, mensalmente, a Companhia realiza as seguintes atividades:

- análise e registro de possíveis contingências;
- verificação de consistência dos lançamentos, módulos e integrações;
- revisão analítica das demonstrações financeiras;
- verificação comparativa entre orçado *versus* realizado por todas as áreas;
- inventário de estoque.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, instalamos o Comitê de Auditoria que deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda recomendações ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Mensalmente, as áreas de Departamento pessoal, Fiscal, operações e financeiro disponibilizam os documentos necessários para fins de conciliação contábil. Além disso, a área jurídica apoia no registro das contingências e controle das mesmas.

A Companhia instalou um Comitê de Auditoria em 7 de agosto de 2020, que terá como principais atribuições:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia conta com uma área de Planejamento Financeiro e Análise Corporativa (FP&A), que é responsável por verificar e revisar periodicamente a consistência dos registros efetuados na contabilidade, bem como calcular indicadores financeiros, analisar todas as peças contábeis (DRE, Balanço patrimonial e fluxo de caixa), reportar eventuais inconsistências e comunicar as informações para suportar a alta administração da Companhia nas tomadas de decisão. a área fica sob gestão da Diretoria Financeira.

Adicionalmente, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração e de caráter permanente, que deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, conforme indicado anteriormente na Seção 5.3 (b).

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em seu relatório de recomendações sobre os controles internos relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, os auditores independentes reportaram a seguinte deficiência significativa, conforme segue:

Deficiência	Recomendação
A Companhia tem uma estratégia de crescimento no mercado brasileiro de soluções de saúde. Essa estratégia está, em parte, implementada por meio de compra de empresas, constituindo uma prática habitual da Companhia.	A Companhia deve estabelecer um registro contábil das suas combinações de negócios com a sua melhor estimativa disponível na data da aquisição e que seja baseada em alocações de preços preparadas por empresa especializada, e estabeleça controles de monitoramento e atendimento as regras contábeis vigentes, a fim de evitar refletir tais ajustes, se houver, fora do período permitido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

<p>As combinações de negócios trazem associados valores relevantes a serem contabilizados assim como complexidades no tratamento contábil, incertezas relacionadas a premissas e estimativas que podem trazer um risco de ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>No decorrer dos procedimentos de auditoria foi identificada deficiência significativa oriunda de uma interpretação inadequada da contabilização de valores provisórios de acordo com CPC 15/ IFRS 3, bem como dos efeitos oriundos de incorporação reversa de entidade veículo, o qual diverge do estabelecido pela ICVM 319/99 e deliberação CVM 682/2012.</p> <p>Estes efeitos sinalizam uma deficiência significativa da administração da Companhia na interpretação das normas e os seus respectivos registros contábeis decorrentes das combinações de negócios.</p>	<p>A administração da Companhia deve estabelecer procedimentos de monitoramento e atendimento as regras contábeis relacionadas com reestruturação societária (fusão, incorporação, cisão, entre outros) para que os respectivos registros contábeis reflitam corretamente a natureza da transação.</p>
---	--

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Seguem abaixo comentários dos diretores acerca da deficiência identificada e recomendação sobre controles internos:

No momento da contabilização, em 2017, a Companhia não estava sujeita à Instrução Normativa da CVM 319/99. A transação de incorporação foi contabilizada com base no CPC 15, procedimento este considerado correto naquele momento.

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS que seriam submetidas à CVM para concessão de registro de Companhia aberta, a Administração da Companhia reavaliou o tratamento contábil das transações acima mencionadas e providenciou o refazimento das demonstrações financeiras, as quais integram este documento, para as datas bases com os ajustes necessários. Adicionalmente, a Companhia entende que o tema de Combinações de Negócios, entre outros, exigem maior profundidade técnica dos profissionais da área de Controladoria e Financeira, por isso, vem adotando medidas para o aprimoramento do seu time técnico, seja pela contratação de profissionais com maior envergadura técnica e com sólida experiência no Mercado, bem como, capacitando os profissionais através de treinamentos específicos para suportar adequadamente o novo ambiente de Controle e Governança da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No tocante ao controle dos registros contábeis, para as transações de maior complexidade e materialidade a Companhia adotou o procedimento de após analisar e definir o tratamento contábil, elaborar memorandos de entendimento técnico que sustentem o tratamento contábil. Tais memorandos serão revisados e aprovados pelos Controller e pelo Diretor Financeiro a fim de evidenciar os controles de controles de BPR (Business Performance Review).

Importante mencionar que a Companhia passou a ter pelo menos dois níveis de revisão (Controller e Diretor Financeiro) da contabilização dos lançamentos ligados a combinação de negócios e os ajustes supramencionados ocorreram anteriormente ao estabelecimento desse controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia tem como princípios fomentar a transparência, de suas atividades, proteger nosso patrimônio físico e intelectual e manter boas práticas de governança corporativa.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia reformulou e atualizou o seu Código de Conduta, (“Código de Conduta”), com ratificação da aprovação pelo Conselho de Administração em 7 de agosto de 2020, que veda qualquer ato que possa caracterizar suborno, propina, empréstimo ou tratamento preferencial de clientes e parceiros em troca de uma relação existente ou futura com a Companhia. Adicionalmente, o Código de Conduta proíbe expressamente qualquer forma de discriminação e assédio.

O Código de Conduta dispõe que nenhum colaborador deve pagar, prometer ou autorizar um benefício pessoal (seja pagamento ou qualquer outro tipo de benefício), direta ou indiretamente, a qualquer funcionário de governo, tampouco oferecer e/ou receber presentes, vantagens ou entretenimento, realizar doações ou contribuições sociais em nome da Companhia, sem a obtenção da autorização necessária.

Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, a Companhia mantém registros comerciais, contas, livros e contratos para nos certificarmos que reflitam corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

A Companhia conta com Comitê de Ética formado por 05 membros, sendo certo que, na data de elaboração deste Formulário de Referência os membros são: (i) o Diretor Presidente da Companhia; (ii) o Diretor de Planejamento Estratégico da Companhia; (iii) o Diretor da área de Recursos Humanos; (iv) a Diretora Jurídica e de Compliance; e (v) membro do Conselho de Administração .

No momento da contratação, os colaboradores assinam Termo de Responsabilidade, que se encontra anexo ao Código de Conduta, por meio do qual declaram terem recebido, lido e entendido o Código de Conduta.

Os riscos da Companhia são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, de modo que a administração da Companhia pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

A Companhia também conta com uma Política Anticorrupção de modo a garantir que o Grupo Elfa vai apoiar o combate à corrupção e ajudar a proporcionar um ambiente econômico equilibrado. A Companhia tem como obrigação manter livros, registros e contas refletindo, de forma detalhada, precisa e correta, todas as transações do Grupo Elfa. Todos devem zelar e se responsabilizar pelas transparência das relações da Companhia, garantindo que serão totalmente documentadas, devendo as contas refletirem de maneira precisa a sua natureza, conforme detalhado na referida Política.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia instituiu um Procedimento Operacional Padrão de Interação com Agentes Públicos, com a finalidade de estabelecer a forma com a qual os funcionários que, em função de suas atribuições, desenvolvam atividades perante órgãos públicos se portarão durante a interação com agentes públicos, de modo a garantir o cumprimento às diretrizes contidas na Lei Anticorrupção e, conseqüentemente, aos Princípios do Programa de *Compliance*, que refletem o jeito do Grupo Elfa de agir.

Conforme dispõe o referido procedimento, é absolutamente vedado qualquer pagamento, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida nas relações de negócios da Companhia, tanto com agentes públicos, quanto com agentes do setor privado, no Brasil ou no exterior, direta ou indiretamente.

O funcionário do Grupo Elfa que interagir com agentes públicos deverá se abster de oferecer ou sugerir qualquer tipo de vantagem ao agente público ou a pessoa a ele relacionada, bem como se abster de fornecer a agente públicos qualquer orientação ou informação que beneficie ilicitamente as empresas do Grupo Elfa, ainda que sem contraprestação direta ao Agente Público, inclusive pelo fato de manter com o Agente Público ou com pessoa do convívio deste qualquer relação mais próxima.

As mensagens trocadas com os Agentes Públicos, por qualquer meio, escritas ou verbais, não poderão, em hipótese alguma, contrariar as disposições deste procedimento, elas deverão sempre deixar claro as premissas do jeito da Companhia Elfa de Agir, evitando, dessa maneira, interpretação equivocada.

Ademais, toda e qualquer interação de funcionários do Grupo Elfa com Agentes Públicos, seja ela meramente uma simples interação ou uma reunião agendada, deverá sempre ser objeto de reporte à Diretoria Jurídica e de Compliance da Companhia, sendo certo que em caso de reunião o reporte se dará por meio de ata de reunião assinada pelos participantes pelo Grupo Elfa.

Tendo presenciado algum comportamento, fala ou situação antiética e/ou fora do objeto/foco da interação ou reunião, em desconformidade com o Programa de Compliance da Elfa, o funcionário deverá imediatamente manifestar sua discordância, além de fazer registrar tal discordância em ata bem como em razão da situação está se retirando do ambiente e retirar-se prontamente. Qualquer situação dessa natureza deverá ser no mesmo momento reportada à Diretoria Jurídica e de Compliance da Companhia.

A Companhia conta, ainda, com as políticas de Livre Concorrência (Antitruste) e Licitações Públicas regulamenta que estabelecem, respectivamente, que as diretrizes da Companhia para defender e garantir que o ambiente econômico será livre e sem qualquer distorções, preservando sua independência, bem como que a participação em licitações públicas observará a legislação vigente no país, todas as formalidades e será livre de qualquer prática que possa caracterizar fraude, direcionamento, eliminação do caráter competitivo das licitações ou qualquer outra prática ilegal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Diretoria Jurídica e Compliance é responsável por desenvolver o programa de compliance e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados.

O Comitê de Ética da Companhia é responsável pelo direcionamento estratégico do programa de compliance, inclusive por meio de recebimento e tratativas das denúncias de irregularidades, exceto aquelas relacionadas aos assuntos de competência do Comitê de Auditoria, que devem ser tratadas e recebidas pelos membros daquele órgão. O Comitê de Ética é composto por 5 membros, que na data de elaboração deste formulário são: o (i) Diretor Presidente da Companhia; (ii) Diretor de Planejamento Estratégico da Companhia; (iii) Diretor da área de Recursos Humanos; (iv) Diretora Jurídica e de Compliance; e (v) membro do Conselho de Administração. O Comitê de Ética reporta ao Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que a autonomia de seus membros é assegurada pelo seu Regimento Interno, bem como pelo amplo acesso de seus integrantes, todos diretores e, em grande parte, estatutários e, portanto, incumbidos do dever de diligência e lealdade para com a Companhia, aos demais membros do conselho de administração.

A Diretoria Jurídica e de Compliance conta com rotinas de monitoramento e auditoria de seus controles, inclusive por meio de *análise de riscos* e auditoria bianual do programa, realizado por consultoria especializada e independente, sendo certo que os apontamentos realizados pelos controles em questão são tratados pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos (ou "Comitê de Riscos"), de caráter permanente e recomendatório, cujo Regimento Interno foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de dezembro de 2018. A Companhia passou a contar com a política de gerenciamento de riscos que reforçou o reporte e a subordinação do Comitê de Riscos ao Conselho de Administração, sendo certo que é tal dever de reporte é atribuição de todos os seus membros, em grande parte diretores estatutários. Além do reporte e subordinação ao Conselho de Administração que, por si, assegura a independência dos membros do Comitê de Riscos o órgão conta com um coordenador independente, com amplo acesso aos membros do conselho de administração, bem como diretores estatutários entre seus membros.

O Comitê de Riscos se reúne bimestralmente em caráter ordinário e sempre que necessário, em caráter extraordinário.

Dentre as atribuições do Comitê de Riscos, estão:

- (i) administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- (ii) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- (iii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- (iv) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (v) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- (vi) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- (vii) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- (viii) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- (ix) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (x) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- (xi) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, colaboradores e terceiros que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedades, clientes, acionistas, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e todos os demais públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para a realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia a dia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia propicia treinamentos periódicos a todos seus colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta e nas demais políticas inerentes ao seu programa de integridade, bem como às normas e assuntos relevantes ao setor em que atua.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, são aprovados pelo Comitê de Ética e conduzidos pela Diretoria Jurídica e de Compliance, que designará as pessoas responsáveis para executá-los, observado o público que será treinado.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

As sanções a qualquer violação ao código ou a qualquer das normas relativas ao programa de *compliance* serão definidas pelo Comitê de Ética, sendo certo que a aplicação de quaisquer das medidas previstas será realizada diretamente pelo Comitê de Ética, pela Diretoria de Gente e Gestão das empresas do Grupo Elfa ou pelo superior imediato do colaborador envolvido, bem como deverá

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

ser sempre precedida de orientação e/ou esclarecimento ao colaborador, de forma a assegurar a compreensão da situação ensejadora de aplicação da respectiva medida. As seguintes medidas estão previstas na Política de Gestão de Consequências da Companhia e são as seguintes: (a) carta orientativa; (b) orientação verbal; (c) advertência escrita; (d) suspensão, (e) suspensão por fato relevante, (f) Desligamento por justa causa. Caso a infração seja cometida por terceiros as sanções poderão ser: (a) auditoria; (b) notificação extrajudicial; (c) suspensão motivada do contrato; (d) bloqueio do terceiro; e (e) interrupção ou encerramento dos contratos vigentes.

Além das medidas acima, a critério do Comitê de Ética do Grupo Elfa, poderão ser tomadas medidas legais adicionais, administrativas ou judiciais, na esfera civil, trabalhista, criminal e/ou outras, caso aplicável.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta foi reformulado e aprovado pelo Conselho de Administração, sendo certo que a aprovação foi ratificada em reunião realizada em 7 de agosto de 2020, e pode ser consultado no nosso website <https://grupoelfa.com.br/programa-de-compliance/>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelos canais (grupoelfa.com.br/programa-de-compliance / canalconfidencial.com.br/elfa) ou pelo telefone 0800 741 0006).

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Grupo Elfa conta com um Canal de Ouvidoria, gerido por empresa terceira e especializada.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias por funcionários, fornecedores, clientes parceiros, ou terceiros.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Grupo Elfa conta com um Canal de Ouvidoria, gerido por empresa terceira e especializada, que garante o sigilo e o correto direcionamento das denúncias ao Comitê de Ética. O denunciante pode, a seu critério, realizar a denúncia de forma totalmente anônima. Caso o relato envolva algum integrante do Comitê de Ética, o envolvido não receberá a ocorrência e os demais integrantes analisarão o caso.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Comitê de Ética é o órgão responsável pela apuração de denúncias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza amplo processo de due diligence das pessoas físicas e jurídicas envolvidas em processo de fusão, aquisição e reestruturações societárias, com escopo dedicado a identificar vulnerabilidades e riscos de práticas irregulares em relação a temas relacionados às diretrizes de compliance, previamente às operações de M&A, sendo certo após a concretização das operações o programa de compliance da Companhia, incluindo suas rotinas de monitoramento, são implantadas nas pessoas jurídicas envolvidas. Este processo de due diligence é realizado em conjunto entre os times de M&A, compliance e jurídico da Companhia, sempre assessorados por escritório de advocacia especializado.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item 5.4, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume das interações da Companhia com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia no último exercício social. Entretanto, em 7 de agosto de 2020 nosso Conselho de Administração aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhada no item 5.1. Adicionalmente, nessa mesma data, ratificou a aprovação da versão reformulada e atualizada do nosso Código de Conduta, conforme descrito no item 5.4.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	26/07/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituição sob a forma de sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/12/2020

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

A Elfa Medicamentos S.A. (“Elfa” ou “Companhia”) foi fundada em João Pessoa/PB, no ano de 1989, por Edalmo Leite Fernandes Assis. A atuação da empresa é focada em: (i) distribuição de medicamentos de especialidades; (ii) distribuição de medicamentos genéricos e similares, (iii) soluções de alto valor para planos médicos, clínicas, hospitais, governo, médicos e pacientes de todo o país.

Há mais de 30 anos, através do sonho de um paraibano, a Elfa dava os primeiros passos na construção de uma empresa que mudaria o cenário de distribuição de medicamentos no Brasil.

A Elfa deixou de ser uma empresa familiar passando para uma gestão profissional e conquistando novos territórios.

Com uma grande história, repleta de reconhecimento e credibilidade perante o setor de saúde, a Elfa e suas sociedades controladas (“Grupo Elfa”) hoje é umas das empresas mais conceituadas no segmento de saúde do Brasil.

Entre os anos de 1990 e 2010, a Companhia vivenciou um crescimento orgânico, seguido pelo início do processo de profissionalização da Companhia, e, a partir de 2014, com a entrada dos fundos geridos pelo Pátria Investimentos no controle da Companhia, potencializou-se o seu crescimento consideravelmente por meio, principalmente, da aquisição de diversas marcas para compor o seu portfólio.

Em 2016, o Grupo Elfa adquiriu a Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., empresa com sede no Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e que dedica-se há mais de três décadas à distribuição de medicamentos atendendo aos mercados público e privado.

Também em 2016, o Grupo Elfa adquiriu a Cristal Pharma, empresa de Belo Horizonte com mais de 10 anos de atuação no mercado mineiro, com o objetivo de comercializar e distribuir medicamentos de referência e genéricos de alta complexidade para todo o Estado de Minas Gerais e sul da Bahia atendendo hospitais, clínicas e órgãos públicos estaduais.

Em 2017, o Grupo Elfa adquiriu a Majela Medicamentos Ltda. (“Majela”), uma das mais importantes distribuidoras de medicamentos do Nordeste do Brasil. Com mais de 40 anos de história, a empresa se desenvolveu, expandiu sua área de atuação e tornou-se uma distribuidora de referência para o mercado farmacêutico brasileiro. Durante todos estes anos, a Majela construiu uma trajetória sólida, baseada em valores como qualidade, bom atendimento, aprimoramento contínuo e grandes parcerias.

A Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”), adquirida pelo Grupo Elfa em 2019, é uma especializada na comercialização de medicamentos especiais como fertilidade, oncologia e hormônios de crescimento, que atua no ramo farmacêutico desde 2006, nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Concentrando seus esforços na saúde e no bem-estar dos seus clientes, disponibiliza serviços farmacêuticos e uma variedade de produtos de qualidade em seu portfólio.

Também em 2019, o Grupo Elfa adquiriu a Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. e a Prime Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“CDM” ou “Grupo CDM”), empresa que atua há mais de 10 anos no mercado de saúde com foco nas regiões norte e nordeste. A CDM obteve grande crescimento e desenvolvimento em medicamentos genéricos com uma proposta diferenciada de distribuição seletiva atuando na revenda de seus produtos. A nossa experiência potencializa ainda mais este crescimento que, alinhado às políticas de melhorias e expansão da nossa empresa, ganha competitividade e poderá passar a fornecer o melhor nível de serviço aos nossos clientes em todo território nacional.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Já em 2020, a Elfa adquiriu o Grupo Medcom, composto pela Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda. ("Medcom") e G.B. Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. ("GB"), que constitui um dos mais importantes distribuidores de região centro-oeste, com unidades de distribuição e farmácias de varejo em Goiânia, Cuiabá e Brasília. A entrada do Grupo Medcom, com seus mais de 2.000 clientes espalhados pelo Brasil, consolidou a expansão do Grupo Elfa no centro-oeste e aumentou ainda mais sua relevância nacional.

Em 30 de junho de 2020, foi concluída a transação pela qual a Elfa adquiriu a totalidade das ações da Salus Latam Holding S.A. ("Atrial") para uma combinação dos seus respectivos negócios. Com tal investimento, o Grupo Elfa ampliou a sua atuação na distribuição de materiais hospitalares.

Vale também mencionar que, em 2018 e em 2019, o Grupo Elfa foi premiado pelo Jornal Valor Econômico, o mais importante veículo de economia, finanças e negócios do país, através da Revista Valor 1000, como uma das maiores empresas do Brasil. Além disso, em 2019, a Elfa foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, como uma das melhores empresas para se trabalhar do setor de saúde no Brasil, ocupando a 27ª posição na região Norte/Centro Oeste e 388ª no ranking geral Great Place to Work – GPTW.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

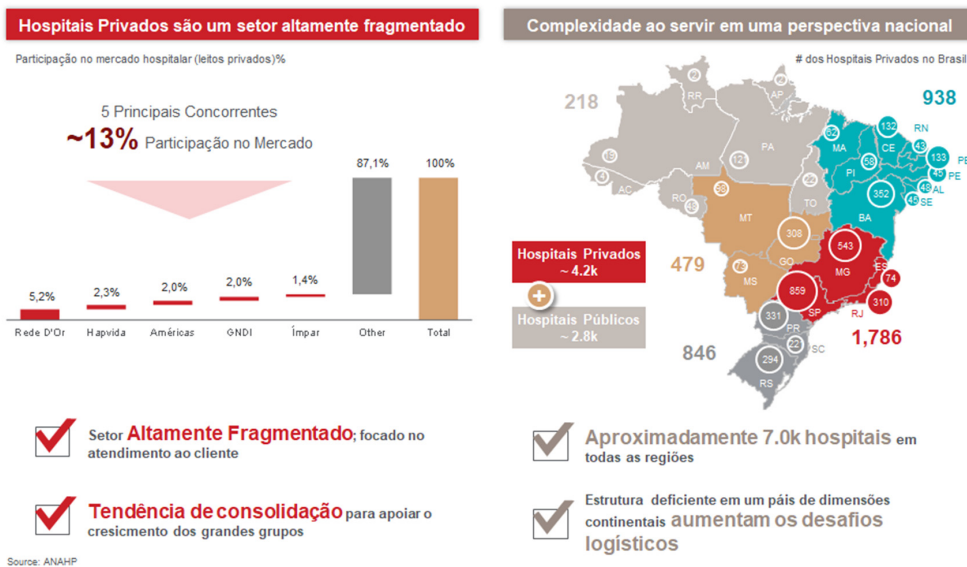
Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

Somos um dos maiores distribuidores de produtos relacionados a saúde no Brasil, atendendo ao mercado institucional, que inclui hospitais e clínicas. Esse mercado é resiliente, altamente fragmentado e, também por isso, complexo de servir. Temos um histórico de crescimento consistente, sendo que entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019 nossa receita operacional líquida cresceu de R\$ 1.075,74 milhões para R\$ 1.831,46 milhões, ou seja, um crescimento de 70,25%. Nosso market share em medicamentos cresceu a uma média de 0,5% ao ano nos últimos três exercícios sociais, sendo que atualmente temos 8,7% das vendas realizadas por distribuidores a esse mercado, o qual tem potencial para sustentar seus níveis históricos de crescimento, dado o envelhecimento da população brasileira, contínuo investimento em P&D das indústrias de saúde, e ainda pelo fato desse ser um mercado com inúmeras oportunidades de consolidação, conforme melhor explorado abaixo. Acreditamos que o mercado institucional de saúde total, o que inclui as vendas diretas dos laboratórios as instituições, é um mercado de mais de R\$ 40 bilhões, composto pelos mais variados prestadores de serviços de saúde, incluindo aproximadamente 7 mil hospitais públicos e privados, mais de 700 operadoras de planos de saúde e, aproximadamente, 245 mil clínicas espalhados por todo o território nacional. Atualmente, distribuímos e vendemos medicamentos, produtos médicos e hospitalares de alta complexidade oriundos de mais de 400 fabricantes, sendo a terceira maior nesse segmento para hospitais públicos e privados segundo a IQVIA. Oferecemos ainda serviços, suportados pela nossa plataforma digital e tecnológica, que buscam aumentar a eficiência e atender às necessidades de nossos clientes com o diferencial de termos um alcance nacional, em um mercado que possui barreiras de entrada relevantes, o que nos coloca em uma posição estratégica dada a dificuldade em se replicar nosso modelo e toda a sua capilaridade.



A Elfa se desenvolveu como uma provedora de soluções e serviços inovadores com foco na distribuição de medicamentos de alta complexidade no Brasil. Vendemos e distribuímos medicamentos de referência e genéricos de alta complexidade dos maiores laboratórios do mundo, para clientes institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, contando com produtos de qualidade, de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncológicos, hematológicos e imunobiológicos que são distribuídos com eficiência e agilidade. Ainda, possuímos um portfólio de medicamentos genéricos de alta complexidade que possuem um valor final mais baixo para hospitais, clínicas e médicos, complementando uma ampla oferta para o mercado institucional conforme orientação da ANVISA de que os medicamentos genéricos devem ser 35% mais baratos que os de referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A partir de junho de 2020, com a aquisição Salus Latam Holding S.A., detentora da Atrial (e, indiretamente, de suas subsidiárias), com foco preponderante em produtos médicos hospitalares e serviços de saúde, a Elfa passou a contar com mais dois portfólios de soluções nesse segmento, quais sejam: (a) especialidades, que são as soluções médico hospitalares com alto valor agregado, e que requerem uma força de vendas altamente especializada para diversos procedimentos e demandas hospitalares; e (b) essenciais (por exemplo: luvas, seringas, máscaras, gases, soluções de esterilização, curativos), em que a Atrial distribui em maior escala, com soluções ágeis e sustentada por tecnologias de ponta. Acreditamos ser a terceira maior empresa nesse segmento de produtos médicos hospitalares, em termos de faturamento.

A Elfa, combinada com a Atrial, passou a ser uma empresa que oferece uma gama completa de soluções de saúde dentro dos seus segmentos de atuação, com um amplo portfólio de serviços e produtos de saúde, unindo os diferentes elos da cadeia da saúde, sustentada por profissionais especializados e tecnologias de ponta. Em decorrência de tal combinação de negócios, a Companhia passará, a partir de julho de 2020, a reportar novos segmentos operacionais, isto é, irá combinar seus dois segmentos operacionais existentes até 30 de junho de 2020 (quais sejam “Especialidades” e “Genéricos e Similares”, exceto Materiais em um único segmento de “Especialidades Farmacêuticas” e criando, ainda, o segmento de “Materiais, Nutrição e equipamentos medico hospitalares”).

Na Elfa, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida consolidada foi R\$ 1.831,5 milhões, o EBITDA Ajustado de R\$ 96,6 milhões e o lucro líquido de R\$ 39,6 milhões, representando um aumento/redução de 17,4%, 33,4% e 34,6% em relação ao exercício social anterior. Nesse período vendemos e distribuimos mais de 2.000 medicamentos de alta complexidade. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, obtivemos receita operacional líquida de R\$ 1.009,2 milhões, EBITDA Ajustado de R\$ 36 milhões e lucro líquido de R\$ 15,8 milhões, representando um aumento de 26,8%, 204,7% e 1.077,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na Atrial, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a receita operacional líquida foi de R\$ 177,4 milhões, o EBITDA Ajustado de R\$ 11,6 milhões e o prejuízo líquido de R\$ 4,7 milhões, representando um aumento de 54,1%, 304,6% e 4,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesse período, a Atrial vendeu e distribuiu, aproximadamente, 4.200 produtos médico-hospitalares, sendo mais de 2.900; produtos essenciais e 1.300 produtos especiais.

Modelo de Negócios

Na cadeia de valor do mercado de saúde institucional, nos posicionamos para ser o elo que atende as diferentes demandas por produtos farmacêuticos, médicos e hospitalares dos nossos inúmeros parceiros. Além disso, também oferecemos soluções tecnológicas eficientes para a nossa diversificada base de clientes, composta por mais de 25 mil clientes. Em função da nossa abrangência nacional, portfólio completo de mais de 27 mil produtos, alta especialização técnica, constante atenção com compliance de todos nossos stakeholders e foco em servir eficientemente, acreditamos ter nos tornado um grande distribuidor e provedor de soluções desse mercado, reunindo inúmeras indústrias globais de especialidades farmacêuticas e de produtos médicos e hospitalares. Trazemos a esses mais de 400 parceiros multinacionais e nacionais uma plataforma com abrangência nacional e alta capilaridade, força de vendas técnica e suporte clínico especializado, além de um profundo cuidado com práticas de conformidade e governança.

Contamos com 20 centros de distribuição, com área total superior a 30.000m², estrategicamente localizados nos estados do Paraíba, Ceará, Pernambuco, Bahia, Pará, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Além disso, com a finalidade de suportar nossos centros de distribuição e facilitar a logística de distribuição nacional, contamos com quatro *hubs* logísticos localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal que representam centros de distribuição de pequeno porte, instalados dentro de regiões urbanas mais densas, com objetivo de manter o estoque avançado na cadeia, ou seja, mais próximo do nosso cliente.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Nosso posicionamento estratégico com alcance e escala em todo o território nacional nos capacita a oferecer soluções completas e ágeis aos nossos clientes, realizando entregas de emergência em poucas horas nos locais em que temos centros de distribuição e entregas convencionais em até 24 horas. Contamos com uma força de vendas especializada e treinada de pessoas que suportam os nossos clientes em diversas localidades. A combinação entre nossa infraestrutura logística, incluindo nossos centros de distribuição e *hubs*, e a nossa especialização e proximidade com a nossa diversificada base de clientes cria um posicionamento de destaque na indústria.

Com o intuito de criar valor para nossos clientes institucionais, cujo foco e atividade é cuidar da saúde de seus pacientes, oferecemos diversos serviços e soluções em atividades e processos secundários no cuidado à saúde, mas essenciais ao funcionamento diário desses prestadores de serviços de saúde. Por exemplo:

- para o mercado hospitalar oferecemos serviços logísticos e de gestão de estoques virtuais, com objetivo de reduzir espaço dedicado a estoque dentro dos hospitais, através da disponibilização de área dedicada em nossos centros de distribuição e entregas diárias, eliminando atividades não-essenciais, aumentando espaço de leitos dentro dos hospitais, reduzindo capital de giro e criando eficiências, valor e fidelização junto aos nossos clientes;
- ao fragmentado mercado de clínicas, oferecemos suporte técnico especializado com treinamento e oferecemos o conceito de “multi-canalidade”, com foco no canal eletrônico e-commerce e televendas, mas também através de lojas físicas, que acreditamos atender de maneira mais eficiente esse segmento e criar fidelização em larga escala; e
- aos operadores de planos de saúde e seguradoras, somos também capazes de oferecer um modelo diferenciado, entregando medicamentos (de uso oral e subcutâneo) de alta complexidade e alto custo, por conta e ordem de tais clientes diretamente ao paciente, oferecendo suporte especializado e instruções de uso, eliminando dessa forma intermediários, sobre preço e custos desnecessário à cadeia de saúde institucional, conferindo conveniência aos pacientes que recebem medicamentos em casa e maior eficiência para nossos parceiros na cadeia de valor.

Somos capazes de oferecer tais serviços e soluções apenas devido à nossa constante busca por inovação e geração de eficiências e nossa escala, alcance e relevância nacional.



Mercado de Atuação

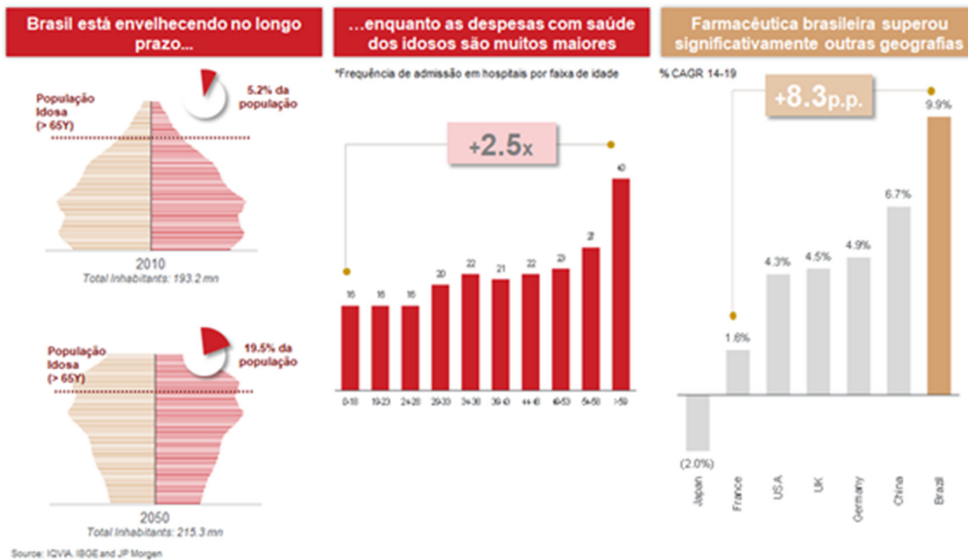
A população brasileira está envelhecendo em ritmo acentuado. Durante as próximas três décadas cerca de 20% da população estará com mais de 65 anos de idade, de acordo com dados da Interfarma. Com uma população crescente que envelhece a cada ano, o Brasil terá um acentuado crescimento resiliente na demanda por medicamentos e serviços de saúde. Nesse patamar, estima-se que as indústrias farmacêuticas, distribuidores e varejistas terão crescimento equiparado ao mercado em que estão inseridos. Adicionalmente, em estudo recente publicado pelo JP Morgan,

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

estima-se que o número de internações e os dias de permanência em hospitais crescem de acordo com o envelhecimento, sendo que indivíduos com mais de 75 anos são internados 2,5 vezes mais com problemas de saúde do que pessoas com menos de 25 anos, além de ficarem hospitalizadas por períodos aproximadamente 2x mais longos. Desta forma, o envelhecimento populacional esperado no Brasil traz uma expectativa de crescimento sólida para o setor farmacêutico, o qual cresceu a taxas anuais de 9,9% de 2014 a 2019 (comparado a crescimentos de 1,6% para França, 4,3% para os EUA e 6,7% para a China).

Olhando desde o ponto de vista epidemiológico, nosso portfólio de produtos cobre amplamente as principais patologias e comorbidades geradoras de altas despesas para o sistema de saúde: oncologia, diabetes, obesidade, e acidentes cardiovasculares. Adicionalmente, o mercado de hospitais privados no Brasil é altamente fragmentado, com os cinco maiores operadores responsáveis somente por cerca de 13% dos leitos privados do país. Com a consolidação do mercado é esperado que ocorra um movimento natural em busca de ganhos de escala e aumento de eficiência. Além disso, o tamanho do mercado institucional hospitalar (aproximadamente 7.000 hospitais espalhados em todas as regiões do Brasil) somado a uma infraestrutura precária em um país de dimensões continentais intensifica os desafios logísticos desse mercado.

Em virtude do nosso longo histórico de operação no mercado, nossa capacidade de criar soluções logísticas e de celebrar parcerias de longo-prazo, do nosso constante investimento e das aquisições que realizamos para complementar o nosso negócio, acreditamos ter alcançado uma das posições de liderança em nossa indústria. Os serviços e soluções oferecidos por nós, em escala nacional, são de importância primária para os hospitais, pois ofertamos uma ampla variedade de medicamentos, além de auxiliarmos no aumento da eficiência na cadeia de valor.



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais da Elfa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Período de seis meses encerrados em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
	<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>				
Receita operacional líquida	1.009.172	795.674	1.831.462	1.560.427	1.075.744
Lucro bruto	111.959	72.961	195.869	181.370	117.754
Margem bruta ⁽²⁾	11,09%	9,17%	10,69%	11,62%	10,95%
EBITDA ⁽³⁾	22.195	7.045	84.469	59.077	32.014
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	2,20%	0,89%	4,61%	3,79%	2,98%
EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	36.003	11.816	96.582	72.416	47.229
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁶⁾	3,57%	1,49%	5,27%	4,64%	4,39%
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício/período	15.780	1.340	39.560	60.518	14.157
Dívida Bruta ⁽⁷⁾	468.172	N/A	319.928	238.598	61.723
Caixa e equivalentes de caixa	252.697	N/A	120.560	154.039	86.623
Aplicações financeiras	181.700	N/A	-	-	122
Derivativos	34.665	N/A	-	-	-
Dívida Líquida ⁽⁸⁾	-890	N/A	199.368	84.559	-25.022

⁽²⁾ A Margem Bruta é calculada pelo Lucro Bruto dividido pela Receita Operacional Líquida.

⁽³⁾ Calculamos o EBITDA, em consonância com a Instrução CVM nº 527, ajustando ao lucro líquido (prejuízo) o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro e os custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas BR GAAP nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2), emitida pelo IASB e CPC, respectivamente). Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e do período de três meses findo em 31 de março de 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Desta forma, o EBITDA do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, de três meses findo em 31 de março de 2020 e do exercício de 2019 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contempla o impacto da adoção do IFRS 16 /CPC 06(R2), e considera o passivo de arrendamento nos montantes de R\$ 28,4 milhões, R\$ 15,3 milhões e R\$16,6 milhões, respectivamente, que deixaram de ser reconhecidos como despesas de alugueis após a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2).

⁽⁴⁾ A Margem EBITDA é calculada ao dividir o EBITDA pela receita operacional líquida.

⁽⁵⁾ O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por outras despesas operacionais (majoritariamente compostas pelas despesas relacionadas a comissão de cartão de crédito, despesas relacionadas ao plano de Incentivo de Longo Prazo e gastos pré-operacionais da Farm nos Estados Unidos de 2018), pagamentos de arrendamentos decorrentes da adoção do IFRS 16/CPC 06(R2), e efeitos não recorrentes da reversão da provisão da discussão de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS em 2017. O EBITDA Ajustado não é medida contábil reconhecida pelas BR GAAP nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

⁽⁶⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada ao dividir o EBITDA Ajustado pela receita Operacional Líquida.

⁽⁷⁾ Calculamos a Dívida Bruta como o somatório de empréstimos e financiamentos circulante, empréstimos e financiamentos não circulante e debêntures eventualmente emitidas. Para mais informações, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

⁽⁸⁾ Calculamos a Dívida Líquida como a dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras que contém os títulos de valores mobiliários e o Swap cambial de derivativos ativo. Para mais informações, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que as nossas principais vantagens competitivas, que nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para o nosso sucesso incluem:

Estamos posicionados de forma estratégica no ecossistema institucional do setor de saúde, de forma a expandir e aprofundar os relacionamentos com seus clientes

Nossa proposta de valor é agir como um elo essencial do mercado de saúde institucional, atuando não apenas como um distribuidor tradicional de produtos farmacêuticos, médico e hospitalares, mas trazendo eficiência e solucionando problemas de um setor altamente complexo de servir. Com isso, buscamos ofertar um portfólio amplo de produtos e serviços, oferecendo:

- ***Portfólio Diversificado de Produtos:*** Oferecemos um portfólio extenso de medicamentos de referência e genéricos de alta complexidade, como medicamentos para oncologia, hematologia, antitrombóticos, imunobiológicos, fertilidade, hormônios, entre outros, além de produtos médicos e hospitalares com alto valor agregado para diversos procedimentos e demandas (por exemplo: kits para a realização de cirurgias bariátrica, urológicas e itens para cirurgias cardiovasculares), bem como itens considerados essenciais (por exemplo: luvas, seringas, máscaras, gases), além de produtos para nutrição clínica e suplementos alimentares dietéticos e frascos para dietas.
- ***Multicanal:*** Nossos produtos são oferecidos e distribuídos para nossos clientes através de uma plataforma “omnicanal” (incluindo lojas próprias, plataforma digital e televendas), com um serviço de alta qualidade e que inclui apoio técnico de profissionais especializados nestes medicamentos. Acreditamos ser um dos líderes e pioneiros de uma proposta *one-stop-shop*, tendo em vista que estamos presentes em diversas dimensões da cadeia de suprimentos do setor, oferecendo um portfólio amplo de serviços e produtos via diferentes canais. Isso gera um aumento do custo de mudança de nossos clientes e contribui para a fidelização.
- ***Serviços de Valor Adicionado:*** Prestamos também serviço de entrega direta de medicamentos para pacientes, criando valor para operadores hospitalares, seguradoras e operadoras de planos de saúde ao eliminar custos, diminuindo a ineficiência da cadeia. Adicionalmente, em uma iniciativa pioneira, nós e o Hospital Sírio-Libanês Brasília inauguramos o Centro de Distribuição Integrado Hospitalar, um modelo disruptivo de atendimento que usa tecnologia *online* para interligar informações sobre consumo do hospital e os níveis de estoque no nosso centro de distribuição. Dentre as nossas iniciativas de inovação, visando a criação de valor para clientes institucionais, implementamos tecnologia com relação a: (i) serviço de busca por inteligência artificial; (ii) planejamento digital de demanda e compras; (iii) automatização do processo de gestão de estoque; (iv) auditoria e gestão de fretes; e (v) gestão contínua de entregas. Essa solução gera diversos benefícios, tais como: (a) maximização da área produtiva do cliente; (b) aumento de eficiência operacional ao focar no tratamento de pacientes; e (c) redução de investimentos em capital de giro operacional (liberação de capital investido em estoque), otimizando a gestão de fluxo de caixa do hospital. Estamos preparados para implementar novas tecnologias que contribuam para melhorar continuamente nosso nível de serviço prestado, demonstrando nosso compromisso de oferecer serviços de alta qualidade através de processos eficientes.
- ***Alta capilaridade:*** Com relação à distribuição de medicamentos, temos alta capilaridade e extensa força de vendas, com uma equipe comercial experiente de aproximadamente 390 pessoas, incluindo vendedores, representantes comerciais, especialistas clínicos e engenheiros de campo que fornecem e suportam o uso seguro e eficiente de materiais, medicamentos pelos prestadores de serviço de saúde, incluindo hospitais, clínicas e consumidores finais. Na data deste documento, contamos com 20 centros de distribuição de medicamentos espalhados pelo Brasil, 14 lojas físicas e 4 *hubs*, traduzindo em maior escala de negócios, agilidade na entrega, eficiência operacional e posição importante no mercado, sendo um diferencial em comparação aos nossos concorrentes. A localização geográfica das nossas unidades também reduz o risco de dependência e que nossos resultados sejam afetados adversamente pelo desempenho de uma região ou de um cliente específico.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

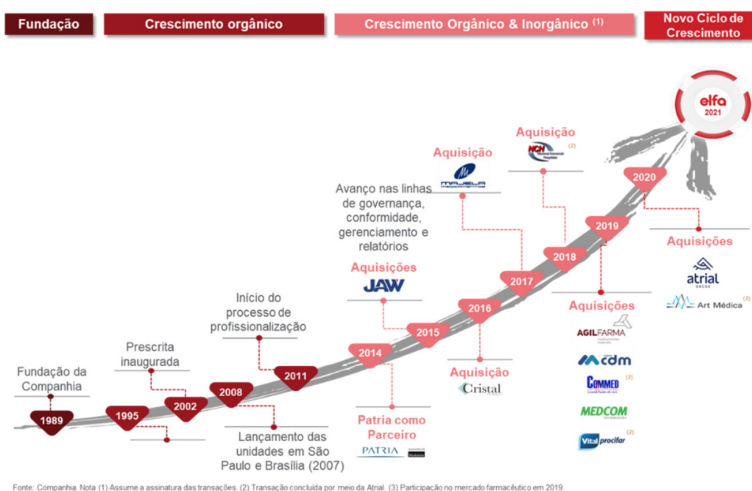
- Equipe Altamente Capacitada:** Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende em grande parte da experiência e dos esforços de nossos profissionais especializados na área de saúde. Como parte de nossa estratégia de expansão, contratamos, treinamos e buscamos reter profissionais qualificados e com expertise específica para atuar nas nossas operações. Nesse sentido, em virtude de nossa escala de operações, e elevado conhecimento dos nossos profissionais nos segmentos em que a Companhia atua, acreditamos ter um diferencial de mercado, além de nos proporcionar uma plataforma para o crescimento contínuo de nossas atividades.

Comprovado histórico de desempenho financeiro e criação de valor em aquisições

Acreditamos que nosso crescimento histórico seja superior ao do mercado farmacêutico, como resultado de criação de valor por meio de iniciativas orgânicas e também de aquisições, o que pode ser verificado pelo fato de que entre 2017 a 2019, nossa receita operacional líquida mostrou crescimento de 70,3%, comparado ao crescimento de 31,1% do mercado institucional farmacêutico total (segundo o IQVIA), e incremento de 2,7% do PIB do Brasil. Adicionalmente, observa-se que tal crescimento foi acompanhado de ganhos de eficiência operacional: despesas com vendas, gerais e administrativas líquidas de depreciação e amortização sobre a receita operacional líquida passaram de 8,6% para 7,0% no mesmo período.

Criamos uma plataforma de consolidação, que decorre do nosso histórico bem-sucedido de fusões e aquisições e de aproveitamento de sinergias, e, em linha com o nosso objetivo de consolidar a nossa abrangência nacional, reunimos empresas e com potencial de crescimento, aumentando o nosso portfólio de produtos e serviços que oferecemos, bem como área geográfica de atuação. Além disso, acreditamos possuir um time experiente e dedicado para realizar a integração das empresas adquiridas, assumindo, imediatamente após o fechamento da operação, todas as atividades necessárias para integrar com agilidade e qualidade desde sistemas/ERP a equipe comercial e back-office, entre outros.

Nos últimos 6 anos, realizamos, pela Elfa, 7 aquisições, as quais consideramos muito bem-sucedidas, tanto em termos econômicos, quanto em termos de integração de cultura e eficiência. Para termos tal resultado, buscamos empresas com grande potencial e similaridade com a Elfa. A Atrial possui também um histórico bem-sucedido de aquisições, tendo realizado e concluído 6 aquisições nos últimos anos (2 das quais, após a aquisição da Atrial pela Elfa), no mesmo espírito inovador e de integração da Elfa, uma das razões pelas quais a aquisição da Atrial é importante para Elfa. Tanto a Atrial quanto a Elfa observam em suas aquisições: (i) racional estratégico no segmento institucional, (ii) múltiplo relativo de aquisição, (iii) capacidade de integração da empresa e (iv) captura de sinergias.



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- **Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. (“Cirúrgica JAW”)**. Com sede na cidade de Palhoça, Santa Catarina, a Cirúrgica JAW reforçou o portfólio de medicamentos principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, atendendo aos mercados público e privado. Tal aquisição foi realizada em 2016.
- **Cristal Pharma Ltda. (“Cristal”)**. Com sede em Contagem, Minas Gerais, a Cristal fortaleceu e, vem continuamente fortalecendo, a participação no mercado com incremento no mix de produtos e formação de novos parceiros estratégicos, considerando ter como objetivo de comercializar e distribuir medicamentos de referência e genéricos de alta complexidade em todo o estado de Minas Gerais e sul da Bahia, atendendo hospitais, clínicas e órgãos públicos estaduais. Tal aquisição foi realizada em 2016.
- **Majela Medicamentos Ltda. (“Majela”)**. Com sede em Cabedelo, Paraíba, a Majela já era uma das mais importantes distribuidoras institucionais de medicamentos de alta complexidade do nordeste do Brasil, expandiu sua área de atuação e se tornou uma distribuidora de referência para o mercado farmacêutico brasileiro. Majela construiu uma trajetória sólida, baseada em valores como qualidade, bom atendimento, aprimoramento contínuo e grandes parcerias. Com essa combinação de negócios, a nossa atuação no mercado privado e nossa capacidade de atendimento a novos fornecedores foi substancialmente incrementada, reforçando, assim, o nosso modelo verticalmente integrado e nossa aptidão para realização de transações que se traduzem em um melhor posicionamento de mercado para nossas diferentes atividades. Tal aquisição foi realizada em 2017.
- **Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. e Prime Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Grupo CDM”)**. Com sede em Fortaleza, Ceará, e unidades de atendimento nos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Pará, o Grupo CDM concentra suas atividades no armazenamento, estocagem e distribuição de medicamentos de alta complexidade para todo o Brasil. Realiza, também, o comércio por atacado de materiais médico-hospitalares. O Grupo CDM atua há mais de 10 anos no mercado de saúde, com foco em medicamentos genéricos de alta complexidade com uma proposta diferenciada de distribuição seletiva atuando na revenda de seus produtos. Tal aquisição foi realizada em 2019.
- **Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”)**. Com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e filiais operacionais em Florianópolis e Curitiba, a Agilfarma é especializada na comercialização de medicamentos de alta complexidade de utilização não hospitalar como fertilidade, oncologia, hormônios de crescimento e medicamentos especiais no ramo farmacêutico. Além da venda de medicamentos, a Agilfarma oferece assistência farmacêutica e uma sala de aplicação de medicamentos injetáveis em todas as unidades. A aquisição da Agilfarma nos permitiu ter uma maior sinergia e presença no ramo farmacêutico nos estados do sul do Brasil. A empresa atua nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Tal aquisição foi realizada em 2019.
- **Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares (“Medcom”)**. Com sede em Goiânia, Goiás, a Medcom é uma das maiores e mais importantes distribuidoras de medicamentos da região centro-oeste, especializada em medicamentos de alta complexidade, medicamentos oncológicos, hematológicos e biológicos, hormônios de crescimento, reprodução humana, além de atuar com dispositivos médicos e hospitalares e produtos de nutrição. Tal aquisição foi realizada em 2020.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- **Salus Latam Holding S.A. (“Atrial”).** Com sede em São Paulo, São Paulo, a Atrial é uma empresa de distribuição de produtos médicos e hospitalares e serviços de saúde, com soluções ágeis e sustentada por profissionais especializados e tecnologias de ponta. A Atrial é uma das maiores distribuidoras de produtos médicos e hospitalares do Brasil para hospitais, clínicas, farmácias e profissionais de saúde que buscam parceiros de confiança para reinventar seus negócios. A transação teve por objetivo combinar as atividades da Elfa/Atrial a uma das maiores empresas de soluções logísticas no mercado de saúde do país, e ampliar a sua atuação na distribuição de materiais hospitalares. Tal aquisição foi realizada em 2020. Antes da sua aquisição pela Elfa, a Atrial já havia adquirido a Nacional, Commed, Vital Procifar e Artmédica. Após sua aquisição pela Elfa, a Atrial concluiu a aquisição da Fenergy e da Surya Dental.

Governança corporativa aprimorada somada a uma administração profissional e experiente no nosso setor de atuação

Nossa equipe de administradores é profissionalizada e comprometida, com experiência em nosso setor de atuação. Em 2015, após o ingresso de fundos geridos por Pátria Investimentos em nossa base acionária, passamos a implementar um programa de Compliance e desde então estamos aprimorando nossas práticas de governança corporativa, especialmente com a implementação de políticas e procedimentos internos (conforme descrito abaixo em “Sistema Robusto de Compliance”). Nosso Conselho de Administração apresenta um equilíbrio entre membros do Pátria Investimentos, todos com profundo conhecimento da Companhia, experiência no setor e conhecedores de sua cultura, e membros independentes, com alto conhecimento da indústria de saúde e de processos de transformação, conforme descritos nos currículos apresentados na seção 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Nossa cultura corporativa é focada em resultados, baseada em sólidos valores, como, por exemplo, metas objetivas e transparentes e fundamentadas em um modelo de gestão voltado à eficiência operacional, crescimento e geração de valor para o acionista. O trabalho do nosso time de gestão sob esses pilares tem sido fundamental no forte crescimento de Receita Líquida e forte controle de despesas gerais e administrativas observado nos últimos anos.

A Companhia possui diversas iniciativas no que diz respeito às práticas de Meio Ambiente, Social e Governança (“ESG”). Utilizamos material reciclado (baterias de gelo) como insumo em todas as embalagens perecíveis expedidas. Além disso, oferecemos aos nossos colaboradores programa de bolsa para universidade. Fomos eleitos por 5 vezes consecutivas na pesquisa “Melhores Empresas para Trabalhar”, com um nível de engajamento de nossos funcionários maior que 90%. Por fim, possuímos 3 comitês estratégicos de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Risco e Comitê de Ética.

Sistema Robusto de Compliance

Para nós, *compliance* é crucial. Nossos clientes, fornecedores e parceiros, para serem aceitos devem estar adequados dos mais altos padrões de ética e integridade. Com base em diversos programas de grandes empresas internacionais, estabelecemos em 2015 um robusto Programa de *Compliance*, através do qual definimos nossos princípios fundamentais por meio de código de conduta da Companhia, e contamos ainda com (i) fortes políticas norteadoras de condutas éticas e de controle, (ii) um comitê de ética formado pelos altos executivos da Companhia (incluindo presidente do conselho e CEO); (iii) intenso processo de treinamento dos nosso time com 90% dos funcionários treinados presencialmente em 2019, além de treinamentos em plataforma online, (iv) frequente comunicação sobre temas de *compliance*; (v) forte disseminação do nosso canal confidencial para uso interno e por quaisquer terceiros, que culmina em processos estruturados de identificação e tratamento de denúncias; e (vi) Programa de *Compliance Influencers*, por meio do qual determinados funcionários do time operacional são escolhidos e treinados para levar a cultura de *compliance* para as áreas operacionais, nas mais diversas regiões.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Buscamos ser exemplos para auxiliar na mudança do mercado em que atuamos, com o fim de transformá-lo num ambiente mais íntegro, ético, sustentável e seguro. Fazemos isso por meio de:

- Revisão e aprimoramento do nosso programa: nos submetemos proativamente a auditoria externa bianual para avaliar a efetividade do programa em si e eventuais riscos, a partir do qual estabelecemos planos de ação objetivando a melhoria contínua das nossas ações.
- Transformamos ou aprimoramos os padrões de *compliance* das empresas que adquirimos, por meio de processo de auditoria desde o início da negociação até o fechamento da aquisição, seguido por ações estruturadas no plano de 100 dias da integração, que incluem treinamentos, implementação de controles, identificação, mapeamento e mitigação de riscos da nova empresa.
- Fomentamos discussões profundas sobre temas de *compliance* com *stakeholders* relevantes do setor de saúde. Anualmente, realizamos nossa Mesa Redonda de *Compliance*, evento que em 2019 contou com a participação de aproximadamente 100 executivos de saúde do Brasil, estando presentes 60% dos fornecedores que atendíamos na época.

A nossa incansável busca pelos melhores padrões éticos faz com que a cultura de *compliance* esteja enraizada nas nossas atitudes, nos nossos negócios e na nossa rotina, estabelecendo então “O Jeito Elfa de Agir”. Desta forma, acreditamos ter uma reputação diferenciada no nosso mercado de atuação e uma vantagem competitiva em relação a outros players não estruturados. Adicionalmente, com o “O Jeito Elfa de Agir”, estreitamos o relacionamento com nossos fornecedores e clientes, gerando confiança, credibilidade e protegendo às suas marcas e reputação.

Em 2019, concluímos com sucesso mais de 85 auditorias às quais fomos submetidos por indústrias farmacêuticas e de materiais médico-hospitalares em nosso programa. No mesmo ano, nosso programa foi apresentado como destaque na semana de *compliance* de um relevante laboratório farmacêutico mundial. O alto nível do nosso programa de *compliance* é evidenciado por tais reconhecimentos vindos de fornecedores nacionais e multinacionais que requerem rígidos padrões éticos.

ESTRATÉGIA

Expandir nosso portfólio de produtos, segmentos de atuação e serviços.

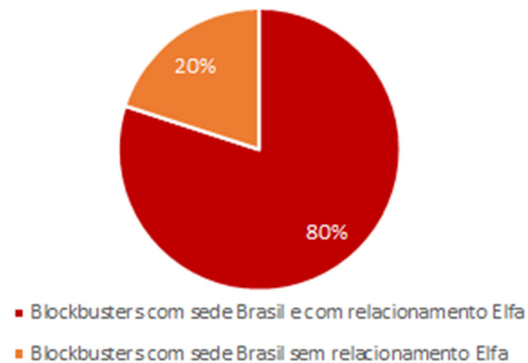
Acreditamos que podemos continuar a expandir nossos negócios através de uma estratégia de crescimento baseada em 4 pilares principais:

(i) Expansão do Nosso Portfólio de Produtos.

Através do nosso relacionamento bem estabelecido e de longo prazo com fabricantes globais de medicamentos e produtos médicos e hospitalares de referência, somos capazes de nos posicionar de forma a identificar os produtos mais vendidos no exterior que ainda não foram aprovados pela ANVISA para comercialização no Brasil. Com essa estratégia, trabalhamos junto aos laboratórios multinacionais com o objetivo de promover o acesso desses futuros lançamentos no mercado institucional brasileiro.

O nosso amplo acesso e relacionamento de longo prazo com essas empresas farmacêuticas, que constantemente inovam e introduzem novos medicamentos de alta complexidade no mercado, permite anteciparmos e nos posicionarmos para essa potencial demanda dos nossos clientes. Por exemplo, de acordo com o relatório da *Clarivate Analytics* de 2019, foram identificados 7 potenciais medicamentos a atingirem a marca de USD1 bilhão em vendas até 2023, sendo 6 deles medicamentos de alta complexidade voltados para doenças genéticas e autoimunes. Das sete empresas detentoras desses medicamentos, 5 atualmente possuem operação em território nacional e, destas, temos relacionamento com 4, o que evidencia a importância do relacionamento construído ao longo de anos em nossa estratégia.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Além disso, existe a possibilidade de intensificarmos a atuação como distribuidor master exclusivo no Brasil de marcas e companhias que, por opção, preferem não atuar de forma direta no país. Por exemplo, temos atualmente direitos de distribuição exclusiva no Brasil de uma das líderes globais no segmento de sistemas de monitoramento de glicose para uso doméstico e hospitalar no tratamento de diabetes.

(ii) Expansão da Nossa Base de Clientes.

Suportados por um amplo portfólio de medicamentos e, mais recentemente, produtos médicos e hospitalares, poderemos acessar uma base de clientes ainda maior e com potencial sinergia entre as linhas de negócio. Adicionalmente, os 100 maiores hospitais do Brasil, que possuem maior sentido estratégico, representam um mercado de mais de R\$2,5 bilhões, e em virtude disso, enxergamos múltiplas oportunidades para expandir nossos serviços logísticos oferecidos para hospitais.

(iii) Ampliação da Nossa Estratégia de Serviços e Expansão para Novos Segmentos.

Buscamos constantemente a identificação e implementação de novas tecnologias que possam continuar para a melhora do serviço que prestamos, o que demonstra o nosso compromisso em oferecer serviços de alta qualidade através de processos eficientes. Nossas iniciativas de inovação visam a criação de valor para clientes institucionais.

Pretendemos dedicar esforços para expandirmos e desenvolvemos ainda mais um modelo disruptivo de atendimento que usa tecnologia *online* para interligar informações sobre consumo do hospital (e, futuramente, de outros clientes ou fornecedores) e os níveis de estoque no nosso centro de distribuição.

Investimos e buscaremos manter os investimentos em tecnologias e equipamentos, aprimorando a produtividade de nossa força de vendas por meio de iniciativas de automatização e software de CRM, combinado à otimização de processos de venda. Outro item de importância, em que temos planos de manutenção do investimento, é a melhoria constante em nossos processos logísticos: a investir em processos de automatização e otimização da rede logística, gestão de estoque e entregas, serviço de busca por inteligência artificial, planejamento de demanda e compras, além de auditoria e gestão de fretes.

Adicionalmente, buscaremos continuar a melhorar os nossos processos de integração de forma a capturar as sinergias esperadas em aquisições da forma mais rápida e eficiente possível.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

(iv) Busca Constante para Aumentar Nossa Eficiência.

A busca contínua para aumentar a nossa eficiência e a qualidade dos nossos serviços prestados aos stakeholders faz parte da cultura da Companhia. Dentre as inúmeras iniciativas, identificamos que podemos aumentar a produtividade da nossa força de vendas por meio da implementação de softwares de CRM e na otimização de processos e rotinas. Além disso, do lado operacional, pretendemos automatizar diversos processos e atividades operacionais, além de trabalharmos constantemente para otimizar toda a nossa malha logística. Essas iniciativas beneficiariam a Companhia ao reduzir custos e tempo em toda a cadeia.

Adicionalmente, a adoção de uma estratégia de centro de serviços compartilhadas beneficiariam a Companhia ao otimizar as operações de suporte no nosso modelo de negócio e aumentar a eficácia e a integração de diversos sistemas e áreas.

De 2017 a 2019, a relação entre SG&A (despesas com vendas, gerais e administrativas, excluídas depreciação e amortização) sobre nossa receita operacional líquida variou de 8,6% em 2017 para 7,0% em 2019 (ou 1,6 p.p). A variação da receita operacional líquida nesse período foi de R\$755,7 milhões (ou 70,3%), enquanto o SG&A variou 35,8 milhões (ou 38,5%).

(v) Contínua Expansão por Estratégia de Aquisições e Integrações.

Conforme já mencionado acima, temos um histórico de sucesso de aquisição de no segmento de saúde. Acreditamos que, atrelada ao crescimento orgânico, nossa estratégia de expansão incluiu e continuará a incluir a aquisição de outros *players* do mercado. Nossa experiência em processos de aquisição e integração de operações nos permite capturar sinergias operacionais e financeiras, garantindo qualidade, eficiência operacional e um crescimento sustentável.

Para o mapeamento e priorização dos targets de aquisição, aplicamos uma metodologia que determina critérios específicos, tanto qualitativos como quantitativos, através dos quais os alvos são filtrados e classificados, criando assim um pipeline atrativo e alinhado com a estratégia de criação de valor da empresa.

Contamos com uma equipe experiente de 8 pessoas, dedicadas a desenvolver relacionamento com inúmeras empresas do setor, e engajá-las no processo de *M&A* e coordenar todo o processo de forma bastante diligente até a negociação e assinatura dos documentos da transação.

Com a união de empresas referência no segmento de distribuição de medicamentos de alta complexidade e de produtos de saúde, visamos nos tornar o maior grupo de distribuição de medicamentos e produtos médico-hospitalares do Brasil. O objetivo é continuar aprimorando a entrega de produtos e soluções que salvam e melhoram a vida de milhares de pessoas diariamente.

De acordo com levantamento realizado em março de 2020 pelo IQVIA, há mais de 850 distribuidores de medicamentos e produtos médico-hospitalares no Brasil, indicando grande potencial de consolidação no mercado. Atualmente, temos um *pipeline* de empresas-alvo para aquisição sob execução, incluindo, 5 empresas em fase de avaliação e negociação de preço, 1 empresa em fase de negociação de memorando de entendimentos, 7 empresas em fase de realização de auditoria e negociação de documentos finais e 2 empresas que já estão com o contrato de compra e venda de quotas/ações assinado, aguardando o cumprimento de condições precedentes e/ou fechamento.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

RECONHECIMENTOS E PRÊMIOS

Acreditamos ter reconhecimento no mercado pela qualidade dos produtos que distribuímos, pela nossa característica inovadora, pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes e pelos nossos padrões éticos. Ao longo de nossos anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de distribuição de medicamentos, manifestados, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

Durante o ano de 2019, fomos reconhecidos nos rankings:

- As 1000 Maiores Empresas da Valor 1000;
- As Melhores & Maiores da Revista Exame;
- Melhores Empresas Para Trabalhar 2019 - Setor Saúde – Brasil;
- Melhores Empresas Para Trabalhar 2019 - Regional Paraíba;
- J&J Medical Devices – Top Medical Devices Distributor 2019 - Atrial Saúde; e
- Coloplast – Top Sales 2019 – Artmedica.

AÇÕES SOCIAIS

Acreditamos que o papel de construir uma sociedade melhor é função de todos. Como Companhia responsável e ciente de seus deveres com a comunidade, buscamos destinar grande potencial em Leis de Incentivo para Instituições responsáveis, idôneas e cujos trabalhos convergem com nossa cultura.

O processo para a escolha e a validação das instituições passa por uma criteriosa análise de organizações que possuem atuação em localidades nas quais operamos, sempre respeitando nossas políticas de *compliance* para patrocínios e projetos culturais.

Acreditamos que ações simples, organizadas e assertivas contribuem para a formação de uma sociedade mais justa.

Durante 2019, apoiamos iniciativas como Canto Cidadão e Associação Desportiva para Deficientes (ADD) ambas em São Paulo, a Fundação Municipal da Criança em Joao Pessoa – PB, o Lar Torres de Melo em Fortaleza – CE e o Instituto Constelação em Recife – PE.

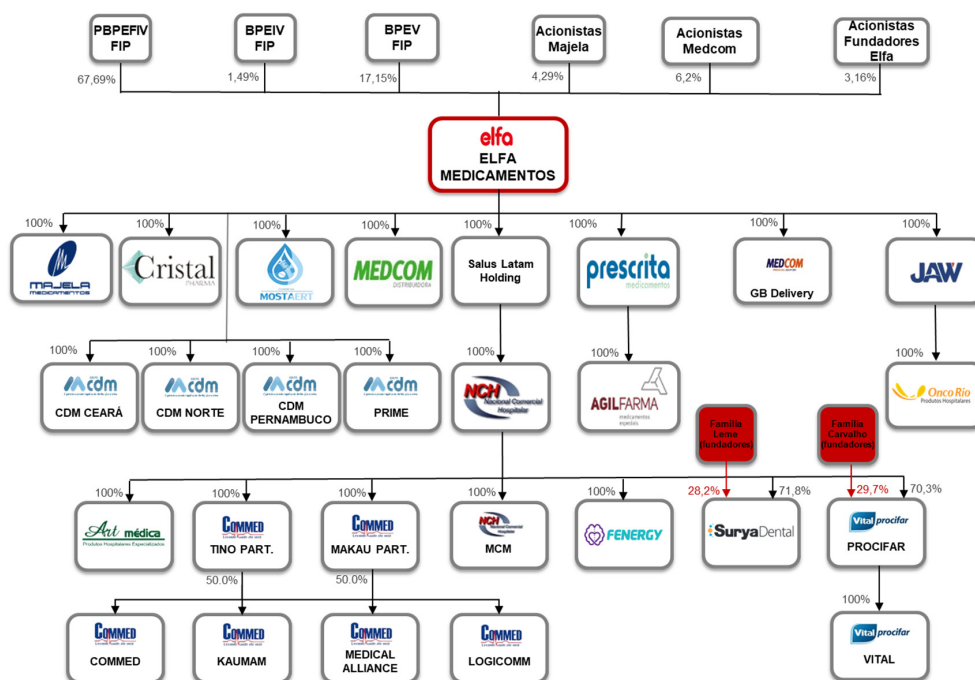
INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nossa sede localiza-se em Brasília, Distrito Federal e nosso número de telefone é +55 11 4890-2030. O endereço do website de relações com investidores é <https://grupoelfa.com.br/ri>.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Apresentamos abaixo nosso quadro societário atual.



EVENTOS RECENTES

Impactos da pandemia da COVID-19 em nossas Atividades

A Companhia está enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do coronavírus (COVID-19) sobre atividades de seus principais prestadores de serviços, revendedores e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas, que podem sofrer interrupções parciais ou totais, temporárias ou permanentes.

O escopo e a natureza desses impactos estão em constante evolução. A seguir, apresentamos um resumo de nossas ações recentes e previstas em resposta à pandemia de COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

Em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista às normas e orientações governamentais, a Companhia veio a fechar seus escritórios administrativos, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Já com relação aos seus centros de distribuição, a Companhia manteve suas atividades, dada a natureza de seu mercado de atual, mas reforçou os protocolos de saúde e segurança para proteção de seus funcionários que permaneceram trabalhando em suas instalações. Adicionalmente, a Companhia contratou consultoria especializada que conta com médico epidemiologista para estabelecer os protocolos específicos para cada tipo de unidade (centros de distribuição, escritórios ou lojas).

Além disso, contratamos empresa médica para realizar o monitoramento de casos suspeitos e confirmados de COVID-19 entre nossos funcionários. Como medida adicional de cuidado oferecemos aos nossos funcionários apoio psicológico por meio de plataforma totalmente online.

Conforme descrito no item 3.9, “COVID-19 – Impactos financeiros da COVID-19 sobre a Companhia”, o setor de medicamentos e serviços de saúde é um dos setores que tem sido menos afetado pela pandemia associada à COVID-19, esta informação está amparada na comparação da queda do PIB

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

no 2º trimestre de 2020 de 11,4% (Fonte IBGE) versus um crescimento de 9,5% reportado no Mercado de medicamentos Institucional Indireto (Fonte: IQVIA HMB Jun2020).

Além disso, apesar da pandemia não trazer uma queda de receita em comparação com período anterior e a avaliação do impacto da pandemia estar em evolução, a Companhia estimou que teve um impacto negativo de R\$ 55,0 milhões em relação a suas projeções de crescimento de vendas para o ano de 2020, devido principalmente ao fechamento de algumas clínicas e adiamento de cirurgias eletivas.

A Companhia acredita que a pandemia do COVID-19 trará impactos adversos relevantes, especialmente no Brasil, incluindo a deterioração significativa da esperada recuperação econômica, consequentemente revertendo as expectativas (anteriores à atual pandemia) de uma recuperação econômica e de aumento da renda em níveis de consumo e renda da população brasileira, e possíveis interrupções na produção devido aos impactos sobre a cadeia de suprimentos. Nesse ambiente econômico desafiador, a Companhia está focada em tomar as medidas necessárias para fortalecer sua saúde financeira face ao impacto contínuo e sem precedentes da COVID-19.

Aumento de Capital

Em 7 de agosto de 2020, foi aprovado um aumento de capital na Companhia no valor de R\$30.600.000,00, com a emissão de 10.000.000 novas ações da Companhia.

Esse aumento foi integralmente subscrito pelos atuais acionistas, proporcionalmente à sua participação no capital social.

Ato contínuo, a Companhia adquiriu as ações subscritas e ainda não integralizadas, para manutenção em tesouraria. A integralização pela Companhia foi feita mediante a utilização do saldo de reserva de capital.

As ações em tesouraria poderão ser utilizadas pela Companhia para liquidação dos planos de opção de compra de ações e do plano de ações diferidas, nos termos da regulamentação aplicável.

Aquisição de novas empresas

Aquisição Dupatri

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda ("Dupatri"). A Dupatri atua na distribuição de medicamentos e de produtos hospitalares primordialmente na região Sudeste. A operação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), durante o exercício de 2018.

Em 17 de outubro de 2018 foi instaurado procedimento arbitral em que se discutia o cumprimento das condições precedentes e obrigação de fechamento (para maiores informações sobre a arbitragem, vide item 4.5 deste Formulário de Referência). Em 08 de setembro de 2020, foi proferida sentença parcial pelo Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem da Câmara de Comercio Brasil-Canadá reconhecendo (i) o cumprimento das condições precedentes pelas partes (ii) o direito ao fechamento da operação pela Companhia. O fechamento foi determinado pela referida decisão e está previsto para ocorrer ainda no presente exercício social.

Ainda conforme decisão arbitral, o preço a ser pago pela aquisição corresponde ao estabelecido no contrato de compra e venda de quotas, equivalente ao total de R\$145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais), a ser pago da seguinte forma: (i) 50% como parcela a vista, no fechamento/data de registro do ato societário de transferência das quotas, devendo de tal valor ser descontado o endividamento líquido da Dupatri na data de fechamento; (ii) 25% no dia útil subsequente ao primeiro aniversário da data de fechamento; (iii) 25% menos R\$10,0 milhões em no dia útil subsequente ao primeiro aniversário da data de fechamento; e (iv) o valor de R\$10, 0 milhões

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

serão pagos no dia útil subsequente ao sexto aniversário do fechamento, salvo hipótese de retenção por contingências estabelecida no contrato.

O referido contrato prevê ainda um bônus por desempenho (earn-out).

Os eventuais pedidos de ajuste de preço (inclusive relacionados ao earn-out), de indenizações requeridas pelas partes e de honorários de sucumbência, requeridas pelas partes, serão analisados em um segundo momento da arbitragem que se iniciará após o Fechamento.

Os recursos para custear o pagamento do preço da aquisição da Dupatri já estão provisionados na Companhia, que detém caixa suficiente para honrar tal obrigação.

Aquisição Mostaert

Em 29 de junho de 2020, a Companhia assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Comercial Mostaert Ltda (“Mostaert”). Em 30 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Mostaert uma subsidiária da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$ 40.655, que poderá ser aumentado em até R\$ 14.500 por uma eventual contraprestação contingente (“Earn-out”), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.

A Mostaert é uma empresa sediada em Pernambuco, especializada na distribuição de medicamentos hospitalares, antibióticos, injetáveis e oncológicos.

Aquisição Fenergy

Em 29 de junho de 2020, a hoje controlada da Companhia, Nacional Comercial Hospitalar S.A. assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. (“Fenergy”). Em 16 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Fenergy uma controlada indireta da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$ 18.000 mil e poderá ser aumentado em até R\$ 6.000 mil por uma eventual contraprestação contingente (“*Earn-out*”), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.

A Fenergy atua na distribuição de materiais médico hospitalares primordialmente na região Sul, concentrando seu portfólio em consumíveis para cirurgias de alta complexidade.

Aquisição “Surya Dental”

Em 29 de junho de 2020, a hoje controlada indireta da Companhia, Nacional Comercial Hospitalar S.A., assinou contrato de compra e venda para a aquisição do controle acionário da Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos S.A. (“Surya Dental”). Em 27 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Surya Dental uma controlada indireta da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$ 37.000 mil e a participação indireta da Companhia na Surya Dental totalizou, no fechamento da operação, 71,8%.

A Surya Dental atua na distribuição de produtos voltados para clínicas odontológicas primordialmente na região Sul, embora tenha acesso e capilaridade em todas as regiões do Brasil.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Aquisição "BioHosp"

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia, assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Biohosp Produtos Hospitalares S.A. ("BioHosp").

A BioHosp atua na distribuição de medicamentos especiais, materiais médico-hospitalares e produtos de nutrição com foco na região Sudeste, mais especificamente MG e RJ, atendendo hospitais e clínicas, entes públicos e privados.

Nos termos do contrato de compra e venda, a aquisição da BioHosp se dará mediante a aquisição de 93% do capital social da BioHosp com pagamento em dinheiro e a incorporação das ações remanescentes, correspondentes a 7% do capital social da BioHosp, pela Companhia. O contrato estabelece que o valor de 100% das ações da BioHosp não será superior a R\$276 milhões, considerando um endividamento líquido da BioHosp igual a zero no fechamento da operação. No entanto, o valor exato da BioHosp será conhecido apenas quando da conclusão do processo de verificação do EBITDA da BioHosp relativo ao período de 12 meses encerrado em 30 de junho de 2020.

Dessa forma, a parcela de preço objeto da incorporação de ações não será superior a R\$19,32 milhões. Para fins de definição da relação de troca, restou acordado que cada ação da Companhia será avaliada a 90% do preço por ação definido na oferta pública inicial de distribuição de ações a ser realizada pela Companhia ("Oferta"). Em decorrência da incorporação de ações, o capital social da Companhia deverá ser aumentado mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante total do valor patrimonial contábil das ações incorporadas.

A aquisição foi aprovada pelo CADE em 21 de outubro de 2020 e está sujeita a outras condições precedentes usuais de transações de fusões e aquisições (M&A).

Aquisição "Oncorio"

Em 14 de setembro de 2020, a Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., subsidiária da Companhia, assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Oncorio Distribuidora de Medicamentos Ltda. Em 13 de novembro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Oncorio uma controlada indireta da Companhia.

A Oncorio atua na distribuição de medicamentos oncológicos com foco nas regiões Sul e Sudeste, atendendo hospitais e clínicas oncológicas.

O valor total da transação foi de R\$ 34.356 mil e poderá ser aumentado em até R\$ 6.120 mil por uma eventual contraprestação contingente ("Earn-out"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas metas estabelecidas nos documentos da operação.

Novos Empréstimos

No dia 13 de julho de 2020, a Companhia captou um novo empréstimo de R\$50.000.000,00 com o Banco Santander. O empréstimo foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e foi captado para alongar o perfil do endividamento da Companhia, sendo usado para quitar outros empréstimos com vencimento no segundo semestre de 2020. Esse empréstimo será remunerado a um custo de CDI + 2,70% a.a. e terá um prazo de vencimento de três anos (29 de junho de 2023), com um ano de carência, com cessão fiduciária de certificados de depósitos bancários, direitos creditórios e títulos no montante de 100% do valor da operação como garantia. Esse empréstimo terá 50% do seu valor garantido em duplicatas.

A combinação entre uma menor alavancagem financeira e um melhor posicionamento dos indicadores de liquidez, somados a entrada de caixa resultante do processo de oferta pública inicial de ações (oferta primária), reforçam a perspectiva de robustez de caixa necessária para implementação do plano de negócios da Companhia. O montante a ser obtido com a oferta primária

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

melhorará tanto as condições de alavancagem, como posições de liquidez, corroborando o conforto para execução do plano de negócio.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMPANHIA

Nossos principais desafios estão relacionados à dependência de fabricantes para produzir e nos vender os produtos que comercializamos e distribuimos, entretanto, alguns fabricantes vendem atualmente seus produtos diretamente a órgãos públicos e varejistas, ainda que em quantidades limitadas.

Outros desafios estão relacionados aos fatores da cadeia logística dos medicamentos que comercializamos e distribuimos, uma vez que dependemos de fabricantes privados nacionais e transnacionais e fornecedores de medicamentos importados para atender aos nossos clientes. Nesse sentido, interrupções nos processos produtivos podem afetar o abastecimento dos produtos que comercializamos e distribuimos.

Para maiores informações, favor verificar a seção 4 deste Formulário de Referência, na qual constam os fatores de risco relacionados à Companhia e às suas atividades.

PONTOS FRACOS DA COMPANHIA

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide, neste Sumário, a seção "Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia", e no Formulário de Referência, os itens 4.1. e 4.2.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1.a – Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando dois segmentos operacionais: distribuição especialidades (“Especialidades”) e distribuição genéricos, similares e materiais (“Genéricos e Similares”).

A partir de julho de 2020, a Companhia irá reportar novos segmentos operacionais, isto é, irá combinar seus dois segmentos operacionais existentes até 30 de junho de 2020 (quais sejam “Especialidades” e “Genéricos e Similares” em um único segmento de “Especialidades Farmacêuticas” e criando, ainda, o segmento de “Materiais Médicos e Hospitalares” composto por Materiais, Nutrição e equipamentos medico hospitalares).

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de 6 meses findo Exercício social encerrado em 31 de dezembro de em 30 de junho de 2020								
			2019		2018		2017		
	(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita operacional líquida Especialidades	827.596	82,0%	1.573.495	85,9%	1.385.125	88,8%	927.226	86,2%	
Receita operacional líquida Genéricos	181.576	18,0%	257.967	14,1%	175.302	11,2%	148.518	13,8%	
Total da Receita operacional líquida	1.009.172	100,0%	1.831.462	100%	1.560.427	100%	1.075.744	100%	

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
			2019		2018		2017		
	(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Margem Contribuição Especialidades	56.453	74,6%	104.700	79,1%	104.542	86,2%	63.974	88,1%	
Margem Contribuição Genéricos	19.272	25,4%	27.592	20,9%	16.795	13,8%	8.611	11,9%	
Total da Margem de contribuição	75.725	100,0%	132.292	100,0%	121.337	100,0%	72.585	100,0%	

A Companhia não realiza a abertura de seu lucro líquido (prejuízo) por seus segmentos operacionais nas suas demonstrações financeiras.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Não possuímos processo produtivo. Os produtos distribuídos e comercializados por nós não são produzidos por nossa Companhia, sendo o processo de fabricação dos produtos realizado por fornecedores. Os referidos fornecedores detêm as fórmulas e tecnologias de fabricação dos referidos produtos.

(b) Características do processo de distribuição

Nossa principal atividade consiste na distribuição e comercialização de um amplo portfólio de serviços e produtos de saúde, com eficiência e segurança, dividido nos seguintes segmentos:

Especialidades: Segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio diversificado de medicamentos de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncologia, imunossuppressores e antibióticos. O segmento de Especialidades pode ser dividido em três canais, distribuição, delivery (varejo) e acesso, conforme melhor descrito abaixo.

Genéricos e Similares: Segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio baseado em medicamentos genéricos e similares que possuem um valor final mais baixo para hospitais, clínicas e médicos.

Canais de Venda

Nossos segmentos contam com três canais distintos de distribuição e comercialização, que operam de forma independente: (a) Distribuição, por meio do qual atendemos clientes institucionais públicos e privados por meio da distribuição de medicamentos do segmento de Especialidades e que não se enquadram nos canais de Delivery e Acesso; (b) Delivery (varejo), canal que atende diretamente ao consumidor final (pessoas físicas), seja por meio de lojas físicas com seis unidades no Brasil, seja pelo e-commerce que atende a todo o território nacional. Dentre os principais produtos do portfólio estão: medicamentos para fertilidade, hormônios de crescimento, produtos estéticos e medicamentos especiais; e (c) Acesso, por meio do qual atendemos aos planos de saúde, e executamos a entrega para referidos clientes ou, por conta e ordem, diretamente ao paciente final. Este canal possui assistência farmacêutica e time dedicado para o acompanhamento de performance.

O processo de distribuição e comercialização de nossos produtos é realizado por meio das seguintes etapas: (i) compras; (ii) gestão de estoques; (iii) logística; e (iv) vendas.

Acreditamos que a integração entre as referidas etapas nos permite captar sinergias em nossas atividades, de forma a obter ganhos de escala e maximizar a nossa rentabilidade.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Compras

Nossa política de compras tem como principal objetivo preços baixos e maior prazo de pagamento na compra dos produtos que serão por nós distribuídos ou comercializados, conforme aplicável, por meio da aquisição de produtos em grande escala, bem como pelo estabelecimento de parcerias sólidas e de longo prazo com os nossos fornecedores, que nos permitem obter condições competitivas de preço e pagamento.

O planejamento de compra de produtos tanto para a distribuição especialidades quanto para a distribuição genéricos, similares e materiais é centralizado pela nossa área de supply (compras). Na maioria dos casos, referida área é responsável pelas negociações com os fabricantes dos produtos por nós comercializados. Para todos os canais, as decisões de compra são gerenciadas por meio de um sistema interno e encontram-se respaldadas por um detalhado planejamento de estoques baseado no histórico de demanda de cada produto.

Nesse sentido, o nosso sistema de compras está parametrizado para considerar o *leadtime* do fornecedor (acompanhamento do intervalo de tempo necessário para que o produto, após pedido ao fabricante, chegue ao Centro de Distribuição), o nosso *leadtime* interno (*cross docking*), a frequência de compras e a nossa política de estoque, que consistem em fatores essenciais na determinação do nosso período médio de estocagem para atendimento da demanda dos nossos clientes.

A frequência de compras pode variar conforme cada fornecedor e volume de compras de cada produto, correspondendo ao intervalo de dias em que é repetida a compra de um determinado fabricante, podendo ser bissemanal, semanal, quinzenal ou mensal, conforme aplicável.

Adquirimos os produtos de nossos fornecedores por meio da realização de pedidos de compras dos produtos desejados efetuados com base (i) no histórico de compras dos referidos produtos por nossos clientes; (ii) nas previsões de venda no curto e médio prazo, as quais são ajustadas conforme a sazonalidade do fornecimento de determinados produtos; e (iii) níveis de estoque desejados.

Nos referidos segmentos, também é adotada a prática de compra na pré-alta ("Pré-Alta"). A Pré-Alta é utilizada por alguns distribuidores atacadistas de medicamentos no Brasil e no mundo, e consiste no aumento do nível de estoque, anteriormente ao aumento de preço dos medicamentos que, no Brasil, ocorre em normalmente em 31 de março de cada ano.

Normalmente, aumentamos nosso volume de compras durante os meses que antecedem à alta de preços, observando que este varia em função do aumento de preços estabelecido em cada ano. Para mais informações sobre a regulamentação de preços de medicamentos ver o item 7.5(a) deste formulário de referência.

Com relação às compras para atender clientes institucionais públicos, que são basicamente Secretarias de Saúde Estaduais e Ministério da Saúde, o processo de compra é iniciado tão somente quando a Companhia recebe a respectiva nota de empenho relativa a um contrato público que tenha celebrado, precedido do respectivo processo licitatório. Para mais informações sobre aos riscos referentes à contratação com o Poder Público, ver os fatores de risco "Os procedimentos licitatórios de que a Companhia participa nas contratações com o Poder Público podem sofrer influência política ou ser alvo de investigações", no item 4.1 deste formulário de referência.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No tocante ao canal de delivery (varejo), as compras são realizadas tanto junto a distribuidores de medicamentos quanto aos próprios fabricantes dos referidos produtos, de forma a obter descontos, bem como prazos competitivos de pagamentos. Como atuamos por meio de um modelo integrado, ou seja, com atuação no atacado e varejo, nosso canal de varejo é majoritariamente abastecido pela nossa operação de distribuição. Isso facilita a nossa previsão de demanda e compras. Em períodos de sazonalidade, a previsão de demanda é ajustada em relação ao histórico de vendas dos períodos equivalentes.

Em 30 de junho de 2020, possuíamos mais de 400 fornecedores, dentre indústrias nacionais e multinacionais. A seleção dos nossos fornecedores visa atender às nossas exigências de qualidade e preço. Buscamos criar parcerias estratégicas duradouras com os nossos fornecedores com o objetivo de aprimorar a gestão da cadeia de suprimentos.

Em 30 de junho de 2020, nosso maior fornecedor representou, aproximadamente, 16% das nossas compras e nossos dez maiores fornecedores representaram cerca de 50% do valor das nossas compras. Ainda em 2019 adquirimos mais de 27.000 diferentes SKUs para distribuição e comercialização.

Gestão de Estoques

Nossa gestão de estoques tem como principal objetivo disponibilizar, aos nossos clientes, os produtos por nós comercializados com alto nível de serviço, sem ruptura, equilibrando níveis saudáveis de estoque com o melhor emprego do capital de giro da Companhia, a preços competitivos e mantendo as nossas margens operacionais e lucratividade.

A gestão de nossos estoques é realizada por um sistema integrado aos nossos processos de compras e vendas de nossos produtos, que gerencia de forma consolidada os estoques dos nossos 20 centros de distribuição, 14 lojas físicas e 4 HUBs.

Tendo em vista que atuamos num setor regulado, altamente criterioso com relação ao controle da qualidade, integridade e rastreabilidade dos produtos que comercializamos, nosso sistema permite que tenhamos visibilidade em tempo real do lote e data de vencimento dos produtos, permitindo uma gestão ativa do estoque e diminuindo perdas. Além disso, possuímos rigoroso controle dos medicamentos previstos na Portaria 344, que trata dos produtos sujeitos a controle especial.

De forma a viabilizar mais um serviço aos nossos clientes institucionais, mantemos estoque próprio de forma consignada em mais de 460 hospitais, disponibilizando uma forma extremamente ágil de fornecimento do produto e ainda realizando a gestão das necessidades do hospital. Em 30 de junho de 2020, aproximadamente R\$16,2 milhões do nosso estoque eram mantidos de forma consignada em nossos clientes.

Logística

As atividades logísticas constituem um importante fator à condução dos nossos negócios, afetando diretamente nosso sucesso e competitividade.

Em 30 de junho de 2020, para fins de distribuição e comercialização de nossos produtos, contávamos com 20 centros de distribuição, instalados em 12 estados brasileiros, além do Distrito Federal, que

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

possuíam, em conjunto, em 30 de junho de 2020, aproximadamente 30.000m² de área para armazenamento, atendendo, aproximadamente 2.000 pedidos por dia.

Apresentamos abaixo nosso fluxograma operacional de logística no segmento de distribuição:

- **Recebimento de produtos.** Quando um pedido chega em nossos centros de distribuição, iniciamos o acompanhamento da respectiva mercadoria por meio do nosso sistema. Com a utilização de coletores de dados via radiofrequência, conferimos a carga (inclusive nota versus pedido, condições sanitárias – temperatura, estabilidade dentre outros), disponibilizando-a imediatamente para a venda. Após a entrada da mercadoria, o sistema sugere o local para sua armazenagem em nosso estoque.
- **Armazenamento.** Controlamos a exatidão dos itens armazenados no estoque por meio de inventários cíclicos, e ainda com auditoria externa de estoque anual. Adicionalmente, contamos com equipamentos de última geração para o armazenamento dos medicamentos e materiais medico-hospitalares, que respeitam todas as normas de gerenciamento da “Cadeia de Frio” Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e respectivos órgãos de vigilância sanitária locais. Tratam-se de câmaras refrigeradas que possuem um sistema autônomo gerenciado por computadores para controlar a temperatura dos produtos. Os nossos CDs contam ainda com geradores capazes de garantir o funcionamento das câmaras frias em caso de queda de energia.
- **Seleção e Embalagem dos Produtos.** Após o recebimento do pedido do cliente em um de nossos centros de distribuição, o nosso sistema de WMS (warehouse management system) disponibiliza ao nosso assistente de estoque, via coletor de radiofrequencia, a seleção dos produtos incluídos em tal pedido para serem separados e embalados (*picking*) contendo a. No processo automatizado, os pedidos são atendidos com maior velocidade do que no processo manual, reduzindo prazos de entrega e maximizando níveis de precisão na separação, resultando em última instância qualidade de serviço superior para os clientes a um custo menor. Nossas embalagens termolábeis são certificadas com alto padrão de qualidade regulado por empresas especializadas na Cadeia Fria.
- **Transporte e Entrega.** Possuímos um sistema de controle de transporte – TMS (Transport Management System) com funções de roteirização de entrega, tracking online da entrega, geolocalização do veículo e auditoria das contas de frete, o que nos permite otimizar as rotas, aumentar a segurança do frete e reduzir custos. Pelo canal de Distribuição e de Acesso, na maioria das regiões, os pedidos recebidos até às 18:00 horas de um dia útil, são entregues no dia subsequente. Já no canal delivery (varejo), a maioria das entregas são realizadas em até 2 horas. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, processamos, em média 13.256, 14.709 e 2.353 pedidos por mês, respectivamente, atendendo a aproximadamente 2.326, 3.200 e 783 clientes, respectivamente, por meio de frota própria e terceirizada, cujas cargas encontram-se devidamente seguradas.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Vendas:

Prezamos pelo relacionamento próximo com os nossos clientes, acreditamos ter preços competitivos, agilidade do serviço, qualidade e segurança dos produtos e atendimento de alta qualidade contribuem para que tenhamos relações duradouras com nossos clientes.

Distribuição - Privado:

No canal de Distribuição institucional, temos duas modalidades de atendimento aos clientes privados, tanto para o segmento de especialidades quanto para o de genéricos e Similares: (i) via vendedor externo ou representante comercial; e (ii) via consultor de vendas interno.

No caso do vendedor externo ou representante comercial, realizamos visitas presenciais aos nossos clientes, o que nos mantém muito próximos de suas necessidades. Em tais visitas, o cliente informa sobre os produtos que deseja adquirir e iniciamos uma negociação de preço, condições comerciais e prazo para fecharmos definitivamente o pedido. Chegando a um consenso, o pedido é faturado.

Já no caso do consultor de vendas interno, acessamos as principais plataformas eletrônicas de cotação dos produtos que distribuimos e capturamos aquelas para as quais desejamos apresentar proposta. O cliente analisa as ofertas, levando em consideração critérios de preço e prazo de entrega. Se a cotação da Companhia for a vencedora, é emitida ordem de compra pelo cliente na própria plataforma, o que automaticamente nos faz faturar o pedido.

Distribuição - Público:

Participação de diversas licitações que, em sua extensa maioria, são realizados de nas modalidades de pregão eletrônico. O processo começa com a identificação de editais de licitação. Na captura de oportunidades, a Companhia analisa aquelas que fazem sentido para o seu negócio, considerando o produto, localidade, órgão licitante, prazo de entrega, dentre outros critérios. Assim que uma oportunidade é identificada, a Companhia participa ativamente do pregão oferecendo lances na plataforma utilizada pelo órgão licitante. Caso a Companhia vença a licitação, inicia-se o processo de homologação e o contrato com o órgão público é celebrado. A Companhia então realiza o faturamento dos produtos ao órgão público mediante o recebimento das respectivas ordens de empenho ao longo da vigência do contrato.

Cumprimos a legislação em vigor referente a licitações e concorrência, além de seguir estritamente nosso Código de Conduta e políticas de *Compliance* e de Licitação

Em poucas oportunidades, participamos de processos de dispensa de licitação, sendo absolutamente rígido para a observância das regras específicas dessa modalidade.

Acesso:

Estabelecemos relações com planos e operadoras de saúde, por meio das quais os clientes podem adquirir nossos produtos por meio de plataformas eletrônicas ou negociações diretamente conosco. Somos pagos diretamente pelas operadoras e eventualmente, com toda a garantia de observância das regras de dispensação, entregamos o produto por conta e ordem do cliente diretamente ao paciente.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Delivery (Varejo):

E-commerce:

Realizamos vendas de nossos produtos diretamente através do nosso site via nossa plataforma de e-commerce (<https://www.prescritamedicamentos.com.br/>), sendo que os produtos comercializados através da plataforma são, em grande maioria, produtos especiais, que normalmente não são comercializados nos balcões de farmácia de redes, somente obtidos por meio de farmácias especiais.

Televendas:

Adicionalmente, os clientes de delivery (varejo) tanto pessoas físicas quanto profissionais de saúde podem entrar em contato conosco através do nosso canal de televendas, pelo 0800-2015100 . Temos uma atuação ativa com nossos clientes para sempre disponibilizar a manutenção do tratamento contínuo.

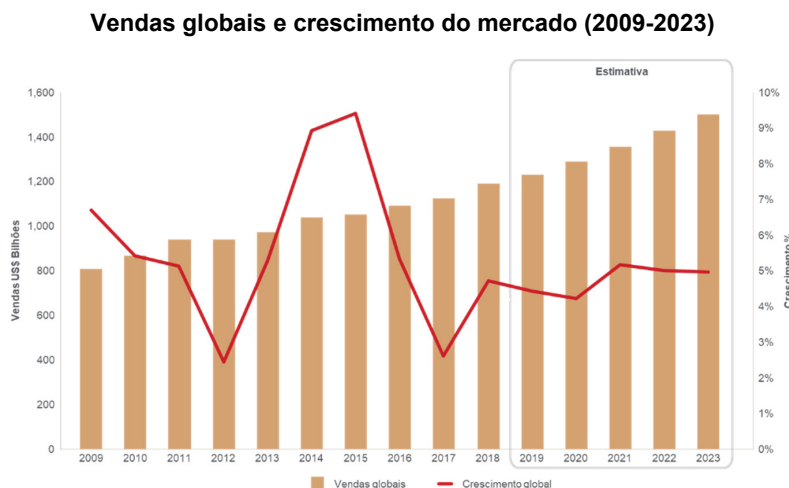
Lojas Físicas:

Possuímos ainda 14 lojas físicas, localizadas em 9 estados além do Distrito Federal que possibilitam a compra física ou retirada (em caso de compra pelo televendas) de nossos produtos pelos clientes. Algumas lojas vendem produtos especiais, materiais e produtos profissionais. Temos 4 lojas com produtos diversos no formato de drogaria.

(c) Características dos mercados de atuação

Indústria e setor farmacêutico global

O mercado farmacêutico mundial registrou, em 2018, US\$1,2 trilhão em vendas, de acordo com o estudo do IQVIA. Estima-se ainda que as vendas no mercado mundial devam ultrapassar US\$1,5 trilhão em vendas até 2023, representando um crescimento médio anual entre 3% a 5% (2018-2023). O gráfico abaixo apresenta o gasto com medicamentos mundial e as estimativas para os próximos anos:



Fonte: IQVIA Market Prognosis, Set 2018; IQVIA Institute, Dezembro 2018.

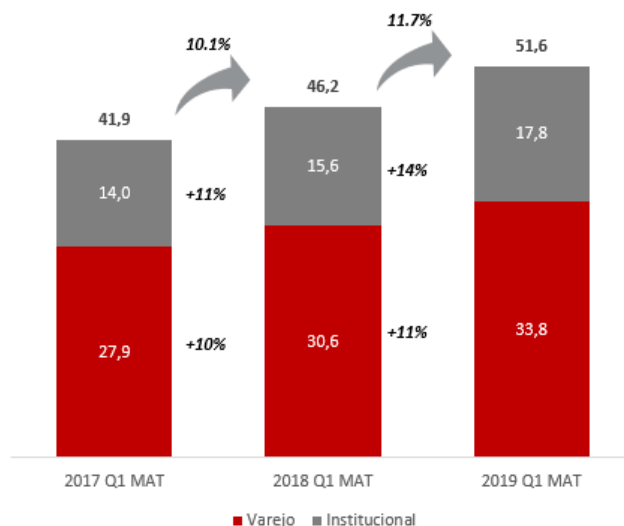
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Segundo relatório do IQVIA, o Brasil ocupa a 6ª posição em termos de tamanho de mercado farmacêutico mundial, atrás apenas dos Estados Unidos (1º), China (2º), Japão (3º), Alemanha (4º) e França (5º).

Dentre os países da América Latina, o Brasil é o que apresenta o maior tamanho de mercado segundo IQVIA, e apresentou crescimento de 13,7% no Canal Institucional total no ano de 2019.

O mercado farmacêutico pode ser dividido em dois grandes segmentos, o de varejo farmacêutico e o mercado institucional. Para o mesmo período mencionado acima, o varejo farmacêutico na América Latina representou 66% do mercado total, enquanto o mercado institucional 34%. Apesar da menor participação, o mercado institucional tem apresentado maior ritmo de crescimento nos últimos anos como pode-se observar no gráfico abaixo.

Mercado Farmacêutico na América Latina (US\$ bilhões)



Fonte: IQVIA

Indústria e setor farmacêutico Brasileiro

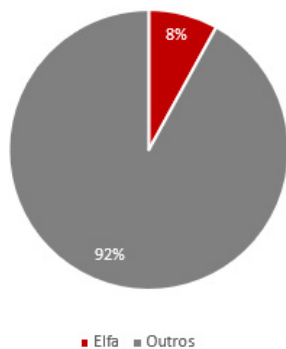
De acordo com relatório da IQVIA, em 2019 o mercado farmacêutico brasileiro, incluindo varejo, somou R\$ 112,6 bilhões em vendas, apresentando crescimento de 11,8% em relação ao ano de 2018, número em linha com os crescimentos apresentados nos anos anteriores.

Diversos fatores contribuíram para esse crescimento e devem continuar sendo as principais alavancas de crescimento do setor farmacêutico brasileiro nos próximos anos, sendo alguns deles: (i) o crescimento populacional, (ii) o aumento na expectativa de vida, (iii) a expansão no acesso a assistência médica, (iv) a adoção de campanhas governamentais para prevenção de doenças (v) a inovação no desenvolvimento de terapias e tratamentos de referência, e (vi) a expansão da disponibilidade de tratamentos genéricos e biosimilares com a queda de patentes.

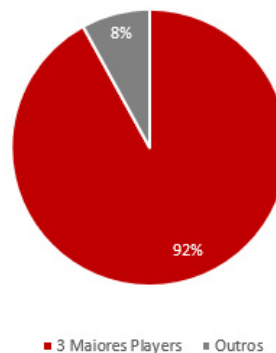
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Ao contrário dos países mais desenvolvidos, o setor de distribuição de produtos farmacêuticos no Brasil ainda é extremamente fragmentado, existindo cerca de 850 distribuidores no país. A consolidação desse mercado brasileiro ainda é incipiente, e estima-se que Companhia possui atualmente 8,7% da participação do mercado. Nos Estados Unidos estima-se que os 3 maiores players tenham 92% de participação de mercado.

Market Share da Companhia



Mercado de distribuição americano - Breakdown



Fonte: Estimativas da Companhia

Acreditamos que os líderes do setor de distribuição de produtos farmacêuticos, além de se beneficiarem do crescimento da indústria farmacêutica, de forma global, terão o seu crescimento motivado pela contínua racionalização da cadeia de fornecimento e pela aceleração do processo de consolidação da indústria farmacêutica.

O Segmento Institucional de Produtos Farmacêuticos

O segmento institucional de produtos farmacêuticos é representado pelas vendas para instituições, tais como hospitais, clínicas, médicos e seguradoras. Segundo a ANS e ANAHP, o setor é composto por aproximadamente 7 mil hospitais com cerca 430 mil leitos, 245 mil clínicas e cerca de 700 seguradoras cobrindo mais de 47 milhões de vidas. De acordo com o relatório do IQVIA, o segmento institucional é responsável por aproximadamente 40% do mercado farmacêutico total, o que representou R\$44,7 bilhões no ano de 2019.

Este segmento se destaca pela venda de produtos com alto valor agregado e de uso controlado, tais como medicamentos oncológicos, imunossuppressores, antirreumáticos e antidiabéticos.

O segmento institucional pode ser dividido entre vendas diretas, que são realizadas direto pela indústria farmacêutica, e vendas indiretas, que são realizadas através de algum canal terceiro, como um distribuidor.

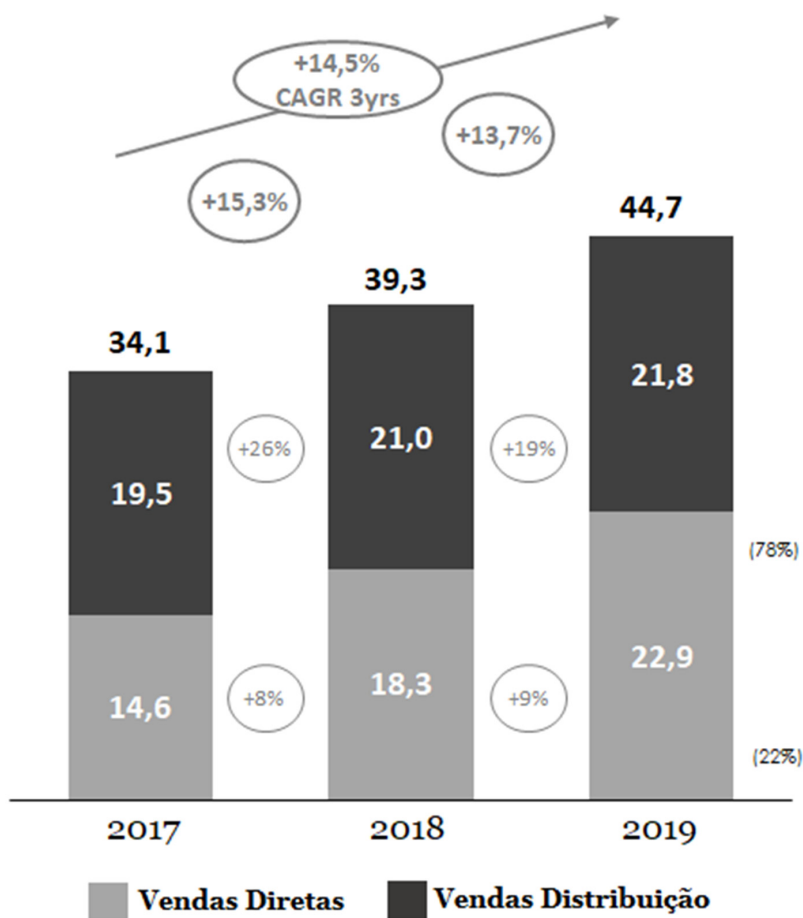
De acordo com estudos do IQVIA, as vendas indiretas vêm apresentando crescimento superior ao de vendas diretas nos últimos anos, como pode ser observado no gráfico abaixo.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O mercado de vendas indiretas apresentou um crescimento médio anual de 22,5% nos últimos três anos, e se mantém com forte ritmo de crescimento fechando 2019 com crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior, fazendo com que o mercado de vendas indiretas atingisse aproximadamente 49% de participação dentro do segmento institucional.

Mercado Farmacêutico Institucional Brasileiro – Vendas Diretas e Indiretas (R\$ bilhões)

Mercado Institucional R\$ bi (preços praticados)



Fonte: IQVIA

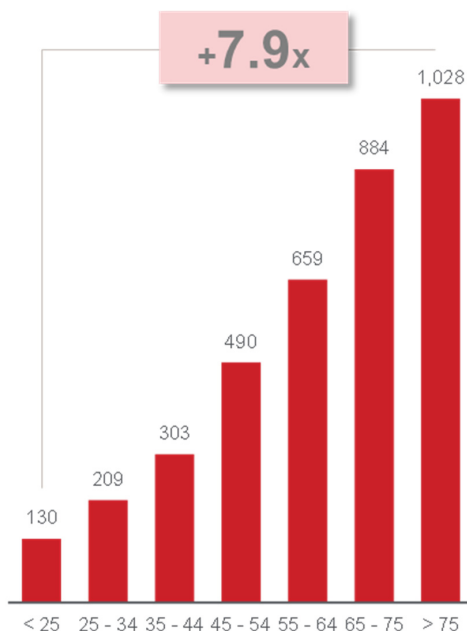
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Crescimento do Setor Farmacêutico

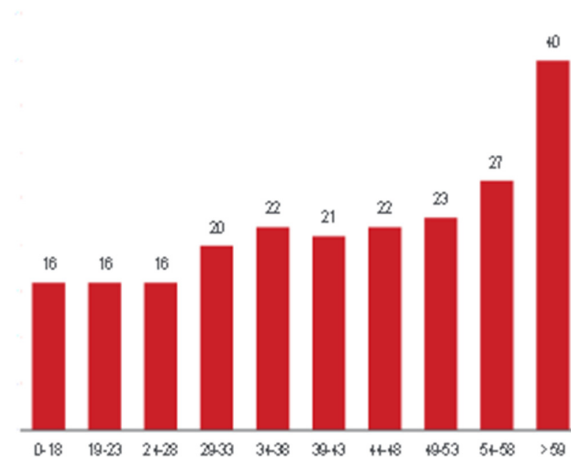
Acreditamos que o crescimento do mercado farmacêutico no Brasil será impulsionado principalmente pelos seguintes fatores:

- **Crescimento populacional e aumento na expectativa de vida.** Além do crescimento populacional, o consumo de medicamentos está fortemente relacionado à faixa etária dos consumidores, aumentando entre pessoas de idade mais avançada. Dados regulatórios da ANS determinam que o valor do plano de saúde para a população com faixa etária com mais de 59 anos pode ser até 6,0x acima quando comparado aos gastos de jovens de até 18 anos, demonstrando a tendência de gasto superior per capita advindo do envelhecimento da população brasileira. Adicionalmente, nota-se que beneficiários com mais de 59 anos são admitidos em hospitais quase 2,0x mais do que pessoas entre 29-38 anos. O aumento nos níveis da renda, a melhoria das condições de vida e os avanços nos tratamentos médicos levaram a um maior nível de expectativa de vida. Em 2018, segundo dados do IBGE, o número de habitantes no Brasil com mais de 65 anos totalizou 9% da população, enquanto em 2048 esse número deva chegar a 21% da população atingindo quase 50 milhões de pessoas.

Frequência de admissão em hospitais por faixa de idade (2014)



7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



- Expansão do acesso à assistência médica e incremento dos programas governamentais de saúde.** Nos países em desenvolvimento, os governos estão tendo um papel decisivo na melhoria da assistência à saúde fornecida à população, implementando programas tais como o fornecimento assistido de vacinas e a prevenção e o tratamento subsidiado de doenças como HIV/AIDS.
- Inovação no desenvolvimento de terapias e tratamentos de referência.** O mercado de medicamentos especiais de referência refere-se aos medicamentos patenteados destinados ao tratamento de doenças raras e complexas, dentre as quais se destacam as especialidades: oncologia, endocrinologia, reumatologia, infectologia, hematologia, dentre outras. Os esforços de pesquisa e desenvolvimento das grandes farmacêuticas tem se concentrado em medicamentos de biotecnologia e especialidades médicas. Esse ritmo de lançamento de produtos com maior valor agregado garantirá o crescimento contínuo nos próximos anos.
- Expansão da disponibilidade de tratamentos genéricos e biosimilares com a queda de patentes.** Dentre os fatores que fazem com que o mercado de medicamentos genéricos esteja em um momento de expansão, destacam-se o preço competitivo destes medicamentos frente aos medicamentos de marca e a expiração de patentes de medicamentos líderes de vendas em um futuro próximo. De acordo com a legislação vigente no Brasil, os preços dos medicamentos genéricos devem ser no mínimo 35% inferiores aos dos medicamentos de referência devido, notadamente, aos menores custos com pesquisa e desenvolvimento, o que os torna bastante competitivos. Cabe notar que os medicamentos genéricos têm apresentado aos distribuidores atacadistas margens superiores àquelas de outros medicamentos.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O Setor de distribuição de produtos hospitalares

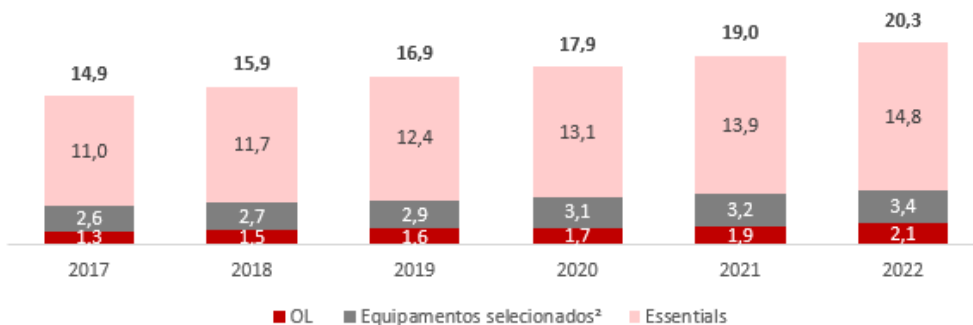
O mercado de distribuição de produtos hospitalares foi estimado em R\$ 15 bilhões no Brasil, sendo que a principal categoria de produtos são os consumíveis com aproximadamente 75% de participação, e os hospitais o principal segmento de clientes com aproximadamente 50% de participação. No mercado brasileiro existem aproximadamente 300 distribuidores, atendendo em torno de 500 fabricantes, aproximadamente 8.000 hospitais e 300.000 clínicas médicas e odontológicas.

É estimado um crescimento para o mercado de distribuição brasileiro de aproximadamente 6% ao ano, impulsionado pelo crescimento e melhor utilização/ocupação da infraestrutura hospitalar privada com a retomada da economia.

O mercado é dividido em três grandes segmentos: *Essentials*, Equipamentos e Operadores Logísticos.

Mercado endereçável para *essentials* e equipamentos (R\$ bilhões)

Mercado endereçável para “Essentials”¹ e Equipamentos²
(2017-22) – Brasil



Notas: (1) Considerando as exclusões por contratos de exclusividade (2) Equipamentos selecionados
Fonte CNES, BMI, Smarkets, análises e entrevistas L.E.K.

O setor hoje é majoritariamente formado por *players* que possuem pouca capacidade de prestação de serviços de valor agregado, focando apenas na intermediação de produtos entre a indústria farmacêutica e os clientes tanto institucionais quanto varejistas.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Principais tendências do setor

Consolidação do Setor

Um movimento observado no setor é a consolidação através da aquisição de empresas com menor participação de mercado pelas grandes empresas. No Brasil este mercado é extremamente pulverizado sendo que as 3 maiores empresas possuem cerca de 15% de participação.

(i) Participação em cada um dos mercados

Especialidades: Segmento composto por clientes institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio diversificado de medicamentos de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncologia, imunossuppressores, antibióticos, entre outros.

Genéricos e Similares: Segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio baseado em medicamentos genéricos e similares que possuem um valor final mais baixo para hospitais, clínicas e médicos.

Equipamentos: Segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais, laboratórios e clínicas, possui portfólio baseado em aparelhos, monitores de suporte a vida, monitores de glicemia, ultrassom, entre outros. Este é um segmento tecnológico e movido por inovações.

(ii) Condições de competição nos mercados

Atuamos em um setor altamente competitivo, cujas características e concorrentes variam conforme o segmento que atuamos.

O mercado de distribuição de medicamentos é altamente pulverizado, existindo no Brasil aproximadamente 850 distribuidores focados nesse segmento. Dentre esses distribuidores, a maior parte tem presença regional e baixa capilaridade, atuando principalmente com indústrias nacionais no segmento de medicamentos genéricos e produtos de menor valor agregado. Em relação aos competidores de nível nacional, existe uma maior concorrência em relação ao segmento de medicamentos especiais, que tem maior valor agregado e em geral com proteção por patentes. A Companhia compete nesses dois cenários, no de inovação e maior valor agregado, atuando muito próximo das indústrias multinacionais, e também no segmento de maior volume junta às indústrias nacionais.

O Mercado de equipamentos historicamente é um mercado concentrado em algumas indústrias multinacionais que dominam este setor. Novos entrantes, em especial asiáticos, têm entrado ofertando um portfólio de boa qualidade. A indústria nacional de equipamentos tem se desenvolvido em algumas categorias e a Companhia atua tanto com grandes players internacionais quanto com os nacionais.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia e suas controladas se beneficiam do regime especial de tributação de redução de base de imposto nos estados da Paraíba, Goiás e no Distrito Federal.

Os regimes de tributação foram reconhecidos como benefício fiscal pelos respectivos Estados e reinstituído nos termos da Cláusula Primeira do Convênio ICMS nº 190/2017, de 15.12.2017

Além dos regimes acima o grupo se beneficia da possibilidade de recolher o tributo em regime diferenciado (substituto tributário) como distribuidor nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Pará e Ceará com cálculo de recolhimento diferenciado para cada regime.

De acordo com a legislação tributária brasileira aplicável, os benefícios fiscais de ICMS validados e depositados pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), são excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que registrado em reserva de lucros, que somente poderá ser utilizada para:

- (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou;
- (ii) Aumento do capital social. Caso essa destinação não seja observada, a Companhia poderá ficar sujeita à tributação pelo IRPJ e CSLL.

A Companhia e suas controladas registram estes ganhos no resultado e faz a alocação do resultado destes benefícios em reserva especial de incentivo fiscal de acordo com o registro nas suas apurações e regras relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Social vigentes na data.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois, a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

A Companhia entende que não há sazonalidade relevante em suas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Adquirimos nossos produtos de especialidades médicas de aproximadamente 165 fabricantes de medicamentos, com os quais buscamos promover parcerias sólidas e duradouras. Não adquirimos insumos e matérias-primas, somente produtos finais acabados para fins de distribuição e comercialização.

De maneira geral, efetuamos nossos pedidos de compras junto aos nossos fornecedores baseados no histórico de compras de nossos clientes, nossas previsões de venda no curto prazo e níveis de estoque desejados.

Necessitamos de autorização especial expedida pela ANVISA para fins de armazenamento e distribuição dos medicamentos e de materiais por nós adquiridos dos nossos fornecedores. Para informações adicionais sobre a referida autorização, bem com demais controles e regulamentações que afetam as nossas relações com nossos fornecedores em termos de preços de compra e venda, disposição, autorização de comercialização, distribuição e armazenagem dos nossos produtos encontram-se detalhados no item 7.5 (a) deste formulário de referência.

Acreditamos que nossos fornecedores possuem um interesse preferencial em vincular seus produtos à nossa marca e a todas as iniciativas a ela relacionadas, tendo em vista nosso potencial de distribuição e venda dos seus produtos em escala nacional, com centros de distribuição em 12 estados brasileiros, além do Distrito Federal, além do nosso robusto programa de Compliance

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Em geral nossas compras são pulverizadas e nenhum de nossos fornecedores representava mais de 16% de nosso faturamento consolidado em 30 de junho de 2020, motivo pelo qual acreditamos não possuir dependência de nenhum de nossos fornecedores. Nesta mesma data, a Companhia possuía um único fornecedor que representa aproximadamente 15,7% do seu faturamento, considerando os dois segmentos operacionais da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mais de 400 fornecedores incluindo os segmentos de especialidades médicas e materiais médicos hospitalares. Portanto, evita depender de um fornecedor individual, minimizando os riscos decorrentes de eventual descumprimento de obrigações por parte de algum fornecedor.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos medicamentos que adquirimos não estão sujeitos à intensa volatilidade, uma vez que os preços e reajustes sujeitam-se à regulamentação governamental. Para mais informações, ver o item 7.5 deste formulário de referência.

A Companhia entende que possui capacidade para determinar o preço de determinados materiais médico-hospitalares que comercializa e distribui, uma vez que não há regulamentação

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

governamental de preço para estes produtos. Não obstante, a Companhia entende que os materiais médico-hospitalares também não estão sujeitos à intensa volatilidade, uma vez que os preços são autorregulados pela demanda e concorrência.

Dessa forma, eventuais variações de preços dos medicamentos e dos materiais médico-hospitalares, que não são características no setor de saúde, são repassadas aos clientes sem efeitos relevantes sobre as nossas vendas, dado a baixa elasticidade da grande maioria dos produtos distribuídos.

Além disso, as margens operacionais da Companhia dependem de certos fatores sob os quais tem pouco ou nenhum controle, incluindo, sem limitação, câmbio, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações, políticas tributárias e governamentais e relação entre oferta e demanda nacional.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida de cada segmento operacional.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As seguintes companhias e sociedades do grupo da Companhia realizam atividades reguladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), assim como autoridades sanitárias locais (“VISA”/GEVISA) e conselhos profissionais: Elfa Medicamentos S.A. (“Elfa”), Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. (“Cirúrgica Jaw”), Cristal Pharma Ltda. (“Cristal”), Majela Medicamentos Ltda. (“Majela”), Prescrita Medicamentos Ltda., Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”), Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME (“CDM Norte”), Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“CDM Ceará”), Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“CDM Pernambuco”), Prime Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Prime”), Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares (“Medcom”), G.B. Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (“GB”), Nacional Comercial Hospitalar S.A. (“NCH”), Comercial Commed Produtos Hospitalares Ltda. (“Commed”), Kaumam Produtos Hospitalares Ltda. (“Kaumam”), Medical Alliance Produtos Médicos Hospitalares Ltda. (“Medical Alliance”), Logicomm – Logística e Transporte Ltda. (“Logicomm”), MCM Comercial Ltda. (“MCM”), Procifar Distribuidora Ltda. (“Procifar”), Vital Materiais Especiais EIRELI – ME (“Vital”), Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. (“Fenergy”), Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos S.A (“Surya”), Comercial Mostaert Ltda. (“Mostaert”) e Oncorio Distribuidora de Medicamentos Ltda. (“Oncorio”).

De acordo com a regulamentação brasileira, empresas que realizam as atividades de importação, comércio atacadista e/ou varejista e transporte de medicamentos, correlatos, perfumes, cosméticos e produtos de higiene deverão possuir as seguintes licenças e autorizações:

- i. Autorização de Funcionamento de Empresa, expedida pela ANVISA (“AFE”)³¹;
- ii. Autorização Especial, expedida pela ANVISA (“AE”)³²;
- iii. Licença de Funcionamento Sanitária, expedida pela autoridade local de vigilância sanitária (“LF”); e
- iv. Anotação de Responsabilidade Técnica (“ART”) e Certificado de Responsabilidade Técnica (“CRT”), expedida pelo Conselho Profissional Responsável.

Produtos sujeitos à vigilância sanitária devem ser registrados, notificados ou cadastrados, conforme aplicável, por seus fabricantes ou importadores.

Empresas que realizem importação de produtos para a saúde devem, obrigatoriamente, possuir AFE emitida especificamente para a atividade de importação, sendo que os produtos devem ser registrados, notificados ou cadastrados, conforme aplicável, pelos importadores.

Estabelecimentos que realizam a dispensação de medicamentos sujeitos ao controle especial devem possuir também Certificado de Escrituração Digital (“CED”) emitidos pelo Sistema Nacional de

³¹ A AFE deverá ser emitida para: (a) a matriz de cada Sociedade que realiza a atividades relacionadas a medicamentos, cosméticos, perfumes ou produtos de higiene; (b) cada estabelecimento de cada Sociedade que realiza atividades relacionadas a correlatos e produtos para saúde; (c) a matriz e as filiais da Sociedade que realiza atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos com ou sem manipulação de fórmulas.

³² A AE deverá ser emitida para cada estabelecimento de cada Sociedade que realiza atividades com substâncias sujeitas a controle especial ou com medicamentos que a contenham. Estabelecimentos que realizam atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas não necessitam dessa autorização.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Gerenciamento de Produtos Controlados (“SNGPC”). Dispensação de medicamento corresponde à atividade privativa de farmacêutico, de forma a assegurar que o medicamento de boa qualidade seja entregue ao paciente certo, na dose prescrita, na quantidade adequada; que sejam fornecidas as informações suficientes para o uso correto e que seja embalado de forma a preservar a qualidade do produto.

Ademais, veículo próprios que realizam transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária deverão possuir LF, AFE, AE e CRT, conforme aplicável. Recomenda-se também a obtenção do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem (CBPDA), uma vez que determinadas autoridades podem requerer cópia deste documento em processos licitatórios, apesar de não ser documento exigido pela legislação sanitária. A Companhia possui o CBPDA para os CDs da Cirúrgica Jaw no Paraná e da Elfa Medicamentos no Distrito Federal, sendo certo que dada, em função da não obrigatoriedade de certificação de todos os CDs, os demais da Companhia contam com os mesmos requisitos daqueles certificados, devidamente auditados pelas auto inspeções recorrentes efetuadas pelos Responsáveis Técnicos da Companhia, sob a coordenação da Diretoria de Operações.

A Venda Remota de Medicamentos

A venda remota de medicamentos sujeitos ao controle especial, conforme previsto na Portaria nº 344/1998 da ANVISA e posteriores alterações, é expressamente vedada pela Resolução RDC nº 44/2009. A realização deste tipo de venda caracteriza infração sanitária, sujeitando o infrator às penalidades administrativas de advertência, apreensão e/ou inutilização dos produtos, interdição total ou parcial do estabelecimento, e/ou multa, que pode variar entre R\$2.000,00 e R\$1.500.000,00, dobrada em caso de reincidência. Para imposição da pena e sua graduação, as autoridades sanitárias levarão em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as consequências para a saúde pública, bem como os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias. No entanto, é importante ressaltar que: i) No Estado de São Paulo a venda remota de controlados é admitida por força de decisão judicial, de abrangência coletiva, em função de Ação ordinária ajuizada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo – Sincofarma/SP; ii) a partir de 24 de março de 2020, em função da pandemia de coronavírus, a venda remota de controlados está admitida em todo país, observados os controles necessários, devidamente adotados pela Companhia.

A Regulação do Preço dos Medicamentos

Atualmente, o monitoramento de preços é regido pela Lei 10.742/2003, que define normas de regulamentação para o setor farmacêutico, em especial, quanto ao ajuste e determinação de preços de medicamentos no Brasil, bem como criou a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (“CMED”).

Após a concessão do Registro de Produto, o detentor do registro deve apresentar à CMED dados econômicos relacionados ao medicamento, acompanhado com sugestão para seu preço. A CMED

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

avalia os dados apresentados e aprova o preço proposto antes da comercialização do produto. Entretanto, determinados medicamentos estão isentos deste controle de preços, principalmente medicamentos não sujeitos à prescrição e medicamentos fitoterápicos e homeopáticos.

A CMED fixa os preços máximos para os medicamentos vendidos pelos fabricantes, importadores e seus distribuidores às farmácias e drogarias ("Preço Fábrica") e pelas farmácias e drogarias aos consumidores finais ("Preço Máximo ao Consumidor"). No caso de medicamentos comprados pelo Governo Brasileiro e que constem de lista específica divulgada pela CMED ou, ainda, que sejam adquiridas por entes públicos em função de ordem judicial, enquadram nas situações abaixo descritas, sobre o Preço Fábrica, é aplicado um desconto mínimo obrigatório, conhecido como Coeficiente de Adequação de Preços ("CAP"). De acordo com a Resolução CMED nº 4/2006, o Preço Máximo de Venda ao Governo ("PMVG") resulta da aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica, sendo o maior preço permitido para venda do medicamento a entes da Administração Pública.

Em complemento, a Orientação Interpretativa nº. 2/2006 da CMED estabelece que "em qualquer operação de venda efetivada pelas empresas produtoras de medicamentos ou pelas distribuidoras, destinada tanto ao setor público como ao setor privado, deverá ser respeitado, para venda, o limite do Preço Fábrica, uma vez que o Preço Máximo ao Consumidor é o preço máximo permitido na venda de um medicamento no varejo, podendo ser praticado somente pelas farmácias e drogarias". Sendo assim, os distribuidores estão vinculados a observar o Preço Fábrica para qualquer operação de venda de seus produtos. Não há na legislação ou nas orientações da CMED qualquer distinção quanto à finalidade da venda por distribuidores, para fins de incidência do Preço Fábrica.

De acordo com a Lei 10.742/2003 e o Decreto Federal nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003 ("Decreto 4.937/2003"), a CMED estabelece critérios para ajuste de preços de medicamentos, de forma que as empresas produtoras, importadoras e distribuidoras de medicamentos devem ajustar anualmente (em março) o Preço Fábrica a partir dos seguintes requisitos:

- (i) Índice. O índice adotado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- (ii) Fator de Produtividade. Esse fator é expresso em percentual e refere-se as projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras de medicamentos; e
- (iii) Fator de Ajuste de Preço. Esse fator é expresso em percentual e composto por duas parcelas: (a) parcela intrasetor, que é calculada com base no poder de mercado, ou seja, no poder de monopólio ou oligopólio, na assimetria de informação e nas barreiras à entrada; e (b) parcela entre setores, que é calculada com base na variação dos custos dos insumos.

O Preço Máximo ao Consumidor será obtido por meio da divisão do Preço Fábrica sobre os fatores constantes de uma tabela aprovada anualmente pela CMED, observadas as cargas tributárias do

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

ICMS praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e COFINS, integrando a lista positiva os medicamentos isentos da incidência do PIS/Pasep e COFINS, a lista negativa os sujeitos à tributação monofásica e a lista neutra os medicamentos sujeitos à tributação normal por estas contribuições. Em 2020, os fatores aprovados pela CMED foram, conforme tabela abaixo:

ICMS	Lista Positiva	Lista Negativa	Lista Neutra
0%	0,723358	0,745454	0,740214
12%	0,723358	0,748624	0,742604
17%	0,723358	0,750230	0,743812
17,5%	0,723358	0,750402	0,743942
18%	0,723358	0,750577	0,744072
20%	0,723358	0,751296	0,744613

O PMC é o preço máximo permitido para venda ao consumidor e inclui os impostos incidentes por estado, devendo ser seguido pela Companhia.

Responsabilidade na esfera ambiental

A pessoa física ou jurídica que der causa a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente estará sujeita à responsabilização nas esferas administrativa (com aplicação de penalidades administrativas de advertências, multas de até R\$ 50 milhões, interdição e suspensão de atividades, entre outras previstas na legislação), civil (obrigação de reparar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros) e penal. As responsabilidades administrativa, civil e penal não são excludentes e podem ser aplicadas de forma cumulativa.

Na esfera civil, a responsabilidade do agente pela reparação/indenização do dano gerado independe da existência de culpa, conforme prescrevem os artigos 3º, IV e 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981 (“Política Nacional do Meio Ambiente” ou “PNMA”).

A responsabilidade civil é solidária, alcança o poluidor direto e o indireto e, também, seus sucessores. Pode haver desconsideração da personalidade jurídica da empresa, para que se atinja o patrimônio de seus sócios, sempre que a personalidade jurídica obstar a integral reparação do dano (Lei nº 9.605/1998, artigo 4º). Na jurisprudência, a mera falta de recursos para recuperar e/ou indenizar o dano causado ao meio ambiente e/ou a terceiros tem servido de fundamento para tal desconsideração.

A responsabilidade penal em matéria ambiental é regida pela Lei nº 9.605/1998 (“Lei de Crimes Ambientais”). Os artigos 2º e 3º da Lei nº 9.605/98 preveem a responsabilização não apenas da própria pessoa jurídica, à qual se possa atribuir o crime, mas também, de forma pessoal, de todos aquelas pessoas físicas que de qualquer modo concorreram para a prática do crime ou deixaram de impedir a sua prática, quando tinham o poder e o dever de evitá-la.

O Direito Penal Brasileiro exige que a responsabilização se dê com prova de culpa da pessoa física, não admitindo a responsabilização sob a modalidade objetiva.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

As sanções cominadas à pessoa jurídica são: (i) multa; (ii) penas restritivas de direito: (a) suspensão parcial ou total das atividades; (b) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (c) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídio, subvenções ou doações; ou (iii) prestação de serviços à comunidade: (a) custeio de programas e de projetos ambientais; (b) execução de obras de recuperação de áreas degradadas; (c) manutenção de espaços públicos, e (d) contribuição a entidades ambientais ou culturais públicas.

Licenciamento ambiental

O artigo 10 da Política Nacional do Meio Ambiente prevê que *“a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental”*. A Resolução CONAMA nº 237/1997, por sua vez, *“dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental”* e foi complementada e parcialmente revogada pela Lei Complementar nº 140/2011, quanto aos dispositivos desta conflitantes com os daquela.

O licenciamento ambiental deve ocorrer em único nível a depender dos impactos e/ou localização dos empreendimentos e as autoridades licenciadoras podem impor condicionantes/exigências técnicas nas licenças ambientais, cujo cumprimento é fundamental para a manutenção da qualidade do meio ambiente e garantia de validade das próprias licenças expedidas.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal no que diz respeito à proteção e preservação do meio ambiente e suas atividades, quando sujeitas a licenciamento, em regra, são licenciadas em nível estadual. Nem todas as atividades da Companhia, no entanto, estão sujeitas a licenciamento ambiental e nestes casos, os empreendimentos buscam obter com certificados de dispensa de licenciamento expedidos pelas autoridades competentes. As licenças ambientais e dispensas de licenciamento ambiental possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento.

Outros empreendimentos, no entanto, e considerando a legislação estadual/local vigente, devem se subsumir às regras de licenciamento ambiental e obter as licenças necessárias ao exercício de suas atividades, bem como cumprir com suas condicionantes ambientais, mas nem todas as unidades sujeitas a licenciamento detêm as licenças e autorizações necessárias ao exercício de suas atividades. A Companhia está sujeita, portanto, a possíveis sanções pela operação de empreendimentos e atividades sem as devidas licenças, incluindo multas de até R\$ 10 milhões e suspensão de atividades, o que pode ensejar no risco à imagem.

Falhas no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis podem implicar, em especial, sanções administrativas, tais como multas de até R\$ 50 milhões e suspensão de atividades, e penais, além da obrigação de remediar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Caso fiquem mais rigorosas, poderemos ter que aumentar significativamente os nossos gastos para cumprimento de leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancial e negativamente.

Gerenciamento de Resíduos e Política de Logística Reversa

A Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS") para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais.

A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

A PNRS previu, também, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana. No caso de medicamentos, normas de alguns Estados, já impunham certas obrigações ao setor, especialmente às farmácias e drogarias no sentido de receberem, se assim solicitado, de consumidor final, medicamentos vencidos, assim como impuseram obrigações de logística reversa também a outros setores e produtos. Em âmbito federal, a questão foi regulamentada pelo Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, que entrará em vigor 180 dias após a sua publicação.

A Companhia deve observar normas de logística reversa nos Estados em que atua e, a partir de dezembro de 2020, estará sujeita a observar as regras de logística reversa estabelecidas em nível federal para parte dos produtos que distribui/comercializa. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais) e criminais, bem como ao dever de reparar ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros. No entanto, é importante ressaltar que a Companhia conta com sistema de logística reversa de produtos vencidos ou avariados de seus clientes. Não obstante, eventuais descumprimentos das regras de logística reversa já vigentes, sujeitam a Companhia às eventuais sanções específicas citadas. Resíduos do Serviço de Saúde também devem ser gerenciados de forma adequada, conforme regras específicas que disciplinam o assunto e o setor, em especial a Resolução CONAMA nº 358/2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. De acordo com o artigo 4º da Resolução CONAMA nº 358/2005, os geradores de resíduos de serviços de saúde, dentre eles, os distribuidores de produtos farmacêuticos, em operação ou a serem implementados, devem elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, de acordo com a legislação vigente. O descumprimento dessas regras, pode expor a Companhia às mesmas sanções administrativas (e.g. multas de até R\$50 milhões e embargo), e criminais já citadas, além da responsabilidade civil.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Produtos controlados

Divisões e Departamentos da Polícia Federal, do Ministério da Defesa e de Secretarias de Segurança Pública Estaduais controlam o uso, comercialização, armazenamento e outras atividades exercidas com produtos, que podem ser utilizados para fabricação de narcóticos ou explosivos, nos termos da Lei nº 10.357, de 27.12.2001, Portaria nº 1.274, de 25.8.2003, Decreto nº 4.262, de 10.6.2002, Decreto nº 9.607, de 12.12.2018, Decreto nº 10.030, de 30.9.2019, Portaria nº 240, de 12.3.2019 e demais legislação aplicável. Atividades não eventuais com tais produtos estão sujeitas à obtenção de cadastros, licenças e autorizações específicas, bem como à submissão periódica de documentos a tais autoridades.

Algumas unidades da Companhia lidam com produtos controlados por Secretarias de Segurança Pública e procuram deter as devidas autorizações e registros. Contudo, a Companhia pode, eventualmente, não submeter, a tais autoridades, com a periodicidade exigida, no prazo legal, documentos de controle exigidos pela legislação. Em caso de descumprimento da legislação aplicável, a Companhia poderá ser penalizada com sanções administrativas, como multas e cancelamento de registros e licenças, e sanções penais, podendo impactar as atividades desenvolvidas, além de responsabilização por eventuais danos ambientais causados.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais. Para informações sobre as iniciativas socioambientais da Companhia, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, nomes de domínio, licenças, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei da Propriedade Industrial ("Lei nº 9.279/96") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo da marca registrada, em todo o território nacional, pelo prazo determinado de (10) dez anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (depositante) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Ainda, importante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía 4 pedidos de registro de marca e marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de outras sociedades empresárias integrantes de seu grupo econômico, destacando-se as marcas “GRUPO ELFA” e “ELFA”.

Ademais, a Companhia é titular de alguns nomes de domínio associados a tais marcas, destacando-se: <grupoelfa.com.br>, <prescrita.com.br>, <prescritamedicamentos.com.br>, <agilfarma.com.br>, <atriasaude.com.br>, <grupocdm.com.br>, <centralmedicamentos.com.br>, <cirurgicajaw.com.br>, <elfamedicamentos.com.br>, e <jaw.com.br>.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Informações detalhadas sobre os ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia encontram-se no item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

Regulação sobre Proteção de Dados no Brasil

No Brasil, a proteção de dados pessoais é tratada pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais esparsos e setoriais, quais sejam:

- a. a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- b. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- c. A Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- d. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

- e. o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, com a entrada em vigor da LGPD, promulgada em agosto de 2018, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no país passarão a ser reguladas de forma geral (e não mais apenas setorial), criando um microsistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Além disso, a LGPD estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (não mais apenas o consentimento, como previsto no Marco Civil); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Relevante destacar, ainda, que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a ANPD, autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, inclusive emitindo resoluções sobre a forma como a LGPD deve ser interpretada, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

No entanto, até o presente momento a ANPD não foi efetivamente estruturada pelo poder público. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Logo, antes mesmo da LGPD entrar em vigor, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como o acesso ou uso não autorizado aos dados pessoais que trata, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

É necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor em 17 de setembro de 2020, mas a aplicabilidade de suas penalidades permanecerá com a vigência prevista para agosto de 2021.

Neste último cenário, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

No entanto, a Companhia se antecipou às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados e estruturou projeto estratégico para implantação das políticas e controles inerentes às exigências da Lei, sendo certo que até esta data constitui Comitê de Proteção de Dados, não estatutário e de composição gerencial, com reporte ao Comitê de Crise e à Diretoria da Companhia, nomeou Encarregado de Dados, estabeleceu políticas e procedimentos fundamentais para o cumprimento das exigências, além de garantir alterações fundamentais em processos, sistemas e rotinas que tocam o tema.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida consolidada da Companhia é inteiramente gerada em território nacional.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há receita atribuída a outros países.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não há receita atribuída a outros países.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

Para informações sobre as iniciativas socioambientais da Companhia, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade. Para informações sobre as iniciativas socioambientais da Companhia, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras informações relevantes

Práticas Socioambientais

A Companhia possui política interna socioambiental e busca investir em tecnologias e práticas sustentáveis.

Entre outros atos, a Companhia submete-se a processos de licenciamento e controle ambiental pelas autoridades competentes, busca possuir e implementa Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e de Serviços de Saúde (PGRSS) em suas unidades, bem como procura colocar em prática ações de logística reversa relativas aos medicamentos avariados ou vencidos em poder de seus clientes ou pessoas jurídicas. Além disso, a Companhia possui política de uso consciente de energia elétrica.

A Companhia adota, ainda, prática de utilização de material reciclado (baterias de gelo) como insumo em todas as embalagens perecíveis expedidas.

A Companhia possui Código de Conduta e política anticorrupção. Submete-se a auditorias bianuais para assegurar o estrito cumprimento da legislação e de suas normas internas também na esfera social. Na pandemia de COVID-19, colaborou com doações a entes políticos e hospitais.

Adicionalmente, a Companhia oferece o Programa Jovens Talentos Elfa que visa a devolver jovens estudantes universitários da comunidade local para ingressar no mercado de trabalho. O total de 43 jovens participaram do programa em um período de 4 anos. Além disso, a Companhia possui universidade corporativa para seus funcionários.

A Companhia possui também um Comitê de Ética e Risco contando com um responsável pela área de *Compliance*. Além disso, tem presença de 2 membros independentes e de mulheres em seu Conselho de Administração. A Companhia tem alto índice de satisfação interna em relação à diversidade de sua administração e, ainda foi eleita como uma das melhores empresas para se trabalhar do setor de saúde no Brasil pelo ranking *Great Place to Work – GPTW*.

Por fim, a Companhia não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado, que leve em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Seguros

O Decreto-Lei 73 de 21 de novembro de 1966 (“Decreto Lei 73/66”), que regulamenta as operações de seguros e resseguros no Brasil, dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de determinados tipos de seguros por algumas pessoas jurídicas e físicas.

Nos termos da alíneas “h” e “m” do artigo 20 do Decreto Lei 73/66, o seguro de incêndio e transportes para todos os bens pertencentes a pessoas jurídicas, além do seguro de responsabilidade civil dos transportadores terrestres, marítimos, fluviais e lacustres, por danos à carga transportada, são obrigatórios para a Companhia e suas subsidiárias. Atualmente, a contratação de seguros pela Companhia é compatível com a natureza de suas atividades e com os riscos envolvidos em suas operações e com os padrões do setor econômico em que atua. Os seguros contratados refletem as condições usuais de mercado e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados pela administração da Companhia. Contratamos apólices (i) de seguro de Responsabilidade Civil Geral (D&O), (ii) de seguro de incêndio, (iii) de seguro transporte de cargos; (iv) de seguro de vida para funcionários; (v) seguro de produtos armazenados; e (vi) seguro de veículos próprios.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Matriz Elfa: Rod. DF1 c/ Rod. 475, G. 2, m. 5 e 6, Gama, CEP 72427-010	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Filial Elfa Log: R. Projetada, 106, S. 3, L. D, P. do Jacaré, CEP 58100-100	Brasil	PB	Cabedelo	Alugada
Filial Jaw: Av. Severo Dullius, 195, 102 A e 102 B , S. João, CEP 90200-310	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Matriz Prescrita: Av. Edson Ramalho, 975, Loja B, Manaíra, CEP 58038-102	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Filial Prescrita: R. Barão do Triunfo, 427, C. 409 a 412, CEP 04602-001	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Filial Prescrita: R. Barão do Triunfo, 427, C. 1203, Ed. Next Office, Brooklin	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Matriz CDM:R. Gov.Leopoldo Neves, 67, Várzea, L. 8, Q.3.	Brasil	PE	Recife	Alugada
Matriz CDM: R. Governador Leopoldo Neves, 43	Brasil	PE	Recife	Alugada
Matriz CDM Ceará: R. Francisco José Pereira, 1085,Galpões E, F, G, H, Cajazeiras	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Filial Agilfarma: Av. Duque de Caxias, 1.726, Sl. 303/305, Jd. Londrilar	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Filial Agilfarma: Av. Sete de Setembro, 4.698, Conj 704	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Filial Agilfarma: Av. Sete de Setembro, 4.698, Conj 705	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Matriz Medcom: Al. das Espatodias, Qd. R-2, Lt. 4, Bernado Sayão.	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Filial Medcom: Av. Bosque da Saúde, lotes 6, 7, 8 e 9, nº 140.	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Filial GB-Droga. Alfa Center: Av. Castelo Branco, Qd.2, Lt.108, Coimbra	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Filial GB - Drogaria: SCL/S, Qd. 102, Bl. A, Loja 17, Asa Sul	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Filial GB - Drogaria: Av. 85, Qd. 216, Lt. 14, 3009, Setor Marista	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Matriz GB - Drogaria: SCL/S, Qd. 102, B. A, Loja 23 e 27, Asa Sul	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Matriz CDM: R. Gov. Leopoldo Neves, n.68, Várzea,Lt.nº9, qd.3	Brasil	PE	Recife	Alugada
Nacional Matriz: Av. Dr. Celso Charuri, 7500, Jardim Manoel Pena	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Commed: R. Borges Lagoa, no 1.170 (te´rreo). Vila Mariana	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Procifar Matriz: R. Jorge Novis, 316, Vila Laura	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Art Méd.Com. e Rep. de Prod.: R. Nossa Sra. de Nazaré, 2, Guaribas	Brasil	CE	Eusébio	Alugada
Matriz Prime: Av.Queira Deus, n.1.049, Malibu 3, G. 8C,9C e 10C	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Alugada
Matriz Jaw: R. Henrique Almeida, 261, Qd. AE, Lt.8, S. 1, CEP 88133-512	Brasil	SC	Palhoça	Alugada
Nacional Filial: Al. África, nº 337, G. 4, Polo Empresarial Consbrás Tamboré	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Alugada
Matriz CDM Norte: Rod. Mario Covas, 117	Brasil	PA	Ananindeua	Alugada
Filial Jaw: R. Iolanda Túlio Borba, 405, Vila Tarumã, CEP 83323-380	Brasil	PR	Pinhais	Alugada
Matriz Cristal: R. José Maria de Lacerda, 1900, G.2, M.o 5, CEP 32210-120	Brasil	MG	Contagem	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 903815486, na classe Ncl(9) 35, para a marca mista	Registro válido até 21.10.24	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro 826166520, na classe Ncl(8) 35, para a marca mista	Registro válido até 11.03.28	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 829090401, na classe Ncl(9) 10, para a marca mista	Registro válido até 15.12.29	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro 911454411, na classe Ncl(10) 35, para a marca mista	Registro válido até 12.06.28	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 911454519, na classe Ncl(10) 35, para a marca mista	Registro válido até 19.06.28	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro 913277398, na classe Ncl(11) 35, para a marca mista	Registro válido até 19.02.29	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 826166555, na classe Ncl(8) 35, para a marca mista	Registro válido até 15.08.27	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro 913539260, na classe Ncl(11) 35, para a marca mista	Registro válido até 29.01.29	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 907479820, na classe Ncl(10) 35, para a marca mista	Registro válido até 02.05.28	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Marcas	Registro 901422819, na classe Ncl(9) 35, para a marca mista	Registro válido até 26.07.2021	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 919344666, na classe Ncl(11) 35, para a marca mista "ATRIAL SAÚDE"	Aguardando concessão pelo INPI	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.
Marcas	Registro 919344720, na classe Ncl(11) 35, para a marca mista "ATRIAL SAÚDE"	Aguardando concessão pelo INPI	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.
Marcas	Registro 919344518, na classe Ncl(11) 35, para a marca nominativa "ATRIAL SAÚDE"	Aguardando concessão pelo INPI	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 919344623, na classe Ncl(11) 39, para a marca nominativa "ATRIAL SAÚDE"	Aguardando concessão pelo INPI	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.
Marcas	Registro 827938659, na classe Ncl(9) 35, para a marca nominativa "COMMED"	Registro válido até 26.12.27	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 826781594, na classe Ncl(8) 35, para a marca mista	Registro válido até 23.10.27	<p>No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada.</p> <p>Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.</p> <p>A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI, de forma que o pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.</p>	<p>A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes.</p> <p>Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
Nome de domínio na internet	elfamedicamentos.com.br	Registro válido até 11.06.22	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.</p>
Nome de domínio na internet	grupoelfa.com.br	Registro válido até 29.05.21	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.</p>

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	unielfa.com.br	Registro válido até 28.04.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	jovemtalentoelfa.com.br	Registro válido até 01.09.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	somostodoselfas.com.br	Registro válido até 01.09.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	todoselfa.com.br	Registro válido até 01.09.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	unielfaemacao.com.br	Registro válido até 01.09.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	Jaw.com.br	Registro válido até 14.01.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Cirurgicajaw.com.br	Registro válido até 05.10.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	Cristalpharma.com.br	Registro válido até 23.09.20	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	Majelamed.com.br	Registro válido até 22.11.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Prescrita.com.br	Registro válido até 11.01.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	Prescritamedicamentos.com.br	Registro válido até 26.04.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	artmedicahospitalar.com.br	Registro válido até 03.02.25	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	vital.com.br	Registro válido até 01.02.23	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	proceifar.com.br	Registro válido até 18.02.22	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	commed.com	Registro válido até 28.03.23	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nacionalhospitalar.com	Registro válido até 14.01.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	somostodoselfa.com.br	Registro válido até 01.09.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	todoselfa.com.br	Registro válido até 01.09.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	medicalalliance.com.br	Registro válido até 22.06.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	atrialsaude.com.br	Registro válido até 14.01.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	atrialsaude.com	Registro válido até 12.04.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	nacionalhospitalar.com.br	Registro válido até 08.05.22	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	medcomdrogaria.com.br	Registro válido até 27.01.22	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	medcomdistribuidora.net.br	Registro válido até 04.05.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	deliverymedcom.com.br	Registro válido até 27.01.22	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	drogariamedcom.com.br	Registro válido até 27.01.22	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	procifar.com.br	Registro válido até 18.02.2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	grupomedcom.com.br	Registro válido até 16.08.20	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	agilfarma.com.br	Registro válido até 29.05.24	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	centralmedicamentos.com.br	Registro válido até 21.11.24	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	distribuidoramedcom.com.br	Registro válido até 04.05.22	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	distribuidoramedcom.net.br	Registro válido até 04.05.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.
Nome de domínio na internet	grupocdm.com.br	Registro válido até 13.05.21	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e se tornará inoperante para a operação.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.	79.250.676/0001-93	-	Controlada	Brasil	SC	Palhoça	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; prestação de serviços de administração e gestão de estoque de hospitais e sistemas de saúde, administração e gestão de fluxo de materiais diversos; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças; e Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	4,948748	0,000000	72.627.000,00	Valor contábil	30/06/2020	115.999.312,21		
31/12/2018	49,263557	0,000000	24.550.000,00					
31/12/2017	35,609084	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Distribuidora de medicamentos. Adquirida em 2016, com operação focada no Sul do Brasil.								

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)		
Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda.	25.211.499/0001-07	-	Controlada	Brasil	GO	Goiânia	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; Comércio atacadista de embalagens; Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas; Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas; Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos; Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários; Preparação de documentos e serviços	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2020	368.786.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda. atua na distribuição de medicamentos e de produtos hospitalares primordialmente na região Centro Oeste.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Prescrita Medicamentos Ltda.	10.515.224/0001-90	-	Controlada	Brasil	PB	João Pessoa	Comércio varejista de produtos farmacêuticos de uso humano e de produtos dermatológicos, podendo utilizar meios eletrônicos para comercialização de seus produtos, em especial, a internet; e (ii) a participação societária em outras sociedades, no país e no exterior.	100,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Prescrita é sociedade do Grupo Elfa focada em varejo.								
Sallus Latam Holding	27.317.484/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Participação no capital social de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista, ou quotista, no Brasil ou no exterior.	100,000000
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Salus é a holding da Atrial que tem como subsidiárias a Nacional Hospitalar, Commed, Artmédica e Vital Procifar.								

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para fins de melhor leitura deste documento, sempre que nos referimos à Companhia, nos referimos à Elfa Medicamentos S.A., e o termo “Grupo Elfa” quando utilizado neste Formulário de Referência, refere-se à Companhia em conjunto com suas controladas diretas: Prescrita, Cirúrgica Jaw, Cristal, Majela, Grupo CDM, Agilfarma, Grupo Medcom e Atrial.

Vale ressaltar que em 30 de junho de 2020, o Grupo Elfa adquiriu a Salus Latam Holding S.A., controladora do Grupo Atrial (“Atrial”), passando a consolidar seu balanço e seu resultado apenas a partir da referida data. Para mais informações sobre a aquisição da Atrial, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Os diretores da Companhia apresentam neste item 10 do Formulário de Referência, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Exceto quando justificado, os valores aqui apresentados estão expressos em milhares de reais (R\$) e foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e são de responsabilidade da Administração.

Conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência “A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19) deve ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia”, no item 7.1 deste Formulário de Referência “Eventos Recentes – Impactos da Pandemia do COVID-19 em Nossas Atividades” e no item 10.9 deste Formulário de Referência, a Companhia acredita que a pandemia da COVID-19 não terá um impacto adverso relevante sobre os seus negócios e desempenho financeiro.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Abaixo demonstramos o nível de endividamento total da Companhia para os períodos apresentados.

Consolidado				
(em milhares de reais)	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Total do Passivo circulante	774.239	633.104	460.910	447.649
Total do Passivo não circulante	388.712	178.545	129.318	54.795
Total do Passivo circulante e passivo não circulante	1.162.951	811.649	590.228	502.444
Total Patrimônio líquido	1.580.361	462.211	420.428	350.929
Nível de endividamento total ¹	0,7x	1,8x	1,4x	1,4x

¹ o nível de endividamento total é calculado pela razão entre o Total do Passivo circulante e passivo não circulante sobre o total do Patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 30 de junho de 2020, o índice de endividamento total foi de 0,7x, comparado com 1,8x em dezembro de 2019. A melhora deveu-se principalmente a (i) um aporte de capital realizado pelos acionistas da Companhia no montante de R\$250.000 mil entre os meses de março e abril de 2020, com consequente aumento no patrimônio líquido da Companhia, para suportar sua agenda de aquisições, bem como (ii) emissão de ações no montante de R\$217.339 mil em decorrência das aquisições do Grupo Medcom em abril e de R\$623.375 mil em decorrência das aquisições da Atrial em junho de 2020, parcialmente compensados por (iii) dívida bancária do Grupo Medcom e da Atrial totalizando R\$35.164 mil.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2020, a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$252.697 mil, representando um aumento de 110% em relação a 31 de dezembro de 2019. As aplicações financeiras em 30 de junho de 2020 eram de R\$181.700 mil. A dívida bruta (representada pela soma dos empréstimos e financiamentos a pagar, do passivo circulante e não circulante) totalizava R\$468.172 mil, e a dívida líquida (representada pela dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, derivativo e aplicações financeiras) totalizava um caixa líquido negativo de R\$890 mil. Dessa forma, a posição de aplicações financeiras e de derivativos totalizavam na data R\$434.397 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, o nível de endividamento total foi de 1,8x, comparado com 1,4x em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se principalmente ao aumento do endividamento bancário em decorrência das aquisições da Agilfarma e do Grupo CDM e sazonalidade da nossa geração de caixa operacional.

Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$120.560 mil, uma redução de -22% em relação a 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta totalizava R\$319.928 mil um aumento de 34% em relação a 31 de dezembro de 2018, e a dívida líquida totalizava R\$199.368 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o Nível de endividamento total foi de 1,4x. comparado com 1,4x em 31 de dezembro de 2017. Sendo assim, mesmo com a emissão de debentures pela Companhia no valor de R\$100.000 mil em agosto de 2018 bem como uma geração de caixa operacional negativa em 2018, o índice de endividamento se manteve estável.

Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$154.039 mil, um aumento de 78% em relação a dezembro de 2017, a dívida bruta totalizava R\$238.598 mil e a dívida líquida totalizava R\$84.559 mil.

Em 31 de dezembro de 2017, o Nível endividamento total foi de 1,4x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$86.623 mil e R\$122 mil, respectivamente, a dívida bruta totalizava R\$61.723 mil e a dívida líquida negativa totalizava um caixa líquido de R\$25.022 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições.

(Em milhares de reais)	Consolidado			
	Período findo em	Exercício social findo em		
	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
(+) Empréstimos, Financiamentos e debêntures de Curto Prazo	251.461	208.093	152.898	61.723
(+) Empréstimos, Financiamentos e debêntures de Longo Prazo	216.711	111.835	85.700	---
= Dívida Bruta	468.172	319.928	238.598	61.723
(-) Derivativos	34.665	---	---	---
(-) Aplicação financeira	181.700	---	---	122
(-) Caixas e equivalentes	252.697	120.560	154.039	86.623
= Dívida Líquida	(890)	199.368	84.559	(25.022)

(*) A dívida líquida é representada pelo total de empréstimos e financiamentos (dívida bruta) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos. Quando o saldo de caixa e equivalentes de caixa é maior que o da dívida bruta, temos um caixa líquido.

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido totalizava R\$1.580.361 mil, a dívida bruta totalizava R\$468.172 mil, o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$252.697 mil, o saldo de derivativos a receber era de R\$34.665 mil e o saldo de aplicações financeiras, lê-se título de valores mobiliários nas demonstrações financeiras era de R\$181.700 mil, totalizando assim um caixa líquido de R\$890 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido totalizava R\$462.211 mil, a dívida bruta totalizava R\$319.928 mil e o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$120.560 mil, resultando em uma dívida líquida de R\$199.368 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$420.428 mil, a dívida bruta R\$238.598 mil e o caixa e equivalentes de caixa era de R\$154.039 mil, resultando em uma dívida líquida de R\$84.559 mil.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido totalizava R\$350.929 mil, a dívida bruta era de R\$61.723 mil, o caixa e equivalentes de caixa era de R\$86.623 mil e as aplicações financeiras eram de R\$122 mil, resultando em um caixa líquido de R\$25.022 mil.

Os constantes resultados positivos da Companhia e aportes de capital para financiar a agenda de fusões e aquisições fizeram com que o patrimônio líquido da Companhia fosse incrementado período após período conforme demonstrado no item 10.1(a) deste Formulário de Referência.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a geração de caixa da Companhia, aliada aos aportes de capital dos acionistas para financiar a agenda de fusões e aquisições e balanceado com captações de dívida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

realizadas, permitiu com que a Companhia reduzisse seus níveis de endividamento perante o patrimônio líquido acumulado. Entendemos que isso é fruto da gestão financeira realizada pela Companhia e a parcela percentual exposta abaixo está condizente com nossas atividades.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido nos períodos e exercícios indicados em milhares, exceto por percentuais:

Consolidado				
(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Período encerrado em	Exercício encerrado em		
Balanco Patrimonial Consolidado	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Capital de terceiros (Total do passivo circulante e total do passivo não circulante)	1.162.951	811.649	590.228	502.444
Capital próprio (Total do Patrimônio líquido)	1.580.361	462.211	420.428	350.929
Capital total (terceiros + próprio)	2.743.312	1.273.860	1.010.656	853.373
Parcela de capital de terceiros (*)	42%	64%	58%	59%
Parcela de capital próprio (**)	58%	36%	42%	41%

(*) A parcela de capital de terceiros é calculada pela razão do Capital de terceiros pelo Capital total.

(**) A parcela de capital próprio é calculada pela razão do Capital próprio pelo Capital total

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos.

Consolidado				
(Em milhares de R\$)	Período encerrado em	Exercício encerrado em		
Balanco Patrimonial Consolidado	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Total do ativo circulante	1.540.563	893.903	774.863	643.234
Total do ativo não circulante	1.202.749	379.957	235.793	210.139
Total do Ativo	2.743.312	1.273.860	1.010.656	853.373
Total do passivo circulante	774.239	633.104	460.910	447.649
Total do passivo não circulante	388.712	178.545	129.318	54.795
Total do Passivo	1.162.951	811.649	590.228	502.444
Total do Patrimônio líquido	1.580.361	462.211	420.428	350.929
Total do Passivo e do Patrimônio líquido	2.743.312	1.273.860	1.010.656	853.373
Índice de liquidez geral (*)	2,4x	1,6x	1,7x	1,7x
Índice de liquidez corrente (**)	2x	1,4x	1,7x	1,4x

(*) O índice de liquidez geral é representado pela divisão do ativo total pelo passivo total.

(**) O índice de liquidez corrente é representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 30 de junho de 2020 foram, respectivamente, de 2,4x e 2,0x. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía o saldo de R\$468.172 mil referente a empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data, a Companhia não possui nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) emissão de debêntures.

Essas fontes de financiamento são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios; (ii) pagamentos de fornecedores produtivos e aluguéis; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

As principais linhas de financiamento em aberto da Companhia estão detalhadas abaixo no 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. De qualquer forma, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

A Companhia possui em 30 de junho de 2020 empréstimos e financiamentos no montante de R\$468.172 mil. Estas captações são em maioria em moeda estrangeira, consoante com a Lei 4131/62 e tem por objetivo cobrir as necessidades de capital de giro da Companhia.

A Companhia está protegida das oscilações das moedas estrangeiras através de swaps contratados no mesmo momento e nos mesmos termos e prazos do contrato de empréstimo original. Os encargos financeiros médios equivalem a aproximadamente 119% da taxa CDI.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes da emissão de duplicatas e possuem cláusulas restritivas.

	Informações dos contratos 2019			Consolidado	
	Indexador	Taxas de juros	Moeda	30/06/2020	31/12/2019
Capital de giro	CDI	CDI + range 1,5% a 1,92 a.a.	Real	439.759	303.300
Arrendamentos a pagar	IPCA	Não possui	Real	28.413	16.628
Total empréstimos e financiamentos				468.172	319.928
Swap Derivativos	CDI	CDI + range 1,5% a 1,92 a.a.	Real	(34.665)	-
Total empréstimos (+/-) Swap				433.507	319.928

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possui 8 contratos de empréstimos e financiamentos que representam 80% do seu endividamento total. Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, em vigor em 30 de junho de 2020:

Banco	Modalidade	Indexador	Venc. Final	Valor de Face (R\$ mil)	Contábil (R\$ mil)	Garantias
Banco do Brasil	4131+Swap	CDI + 2,02% a.a	27/08/2020	55.205	56.059	40% duplicatas
Votorantim	4131+Swap	CDI+ 1,20% a.a	27/07/2020	50.000	51.022	50% duplicatas
Itaú	4131+Swap	CDI + 2,25% a.a	04/09/2020	10.000	10.177	50% duplicatas
Santander	4131+Swap	CDI + 1,50% a.a	23/09/2020	20.000	20.238	40% duplicatas
Santander	CCB	CDI+ 3,26% a.a	27/10/2020	30.000	30.305	50% duplicatas
Citibank	4131+Swap	CDI+ 2,70% a.a	26/06/2023	100.000	99.773	50% duplicatas
Santander	4131+Swap	CDI+ 1,91% a.a	26/06/2024	100.000	102.356	50% duplicatas
Santander	Capital de Giro	CDI + 4% a.a	19/04/2021	10.000	10.014	100% duplicatas

- 1) Cédula de Crédito Bancário: (Banco do Brasil S.A.) emitida pela Companhia em 28 de fevereiro de 2020 no valor de R\$55.205 mil e com vencimento em 31 de agosto de 2020. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 2,02% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$56.059 mil.
- 2) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Votorantim S.A.) emitida pela Companhia em 28 de janeiro de 2020 no valor de R\$50.000 mil e com vencimento em 27 de julho de 2020. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 1,20% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$51.022 mil.
- 3) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Itaú S.A.) emitida pela Companhia em 2 de março de 2020 no valor de R\$10.000 mil e com vencimento em 4 de setembro de 2020. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 2,25% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$10.177 mil.
- 4) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida pela Companhia em 24 de março de 2020 no valor de R\$20.000 mil e com vencimento em 23 de setembro de 2020. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 1,50% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$20.238 mil.
- 5) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida pela Companhia em 27 de abril de 2020 no valor de R\$30.000 mil e com vencimento em 27 de outubro de 2020. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 3,26% a.a. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$30.305 mil.
- 6) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Citibank S.A.) emitida pela Companhia em 25 de junho de 2020 no valor de R\$100.000 mil e com vencimento em 26 de junho de 2023. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 2,70% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$99.773 mil.
- 7) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida pela Companhia em 23 de julho de 2019 no valor de R\$100.000 mil e com vencimento em 26 de junho de 2024. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 1,91% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$102.356 mil.
- 8) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida pela Nacional, controlada indireta da Companhia, em 23 de abril de 2020 no valor de R\$10.000 mil e com vencimento em 19 de abril de 2021. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 4% a.a. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$10.014 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Ainda, os Diretores da Companhia esclarecem que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Companhia têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2020 possui cláusulas específicas de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as suas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Assim, na hipótese de concurso universal de credores, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Dentre os contratos de financiamento relevantes da Companhia firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), quais sejam:

1) Santander – Em aberto (R\$ 20.000 mil, R\$ 30.000 mil e R\$ 100.000 mil com emissão em 24 de março de 2020, 27 de abril de 2020 e 23 de julho de 2019, respectivamente – 10.1 (i)): A fim de assegurar condições financeiras para o pagamento das cédulas, a Companhia se obriga a respeitar, durante a vigência, o seguinte parâmetro financeiro, conforme os dados constantes de suas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas no encerramento anual de exercício, sob pena de o credor decretar o vencimento antecipado da presente cédula: a razão entre dívida líquida/EBITDA do cliente, a ser apurada anualmente, deverá ser igual ou menor que 2,75x para o ano de 2019 e igual ou menor que 2,5x para os demais anos. Para fins deste cálculo, a dívida líquida inclui o valor do contas a pagar por aquisição de investimentos, excluindo o earnout a pagar aos antigos sócios das empresas adquiridas e o EBITDA é ajustado por: (i) despesas extraordinárias ligadas a combinações de empresas, conforme apresentado no item 3.2 deste Formulário e (ii) o valor do EBITDA relativo aos doze meses do exercício fiscal das empresas adquiridas. Vale destacar que os contratos com o Santander preveem necessidade de aprovação prévia caso o atual acionista controlador da Companhia passe a deter menos de 30% do capital votante da Companhia mediante abertura de capital.

2) Citibank (R\$ 100.000 mil com emissão em 25 de junho de 2020 – 10.1 (c)): A fim de assegurar condições financeiras para o pagamento da cédula, o cliente se obriga a respeitar, durante a vigência, o seguinte parâmetro financeiro: Endividamento Líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA) a qual deve ser apurada como dívida financeira total, incluindo dívida bancária e financiamento de fornecedores, subtraído o valor de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, inferior ou igual a 2,75x, com base no encerramento de cada exercício social. Vale destacar que os contratos com o Citibank preveem necessidade de aprovação prévia caso o atual acionista controlador da Companhia passe a deter menos de 30% do capital votante da Companhia mediante abertura de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

3) Debênture – Encerrado (R\$ 100.000 mil com emissão em 01 de agosto de 2018, encerrado antecipadamente no exercício de 2019): A fim de assegurar condições financeiras para o pagamento das debêntures a Companhia se obrigou a respeitar, durante a vigência, o seguinte parâmetro financeiro: dívida líquida divididos pelo EBITDA ajustado a qual deve ser inferior ou igual a (i) 3 vezes para as demonstrações financeiras anuais consolidadas da emissora em 31 de dezembro de 2018, (ii) 2,75 vezes para as demonstrações financeiras anuais consolidadas da emissora em 31 de dezembro de 2019 e (iii) 2,5 vezes (ii) 2,75 vezes para as demonstrações financeiras anuais consolidadas da emissora em 31 de dezembro de 2020 até a data do vencimento. A dívida líquida significará o resultado da seguinte fórmula: empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazo (+) leasing financeiro (+) debêntures de cada uma das séries (+) valor devido pelas empresas do grupo econômico aos seus ex-sócios (excluindo earnout e/ou indenização), (-) disponibilidade de caixa (-) aplicações financeiras e “EBITDA” significará o resultado da seguinte fórmula calculada em relação aos últimos 12 (doze) meses relativos aos exercícios sociais das respectivas demonstrações financeiras: Lucro Líquido (+) despesa/receita financeira líquida (+) provisões para IRPJ/CS (+) depreciações/amortizações (+) despesas não recorrentes relacionadas a operações de compra e venda das empresas adquiridas.

O quadro abaixo apresenta os *covenants* mencionados, os parâmetros exigidos e os valores performados.

(Em milhares de reais)	Parâmetros	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Contratos Santander (1)	Dívida Líquida incluindo a pagar das empresas adquiridas/Ebitda proforma <= 2,75X (2019) e 2,5X (demais anos)	1,35X	2,45X	n.a	n.a
Contrato Citibank (2)	Dívida Líquida/Ebitda <= 2,75X	-0,01X	n.a	n.a	n.a
Debêntures (3)	Dívida Líquida incluindo a pagar das empresas adquiridas/Ebitda <= 3X (2018)	n.a	n.a	2,13X	n.a

O quadro abaixo apresenta a conciliação dos parâmetros apresentados no quadro acima ajustados conforme definição dos contratos para fins de cobertura dos nossos *covenants*.

Consolidado				
(Em milhares de reais)	30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício/ período	15.780	39.560	60.518	14.157
(+/-) IR/CSLL corrente e diferido	-17.585	-8.692	-24.245	5.878
(+/-) Resultado financeiro líquido	6.818	27.322	9.672	10.945
(+) Depreciação e Amortização	17.182	26.279	13.132	1.034
= EBITDA	22.195	84.469	59.077	32.014
= EBITDA 12 meses	99.619	84.469	59.077	32.014
(+) Impacto Proforma	6.235	10.811	n.a	n.a
= EBITDA Proforma	105.854	95.280	n.a	n.a
(+) Despesas Extraordinárias 12 meses	21.150	12.113	19.499	22.447
= EBITDA Proforma Ajustado	127.004	107.393	78.576	54.461
(+) Empréstimos e Financiamentos de Curto prazo e Longo Prazo e debêntures	468.172	319.928	238.598	61.723
(-) Caixas e equivalentes de caixa	-252.697	-120.560	-154.039	-86.623
(-) Aplicações Financeiras	-181.700	----	----	(122)
(-) Derivativos	-34.665	----	----	----
= Dívida Líquida	(890)	199.368	84.559	-25.022
(+) Contas a pagar na aquisição de empresas circulante e não circulante, excluindo earnout.	172.792	64.160	41.108	88.017
= Dívida Líquida incluindo contas a pagar com a aquisição de empresas	171.902	263.528	125.667	62.995
Dívida Líquida excluindo a pagar das empresas adquiridas/Ebitda proforma (contrato santander)	1,35X	2,45X	n.a	n.a
Dívida Líquida/Ebitda (contrato citi)	-0,01X	n.a	n.a	n.a
Dívida Líquida/Ebitda (contrato Debêntures)	n.a	n.a	2,13X	n.a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O EBITDA 12 meses, corresponde ao EBITDA dos últimos doze meses e pode ser conciliado com base na tabela da seção 3.2 (b) desse formulário.

O EBITDA proforma é calculado exclusivamente para fins de atendimento aos covenants. Este leva em consideração ajustes (“impactos proforma”) previstos em contrato para refletir o efeito das aquisições realizadas no período em análise como se as mesmas tivessem ocorrido em 1 de janeiro do ano correspondente.

No cálculo do covenant em que utilizamos o EBITDA proforma, temos que comparar o mesmo com a dívida líquida ajustada pelo contas a pagar com a aquisição de empresas.

Os cálculos dos covenants apresentados acima são realizados a partir da data do contrato dos empréstimos aos quais estão submetidos. Os contratos de empréstimos do Santander foram firmados nos exercícios de 2019 e 2020, e o contrato de empréstimo do Citibank foi firmado no exercício de 2020. No encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017, a companhia não possuía contratos de empréstimos com cláusula restritiva (*covenants*).

Não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas no item (i) acima.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas estabelecidas e, na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros descritas no item (i) acima.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispõem de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Segue abaixo a descrição qualitativa das principais linhas das demonstrações financeiras.

As informações abaixo estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**

Demonstrações do Resultado (em R\$ milhares, exceto percentuais)

	Consolidado				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.009.172	100%	795.674	100%	27%
Custo das mercadorias vendidas	(897.213)	-89%	(722.713)	-91%	24%
LUCRO BRUTO	111.959	11%	72.961	9%	53%
Receitas (despesas operacionais)					
Despesas comerciais	(36.234)	-4%	(31.419)	-4%	15%
Perdas (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7.490)	-1%	(9.915)	-1%	-24%
Despesas gerais e administrativas	(69.091)	-7%	(35.064)	-4%	97%
Outras despesas operacionais, líquidas	5.869	1%	1.470	0%	299%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	5.013	0%	(1.967)	0%	-355%
Resultado financeiro, líquido	(6.818)	-1%	(4.855)	-1%	40%
Lucro antes dos impostos sobre renda e da contribuição social	(1.805)	0%	(6.822)	-1%	-74%
Imposto de renda e contribuição social	17.585	2%	8.162	1%	115%
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	15.780	2%	1.340	0%	1078%

Receita Líquida de vendas

A receita líquida totalizou R\$1.009.172 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$213.498 mil ou 27%, quando comparada com o valor de R\$795.674 mil, do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado principalmente pelo (i) crescimento de 1% ou R\$4.737 mil nas vendas da Companhia, (ii) impacto das aquisições da Agilfarma de R\$18.746 mil e do Grupo CDM de R\$86.282 mil durante o primeiro semestre de 2019; e (iii) impacto positivo da aquisição do Grupo Medcom em abril 2020 de R\$103.732 mil. O crescimento de 1% na receita líquida de vendas da Companhia é explicada pelo impacto negativo da COVID-19 em nosso canal de vendas públicas e de *delivery* que quase compensaram totalmente o crescimento de dois dígitos que tivemos em nosso segmento de distribuição de Especialidades e Distribuição de Genéricos e Similares no canal privado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo das Mercadorias Vendidas

O custo das mercadorias vendidas totalizou R\$897.213 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$174.499 mil ou 24%, quando comparado com o valor de R\$722.713 mil, do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado pelo (i) Redução de 0,2% ou R\$1.111 mil do CMV da Companhia, (ii) impacto das aquisições da Agilfarma de R\$15.916 mil e do Grupo CDM de R\$71.176 mil; e (iii) impacto da aquisição Grupo Medcom de R\$88.518 mil no período.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$111.959 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$38.998 mil ou 53%, quando comparado com o valor de R\$72.961 mil, do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado principalmente por: (i) crescimento de 8% ou R\$5.848 mil no lucro bruto da Companhia, (ii) impacto das aquisições da Agilfarma de R\$2.830 e do Grupo CDM de R\$15.106 mil durante o primeiro semestre de 2019; e (iii) impacto positivo da aquisição da Medcom em abril de 2020 de R\$15.214 mil.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$36.234 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$4.815 mil ou 15%, quando comparadas com o valor de R\$31.419 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento muito abaixo do crescimento das nossas vendas é explicado essencialmente por: (i) despesas com vendas e distribuição da Companhia crescendo 1% ou R\$387 mil no período, em linha com suas vendas; e (ii) impacto das aquisições da Agilfarma de R\$798 mil e do Grupo CDM de R\$2.136 mil comparado ao primeiro semestre de 2019; e (iii) impacto da aquisição da Medcom em abril de 2020 de R\$1.494 mil.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$69.091 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$34.027 mil, ou 97%, quando comparado com o valor de R\$35.064 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado principalmente por: (i) crescimento orgânico das despesas gerais e administrativas da Companhia de R\$10.217 mil ou 42% decorrente principalmente do bônus pago aos empregados, quando comparado com 2019, ano em que não foi pago bônus e do aumento das despesas extraordinárias devido aos M&As de R\$9.037 mil; (ii) aumento da despesa com depreciação e amortização de R\$8.170 mil resultado das aquisições de Agilfarma, Grupo CDM e Medcom; (iii) impacto das aquisições da Agilfarma e CDM no montante de R\$6.322 mil comparado ao mesmo período de 2019; e (iv) efeito da consolidação da Medcom no período de R\$9.319 mil.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram R\$5.869 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$4.399 mil ou 299%, quando comparadas com o valor de R\$1.470 mil, referente período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado principalmente por: (i) impacto negativo das aquisições da Agilfarma e CDM no montante R\$4.370 mil versus o mesmo período de 2019; e (ii) efeito negativo da consolidação da Medcom no período de R\$411 mil.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos totalizou R\$5.013 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$6.980 mil, ou 355%, quando comparado com o prejuízo operacional de R\$1.967 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado pelo crescimento de 53% ou R\$38.998 mil no nosso lucro bruto no período, pela queda no reconhecimento das perdas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ao valor recuperável de R\$2.425 mil ou 24% e pelo saldo positivo de outras despesas operacionais de R\$4.399 mil ou 299%, compensado por um crescimento de 15% ou R\$4.815 mil das despesas com vendas e de 97% ou R\$34.027 mil das despesas gerais e administrativas.

Resultado financeiro, líquidas

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$6.818 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um acréscimo de R\$1.963 mil ou 40% quando comparado com o valor de R\$4.855 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado pelo aumento do endividamento bancário e dos juros decorrentes da contraprestação das aquisições.

Lucro antes dos Impostos sobre Renda e Contribuição Social

O lucro antes dos impostos sobre a renda totalizou um prejuízo de R\$1.805 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$5.017 mil, ou 74%, quando comparado ao prejuízo de R\$6.822 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento foi resultado (i) aumento do lucro bruto de R\$38.998 mil, redução de perdas por valor recuperável do contas a receber no valor de R\$2.425 mil e aumento de outras despesas operacionais no valor de R\$4.398 mil; compensados por (ii) aumento de R\$4.815 mil ou 15% das despesas comerciais; (iii) aumento de R\$34.027 mil ou 97% das despesas gerais e administrativas; e (iv) aumento de R\$1.963 mil ou 40% das despesas financeiras.

Imposto de renda e Contribuição social

O resultado líquido com imposto de renda e contribuição social totalizou uma receita de R\$17.585 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma melhora de R\$9.423 mil ou 115%, quando comparado com uma receita no valor de R\$8.162 mil, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento do resultado de subvenção para investimentos. Este aumento pode ser explicado por (i) crescimento de outras despesas operacionais, líquidas de R\$7.329 mil ou 61% decorrente do aumento das subvenções para investimentos; (ii) impacto da Agilfarma e CDM no montante R\$2.776 comparado ao mesmo período de 2019; e (iii) efeito negativo da consolidação da Medcom no período de R\$682 mil.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do período totalizou R\$15.780 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$14.440 mil, ou 1.078%, quando comparada com o lucro de R\$1.340 mil, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre, conforme explicado acima, do crescimento do lucro operacional antes do imposto renda e contribuição social e do melhor resultado de imposto de renda e contribuição social.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Demonstrações do Resultado (em R\$ milhares, exceto percentuais)

	Consolidado				
	2019	AV	2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.831.462	100%	1.560.427	100%	17%
Custo das mercadorias vendidas	(1.635.593)	-89%	(1.379.057)	-88%	19%
LUCRO BRUTO	195.869	11%	181.370	12%	8%
Receitas (despesas operacionais)					
Despesas comerciais	(63.577)	-3%	(60.033)	-4%	6%
Perdas (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.609)	0%	(7.404)	0%	-51%
Despesas gerais e administrativas	(91.387)	-5%	(68.924)	-4%	33%
Outras despesas operacionais, líquidas	20.894	1%	936	0%	2132%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	58.190	3%	45.945	3%	27%
Resultado financeiro, líquido	(27.322)	-1%	(9.672)	-1%	182%
Lucro antes dos impostos sobre renda e da contribuição social	30.868	2%	36.273	2%	-15%
Imposto de renda e contribuição social	8.692	0%	24.245	2%	-64%
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	39.560	2%	60.518	4%	-35%

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida totalizou R\$1.831.462 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$271.035 mil ou 17%, quando comparada com o valor de R\$1.560.427 mil, se comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, por (i) crescimento orgânico de R\$98.460 mil ou 6% das receitas com distribuição de medicamentos e (ii) impacto da aquisição da Agilfarma (R\$33.658 mil) e do Grupo CDM (R\$138.918 mil) no total de R\$172.576 mil.

Custo das Mercadorias Vendidas

O custo das mercadorias vendidas totalizou R\$1.635.593 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$256.536 mil ou 19%, quando comparado com o valor de R\$1.379.057 mil, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado por (i) crescimento orgânico da receita operacional líquida da Companhia de 6% no período que impactou o custo das mercadorias vendidas em R\$118.001 mil ou 9% e (ii) pelo impacto das aquisições da Agilfarma (R\$28.699 mil) e Grupo CDM (R\$109.836 mil) a partir das respectivas datas de aquisição.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$195.869 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$14.499 mil ou 8%, quando comparada com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$181.370 mil. Este crescimento pode ser explicado principalmente por: (i) impacto das aquisições da Agilfarma (R\$4.958 mil), Grupo CDM (R\$29.082 mil) a partir das respectivas datas de aquisição, totalizando R\$34.040 mil, parcialmente compensado por (iii) impacto negativo de R\$19.541 mil ou 11% na margem bruta da Companhia resultante do último ano da Emenda Constitucional 87 que alterou a forma de tributação diferencial de alíquota interestadual de ICMS entre 2016-2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$63.577 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$3.544 mil, ou 6%, quando comparadas com o valor de R\$60.033 mil, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado por (i) impacto das aquisições da Agilfarma (R\$245 mil) e do Grupo CDM (R\$2.763 mil) a partir das respectivas datas de aquisição, totalizando R\$3.008 mil e (ii) impacto do crescimento orgânico da companhia de R\$537 mil.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$91.387 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$22.463 mil, ou 33%, quando comparado com o valor de R\$68.924 mil, referente ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado principalmente por: (i) aumento das despesas com depreciação e amortização, principalmente motivados pelos contratos de distribuição das empresas adquiridas, no montante de R\$13.147 mil, sendo o impacto referente a Agilfarma e CDM de R\$567 mil; (ii) efeito da aquisição da Agilfarma (R\$2.366 mil) e do Grupo CDM (R\$7.543 mil) a partir das respectivas datas de aquisição no montante de R\$9.909 mil e, (iii) crescimento orgânico das despesas da companhia de R\$320 mil ou 1%.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram uma receita de R\$20.894 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$19.958 mil, ou 2.132%, quando comparadas com um valor de R\$936 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado por (i) impacto positivo das aquisições da Agilfarma (R\$1.580 mil) e do Grupo CDM (R\$41 mil) a partir das respectivas datas de aquisição, totalizando R\$1.620 mil e (ii) impacto do crescimento orgânico da companhia de R\$18.339 mil.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e impostos

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos totalizou R\$58.190 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$12.246 mil, ou 27%, quando comparado com o valor de R\$45.945 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento é basicamente explicado por (i) impacto positivo do Lucro Bruto, perdas por redução ao valor recuperável e outros resultados operacionais de R\$14.499 mil, R\$3.795 mil e R\$19.958 mil, respectivamente e (ii) impacto negativo das despesas comerciais e das despesas gerais e administrativas de R\$3.544 mil e R\$22.463 mil, respectivamente.

Resultado Financeiro, líquido

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$27.322 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um crescimento de R\$17.650 mil ou 182% quando comparado com o valor de R\$9.672 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento decorre de novos empréstimos e financiamentos e do juros incidente sobre o contas a pagar de aquisições de empresas (Agilfarma e Grupo CDM) a partir das respectivas datas de aquisição, bem como o efeito dos juros sobre as debêntures emitidas em agosto de 2018, as quais tiveram 5 meses de juros reconhecidos, enquanto em 2019 foram 7 meses de juros reconhecidos. As debêntures foram totalmente quitadas em julho de 2019.

Lucro antes dos Impostos sobre Renda e Contribuição Social

Como resultado do disposto acima, o lucro antes dos impostos sobre a renda totalizou R\$30.868 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$5.405 mil, ou 15%, quando comparado com o valor de R\$36.273 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada por (i) Crescimento do Lucro antes do resultado financeiro em R\$12.245 mil e, (ii) Crescimento do Resultado financeiro negativo em R\$17.650 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R\$8.692 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma queda de R\$15.553 mil, ou 64%, quando comparado com o valor de R\$24.245 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta diminuição pode ser explicada, principalmente, pela queda do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais em R\$9.594 mil e aumento do imposto de renda corrente em R\$5.959 mil. A abertura do aumento pode ser explicado por (i) impacto das aquisições da Agilfarma (R\$591 mil) e impacto do Grupo CDM (R\$8.522 mil) a partir das respectivas datas de aquisição, totalizando R\$9.113 mil e (ii) impacto orgânico da companhia de R\$6.441 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado do disposto acima, o lucro líquido do período totalizou R\$39.560 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma queda de R\$20.958 mil, ou 35%, quando comparada com o valor de R\$60.518 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada por, (i) redução do lucro antes do Imposto de Renda de R\$5.405 mil e, (ii) redução dos créditos reconhecidos de R\$15.553 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Demonstrações do Resultado (em R\$ milhares, exceto em percentuais)

	Consolidado				
	2018	AV	2017	AV	AH
Receita líquida de vendas	1.560.427	100%	1.075.744	100%	45%
Custo das mercadorias vendidas	(1.379.057)	-88%	(957.990)	-89%	44%
LUCRO BRUTO	181.370	12%	117.754	11%	54%
Receitas (despesas operacionais)					
Despesas comerciais	(60.033)	-4%	(45.169)	-4%	33%
Perdas (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7.404)	0%	132	0%	-5709%
Despesas gerais e administrativas	(68.924)	-4%	(48.750)	-5%	41%
Outras receitas operacionais, líquidas	936	0%	7.013	1%	-87%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	45.945	3%	30.980	3%	48%
Resultado financeiro, líquido	(9.672)	-1%	(10.945)	-1%	-12%
Lucro antes dos impostos sobre renda e da contribuição social	36.273	2%	20.035	2%	81%
Imposto de renda e contribuição social	24.245	2%	(5.878)	-1%	-512%
Lucro Líquido do período	60.518	4%	14.157	1%	327%

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida totalizou R\$1.560.427 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$484.683 mil ou 45%, quando comparada com o valor de R\$1.075.744 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento decorre de (i) crescimento de 20% ou R\$213.369 mil na receita operacional líquida da Companhia; e (ii) impacto desde a data da aquisição da Majela em dezembro de 2017 de R\$271.314 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo das Mercadorias Vendidas

O custo das mercadorias vendidas totalizou R\$1.379.057 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$421.067 mil ou 44%, quando comparado com o valor de R\$957.990 mil, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado por (i) crescimento orgânico da receita operacional líquida da Companhia no período de 45% que impactou o custo das mercadorias vendidas em R\$186.105 mil e (ii) o Impacto da Majela de R\$234.962 mil a partir de sua data de aquisição.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$181.370 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$63.616 mil ou 54%, quando comparada com o valor de R\$117.754 mil se comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento decorre de (i) crescimento de 45% ou R\$484.683 mil da Receita operacional líquida da companhia parcialmente compensado pelo (ii) crescimento do Custo das mercadorias vendidas de 44% ou R\$421.067 mil.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$60.033 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$14.864 mil, ou 33%, quando comparadas com o valor de R\$45.169 mil, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Este aumento é explicado basicamente por: (i) crescimento de 20% nas vendas da Companhia de R\$8.981 mil; e (ii) impacto desde a data da aquisição da Majela em dezembro 2017 de R\$5.883 mil.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$68.924 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$20.174 mil ou 41%, quando comparado com o valor de R\$48.750 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado por (i) aumento de R\$12.098 mil com despesas com depreciação e amortização decorrentes desde a data da aquisição da Majela, (ii) despesas gerais e administrativas da companhia em R\$5.501 mil e, (iii) por R\$2.575 mil de despesas gerais e administrativas da Majela.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R\$936 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$6.077 mil, ou 87%, quando comparadas com o valor de R\$7.013 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelos créditos fiscais reconhecidos durante 2017. A abertura da redução pode ser explicada por: (i) impacto negativo da companhia no resultado consolidado de R\$6.749 mil e, (ii) impacto positivo da Majela no resultado consolidado de R\$672 mil.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e impostos

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos totalizou R\$45.945 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$14.965 mil, ou 48%, quando comparado com o valor de R\$30.980 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, pelo crescimento de 54% ou R\$63.616 mil em nosso lucro bruto parcialmente compensado por: (i) crescimento de 37% ou R\$35.038 mil em nossas despesas operacionais (englobando despesas com vendas e distribuição e despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização), (ii) impacto da redução por perdas ao valor recuperável do contas a receber em 5.709% ou R\$7.536 mil e, (iii) crescimento de outras despesas operacionais líquidas de 87% ou R\$6.077 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro, líquido

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$9.672 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de R\$1.273 mil ou 12% quando comparado com o valor de R\$10.945 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta redução pode ser explicada pela maior geração de caixa gerada a partir da aquisição da Majela no período, parcialmente compensada por um aumento no endividamento da Companhia. A abertura da queda do resultado financeiro líquido pode ser explicada por: (i) Impacto positivo da Companhia no resultado consolidado em R\$1.030 mil e, (ii) Impacto positivo da Majela no resultado consolidado de R\$243 mil.

Lucro antes dos Impostos sobre Renda Imposto de Renda e Contribuição Social

O lucro antes dos impostos sobre a renda totalizou R\$36.273 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$16.238 mil, ou 81%, quando comparado com o valor de R\$20.035 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, por, (i) aumento de 48% ou R\$14.965 mil do Lucro antes do resultado financeiro E, (ii) melhora do resultado financeiro líquido em 12% ou R\$1.273 mil.

Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferido totalizou uma receita de R\$24.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$30.123 mil, ou 512%, quando comparado com a despesa de R\$5.878 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento do reconhecimento do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais a compensar de R\$17.369 mil.

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado do disposto acima, o lucro líquido do período totalizou R\$60.518 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento/uma redução de R\$46.361 mil, ou 327%, quando comparada com o valor de R\$14.157 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pela performance operacional da Companhia no período, bem como melhor resultado de imposto de renda e contribuição social no exercício. No qual, (i) o Lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi maior em R\$81% ou R\$16.238 mil e, (ii) o reconhecimento de créditos de imposto de renda gerou um aumento no resultado de 512% ou R\$30.123 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 e 2017.

<u>ATIVO (em R\$ milhares, exceto os percentuais)</u>	Consolidado								AH 1S20 Vs.2019	AH 2019 Vs.2018	AH 2018 Vs.2017
	30/06/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV			
Caixa e equivalentes de caixa	252.697	9%	120.560	9%	154.039	15%	86.623	10%	110%	-22%	78%
Aplicações financeiras	181.700	7%	----	0%	----	0%	122	0%	0%	0%	-100%
Contas a receber de clientes	593.508	22%	447.476	35%	379.357	38%	342.294	40%	33%	18%	11%
Estoques	380.679	14%	214.992	17%	176.829	17%	173.636	20%	77%	22%	2%
Tributos a recuperar ¹	56.232	2%	48.286	4%	22.317	2%	14.083	2%	16%	116%	58%
Imposto de renda e contribuição social ¹	25.336	1%	19.516	2%	17.706	2%	11.837	1%	30%	10%	50%
Outros créditos ²	50.411	2%	43.073	3%	24.615	2%	14.639	2%	17%	75%	68%
Total do ativo circulante	1.540.563	56%	893.903	70%	774.863	77%	643.234	75%	72%	15%	20%
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Aplicações financeiras	129	0%	127	0%	127	0%	227	0%	2%	0%	-44%
Derivativos	34.665	1%	----	0%	----	0%	----	0%	0%	0%	0%
Outros créditos	3.549	0%	2.150	0%	1.940	0%	3.663	0%	65%	11%	-47%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	115.975	4%	88.411	7%	66.597	7%	34.791	4%	31%	33%	91%
Total do Realizável a Longo Prazo	154.318	6%	90.688	7%	68.664	7%	38.681	5%	70%	32%	78%
Imobilizado	67.387	2%	36.421	3%	13.954	1%	8.633	1%	85%	161%	62%
Intangível	981.044	36%	252.848	20%	153.175	15%	162.825	19%	288%	65%	-6%
Total do ativo não circulante	1.202.749	44%	379.957	30%	235.793	23%	210.139	25%	217%	61%	12%
TOTAL DO ATIVO	2.743.312	100%	1.273.860	100%	1.010.656	100%	853.373	100%	115%	26%	18%

¹ Em 2017, o saldo de Tributos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social estavam consolidados em uma única linha, denominada na Demonstração financeira de 2017 de Tributos a recuperar.

² Em 2017, o saldo de Outros créditos estava aberto em duas linhas, denominadas na Demonstração financeira de 2017 de Depósitos judiciais e Outros créditos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Consolidado											
	30/06/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH 1S20	AH 2019	AH 2018
									Vs.2019	Vs.2018	Vs.2017
PASSIVO A PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Fornecedores e outras contas a pagar	439.510	16%	380.269	30%	275.436	27%	312.332	37%	16%	38%	-12%
Empréstimos e financiamentos	251.461	9%	208.093	16%	137.542	14%	61.723	7%	21%	51%	123%
Debêntures	----	0%	----	0%	15.356	2%	----	0%	0%	-100%	100%
Obrigações trabalhistas	29.716	1%	11.123	1%	4.735	0%	8.977	1%	167%	135%	-47%
Tributos a recolher	27.971	1%	16.778	1%	9.100	1%	11.468	1%	67%	84%	-21%
Dividendos a pagar	----	0%	665	0%	452	0%	680	0%	0%	47%	-34%
Contas a pagar de aquisições de empresas	25.581	1%	16.176	1%	18.289	2%	52.469	6%	58%	-12%	-65%
Total do passivo circulante	774.239	28%	633.104	50%	460.910	46%	447.649	52%	22%	37%	3%
NÃO CIRCULANTE											
Fornecedores e outras contas a pagar ¹	4.392	0%	----	0%	18.654	0%	15.432	2%	0%	-100%	21%
Empréstimos e financiamentos	216.711	8%	111.835	9%	----	0%	----	0%	94%	0%	0%
Debêntures	----	0%	----	0%	85.700	8%	----	0%	0%	0%	0%
Tributos a recolher	3.187	0%	2.108	0%	2.145	0%	2.778	0%	51%	-2%	-23%
Contas a pagar de aquisições de empresas ¹	163.506	6%	64.079	5%	22.819	2%	35.548	4%	155%	181%	-36%
Provisão para contingências	389	0%	523	0%	----	0%	1.037	0%	-26%	0%	-100%
Imposto de Renda em contribuição social diferidos	527	0%	----	0%	----	0%	----	0%	0%	0%	0%
Total do passivo não circulante	388.712	14%	178.545	14%	129.318	13%	54.795	6%	118%	38%	136%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	803.910	29%	312.016	24%	312.016	31%	306.620	36%	158%	0%	2%
Reserva de Capital	655.189	24%	49.986	4%	44.415	4%	37.696	4%	1211%	13%	18%
Recursos para futuro aumento de capital	----	0%	----	0%	2.700	0%	2.700	0%	0%	0%	0%
Reservas de Lucros	115.988	4%	100.209	8%	61.297	6%	3.913	0%	16%	63%	1466%
Total do patrimônio líquido atribuído ao acionista controlador e controladora	1.575.087	57%	462.211	36%	420.428	42%	350.929	41%	241%	10%	20%
Participação dos não controladores	5.274	0%	----	0%	----	0%	----	0%	0%	0%	0%
Total do Patrimônio Líquido	1.580.361	58%	462.211	36%	420.428	42%	350.929	41%	242%	10%	20%

¹ Em 2017, o saldo de Fornecedores e outras contas a pagar e contas a pagar de aquisições de empresas estavam divididos mais linhas nas Demonstrações financeiras, denominadas de Outras obrigações e Partes relacionadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$252.697 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$132.137 mil ou 110%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$120.560 mil. Essa variação ocorreu em decorrência do aporte de capital feitos pelos acionistas no montante de R\$250.000 mil para custear a agenda de fusões e aquisições bem como a aquisição do Grupo Medcom no mês de abril e da Atrial realizada no mês de junho, mediante emissão de ações, e que trouxe um caixa de R\$42.741 mil para a Companhia, parcialmente compensado pelos R\$82.184 mil de contraprestação pagos pelo Grupo Medcom e pelos R\$22.374 mil referente a dívidas que o Grupo Medcom tinha com seus antigos acionistas.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$593.508 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$146.032 mil ou 33%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$447.476 mil. Essa variação ocorreu em decorrência do maior volume de vendas da Companhia no segundo trimestre de 2020 comparado ao quarto trimestre de 2019, bem como o contas a receber das aquisições do Grupo Medcom de R\$62.425 mil e da Atrial de R\$77.540 mil ocorridas durante o primeiro semestre de 2020.

Estoques

O saldo de Estoques totalizou R\$380.679 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$165.687 mil ou 77%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$214.992 mil. Essa variação ocorreu por: (i) um aumento sazonal nos estoques da Companhia de R\$12.369 mil; e (ii) efeito das aquisições do Grupo Medcom de R\$63.946 mil e Atrial de R\$89.372 mil durante o primeiro semestre de 2020.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$115.975 mil em 30 de junho de 2020, apresentando um aumento de R\$27.564 mil, ou 31% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$88.411 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência do aumento da despesa com amortização de intangíveis decorrente das aquisições e que é base de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Imobilizado

O saldo de Imobilizado em 30 de junho de 2020 totalizou R\$67.387 mil, representando um aumento de R\$30.966 mil, ou 85% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando o saldo correspondia a R\$36.421 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) aquisição do Grupo Medcom de R\$5.411 mil e da Atrial de R\$25.667 mil durante o período e (ii) resultado da companhia no período de R\$36.309 mil.

Intangível

O saldo de intangível em 30 de junho de 2020 totalizou R\$981.044 mil, representando um aumento de R\$728.196 mil, ou 288% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando o saldo correspondia a R\$252.848 mil. Esse aumento decorre dos: (i) intangíveis e ágios reconhecidos na aquisição do Grupo Medcom de R\$106.163 mil e R\$240.598 mil, respectivamente e da Atrial de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$49.261 mil e R\$341.494 mil, respectivamente); e (ii) saldo de intangíveis e ágio já existentes na Atrial no montante total de R\$5.572 mil.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de Fornecedores e outras contas a pagar em 30 de junho de 2020 totalizou R\$439.510 mil, representando um aumento de R\$59.241 mil, ou 16% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando o saldo de fornecedores totalizou R\$380.269 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) aquisição durante o período da Medcom de R\$82.161 mil e da Atrial de R\$65.614 mil, (ii) redução do saldo de fornecedores da Companhia no montante de R\$88.534 mil.

Empréstimos e financiamentos circulante

O saldo de Empréstimos e financiamentos circulante em 30 de junho de 2020 totalizou R\$251.461 mil, representando um aumento de R\$43.368 mil, ou 21% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$208.093 mil. Esse aumento ocorreu devido a: (i) as dívidas já existentes nas aquisições da Medcom de R\$7.729 mil) e Atrial de R\$24.383 mil e, (ii) aumento do saldo de empréstimos e financiamentos da companhia de R\$11.256 mil.

Obrigações trabalhistas

O saldo de Obrigações trabalhistas em 30 de junho de 2020 totalizou R\$29.716 mil, representando um aumento de R\$18.593 mil, ou 167% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$11.123 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) saldos decorrentes da consolidação do Grupo Medcom de R\$4.158 mil e da Atrial de R\$15.263 mil e, (ii) redução do saldo das obrigações trabalhistas da companhia de R\$828 mil.

Contas a pagar pela aquisição de investimentos circulante

O saldo de contas a pagar pela aquisição de investimentos no passivo circulante totalizou R\$25.581 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$9.405 mil, ou 58% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$16.176 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) valor já existente de contraprestação de aquisições a pagar na Atrial no montante de R\$11.184 mil; (ii) parcelas de longo prazo transferidas para o curto prazo de R\$12.521 mil; parcialmente compensado por (iii) pagamentos realizados no período de R\$14.300 mil.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos não circulante

O saldo de Empréstimos e financiamentos não circulante em 30 de junho de 2020 totalizou R\$216.711 mil, representando um aumento de R\$104.876 mil ou 94% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$111.835 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de um alongamento do perfil da dívida da Elfa que está trocando dívida de curto prazo por dívidas com vencimentos mais longos. A abertura do saldo em empréstimos e financiamentos de longo prazo pode ser explicada por: (i) dívidas assumidas da Atrial de R\$15.969 mil e, (ii) captação de empréstimos e transferências do não circulante para o circulante no montante de R\$88.907 mil.

Contas a pagar pela aquisição de investimentos não circulante

O saldo de contas a pagar pela aquisição de investimentos no passivo não circulante totalizou R\$163.506 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$99.427 mil ou 155% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$64.079 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) aquisição da Medcom em abril de 2020 de R\$65.270 mil, (ii) o saldo de contraprestações de aquisições a pagar já existente na Atrial no montante de R\$46.678 mil e, (iii) parcelas transferidas para o circulante no montante de R\$12.521 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 242% ou R\$1.118.150 mil, passando de R\$462.211 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.580.361 mil em 30 de junho de 2020, em decorrência de: (i) aporte de capital realizado pelos acionistas da Companhia no montante de R\$250.000 mil para financiar a agenda de aquisições de 2020; (ii) emissão de ações como parte do pagamento pela aquisição da Medcom no montante de R\$217.339 mil; (iii) emissão de ações para a aquisição da Atrial no montante de R\$623.376 mil; (iv) opções outorgadas para os acionistas da Atrial em R\$4.010 mil; (v) participação dos acionistas não controladores de R\$5.274 mil, (vi) remuneração baseada e ações de R\$2.371 mil e (vii) resultado auferido no período no montante de R\$15.780 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$120.560 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$33.479 mil ou -22%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$154.039 mil. Essa redução ocorreu em decorrência do uso de: (i) R\$83.556 mil em atividades de investimento, dos quais R\$73.168 mil foram pagamento de valores das contraprestações de aquisições líquidos de caixa adquiridos., (ii) compensados pela geração de caixa operacional da Elfa no período de R\$19.929 mil e R\$30.148 mil gerados por atividades de financiamento.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber totalizou R\$447.476 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$68.119 mil ou 18%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$379.357 mil. Essa variação ocorreu em decorrência de: (i) crescimento das vendas da Elfa no período, a qual gerou um aumento no contas a receber da companhia de R\$12.618 mil (ii) o efeito da consolidação da Agilfarma de R\$8.561 mil e do Grupo CDM de R\$46.940 mil.

Estoques

O saldo de Estoques totalizou R\$214.992 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$38.163 mil ou 22%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R\$176.829 mil. Essa variação ocorreu em decorrência de: (i) efeito da consolidação da Agilfarma de R\$5.952 mil e do Grupo CDM de R\$42.058 mil, e (ii) por uma melhor gestão dos dias de estoques na Companhia em 2019 que geraram uma redução no nível de estoque da companhia que totalizaram R\$9.847 mil.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$88.411 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R\$21.814 mil ou 33% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$66.597 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência do aumento com a despesa de amortização de ativos intangíveis decorrentes da aquisição da Agilfarma e Grupo CDM. Não há impacto do Grupo CDM e Agilfarma no Imposto de Renda diferido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imobilizado

O saldo de Imobilizado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$36.421 mil, representando um aumento de R\$22.467 mil, ou 161% em comparação à 31 de dezembro de 2018, quando o saldo correspondia a R\$13.954 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de investimentos feitos durante o ano em projetos estratégicos. A abertura do saldo em imobilizado pode ser explicada por: (i) impacto das aquisições da CDM de R\$2.065 mil e Agilfarma de R\$651 mil e, (ii) aumento do imobilizado da companhia de R\$19.752 mil.

Intangível

O saldo de intangível em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$252.848 mil, representando um aumento de R\$99.673 mil, ou 65% em comparação a 31 de dezembro de 2018, quando o saldo correspondia a R\$153.175 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) do ágio e intangível reconhecidos na aquisição de Agilfarma de R\$4.701 mil e R\$5.543 mil, respectivamente e do Grupo CDM de R\$46.091 mil e R\$57.566 mil, respectivamente durante o exercício de 2019, e (ii) do intangível líquido das amortizações da companhia de R\$14.228 mil.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$380.269 mil, representando um aumento de R\$104.833 mil ou 38% em comparação a 31 de dezembro de 2018, quando o saldo de fornecedores totalizou R\$275.436 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) efeito da consolidação da Agilfarma de R\$11.994 mil e do Grupo CDM de R\$56.245 mil, e (ii) adicionalmente ao crescimento orgânico da Companhia no período no montante de R\$36.594 mil.

Empréstimos, financiamentos e debênture circulante

O saldo de Empréstimos, Financiamentos e debêntures de curto prazo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$208.093 mil, representando um aumento de R\$55.195 mil ou 36%% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$152.898 mil. A Elfa aumentou seu endividamento no período consistente com o crescimento do seu negócio pós aquisição da Agilfarma e do Grupo CDM. A abertura da linha de Empréstimos e Financiamentos de curto prazo pode ser explicada por: (i) impacto dos arrendamentos a pagar (IFRS16) das empresas adquiridas de R\$1.251 mil na CDM e de R\$389 mil na Agilfarma, (ii) aumento dos empréstimos e financiamentos da companhia que tota R\$53.555 mil.

Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$11.123 mil, representando um aumento de R\$6.388 mil ou 135% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$4.735 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) crescimento orgânico da nossa estrutura para suportar o crescimento do negócio de R\$5.312 mil, e (ii) do efeito das aquisições de Agilfarma de R\$229 mil e do Grupo CDM de R\$846 mil.

Contas a pagar pela aquisição de investimentos circulante

O saldo de contas a pagar pela aquisição de investimentos no passivo circulante totalizou R\$16.176 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$2.113 mil ou 12%, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$18.289 mil. Essa redução ocorreu em decorrência de: (i) pagamentos realizados no período de R\$103.251 mil, (ii) reconhecimento das parcelas a pagar no curto prazo na CDM de R\$11.446 mil e Agilfarma de R\$4.515 mil e, (iii) transferência do saldo de longo prazo para curto prazo de R\$85.177 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos e Debêntures não circulante

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures não circulante em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$111.835 mil, representando um aumento de R\$26.135 mil ou 30%, em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$85.700 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de um alongamento do perfil da dívida da Elfa no período, com a liquidação antecipada das nossas debêntures mediante uma captação de R\$100.000 mil junto ao Banco Santander. Não há impacto do Grupo CDM e Agilfarma em Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Contas a pagar pela aquisição de investimentos não circulante

O saldo de contas a pagar pela aquisição de investimentos no passivo não circulante totalizou R\$64.079 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$41.260 mil ou 181% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$22.819 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de: (i) saldos relacionados a aquisição da Agilfarma de R\$2.174 mil) e do Grupo CDM de R\$53.863 mil durante o ano de 2019 e, (ii) pela transferência de parcelas para o passivo circulante de R\$14.777 mil.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 10% ou R\$41.783 mil, passando de R\$420.428 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$462.211 mil em 31 de dezembro de 2019, em decorrência de: R\$do lucro líquido auferido durante o exercício de 2019 de R\$39.560 mil, (ii) as opções outorgadas de R\$5.572 mil e (iii) do saldo redutor de dividendos de R\$3.349 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$154.039 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$67.416 mil ou 78%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$86.623 mil. Essa variação ocorreu em decorrência do fluxo de caixa gerado por atividades de financiamento de R\$181.935 mil, compensados por um consumo de caixa de atividades operacionais no montante de R\$108.747 mil e atividades de investimentos de R\$5.772 mil.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$379.357 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$37.063 mil ou 11%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$342.294 mil. Essa variação ocorreu em decorrência do crescimento orgânico das vendas da companhia e por um maior atraso no recebimento de clientes públicos em 2019.

Estoques

O saldo de Estoques totalizou R\$176.829 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$3.193 mil ou 2%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R\$173.636 mil. Essa variação ocorreu em decorrência do crescimento orgânico de nosso negócio, parcialmente compensado por uma melhor gestão dos nossos dias de estoques.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$66.597 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de R\$31.806 mil, ou 91% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R\$34.791 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência do reconhecimento do ativo de prejuízos fiscais a compensar.

Imobilizado

O saldo de Imobilizado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$13.954 mil, representando um aumento de R\$5.321 mil, ou 62% em comparação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo correspondia a R\$8.633 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de investimentos para suportar o crescimento orgânico do nosso negócio.

Intangível

O saldo de intangível em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$153.175 mil, representando uma queda de R\$9.650 mil, ou 6% em comparação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo correspondia a R\$162.825 mil. Essa redução ocorreu em decorrência de despesas com amortização do período.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de Fornecedores e outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$275.436 mil, representando uma redução de R\$36.896 mil, ou 12% em comparação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo de fornecedores totalizou R\$312.332 mil. Essa redução ocorreu em decorrência de uma menor eficiência na gestão de nossos fornecedores em 2018.

Empréstimos e financiamentos circulante

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$152.898 mil, representando um aumento de R\$91.175 mil, ou 148% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$61.723 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência da emissão de debêntures durante 2018 para readequar o nível de endividamento da Companhia pós aquisição da Majela em dezembro de 2017.

Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$4.735 mil, representando uma redução de R\$4.242 mil, ou 47% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$8.977 mil. Essa redução ocorreu em decorrência de uma readequação da estrutura da Companhia após a aquisição da Majela em dezembro 2017.

Contas a pagar pela aquisição de investimentos circulante

O saldo de contas a pagar pela aquisição de investimentos no passivo circulante totalizou R\$18.289 mil em 31 de dezembro de 2018, reduzindo R\$34.180 mil ou 65% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$52.469 mil, em decorrência da quitação da primeira contraprestação decorrente da Majela.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de Empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$85.700 mil, representando um aumento de R\$85.700 mil em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu em decorrência da emissão de debêntures no mês de agosto em antecipação a aquisições que estavam para ser concluídas e com o objetivo de começar a alongar o perfil da dívida para suportar o crescimento da Companhia.

Contas a pagar pela aquisição de investimentos não circulante

O saldo de contas a pagar pela aquisição de investimentos no passivo não circulante totalizou R\$22.819 mil em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R\$12.729 mil ou 36% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$35.548 mil, em decorrência de transferência do passivo não circulante para o passivo circulante.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 20% ou R\$69.499 mil, passando de R\$350.929 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$420.428 mil em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência do lucro líquido do exercício no montante de R\$60.518 mil, da integralização de capital aportado em 2017 pelos acionistas minoritários no montante de R\$5.397 mil e R\$6.719 mil de opções outorgadas, compensados com R\$452 mil de dividendos propostos e R\$2.682 mil de impacto do IFRS 09 no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado												
	30/06/2020	AV 06/2020	30/06/2019	AV 06/2019	2019	AV 2019	2018	AV 2018	2017	AV 2017	AH 1S20 x 1S19	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(113.150)	-86%	(78.929)	89%	19.929	-60%	(108.746)	-	19.182	58%	-43%	118%	-667%
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	(36.123)	-27%	(68.163)	77%	(83.556)	250%	(5.772)	-9%	43.113	131%	47%	-1348%	-113%
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	281.410	213%	58.047	-65%	30.148	-90%	181.934	270%	(29.332)	-89%	385%	-83%	-720%
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	132.137	100%	(89.045)	100%	(33.479)	100%	67.416	100%	32.963	100%	248%	-150%	105%
Demonstração da (Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa:													
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	120.560		154.039		154.039		86.623		53.660		-22%	78%	61%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	252.697		64.994		120.560		154.039		86.623		-289%	-22%	78%
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	132.137		(89.045)		(33.479)		67.416		32.963		248%	-150%	105%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado nas atividades operacionais negativo de R\$113.150 mil, comparado ao mesmo período de 2019 onde o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi negativo de R\$78.929 mil representando uma piora de R\$34.221 mil ou -43%. Essa piora deve-se, basicamente, o aumento da variação de fornecedores, resultado em uma piora de R\$38.844 mil em relação ao período anterior.

Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos negativo de R\$36.123 mil, comparado com o mesmo período de 2019 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foram negativos em R\$68.163 mil, o que representa uma redução de R\$32.040 mil ou 47%, devido principalmente a aquisição de controladas líquidas de caixa no total de R\$76.348 mil e aquisições de imobilizado e intangível que totalizaram R\$2.516 mil compensados com caixa advindo da aquisição de controladas no montante de R\$42.741 mil.

Fluxo de caixa gerado das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$281.410 mil para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparado com o saldo de R\$58.047 mil para os seis meses findo em 30 de junho de 2019. Esse aumento de R\$223.363 mil ou 385%, pode ser justificado pelo aporte de capital dos acionistas da Companhia no montante de R\$250.000 mil, captação de empréstimos de R\$265.205 mil, compensados por pagamento de empréstimos de R\$219.244 mil, pagamento das parcelas das empresas adquiridas de R\$13.887 mil e de dividendos pagos de R\$664 mil.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$19.929 mil, comparado ao mesmo período de 2018 onde o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi negativo de R\$108.747 mil representando um aumento de R\$128.676 mil ou 118%. O aumento deve-se principalmente pelo recebimento do saldo de contas a receber em atraso de 2018 e por uma melhor gestão de fornecedores.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos negativo de R\$83.556 mil, comparado com o mesmo período de 2018 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos negativo foram R\$5.772 mil, o que representa um aumento de R\$77.784 mil ou 1.348%, devido a aquisição líquida de caixa que totalizaram R\$73.168 mil e a aquisição de imobilizado e intangível no valor de R\$10.388 mil.

Fluxo de caixa das Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$30.148 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado com o saldo de R\$181.935 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R\$151.787 mil ou 83%, é justificada basicamente pelo pagamento de empréstimos e financiamentos e o principal da debenture, totalizando R\$425.119 mil, pagamento de parcelas referentes a aquisições anteriores de R\$30.083 mil, pagamento de arrendamento de R\$3.687 mil, e pagamento de dividendos de R\$3.135, compensados pela captação de novos empréstimos que representou um aumento de R\$492.172 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais negativo de R\$108.745 mil, comparado ao mesmo período de 2017 onde a Companhia apresentou um caixa líquido proveniente de atividades operacionais de R\$19.182 mil representando um aumento de R\$127.929 mil ou - 667%. Este acréscimo deve-se, basicamente, a um aumento do capital empregado da Companhia, concentrada no contas a receber (R\$37.063 mil), em fornecedores (-R\$36.896 mil) e em outras obrigações (-R\$38.653 mil).

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia totalizou R\$5.772 mil negativo no seu caixa em atividades de investimentos, comparado com o mesmo período de 2017 onde o caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos foram R\$43.113 mil, o que representa uma redução R\$48.885 mil ou -113%, devido principalmente a aquisição de imobilizado e intangível no valor de R\$5.994 mil, compensados pelo caixa gerado de aplicações financeiras no valor de R\$222 mil.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$181.934 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado com um consumo de R\$29.332 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R\$211.267 mil ou 720%, é justificado basicamente pela captação de empréstimos e emissão da debenture totalizando R\$288.752 mil, aumento de capital de R\$5.396 mil, pagamento de outras dívidas R\$111.534 mil e pagamento de dividendos de R\$680 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro da Companhia.

(a) Resultado das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base da sustentação das receitas da Companhia são compostas da venda e distribuição de medicamentos especiais de alto valor agregado com diversas especialidades, tais como, antibióticos, medicamentos genéricos e materiais médico-hospitalares, no segmento institucional, formado por hospitais, clínicas e planos de saúde, públicos e privados.

Os diretores da Companhia entendem que a receita operacional líquida da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, inclusive: (a) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Elfa; (ii) práticas comerciais de seus concorrentes; (iii) legislação tributária sobre venda de medicamentos; e (iv) margem bruta auferida vs capital empregado. Além disso, os aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e a taxa de desemprego da população e diversos outros fatores podem afetar os resultados da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados e o custo dos insumos utilizados para a elaboração dos medicamentos, o qual é diretamente impactado pela taxa de câmbio.

Adicionalmente, o setor farmacêutico no Brasil é bastante regulado, altamente competitivo e caminha para uma consolidação de seus principais participantes. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

Estamos organizados dentro de dois segmentos de negócio: distribuição de medicamentos especialidades (“especialidades”) e distribuição de medicamentos genéricos, similares e materiais (“genéricos”), sendo estes dois segmentos:

Especialidades: Segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio diversificado de medicamentos de alto valor agregado em diversas especialidades, tais como, oncologia, imunossupressores e antibióticos. No segmento de especialidades temos também os canais de delivery e o canal acesso, que possui atendentes treinados, lojas para compra física, operações com laboratórios (Operações Logísticas – “OLs”), e-commerce e representantes externos.

Genéricos: Segmento composto por clientes Institucionais privados e públicos, hospitais e clínicas, possui portfólio baseado em medicamentos genéricos e similares que possuem um valor final mais baixo para hospitais, clínicas e médicos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As tabelas abaixo demonstram a abertura da receita operacional líquida da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e de 2019, e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Em R\$ milhares, exceto %s,	Período encerrado em 30/06/2020			Período encerrado em 30/06/2019		
	Especialidades	Genericos	Total	Especialidades	Genericos	Total
Receita operacional líquida	827.596	181.576	1.009.172	713.444	82.230	795.674
Custo das mercadorias Vendidas	(742.929)	(154.284)	(897.213)	(649.433)	(73.280)	(722.713)
Lucro bruto	84.667	27.292	111.959	64.011	8.950	72.961
MB%	10,2%	15,0%	11,1%	9,0%	10,9%	9,2%
Despesas com Vendas	(28.214)	(8.020)	(36.234)	(27.412)	(4.007)	(31.419)
Margem de Contribuição (MC)	56.453	19.272	75.725	36.599	4.943	41.542
MC%	6,8%	10,6%	7,5%	5,1%	6,0%	5,2%

Em R\$ milhares, exceto %s,	Exercício social encerrado em 31/12/2019			Exercício social encerrado em 31/12/2018		
	Especialidades	Genericos	Total	Especialidades	Genericos	Total
Receita operacional líquida	1.573.495	257.967	1.831.462	1.385.125	175.302	1.560.427
Custo das mercadorias Vendidas	(1.417.215)	(218.378)	(1.635.593)	(1.229.334)	(149.723)	(1.379.057)
Lucro bruto	156.280	39.589	195.869	155.791	25.579	181.370
MB%	9,9%	15,3%	10,7%	11,2%	14,6%	11,6%
Despesas com Vendas	(51.580)	(11.997)	(63.577)	(51.249)	(8.784)	(60.033)
Margem de Contribuição (MC)	104.700	27.592	132.292	104.542	16.795	121.337
MC%	6,7%	10,7%	7,2%	7,5%	9,6%	7,8%

Em R\$ milhares, exceto %s,	Exercício social encerrado em 31/12/2018			Exercício social encerrado em 31/12/2017		
	Especialidades	Genericos	Total	Especialidades	Genericos	Total
Receita operacional líquida	1.385.125	175.302	1.560.427	927.226	148.518	1.075.744
Custo das mercadorias Vendidas	(1.229.334)	(149.723)	(1.379.057)	(827.145)	(130.845)	(957.990)
Lucro bruto	155.791	25.579	181.370	100.081	17.673	117.754
MB%	11,2%	14,6%	11,6%	10,8%	11,9%	10,9%
Despesas com Vendas	(51.249)	(8.784)	(60.033)	(36.107)	(9.062)	(45.169)
Margem de Contribuição (MC)	104.542	16.795	121.337	63.974	8.611	72.585
MC%	7,5%	9,6%	7,8%	6,9%	5,8%	6,7%

(*) Margem bruta percentual (MB%) é calculada dividindo-se o lucro bruto pela receita operacional líquida

(**) Margem de contribuição percentual (MC%) é calculada dividindo-se a margem de contribuição pela receita operacional líquida

(***) Margem de contribuição (MC) é calculada como sendo o lucro bruto excluindo as despesas com vendas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, dessa forma, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

(a) Crescimento do mercado farmacêutico institucional: o mercado em que a Elfa atual apresentou um crescimento de nominal de 13,7% no ano 2019 em comparação com o ano anterior, segundo o IQVIA.

O mercado farmacêutico brasileiro tem se beneficiado de fatores como: (1) crescimento populacional e aumento na expectativa de vida; (2) expansão do acesso a assistência médica e incremento dos programas governamentais de saúde; e (3) expansão da disponibilidade de tratamentos com genéricos e biosimilares com a queda de patentes. Para maiores detalhes, vide seção 7.3 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassado parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

(b) A economia brasileira cresceu no ano de 2019 pelo 3º ano consecutivo, com expansão de 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao ano anterior, em meio às incertezas externas relacionadas principalmente à disputa comercial entre Estados Unidos e China e ao cenário político na América do Sul, que fizeram com que o real brasileiro perdesse terreno frente ao dólar americano, que fechou o ano na cotação em R\$4,03.

O crescimento da economia brasileira não foi acompanhado por pressões inflacionárias, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em 4,31%, dentro da margem de tolerância da meta de inflação estabelecida para 2019 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo que Banco Central do Brasil conduzisse uma política de redução gradual da taxa básica de juros, que levou a Taxa Selic a 4,5% ao ano ao final de 2019.

(c) Aumento de preço pela CMED: o setor farmacêutico no Brasil tem seus preços regulados pela Lei 10.742 através da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED"). A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, parte dos aumentos são repassados nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

Adicionalmente, vale ressaltar o impacto do aumento de preço de medicamentos (preço fábrica e preço máximo ao consumidor), concedido pela CMED anualmente, entrando tipicamente em vigor no dia 01 de abril de cada ano. O percentual de reajuste concedido durante os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 estão demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2017	2018	2019	2020
Nível I	12,5%	4,8%	2,8%	4,3%	5,2%
Nível II	12,5%	3,1%	2,5%	4,3%	4,2%
Nível III	12,5%	1,4%	2,1%	4,3%	3,2%

Ínicio	01/04/2016	01/04/2017	01/04/2018	01/04/2019	01/06/2020
Fim	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2019	31/05/2020	-
Vigência	12	12	12	15	

(d) Impostos sobre as vendas (ICMS): A partir de 1º de janeiro de 2016, tornaram-se aplicáveis as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 87/2015 (EC87/15) que alterou a forma de tributação diferencial de alíquota interestadual de ICMS entre 2016-2019.

Nas vendas interestaduais para não-contribuinte ou consumidor final, até dezembro de 2015, o ICMS era devido integralmente ao estado de origem da mercadoria. Dessa forma, 100% do imposto era destinado ao estado onde estava localizado o estabelecimento fabricante ou revendedor.

Com a alteração, o ICMS, resultado da diferença entre a alíquota da operação interestadual e a alíquota do estado de destino (DIFAL), passou a ser partilhado progressivamente, conforme tabela abaixo, entre os estados até 2018, sendo que a partir de 2019, 100% do DIFAL passou a ser devido para o estado de destino.

Partilha do Difal EC 87/2015		
Ano	UF Origem	UF destino
2016	60%	40%
2017	40%	60%
2018	20%	80%
A partir de 2019	-	100%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia foi negativamente impactada pela EC87/15 uma vez que esta transferiu a competência para a arrecadação do DIFAL dos estados de origem, nos quais a Companhia se beneficia de regimes especiais de ICMS, para os estados de destino dos produtos. Estimamos que o impacto negativo anual da EC87/15 foi R\$27 milhões, R\$49 milhões e R\$74 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

(iv) Inflação: Podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e bens de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IPCA) apresentou variação de 2,95%, 3,75% e 4,31%, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Contudo, a pandemia da doença causada pelo novo coronavírus (ou COVID-19) causou e está causando contínuos impactos no mercado brasileiro e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas.

A Companhia segue monitorando os efeitos em decorrência da pandemia do COVID-19 e busca se adequar as novas necessidades do mercado. No primeiro semestre de 2020 a dinâmica de venda de parte das categorias foi alterada, positivamente em algumas linhas de medicamentos, antibióticos, trombolíticos, produtos respiratórios e oncológicos (o último com destaque para a entrega por delivery), e negativamente para outras linhas de tratamento, como produtos para procedimento estéticos (responsável pela maior queda), hormonais, e produtos para tratamentos de imunologia e hematologia, que tiveram seus inícios de tratamentos adiados.

O impacto negativo da pandemia em nossas vendas no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 foi de aproximadamente R\$64 milhões, concentrados no setor privado.

(b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia não é significativamente impactada por variações nas taxas de câmbio, bem como não foram afetadas no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 e nos três últimos exercícios sociais.

Os impactos decorrentes da inflação, são já refletidos nos ajustes de preços da “CMED”, que é a única via pelo qual as receitas da Companhia são alteradas pela alteração nos preços de seus produtos.

As modificações de preços da Companhia são reguladas pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, através da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (“CMED”). A CMED determina o aumento de preço de medicamentos (preço fábrica e preço máximo ao consumidor), anualmente, tipicamente a partir do dia 1º de abril de cada ano. Para o cálculo do reajuste do preço de medicamentos são usados: Índice de Preços ao Consumidor Aplicado (IPCA), a produtividade do setor farmacêutico, os preços relativos intrasetor e os preços relativos entre setores.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O aumento por percentuais em níveis é definido de acordo com o nível de concentração (fator Z) e pelo nível de produtividade (fator X) de mercado por meio do sistema Anatomical Classification nível 4 (AC4) da European Pharmaceutical Market Research Association (EPHMA) e índices do Herfindahl-Hirschman (IHH).

Assim os níveis definidos pela CMED permanecem assim dispostos:

- a) Nível 1 – Sem evidências de concentração: classes terapêuticas com IHH abaixo de 1.500, onde o fator Z assume o valor integral do fator X.
- b) Nível 2 – Moderadamente concentrado: IHH entre 1.500 e 2.500, onde o fator Z assume a metade do valor do fator X.
- c) Nível 3 – Fortemente concentrado: IHH acima de 2.500, onde o fator Z assume o valor igual a 0 (zero).

O aumento de preços determinado pela CMED nos últimos 3 anos e 2020 foi conforme tabela abaixo:

	2016	2017	2018	2019	2020
Nível I	12,50%	4,76%	2,84%	4,33%	5,21%
Nível II	12,50%	3,06%	2,47%	4,33%	4,22%
Nível III	12,50%	1,36%	2,09%	4,33%	3,23%

Ínicio	01/04/2016	01/04/2017	01/04/2018	01/04/2019	01/06/2020
Fim	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2019	31/05/2020	-
Vigência	12	12	12	15	

Historicamente temos sido capazes de repassar para os nossos clientes os aumentos determinados pela CMED embora não possamos garantir que isso irá ocorrer sempre.

Abaixo elaboramos uma tabela dos impactos estimados destas alterações de preços e volumes nas receitas da Companhia:

Variações das receitas	jun/20 x jun/19	2019 x 2018	2018 x 2017	2017 x 2016
Atribuíveis ao Impacto volume e mix de receita	170.911	191.733	446.192	291.368
Atribuíveis ao reajuste de preços	42.587	79.302	38.491	32.918

A receita da Companhia não é diretamente impactada, bem como não foram afetadas no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 e nos três últimos exercícios sociais por alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Para obter informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossos resultados operacionais e financeiros operação são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil.

Acreditamos que o impacto da variação dos preços dos principais insumos e produtos não impactam significativamente nosso resultado operacional, uma vez que conforme explicitado no item 10.2.b, os preços dos nossos produtos são regulados e repassamos os aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços, limitados a aqueles permitidos pela CMED. Não podemos assegurar que isso irá ocorrer sempre, uma vez que a nossa capacidade de repasse do preço está ligada também a fatores competitivos e sensibilidade de demanda em relação ao preço.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Não temos receitas, custos ou despesas operacionais significativas denominadas em moeda estrangeira. Temos empréstimos captados em moeda estrangeira, que estão totalmente cobertos por operações de hedge cambial contratados no mesmo valor e no mesmo vencimento. Desta forma, variações da taxa de câmbio não tem impacto em nosso resultado financeiro ou operacional.

Finalmente, a taxa de juros da economia pode ter uma elevada influência nos nossos resultados operacionais e financeiros. Um aumento na taxa de juros poderia limitar a capacidade de nossos clientes financiarem seus negócios, afetando as nossas receitas ou até mesmo o nível de inadimplência de nossas contas a receber.

Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, dado o aumento do custo das nossas dívidas. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira e juros de empréstimos bancários.

A taxa CDI anual em 2017, 2018 e 2019 foi 9,93%, 6,42% e 4,66%, respectivamente. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, a taxa CDI acumulada dos últimos doze meses foi de 4,60%.

Embora a taxa de juros possa afetar os nossos negócios, não observamos impactos significativos decorrente das alterações nas taxas de juros nos períodos de 6 meses findo em 30 de junho de 2020 e nos três últimos exercícios sociais além dos impactos nos custos financeiros do nosso endividamento explicitados a seguir:

Impacto da variação da taxa de juros nos resultados financeiros	jun/20	2019	2018	2017
CDI	4,60%	4,66%	6,42%	9,93%
Variação CDI ano	-0,06%	-1,76%	-3,51%	-4,07%
Impacto positivo estimado no resultado financeiro	37	4.199	11.229	19.055

Para obter informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 10.1 (h) do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa. A partir de julho de 2020, em decorrência da aquisição da Atrial, a Companhia passará a reportar novos segmentos operacionais, isto é, irá combinar seus dois segmentos operacionais existentes até 30 de junho de 2020 (quais sejam “Especialidades” e “Genéricos e Similares”, exceto Materiais em um único segmento de “Especialidades Farmacêuticas” e criando, ainda, o segmento de “Materiais Médico e Hospitalar” composto por “Materiais, Nutrição e equipamentos medico hospitalares”).

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência e divulgados nas Demonstrações Financeiras.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As únicas mudanças significativas nas nossas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são as descritas abaixo.

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, de 30 de junho de 2020, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Não houve alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Arrendamentos CPC 06 (R2)/ IFRS 16

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 6 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, sem rerepresentar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (apresentadas de acordo com o CPC 06 R1/ IAS 17 e ICPC 03 (IFRIC 04)), e sem reavaliar se o contrato contém ou não um componente de arrendamento na data inicial do contrato.

(a) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 / IFRIC 4. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento definida pelo CPC 06(R2) / IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4, não foram reavaliados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após de 1º de janeiro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(b) Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/ IAS 17

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais ou financeiros de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17. Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor;
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

ICPC22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação ICPC 22/ IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/ IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na transição para o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	Controladora	Consolidado
Valores de direitos de uso de arrendamentos (ativo) a arrendamentos a pagar (passivo) em 01 de janeiro de 2019 antes da adoção do pronunciamento CPC 06(R2)	-	-
Valor dos contratos de arrendamentos operacionais reconhecidos em 1º de janeiro de 2019	17.056	28.147
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019	(4.751)	(7.831)
Valores de direitos de uso de arrendamentos (ativo) a arrendamentos a pagar (passivo) em 01 de janeiro de 2019 após a adoção do pronunciamento CPC 06(R2)	12.305	20.316

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 6,75%a.a.

	Controladora	Consolidado
Valores de arrendamentos a pagar em 01 de janeiro de 2019 antes da adoção do pronunciamento CPC 06(R2)	-	-
Valor reconhecido em Arrendamentos a pagar – circulante em 1º de janeiro de 2019	2.156	8.622
Valor reconhecido em Arrendamentos a pagar – não circulante em 1º de janeiro de 2019	10.149	11.694
Valores de arrendamentos a pagar em 01 de janeiro de 2019 após a adoção do pronunciamento CPC 06(R2)	12.305	20.316

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na transição para o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou a perda estimada de crédito. O impacto na transição está resumido abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	(23.702)	(14.809)	(44.296)	(32.828)
Impacto decorrente da adoção inicial do CPC 48	-	(4.690)	-	(4.064)
(Constituição)/reversão	1.209	(4.203)	(2.855)	(7.404)
Saldo final	<u>(22.493)</u>	<u>(23.702)</u>	<u>(47.151)</u>	<u>(44.296)</u>

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao período de seis meses findo no final do semestre de 30 de junho de 2020 e referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não possuem ressalvas ou ênfases. Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2017 possui a seguinte ênfase.

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 10 de abril de 2018, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa 2.16, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações trimestrais e das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração da Companhia e de suas controladas utilize julgamentos, estimativas e premissas contábeis que afetam a aplicação das políticas contábeis da Elfa e os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Sendo assim, nas demonstrações financeiras estão incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes e respectivo cálculo das estimativas para determinar a recuperação de saldos do ágio e intangível sobre aquisições e prejuízos fiscais a compensar, bem como a avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários diferidos, além de redução do valor recuperável de ativos. Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Os princípios contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na nossa experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. O detalhamento completo das práticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado (i) na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, (ii) na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 e das informações semestrais financeiras referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de redução do valor recuperável de ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Desta forma, estão apresentadas abaixo as práticas contábeis e os respectivos motivos pelos quais a Companhia as considera como críticas.

- a) Contas a receber e perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber ("PECLD"): A Companhia avalia a perda estimada de crédito conforme requer o CPC 48 / IFRS 9. O contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A PECLD é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber, cujo montante é considerado suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

- b) Avaliação do valor recuperável de ativos ("*Impairment*"): Para testes de valor recuperável do ágio, a Companhia considera duas unidades geradoras de caixa (UGC), as quais estão alinhadas aos segmentos reportados pela Companhia. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

- c) Imposto de renda e contribuição social (diferido): O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceram créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Estudos técnicos de viabilidade elaborados pela Companhia indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Companhia sobre a evolução futura da Companhia e de suas controladas e do mercado em que a mesma opera.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- d) Valor Justo dos Planos de Opções: O valor justo dos planos de opções que possui pagamento baseado em ações, liquidável em ações foi avaliado a valor justo com base na fórmula de Black-Scholes. Condições de serviço e de desempenho não-mercado não foram consideradas na mensuração de valor justo. A volatilidade esperada foi estimada considerando a métrica de mercado volatilidade histórica do preço da ação do indicador B3 em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019, 2018 e 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(iv) contratos de construção não terminada; e

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Com a contínua busca pela eficiência e melhora operacional da Companhia, continuamos investindo em diversas frentes operacionais, incluindo reformas nos centros de distribuição e sistemas, automatização de rotinas, além de investimentos em equipamentos, computadores, licenças, entre outras despesas.

Além disso, a Companhia espera desenvolver alguns projetos até o fim do ano de 2020, incluindo projetos comerciais nos segmentos de serviços hospitalares, especialidades, genéricos de especialidades, acesso e delivery, além de projetos que envolvem a implementação da estruturação da área de procurement, o redesenho da estrutura de dados e relatórios de inteligência de mercado, implementação de adaptações tecnológicas ao longo de toda a cadeia de processos.

Nos últimos anos, a Companhia investiu em novas tecnologias com o intuito de aumentar o nível de serviço prestado. Dentre as diversas iniciativas, podemos destacar o monitoramento via inteligência artificial, softwares de gestão de transportes e de armazenamento, que buscam otimizar todo o processo logístico na cadeia e nos conectar eficientemente com nossos parceiros e clientes.

A Companhia prevê investimentos em imobilizado e intangível no exercício de 2020 no total de até R\$ 12.005 mil, sendo parte deste valor (R\$ 2.750 mil) suportado pelo orçamento de capital descrito na ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2020, e o restante no valor (R\$ 9.255 mil) será ser custeado pelo caixa gerado pelas suas operações.

Os principais investimentos custeados pelo orçamento de capital aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2020 para o ano de 2020 são:

- R\$ 5.510 mil - Investimentos nas operações em projetos de infra-estrutura e novas tecnologias relacionadas a suas operações e centros de distribuição.
- R\$ 2.220 mil - Investimentos em projetos de tecnologia relacionados a melhorias do seu sistemas, melhoria da capacidade de sua capacidade de processamento de data analytics e atendimento da legislação da Lei Geral de Proteção de dados ("LGPD").

Além disso, a Companhia espera desenvolver outros projetos até o fim do ano de 2020, incluindo projetos comerciais nos segmentos de serviços hospitalares, especialidades, genéricos de especialidades, acesso e delivery, além de projetos que envolvem a implementação da estruturação

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

da área de procurement, o redesenho da estrutura de dados e relatórios de inteligência de mercado, implementação de adaptações tecnológicas ao longo de toda a cadeia de processos.

Além dos investimentos em imobilizado e intangível descritos acima, a Companhia dará continuidade ao seu projeto de expansão por meio de fusões e aquisições (M&A) de empresas que atuam no seu mercado de atuação, no curso normal de seus negócios.

Fontes de financiamento dos investimentos

Como fonte de financiamento dos seus projetos e investimentos, a Companhia pretende aplicar: (i) recursos retidos em reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital; (ii) geração de caixa das operações da Companhia; (ii) eventuais linhas de crédito de capital de giro e a emissão de empréstimos adequados ao seu perfil de endividamento e preservando a capacidade de pagamento da Companhia, caso tais linhas de e empréstimos sejam necessários e atrativos; (iii) recursos provenientes da Oferta Pública de Ações de sua emissão, no caso dos investimentos em fusões e aquisições de empresas.

(ii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, uma vez que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) Montagens totais gastos pelo emissor em pesquisar para desenvolvimentos de novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 – Outros fatores com influência relevante*****Aquisição da Salus Latam Holding S.A. (Atrial)***

Em 30 de junho de 2020, foi concluída a transação pela qual Elfa Medicamentos S.A. adquiriu a Salus Latam Holding S.A. (“Atrial”) para uma combinação dos seus respectivos negócios.

A Atrial é uma holding cuja principal operação é a Nacional Comercial Hospitalar (“NCH”). A NCH tem como objeto social o comércio atacadista de materiais hospitalares, médico, odontológico, ortopédico, de medicamentos farmacêuticos e produtos saneantes domissanitários, além de serviços logísticos destinados a atender as necessidades das operações principais acima.

A partir da conclusão desta transação, as demonstrações financeiras da Atrial passaram a ser consolidadas às do Grupo Elfa. Para fins deste item 10, entretanto, como a conclusão da transação se deu propriamente em 30 de junho de 2020, a demonstração do resultado do exercício (DRE) do Grupo Elfa ainda não reflete os resultados obtidos pela Atrial neste exercício.

Balço Patrimonial (R\$ Em milhares)	30/06/2020	31/12/2019	AH
Caixa e equivalentes de caixa	42.741	20.244	111%
Títulos e valores mobiliários	181.700	0	-
Contas a receber de clientes	77.540	48.388	60%
Estoques	89.372	52.866	69%
Outros ativos circulantes	8.796	5.437	62%
Total ativo circulante	400.149	126.935	215%
Intangível	120.087	80.252	50%
Outros ativos não circulantes	27.083	25.923	4%
Total ativo não circulante	147.170	106.175	39%
Ativo total	547.319	233.110	135%
Forneecedores	55.076	61.576	-11%
Empréstimos e financiamentos	20.891	10.671	96%
Outros passivos circulantes	55.824	36.801	52%
Total passivo circulante	131.791	109.048	21%
Empréstimos e financiamentos	6.543	798	720%
Títulos a pagar pela aquisição de investimentos	46.530	20.697	125%
Outros passivos	11.310	13.128	-14%
Total do passivo não circulante	64.383	34.623	86%
Total passivo	196.174	143.671	37%
Total do Patrimônio líquido	351.145	89.439	293%
Total do passivo e do patrimônio líquido	547.319	233.110	135%

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

ATIVO

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários

O saldo de caixa e equivalente de caixa e Título e valores mobiliários totalizou R\$ 224.441 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$ 204.197 mil ou 1.009%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R\$ 20.244 mil. Essa variação ocorreu em decorrência dos aportes de capital feitos pelos acionistas no montante de R\$ 326.200 mil para custear a compra de minoritários da NCH e a agenda de fusões e aquisições de 2020.

Ativo não circulante

Intangível

O saldo de intangível em 30 de junho de 2020 totalizou R\$ 120.087 mil, representando um aumento 50% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando o saldo correspondia a R\$ 80.252 mil. Esse aumento decorre dos ágios na aquisição de Procifar e ArtMédica, nos valores de R\$ 10.724 mil e R\$ 26.632 mil, respectivamente.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo não circulante

Títulos a pagar pela aquisição de investimentos

O saldo de Títulos a pagar pela aquisição de investimentos totalizou R\$ 46.530 mil em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$ 25.833 mil ou 125% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 20.697 mil. Esse aumento ocorreu em decorrência de:

- (i) parcelas remanescentes a pagar pela aquisição do restante da participação dos acionistas minoritários da NCH, no montante de R\$ 13.000 mil;
- (ii) parcelas remanescentes a pagar pela aquisição de 100% da ArtMédica, no montante de R\$ 16.000 mil; e
- (iii) parcelas remanescentes a pagar pela aquisição do controle da Procifar, no montante de R\$ 5.666 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Patrimônio Líquido**

Em 30 de junho de 2020, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 293% ou R\$ 261.706 mil, passando de R\$ 89.439 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 351.145 mil em 30 de junho de 2020, em decorrência do aumento de capital R\$ 326.200 mil, parcialmente compensado pelos prejuízos do período de R\$ 4.851 mil.

Demonstração do resultado (em R\$ milhares)	Período de 6 meses findo em		Exercício social encerrado em	VH% 6M20 x 6M19
	30/06/2020	30/06/2019	31/12/2019	
Receita operacional líquida	177.434	115.138	262.456	54%
Custo das mercadorias vendidas	(122.923)	(86.625)	(195.499)	42%
Lucro bruto	54.511	28.513	66.954	91%
Despesas com vendas	(27.333)	(18.801)	(46.961)	45%
Despesas gerais e administrativas	(26.777)	(15.051)	(38.288)	78%
Outras receitas (despesas), líquidas	1.315	1.132	(4.938)	16%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.716	(4.207)	(23.233)	-59%
Resultado financeiro, líquido	(3.813)	(712)	(1.892)	436%
Imposto de renda e contribuição social	(2.584)	458	3.053	-664%
Participação de acionistas minoritários	170	220	(4.061)	-23%
Prejuízo líquido do período/exercício	(4.681)	(4.461)	(22.072)	4.9%

PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida totalizou R\$ 177.434 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 54% quando comparada com o valor de R\$ 115.138 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre da participação de novas investidas na receita do período, no montante de R\$ 47.395 mil e do crescimento orgânico das vendas, no montante de R\$ 14.901 mil.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas totalizou R\$ 122.923 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 42% quando comparado com o valor de R\$ 86.625 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre da participação de novas investidas no custo do período, no montante de R\$ 30.549 mil e do crescimento orgânico dos custos, no montante de R\$ 5.749 mil.

Lucro bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 54.511 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 91% quando comparado com o valor de R\$ 28.513 mil, no período

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre das variações da receita operacional líquida e do custo das mercadorias vendidas explicitadas acima.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 52.795 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 61% quando comparadas com o valor de R\$ 32.720 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre da participação de novas investidas nas despesas operacionais do período, no montante de R\$ 10.141 mil e do crescimento orgânico das despesas operacionais, no montante de R\$ 9.934 mil.

Resultado operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional totalizou R\$ 1.716 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 141% quando comparado com o prejuízo operacional no valor de R\$ 4.207 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre das variações do lucro bruto e das despesas operacionais explicitadas acima.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido totalizou o valor R\$ 3.813 mil de despesas no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 436% quando comparado com o valor de R\$ 712 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre, substancialmente, de captações de capital de giro para fazer frente às oportunidades de investimento em estoques de materiais para combate à Covid-19.

Prejuízo antes dos Impostos sobre Renda (Imposto de Renda e Contribuição Social)

O prejuízo antes dos impostos sobre renda totalizou R\$ 2.097 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando uma queda de 57% quando comparado com o valor de R\$ 4.919 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Esta queda decorre das variações do lucro operacional e do resultado financeiro explicitadas acima.

Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes totalizaram R\$ 1.272 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 62% quando comparados com o valor de R\$ 787 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Este aumento decorre de maior pagamento de imposto de renda e da contribuição social nas investidas indiretas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizaram R\$ 1.312 mil de despesas no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, representando um aumento de 205% quando comparados com o valor de R\$ 1.245 mil de receitas, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Esta variação ocorre, substancialmente, pela reversão da despesa temporária das provisões para pagamento de bônus aos executivos, ocorrido em abril de 2020, e a constituições de apenas seis meses dessa mesma provisão que se realizará em abril de 2021.

Prejuízo líquido do período

O prejuízo líquido no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 4.681 mil, representando um aumento de 5% quando comparado com o prejuízo líquido de R\$ 4.461 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019.

Impactos do COVID-19 nas operações da Companhia

Os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando seus negócios. As análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

A Companhia está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID 19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

Para maiores informações das medidas adotadas pela Companhia em decorrência da pandemia do COVID-19, vide itens 4.1 e 7.1 deste Formulário de Referência.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenha sido divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e às de nossas controladas.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenha sido divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades e às de nossas controladas

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar nossos administradores e acionistas, contamos com um Comitê de Auditoria Não-Estatutário. Além do Comitê de Auditoria Não-Estatutário, outros comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, quando necessário.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, por 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitidas a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

A. *De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho de Administração:*

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;
- (iii) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e gerenciamento de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores;
- (iv) eleger e destituir os Diretores, definir suas atribuições e fixar sua remuneração, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;
- (v) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;
- (vi) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (vii) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (viii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;
- (ix) individualizar a remuneração dos administradores após a definição da remuneração global para o exercício social em Assembleia Geral;
- (x) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;
- (xi) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;
- (xii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
- (xiii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das S.A.;
- (xiv) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (xv) aprovar ou ratificar o voto da Companhia em deliberações societárias relativa às controladas da Companhia envolvendo as seguintes matérias: (i) aumento ou redução de capital social, exceto com relação a de capitalização de eventuais adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela própria Companhia ou por uma controlada da Companhia; (ii) transformação, fusão, cisão, incorporação de ações ou incorporação da, ou envolvendo a, sociedade; (iii) eleição e destituição de administradores; (iv) aquisição de participação societária em outras sociedades; (v) celebração de quaisquer contratos ou assunção de quaisquer obrigações cujo valor envolvido exceda R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto em relação à compra de produtos que a controlada da Companhia comercialize; ou (vi) dissolução ou liquidação da sociedade.
- (xvi) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(xvii) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis em ações; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações ou a entrega de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(xviii) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(xix) estabelecer a alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior à alçada da Diretoria;

(xx) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(xxi) deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais privadas e/ou para oferta pública de distribuição;

(xxii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(xxiii) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(xxiv) estabelecer a alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior à alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(xxv) estabelecer a alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior à alçada da Diretoria;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(xxvi) conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um membro da administração, do que se lavrará ata no livro próprio;

(xxvii) deliberar sobre a abertura, manutenção, transferência e o fechamento de filiais;

(xxviii) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

(xxix) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxx) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

(xxxi) instituir Comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos para melhor desempenho das funções exercidas pelo Conselho de Administração;

(xxxii) designar os membros do Comitê de Auditoria Não-Estatutário e dos demais Comitês que vierem a ser constituídos pelo Conselho de Administração;

(xxxiii) estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria; e

(xxxiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

B. *Além disto, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:*

- (i) convocar a Assembleia Geral, nos termos do o Artigo 9, § 1, do Estatuto Social;
- (ii) presidir a Assembleia Geral, nos termos do Artigo 10 do Estatuto Social;
- (iii) organizar a agenda das reuniões do Conselho de Administração;
- (iv) convocar, organizar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 18 do Estatuto Social;
- (v) assegurar que os membros do Conselho de Administração recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da agenda das reuniões;
- (vi) coordenar as interações entre o Conselho de Administração e a administração e os comitês da Companhia; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (vii) nomear um Secretário de Governança, para apoiar o Conselho de Administração no exercício de suas atividades, conforme facultado no Artigo 6 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

As atribuições de nosso Comitê de Auditoria Não-Estatutário estão indicadas no item (ii) abaixo.

O Comitê de Gerenciamento de Riscos trata-se de um não-órgão estatutário de caráter permanente e recomendatório, regido pela Política de Gerenciamento de Riscos e pela legislação aplicável, subordinando-se e reportando suas atividades à Diretoria da Companhia.

Compete ao Comitê de Gerenciamento de Riscos:

- (i) Analisar, avaliar e auxiliar no tratamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e utilizando metodologia reconhecida, de acordo com as melhores práticas de mercado;
- (ii) Revisar e/ou implementar políticas para o Grupo Elfa, garantindo que esteja em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Companhia;
- (iii) Identificar prioridades relativas aos riscos;
- (iv) Dar apoio às ações para o tratamento dos riscos e recomendar planos de ação e melhorias de controle;
- (v) Reportar ao CA os resultados do processo de gerenciamento dos riscos, sempre que solicitado;
- (vi) Avaliar as solicitações de alteração da Política de Alçadas e Delegação de Autoridade da Companhia, bem como a tabela PADA, apresentando suas recomendações; e
- (vii) Monitorar as exposições de riscos em parâmetros de tolerância previamente definidos pelo CA.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Não-Estatutário, possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2020. O Comitê de Riscos não tem regimento interno próprio, sendo subsidiariamente regido pela Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi devidamente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2020.

Os supracitados Regimentos podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (www.grupoelfa.com.br/ri) bem como fisicamente em nossa sede.

Além do Comitê de Auditoria Não-Estatutário e do Comitê de Riscos, outros Comitês poderão ser constituídos pelo Conselho de Administração, sendo certo que, quando constituídos, o Conselho de Administração aprovará seus respectivos regimentos internos, os quais estipularão as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Não-Estatutário, instalado conforme deliberação tomada em assembleia geral da Companhia ocorrida em 7 de agosto de 2020, que atende plenamente aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado e parcialmente aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM.

Nosso Comitê de Auditoria Não-Estatutário, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) pelo menos 1 (um) membro deverá ser um Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela CVM. É de responsabilidade do Comitê de Auditoria Não-Estatutário:

A. De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Não-Estatutário:

- (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

B. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Não-Estatutário contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável por representar o Comitê de Auditoria Não-Estatutário e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria Não-Estatutário, será responsável por:

- (i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;
- (ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;
- (iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e
- (iv) cumprir e impor o cumprimento do Regimento Interno aos membros do Comitê de Auditoria.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possuímos uma política formalizada de contratação de serviços externos de auditoria com auditor independente.

Vale citar que, nos termos de nosso Estatuto Social, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir nossos auditores independentes.

Além disto, o Comitê de Auditoria Não-Estatutário, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como por supervisionar suas atividades.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria Não-Estatutário, deve assegurar-se de que os auditores independentes cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, informando quaisquer discussões havidas com os colaboradores da Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudança no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamento contábeis alternativos, avaliação dos riscos e análise de possibilidade de fraudes. O Conselho de Administração pode convocar nossos auditores independentes e os de nossas sociedades controladas direta ou indiretamente para prestar os esclarecimentos que entender necessários. Ademais, o Comitê de Auditoria, que se reporta ao Conselho de Administração, supervisiona todas as atividades dos auditores independentes e pode recomendar ao Conselho de Administração a substituição destes, caso entenda que a prestação dos serviços não está satisfatória.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria é composta por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Jurídico e de *Compliance* e Diretor sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os diretores podem, inclusive, acumular cargos. O prazo de mandato é 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição.

Além das atribuições previstas pela legislação aplicável, compete a Diretoria praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Compete à Diretoria implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e, como órgão colegiado:

- (i) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (ii) propor ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual; e
- (iii) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor-Presidente: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia; (ii) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (iii) aprovar a estrutura organizacional da Companhia; (iv) dirigir, no mais alto nível, as relações institucionais da Companhia; (v) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e (vi) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Financeiro (i) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (ii) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (iii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Jurídico e de *Compliance*: (i) aconselhar e assessorar a Companhia com relação a temas de natureza jurídica; (ii) defender os interesses da Companhia perante terceiros; (iii) desenvolver e coordenar o programa de compliance da Companhia; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Quando instalado, nosso Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Nos termos de nosso Estatuto Social, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de agosto de 2020, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria. Em 15 de setembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o processo de avaliação do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza no mínimo a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão e de cada um de seus membros, individualmente, sendo que a avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração como órgão e dos membros do Conselho de Administração individualmente é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração.

Adicionalmente, os Diretores também são avaliados anual e individualmente, por processo de avaliação de desempenho “360 graus” (“Avaliação de Desempenho”), que inclui tanto avaliação por seus subordinados, quanto por seus pares e pelo Diretor Presidente. O Diretor Presidente, por sua vez, também participa do processo de Avaliação de Desempenho, sendo também avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração. A Diretoria, como grupo, é avaliada pelo Conselho de Administração.

A condução do processo de avaliação dos Diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor Presidente. A avaliação da diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

É facultativa a utilização de assessoria externa especializada, tanto para as avaliações do Conselho de Administração quanto da Diretoria.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração e da Diretoria como órgãos serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) individuais dos Diretores serão disponibilizados à pessoa

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

em questão, ao Diretor Presidente e a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de feedback individuais.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria realiza no mínimo a cada 1 (um) ano a avaliação dos órgãos como colegiados e de cada um de seus membros, individualmente, sendo que a avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do membro do Comitê. O Conselho de Administração avaliará o Comitê de Auditoria como órgão.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitês que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria, conforme aplicável.

Os resultados consolidados das avaliações de órgãos serão disponibilizados a todos os membros do Comitê de Auditoria. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do Comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, dos membros da Diretoria e do Comitê de Auditoria enquanto órgãos colegiados. Além disso, os membros dos Comitês de Auditoria realizam sua autoavaliação e avaliação do próprio comitê de que participam.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e cada um dos comitês de assessoramento, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos comitês de assessoramento são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

Já para os membros da Diretoria, são avaliados de acordo com a sua performance individual, avaliação das competências estabelecidas pela Companhia para o cargo e metas individuais que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia. ***(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão***

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, Conselheiros, Diretores, Comitê de Auditoria e de seus respectivos membros são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados por cada um dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação podem ser utilizados, por exemplo, para a definição de metas para o ano

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

subsequente, para reajustes eventuais de remuneração ou, até mesmo, para indicação para outros cargos na administração da Companhia.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Poderá ser contratada empresa de consultoria para assessorar com os processos de avaliação. Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleia gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

Não adotamos prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente de qualquer formalidade prevista em nosso estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

b. Competências

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, um vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente, é de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes matérias:

- (i) tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
- (ii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
- (iv) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (v) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou de suas controladas;
- (vi) alterar o Estatuto Social;
- (vii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
- (viii) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;
- (ix) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;
- (x) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e no Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

- (xi) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; e
- (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão disponíveis na sede administrativa da Companhia, no endereço: Município de Brasília, Gama, Distrito Federal, intersecção da Rodovia DF 001 com a rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte (condomínio de Galpões SYS Gama Business Park, CEP 72427-010, em seu website www.grupoelfa.com.br/ri, no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (www.b3.com.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela assembleia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nos termos do artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, nossos acionistas pessoas físicas podem ser representados por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o Ofício Circular CVM/SEP 03/2019, os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com nosso Estatuto Social ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nossos acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja nosso acionista, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Admitimos procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas orientamos nossos acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

Além disto, não adotamos procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

g. Formalidades necessárias para a aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

Para exercício dos direitos de voto a distância com envio direto para a Companhia, os acionistas devem enviar os seguintes documentos para a Companhia: Município de Brasília, Gama, Distrito Federal, intersecção da Rodovia DF 001 com a rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte (condomínio de Galpões SYS Gama Business Park, CEP 72427-010:

- (a) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e
- (b) cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (i) para as pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;
 - (ii) para pessoas jurídicas: (ii.1) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii.2) documento de identidade com foto do representante legal; e
 - (iii) para fundos de investimento: (iii.1) último regulamento consolidado do fundo; (iii.2) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii.3) documento de identificação com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens A e B, acima, solicitamos, conforme o caso, reconhecimento de firma, notariação, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos por nós em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do art. 21-U da

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Instrução CVM 481/09, comunicaremos aos acionistas se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distancia

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico, conforme instruções e legislação aplicável, que será disponibilizada aos acionistas por meio do edital de convocação.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Companhia: Município de Brasília, Gama, Distrito Federal, intersecção da Rodovia DF 001 com a rodovia 475, Galpão 02, Módulos 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte (condomínio de Galpões SYS Gama Business Park, CEP 72427-010, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico para dri@grupoelfa.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não utiliza esses recursos. Temos disponível uma página na internet aberta ao público em geral para receber e compartilhar comentários sobre a Companhia e seus serviços.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias a participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as assembleias gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relação com os investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail: dri@grupoelfa.com.br.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de poderão manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do Conselho de Administração, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros.

No último exercício social o Conselho de Administração se reuniu ordinária e extraordinariamente 3 (três) vezes. O Conselho de Administração se reúne em conformidade com o calendário anual aprovado no pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião, ou conforme necessário e requerido.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2020.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao nosso Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Não-Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Além disto, nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do nosso Conselho de Administração e de nossas controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Adotamos uma política de indicação de administradores (“Política de Indicação de Administradores”), a qual foi formalmente aprovada em 7 de agosto de 2020 e que pode ser consultada em no website da CVM (www.cvm.gov.br) em nosso website (www.grupoelfa.com.br/ri) e fisicamente em nossa sede.

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

Nossa Política de Indicação de Administradores, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 7 de agosto de 2020. Referida política pode ser consultada no site: www.grupoelfa.com.br/ri, bem como fisicamente em nossa na sede.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) assembleias gerais ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo a nossa diretriz geral, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC); e (ii) em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC).

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

- (i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;
- (ii) reputação ilibada;
- (iii) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;
- (iv) não ter sido objeto de decisão irreversível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
- (v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- (vi) experiência profissional em temas diversificados;
- (vii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e
- (viii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do Conselho de Administração e da leitura prévia da documentação.

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

O acionista que tem direito a indicar candidatos ao Conselho de Administração, nos termos do Acordo de Acionistas, notificará o Diretor Presidente por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos antes da realização da assembleia geral que elegerá o novo Conselho de Administração. Ao indicar membro para integrar o Conselho de Administração, o acionista deverá apresentar declaração atestando que foram devidamente observados nessa indicação todos os requisitos legais aplicáveis e os atinentes ao sistema de governança corporativa da Companhia, juntamente com as comprovações cabíveis.

A indicação de membros independentes do Conselho de Administração será proposta pelo Diretor Presidente, que emitirá recomendação própria ao Conselho de Administração ou indicação recebida dos acionistas. Para emitir sua recomendação, o Diretor Presidente poderá solicitar assessoria externa de empresa especializada

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do conselho de administração:

- (i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e
- (ii) para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

Adicionalmente, O Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC). São consideradas situações que podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras:

- (i) ter atuado como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo;
- (ii) de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;
- (iii) ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia;
- (iv) possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da Companhia; ou
- (v) ter cumprido um número excessivo de mandatos consecutivos como conselheiro na Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Michael Gordon Findlay	13/06/1976	Pertence apenas à Diretoria	07/08/2020	2 anos	3
259.745.188-70	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	07/08/2020	Sim	0%
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e membro do Comitê de Riscos					
Janaína Maluf Pichinin Pavan	11/07/1981	Pertence apenas à Diretoria	07/08/2020	2 anos	3
216.471.168-80	Advogada	19 - Outros Diretores	07/08/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Riscos.		Diretora Jurídica e de Compliance			
Gabriel Farias Soares da Silva	21/12/1977	Pertence apenas à Diretoria	07/08/2020	2 anos	3
279.281.388-16	Engenheiro	19 - Outros Diretores	07/08/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Riscos.					
Andrés Marcelo Cima	09/10/1972	Pertence apenas à Diretoria	07/08/2020	2 anos	0
234.199.858-51	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	07/08/2020	Sim	0%
N/A					
Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi	28/09/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	5
219.544.638-20	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	08/08/2020	Sim	100%
Membro do Comitê de Riscos.					
André Cordeiro Cabral	10/12/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	3
950.896.917-20	Engenheiro químico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/08/2020	Sim	0%
N/A					
Ana Paula Alves dos Santos	17/03/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	0
958.222.247-68	Psicóloga	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	08/08/2020	Sim	0%
N/A					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Maria Regina Ferreira Navarro	24/10/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	3
016.939.478-62	Biomédica	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/08/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Auditoria.					
Ricardo Pelegrini	18/07/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	3
023.355.468-80	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/08/2020	Sim	0%
N/A					
Alexandre Mafra Guimarães	08/03/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	1
681.592.776-87	Engenheiro	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	08/08/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Auditoria.					
José Antônio Toledo Vieira	10/06/1964	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	07/08/2020	2 anos	3
064.402.958-70	Economista	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	07/08/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Riscos.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Michael Gordon Findlay - 259.745.188-70

O Sr. Michael Gordon Findlay é graduado em contabilidade pela Universidade Paulista em 2001 e em economia e administração pela Universidade de São Paulo em 1999. Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de auditor (1995 a 2001) e administrador (2001 a 2004) na PricewaterhouseCoopers, bem como na Ambev, como especialista em contabilidade e relatórios (2004 e 2005), controlador regional do Brasil (2005 a 2007), administrador de relações com investidores (2007 a 2009) e Gerente de Orçamento e Desempenho Comercial (2009 a 2012). Exerceu, ainda, os cargos de Vice-Presidente de Orçamento e Desempenho Comercial (2012 a 2013), Vice-Presidente Global PMO (2014 a 2016) e Vice-Presidente da América Central (2016 a 2018) na Anheuser-Busch InBev. Atualmente, exerce o cargo de CFO na Elfa Medicamentos (desde 2018).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Janaína Maluf Pichinin Pavan - 216.471.168-80

Janaína Maluf Pichinin Pavan é advogada, formada em direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, tendo cursado pós graduação em Processo Civil pela PUC-SP e especialização em Mercado de Capitais pela FGV-SP. Possui mais de 15 anos de experiência acumulada em grandes escritórios de advocacia, empresas e fundos de investimentos. Atuou de 2002 a 2010 no TozziniFreire Advogados, nas áreas cível e de mercado de capitais. Durante o ano de 2008 foi foreign associate no Clifford Chance US LLP, em Nova York, na área de capital markets. Trabalha há 10 anos em conjunto com o Pátria Investimentos desenvolvendo diversas atividades, tendo sido gerente jurídica da Anhanguera Educacional S.A. de 2010 a 2012, Legal VP da área de private equity do Pátria Investimentos de 2012 a 2015 e consultora jurídica de assuntos estratégicos para diversas investidas dos fundos queridos pelo Pátria, tais como Alphaville Urbanismo, Natulab, Vincula, dentre outras, nos anos de 2015 a 2018. Desde 2018 é Diretora Jurídica e de

Compliance do Grupo Elfa, membro do Comitê de Ética, do Comitê de Riscos e do Comitê de Crise da Elfa, esse último sempre que instalado.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gabriel Farias Soares da Silva - 279.281.388-16

O Sr. Gabriel Farias é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá de São Paulo e possui MBA pelo INSEAD Business School na França.

É responsável pela área de Planejamento Estratégico da Elfa, onde ingressou em 2019.

Atuou em áreas de planejamento estratégico, desenvolvimento de novos negócios e inteligência de mercado na Samsung Eletrônicos Global Coréia e América Latina entre os anos de 2008 e 2019.

Anteriormente trabalhou como consultor de estratégia corporativa e comercial na Accenture entre os anos de 1999 e 2007.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

O Sr. Gabriel de Farias Soares da Silva como Diretor sem designação específica da Companhia é responsável por: (a) dirigir a área de Planejamento e Integrações; (b) propor e gerir projetos estratégicos da Companhia, inclusive visando eficiências financeiras, operacionais e melhoria contínua; (c) coordenar os trabalhos de integração das empresas adquiridas.

Andrés Marcelo Cima - 234.199.858-51

O Sr. Andrés Marcelo Cima é graduado em administração de negócios internacionais pela Universidad Champagnat em 1996, com pós graduações em marketing (1996) e Comunicação integrada de marketing (1997) pela UC Berkeley, bem como pós graduação em Healthcare Management pela New York University (2000). Realizou MBA em administração internacional pela Thunderbird School of Global Management. Realizou ainda o programa de Desenvolvimento de Liderança pela Harvard Business School em 2015. Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de administrador de conta de vendas em Nova Iorque (1999 e 2000), administrador de unidade de negócio no Chile (2001 e 2002), administrador de negócio corporativo no Chile (2003 e 2004), Gerente de Marketing na América Latina (2004 a 2006), Diretor de Negócios Regional na América Central e Caribe (2006 a 2009), Diretor corporativo (2010 a 2014) e Diretor Executivo (2014 a 2015) pela Johnson & Johnson. Além disso, exerceu a função de membro do Conselho Consultivo da GSC (2016 a 2018) e, atualmente, exerce a função de Diretor no Pátria Investimentos (desde 2016). Foi Presidente e CEO da Atrial Saúde, desde 2017 até sua aquisição pela Elfa Medicamentos.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

O Sr. Andres Marcelo Cima como Diretor sem designação específica da Companhia é responsável por: (a) dirigir as áreas comercial e de operações da Companhia; (b) coordenar as atividades dos diretores comerciais e de operações de cada unidade de negócio; (c) desenvolver e propor estratégias relacionadas a vendas, operações e ao processo de distribuição e comercialização dos produtos.

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi - 219.544.638-20

Formado em administração de negócios pela University of Bath, em 2003. Realizou como pós graduação, o Executive Education for Fast Growing Companies, Business Administration and Management General, na Stanford University Graduate School of Business. Possui ampla experiência profissional, tendo participado do Conselho de Administração de grandes empresas como Natulab Group (desde 2013), Farmácias Independente (desde 2016, Vincula (desde 2017). Desde 2011, vem exercendo diversos cargos no Pátria Investimentos, dentre os quais: Vice Presidente de Private Equity (2011 a 2012), Diretor de Private Equity (2012 a 2016) Administrador do Portfolio de Healthcare (2016 a 2019) e, em 2019, passou a ser sócio.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

André Cordeiro Cabral - 950.896.917-20

O Sr. André Cordeiro Cabral é graduado em engenharia química pela Universidade Federal Fluminense (1988), com pós graduação na FGV em administração de empresas (1998) e Administração de produção (2000) e, ainda, MBA na Fundação Dom Cabral (2001). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de gestão nos setores de produção, manufaturados, operações e compliance na Syngenta Ltda / Novartis Biociências / Sandoz (1988 a 2002), bem como Diretor de operações no Brasil (2002 a 2006), Diretor de operações internacional (2006 a 2009) e Diretor de manufaturados e cadeia de fornecimento pela FMC Química do Brasil. Exerceu, ainda, o cargo de diretor global de cadeia de fornecimento na Nidera (2016 a 2019) bem como participa do Conselho de Administração de diversas Companhias, dentre as quais: SuperFrio Logística Frigorificada (desde 2019), trabalho Agro (desde 2019), Natulab (desde 2019) e Vincula (desde 2020). André se encontra exercendo, desde 2019, os cargos de COO / CP cadeia de fornecimento no Pátria Investimentos

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Ana Paula Alves dos Santos - 958.222.247-68

A Sra. Ana Paula Alves dos Santos é graduada em psicologia pela Universidade federal do Rio de Janeiro (1990), com pós graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1995), realizou MBA na COPPEAD UFRJ (1999) e Executive Education. Strategy Human Resources na Stanford University (2001). Possui ampla experiência profissional, tendo trabalhado como Diretora de Recursos Humanos na Abbott Laboratories (2002 a 2009), Diretora Geral de Recursos Humanos pelo Marfrig Group (2011 a 2012), Vice Presidente de Recursos Humanos e Sustentabilidade pelo Carrefour (2012 a 2014), Vice Presidente de Pessoas e Assuntos Corporativos pela Walmart (2014 a 2017 e 2018 a 2019), Vice Presidente de Pessoas na Vivo (Telefônica Brasil) (2017 a 2018) e, atualmente, exerce o cargo de Diretora de Recursos Humanos pela Pátria Investimentos (desde 2020).

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Maria Regina Ferreira Navarro - 016.939.478-62

A Sra. Maria Regina Ferreira Navarro é graduada em ciências biomédicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (1977), com pós graduações em administração de negócios pela FGV (1996) e Smith College (2002). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de Assistente de Pesquisa e Desenvolvimento/Supervisor Garantia e Qualidade (1978 a 1988), Assessoria Técnica a Mercado (1988 a 1989), Representante técnico de vendas (1992 a 1994) Gerente de Desenvolvimento de mercado (1995 a 1997), Diretor de Unidade de Negócios (1997 a 1999), Diretor de Negócios Corporativos (2000 a 2002), Vice Presidente Regional (2003 a 2011), Conselheira Presidente do Setor de produtos médico-hospitalares (2007 a 2013) e Vice-Presidente Sênior (2012 a 2014) na Johnson & Johnson, acumulando 35 anos de experiência na referida empresa. Bem como exerceu o cargo de Presidente do Conselho Curador da Fundação Robert Wood Johnson (2010 a 2020), membro do Conselho Consultivo da Great Place to Work Brasil (desde 2014) e membro de Comissão de Governança Corporativa em Saúde no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (desde 2014). A Sra. Maria Regina é conselheira independente, eleita de acordo com os critérios de independência estabelecidos no art. 16, parágrafo primeiro do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Ricardo Pelegrini - 023.355.468-80

O Sr. Ricardo Pelegrini é graduado em Administração de empresas pela FASP – Faculdades Associadas de São Paulo (1987), com pós graduação em Marketing pela FGV (1992) e pela Columbia University in the City of New York (1995), bem como realizou o Advanced Management Program da Harvard Business School (2017). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de Diretor de pequenos e médios negócios (2002), Vice Presidente Financeiro da América Latina (2002 a 2005), Administrador Geral GTS da Italia (2006 a 2007), Administrador Geral nacional (2007 a 2012), Vice Presidente das indústrias de mercados emergentes (2012 a 2014), Administrador Geral da América Latina (2014 a 2017) na IBM, acumulando 29 anos de experiência na referida empresa. Atualmente, exerce o cargo de CEO & Co-Fundadora da Quantum4 Innovation Solutions (desde 2017). O Sr. Ricardo Pelegrini é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independência estabelecidos no art. 16, parágrafo primeiro do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alexandre Mafrá Guimarães - 681.592.776-87

CFO da área de criação de valor do Private Equity do Patria Investimento Ltda. (“Patria”). O Sr. Mafrá é um executivo com vasta experiência na área financeira e responsável por liderar e desenvolver as iniciativas financeiras de valor no portfólio de Private Equity da Patria. Atualmente, é membro do conselho de administração de empresas como Terraverde, Farmácias Independente, Opty e Tenco. Antes de ingressar na Patria, Mafrá fazia parte da AB-Inbev há 13 anos, onde iniciou sua carreira como trainee e ocupou cargos executivos seniores. O Sr. Mafrá também foi CHRO e CFO da Totvs, desenvolvedora líder de soluções de negócios no Brasil e na América Latina, CEO de São Miguel e membro do conselho da Pixon e 3Corações, empresa de café líder na América Latina. O Sr. Mafrá é formado em Engenharia Elétrica pela UFMG e pós-graduado em Finanças Corporativas pela FGV e concluiu cursos de extensão no Insead e Harvard.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Antônio Toledo Vieira - 064.402.958-70

Formado em economia pela Fundação Armando Alvares Penteado (1990), realizou um MBA na Business School São Paulo (1998) e um Advanced Management Program for Senior Leaders na Harvard Business School (2018). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de Administrador de Marketing e Diretor de Marketing e Vendas de Primary Care na Novartis (1997 a 2000) e, posteriormente, como Presidente e Diretor da Divisão de Farmácias na Novartis. Exerceu o cargo de Presidente da AstraZeneca Pharmaceutical no Brasil (2002 a 2007) e na Austrália e Nova Zelândia (2007 a 2011) bem como Vice Presidente Global (2011 a 2013). Exerceu, ainda, o cargo de Presidente e Administrador Geral da AbbVie (2013 a 2015) e, desde 2018, passou a exercer o cargo de sócio operacional para Produtos de Healthcare verticais. É membro do Conselho de Administração da Natulab Laboratório S.A. desde 2019.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Michael Gordon Findlay - 259.745.188-70

N/A

Janaína Maluf Pichinin Pavan - 216.471.168-80

N/A

Gabriel Farias Soares da Silva - 279.281.388-16

N/A

Andrés Marcelo Cima - 234.199.858-51

N/A

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi - 219.544.638-20

N/A

André Cordeiro Cabral - 950.896.917-20

N/A

Ana Paula Alves dos Santos - 958.222.247-68

N/A

Maria Regina Ferreira Navarro - 016.939.478-62

N/A

Ricardo Pelegrini - 023.355.468-80

N/A

Alexandre Mafra Guimarães - 681.592.776-87

N/A

José Antônio Toledo Vieira - 064.402.958-70

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Lilian Cristina Pacheco Lira 134.741.188-70	Comitê de Auditoria	Advogada	Outros Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Comitê de Riscos	01/08/1969 07/08/2020	07/08/2020 0	2 anos 0%
Coordenadora independente do Comitê de Riscos						
Alexandre Mafra Guimarães 681.592.776-87	Comitê de Auditoria	Engenheiro	Presidente do Comitê	08/03/1972 07/08/2020	07/08/2020 0	2 anos 0%
Vice-Presidente do Conselho de Administração.						
Maria Regina Ferreira Navarro 016.939.478-62	Comitê de Auditoria	Biomédica	Membro do Comitê (Efetivo)	24/10/1955 07/08/2020	07/08/2020 0	2 anos 0%
Membro do Conselho de Administração.						
José Antônio Toledo Vieira 064.402.958-70	Comitê de Auditoria	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	10/06/1964 19/12/2018	19/12/2018 1	Indeterminado 100%
Membro do Conselho de Administração e Presidente da Diretoria						
Lilian Cristina Pacheco Lira 134.741.188-70	Comitê de Risco	Advogada	Outros Coordenadora do Comitê de Riscos	01/08/1969 19/12/2018	19/12/2018 1	Indeterminado 100%
Membro do Comitê de Auditoria e Coordenadora do Comitê de Auditoria.						
Leila Santos 230.247.978-58	Comitê de Risco	Advogada	Membro do Comitê (Efetivo)	16/03/1988 19/12/2018	19/12/2018 1	Indeterminado 100%
N/A						
Gabriel Farias Soares da Silva 279.281.388-16	Comitê de Risco	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	21/12/1977 19/12/2018	19/12/2018 1	Indeterminado 100%
Michael Gordon Findlay 259.745.188-70	Comitê de Risco	Administrador de Empresas	Outros Diretor Financeiro e de Relação com Investidores	13/06/1976 19/12/2018	19/12/2018 1	Indeterminado 100%
N/A						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Janaína Maluf Pichinin Pavan 216.471.168-80	Comitê de Risco	Advogada	Membro do Comitê (Efetivo)	11/07/1981 19/12/2018	19/12/2018 1	Indeterminado 100%
Diretora Jurídica e de Compliance						
José Antônio Toledo Vieira 064.402.958-70	Outros Comitês Comitê de Ética	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	10/06/1964 18/02/2019	18/02/2019 1	indeterminado 100%
Membro do Conselho de Administração e Presidente da Diretoria						
Gabriel Farias Soares da Silva 279.281.388-16	Outros Comitês Comitê de Ética	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	21/12/1977 15/04/2019	15/04/2019 1	indeterminado 100%
Membro efetivo da Diretoria						
Janaína Maluf Pichinin Pavan 216.471.168-80	Outros Comitês Comitê de Ética	Advogada	Membro do Comitê (Efetivo)	11/07/1981 24/05/2018	24/05/2018 1	indeterminado 100%
Diretora Jurídica e de Compliance						
Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi 219.544.638-20	Outros Comitês Comitê de Ética	Administrador de empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	28/09/1980 24/05/2018	24/05/2018 1	Indeterminado 100%
Presidente do Conselho de Administração						
Aline Sueth da Silva Meijinhos 816.930.609-49	Outros Comitês Comitê de Ética	Administradora de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	23/05/1978 24/05/2018	24/05/2018 1	indeterminado 100%

N/A

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Lilian Cristina Pacheco Lira - 134.741.188-70

Lilian Cristina Pacheco Lira - 134.741.188-70

A Dra. Lilian Lira é advogada, Pós Graduada em Direito Empresarial pela FGV e LLM em Direito Societário pelo INSPER. Atualmente, é responsável pela Gestão de Riscos e Compliance e Coordenadora dos Comitês de Riscos de diversas empresas nos setores de saúde, agronegócios, food&bverage, dentre outros segmentos no Brasil e na Colômbia. A Dra. Lilian foi Presidente da Comissão de Estudos das Relações de Trabalho da Área da Saúde da OAB/SSP no período de 2015 à 2019 e também foi Coordenadora da Câmara Jurídica da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica – ABRAMED no período de 2010 à 2017. A Dra. Lilian tem experiência como Diretora Jurídica, Gestão de Riscos e Compliance em Companhia de Capital Aberto listada no Novo Mercado. A Dra. Lilian é sócia do escritório de advocacia Lira Advogados. A Sra. Lilian Cristina Pacheco Lira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alexandre Mafra Guimarães - 681.592.776-87

CFO da área de criação de valor do Private Equity do Patria Investimento Ltda. ("Patria"). O Sr. Mafra é um executivo com vasta experiência na área financeira e responsável por liderar e desenvolver as iniciativas financeiras de criação de valor no portfólio de Private Equity da Patria. Atualmente, é membro do conselho de administração de empresas como Terraverde, Farmácias Independente, Opty e Tenco. Antes de ingressar na Patria, Mafra fazia parte da AB-Inbev há 13 anos, onde iniciou sua carreira como trainee e ocupou cargos executivos seniores. O Sr. Mafra também foi CHRO e CFO da Totvs, desenvolvedora líder de soluções de negócios no Brasil e na América Latina, CEO de São Miguel e membro do conselho da Pixeon e 3Corações, empresa de café líder na América Latina. O Sr. Mafra é formado em Engenharia Elétrica pela UFMG e pós-graduado em Finanças Corporativas pela FGV e concluiu cursos de extensão no Insead e Harvard.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Maria Regina Ferreira Navarro - 016.939.478-62

A Sra. Maria Regina Ferreira Navarro é graduada em ciências biomédicas pela Universidade de Mogi das Cruzes (1977), com pós graduações em administração de negócios pela FGV (1996) e Smith College (2002). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de Assistente de Pesquisa e Desenvolvimento/Supervisor Garantia e Qualidade (1978 a 1988), Assessoria Técnica a Mercado (1988 a 1989), Representante técnico de vendas (1992 a 1994) Gerente de Desenvolvimento de mercado (1995 a 1997), Diretor de Unidade de Negócios (1997 a 1999), Diretor de Negócios Corporativos (2000 a 2002), Vice Presidente Regional (2003 a 2011), Conselheira Presidente do Setor de produtos médico-hospitalares (2007 a 2013) e Vice-Presidente Sênior (2012 a 2014) na Johnson & Johnson, acumulando 35 anos de experiência na referida empresa. Bem como exerceu o cargo de Presidente do Conselho Curador da Fundação Robert Wood Johnson (2010 a 2020), membro do Conselho Consultivo da Great Place to Work Brasil (desde 2014) e membro de Comissão de Governança Corporativa em Saúde no IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (desde 2014).

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Antônio Toledo Vieira - 064.402.958-70

José Antônio Toledo Vieira - 064.402.958-70

Formado em economia pela Fundação Armando Alvares Penteado (1190), realizou um MBA na Business School São Paulo (1998) e um Advanced Management Program for Senior Leaders na Harvard Business School (2018). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de Administrador de Marketing e Diretor de Marketing e Vendas de Primary Care na Novartis (1997 a 2000) e, posteriormente, como Presidente e Diretor da Divisão de Farmácias na Novartis. Exerceu o cargo de Presidente da AstraZeneca Pharmaceutical no Brasil (2002 a 2007) e na Austrália e Nova Zelândia (2007 a 2011) bem como Vice Presidente Global (2011 a 2013). Exerceu, ainda, o cargo de Presidente e Administrador Geral da AbbVie (2013 a 2015) e, desde 2018, passou a exercer o cargo de sócio operacional para Produtos de Healthcare verticais.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Leila Santos - 230.247.978-58

Formada em direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2010, com Certificado de Extensão em Contratos em Infraestrutura e direito contratual pela FGV (2014) e LLM em direito societário pelo Insper (2016). Possui ampla experiência profissional, tendo exercido o cargo de Advogada Junior no Cardillo & Prado Rossi – Sociedade de Advogados (2010 a 2011), Advogada Junior no FASV Advogados (2011 a 2012), Advogada corporativa no Digital Post Grupo Suzano (2012 a 2013), Advogada corporativa (2013 a 2016) e Coordenadora de Compliance (2016 a 2018) na Apsen Farmacêutica e, atualmente, exerce o cargo de Gerente Jurídico e Compliance na Elfa Medicamentos (desde 2018).

A Sra. Leila Santos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gabriel Farias Soares da Silva - 279.281.388-16

Gabriel Farias Soares da Silva - 279.281.388-16

O Sr. Gabriel Farias é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá de São Paulo e possui MBA pelo INSEAD Business School na França.

É responsável pela área de Planejamento Estratégico da Elfa, onde ingressou em 2019.

Atuou em áreas de planejamento estratégico, desenvolvimento de novos negócios e inteligência de mercado na Samsung Eletrônicos Global Coréia e América Latina entre os anos de 2008 e 2019.

Anteriormente trabalhou como consultor de estratégia corporativa e comercial na Accenture entre os anos de 1999 e 2007.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Michael Gordon Findlay - 259.745.188-70

O Sr. Michael Gordon Findlay é graduado em contabilidade pela Universidade Paulista em 2001 e em economia e administração pela Universidade de São Paulo em 1999. Possui ampla experiência profissional, tendo exercido os cargos de auditor (1995 a 2001) e administrador (2001 a 2004) na PricewaterhouseCoopers, bem como na Ambev, como especialista em contabilidade e relatórios (2004 e 2005), controlador regional do Brasil (2005 a 2007), administrador de relações com investidores (2007 a 2009) e Gerente de Orçamento e Desempenho Comercial (2009 a 2012). Exerceu, ainda, os cargos de Vice-Presidente de Orçamento e Desempenho Comercial (2012 a 2013), Vice-Presidente Global PMO (2014 a 2016) e Vice-Presidente da América Central (2016 a 2018) na Anheuser-Busch InBev. Atualmente, exerce o cargo de CFO na Elfa Medicamentos (desde 2018).

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Janaína Maluf Pichinin Pavan - 216.471.168-80

Janaína Maluf Pichinin Pavan - 216.471.168-80

Janaína Maluf Pichinin Pavan é advogada, formada em direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, tendo cursado pós graduação em Processo Civil pela PUC-SP e especialização em Mercado de Capitais pela FGV-SP. Possui mais de 15 anos de experiência acumulada em grandes escritórios de advocacia, empresas e fundos de investimentos. Atuou de 2002 a 2010 no TozziniFreire Advogados, nas áreas cível e de mercado de capitais. Durante o ano de 2008 foi foreign associate no Clifford Chance US LLP, em Nova York, na área de capital markets. Trabalha há 10 anos em conjunto com o Pátria Investimentos desenvolvendo diversas atividades, tendo sido gerente jurídica da Anhanguera Educacional S.A. de 2010 a 2012, Legal VP da área de private equity do Pátria Investimentos de 2012 a 2015 e consultora jurídica de assuntos estratégicos para diversas investidas dos fundos geridos pelo Pátria, tais como Alphaville Urbanismo, Natulab, Vincula, dentre outras, nos anos de 2015 a 2018. Desde 2018 é Diretora Jurídica e de Compliance do Grupo Elfa, membro do Comitê de Ética, do Comitê de Riscos e do Comitê de Crise da Elfa, esse último sempre que instalado.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi - 219.544.638-20

Formado em administração de negócios pela University of Bath, em 2003. Realizou como pós graduação, o Executive Education for Fast Growing Companies, Business Administration and Management General, na Stanford University Graduate School of Business. Possui ampla experiência profissional, tendo participado do Conselho de Administração de grandes empresas como Natulab Group (desde 2013), Farmácias Independente (desde 2016, Vincula (desde 2017). Desde 2011, vem exercendo diversos cargos no Pátria Investimentos, dentre os quais: Vice Presidente de Private Equity (2011 a 2012), Diretor de Private Equity (2012 a 2016) Administrador do Portfólio de Healthcare (2016 a 2019) e, em 2019, passou a ser sócio.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Aline Sueth da Silva Meijinhos - 816.930.609-49

Aline Sueth da Silva Meijinhos - 816.930.609-49

Graduada em química pela CEFET/RJ e em administração de empresas pela Estácio de Sá/RJ, com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Possui ampla experiência profissional, tendo atuado como executiva na Ambev por 16 anos, liderou e participou de projeto importantes, como o desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento do sistema de gestão da Ambev. Conquistou premiações importantes na Ambev como o 1º lugar no Programa e Excelência e o Título de Estrela em Gestão de Pessoas. Atualmente exerce o cargo de Diretora de Gente e Gestão do Grupo Elfa. Especializada em Gestão Corporativa Estratégica, Comportamento e Transformação Organizacional, por intermédio do engajamento das pessoas. Liderou por cinco anos seguidos o Grupo Elfa para premiação da Great Place to Work (GPTW).

A Sra. Aline Sueth não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Lilian Cristina Pacheco Lira - 134.741.188-70	
---	--

N/A	
-----	--

Alexandre Mafra Guimarães - 681.592.776-87	
--	--

Maria Regina Ferreira Navarro - 016.939.478-62

José Antônio Toledo Vieira - 064.402.958-70

José Antônio Toledo Vieira - 064.402.958-70

Lilian Cristina Pacheco Lira - 134.741.188-70

Leila Santos - 230.247.978-58

Gabriel Farias Soares da Silva - 279.281.388-16

Gabriel Farias Soares da Silva - 279.281.388-16

Michael Gordon Findlay - 259.745.188-70

Janaína Maluf Pichinin Pavan - 216.471.168-80

Janaína Maluf Pichinin Pavan - 216.471.168-80

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi - 219.544.638-20

Aline Sueth da Silva Meijinhos - 816.930.609-49

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019**Administrador do Emissor**

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi	219.544.638-20	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME	13.328.577/0001-79		
---	--------------------	--	--

Observação

O Sr. Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi é sócio-diretor do Pátria Investimentos Ltda., que presta serviços de gestão aos fundos de investimentos controladores da Companhia (Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME e Brazilian Private Equity Fund IV - FIPME). O Sr. Norberto não é controlador do Pátria Investimentos Ltda; tampouco o Pátria Investimentos Ltda. é controlador direto ou indireto da Companhia. O Sr. Norberto foi indicado pelo Pátria Investimentos Ltda. membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas pelos fundos de investimentos controladores da Companhia.

Administrador do Emissor

José Antônio Toledo Vieira	064.402.958-70	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME	13.328.577/0001-79		
---	--------------------	--	--

Observação

O Sr. José Antonio Toledo Vieira foi indicado pelo Pátria Investimentos Ltda. membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas pelos fundos de investimentos controladores da Companhia (Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME e Brazilian Private Equity Fund IV - FIPME). O Pátria Investimentos Ltda. presta serviços de gestão aos fundos de investimentos controladores da Companhia. O Sr. José Antonio Toledo Vieira não é controlador do Pátria Investimentos Ltda; tampouco o Pátria Investimentos Ltda. é controlador direto ou indireto da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor**

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi	219.544.638-20	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME	13.328.577/0001-79		
Diretor			

Sócio

Observação

O Sr. Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi é sócio-diretor do Pátria Investimentos Ltda., que presta serviços de gestão aos fundos de investimentos controladores da Companhia (Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME e Brazilian Private Equity Fund IV - FIPME). O Sr. Norberto não é controlador do Pátria Investimentos Ltda; tampouco o Pátria Investimentos Ltda. é controlador direto ou indireto da Companhia. O Sr. Norberto foi indicado pelo Pátria Investimentos Ltda. membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas pelos fundos de investimentos controladores da Companhia.

Administrador do Emissor

José Antônio Toledo Vieira	064.402.958-70	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME	13.328.577/0001-79		
---	--------------------	--	--

Observação

O Sr. José Antonio Toledo Vieira foi indicado pelo Pátria Investimentos Ltda. membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas pelos fundos de investimentos controladores da Companhia (Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME e Brazilian Private Equity Fund IV - FIPME). O Pátria Investimentos Ltda. presta serviços de gestão aos fundos de investimentos controladores da Companhia. O Sr. José Antonio Toledo Vieira não é controlador do Pátria Investimentos Ltda; tampouco o Pátria Investimentos Ltda. é controlador direto ou indireto da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor**

Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi Membro do Conselho de Administração.	219.544.638-20	Prestação de serviço	Controlador Direto
---	----------------	----------------------	--------------------

Pessoa Relacionada

Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME	13.328.577/0001-79		
---	--------------------	--	--

Observação

O Sr. Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi é sócio-diretor do Pátria Investimentos Ltda., que presta serviços de gestão aos fundos de investimentos controladores da Companhia (Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME e Brazilian Private Equity Fund IV - FIPME). O Sr. Norberto não é controlador do Pátria Investimentos Ltda; tampouco o Pátria Investimentos Ltda. é controlador direto ou indireto da Companhia. O Sr. Norberto foi indicado pelo Pátria Investimentos Ltda. membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas pelos fundos de investimentos controladores da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nos termos do artigo 15 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenados os membros de nosso conselho de administração, diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

O parágrafo 1º de referido artigo 15 de nosso Estatuto Social, descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976. Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade que serão firmados com os Beneficiários.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 15 de nosso Estatuto Social, caso seja o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados nos termos dos itens (i) a (iii) do parágrafo acima, o Beneficiário, além de não fazer jus ao recebimento de indenização pelas penalidades eventualmente impostas, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

As demais condições e limitações da indenização serão estabelecidas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do parágrafo 3º do artigo 15 de nosso Estatuto Social. Vale destacar que até a data deste Formulário de Referência não foi aprovado pelo nosso Conselho de Administração o referido modelo padrão de acordo de indenidade, de forma que não é possível informar as demais condições que ainda serão estabelecidas.

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 50.000.000,00. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R\$ 92.000,00 e o vencimento acontece em 22 de abril de 2021.

Por fim, a administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes de atração e retenção de bons administradores, que se sentem mais seguros ao assumir a gestão de uma empresa que oferece esse tipo de proteção. Além disso, promovem proteção adequada para que eles possam tomar decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil. Por fim, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**12.12 - Outras informações relevantes****Assembleias Gerais da Companhia**

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	22/11/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	29/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	29/05/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	08/08/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	26/09/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	09/11/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	19/12/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	12/04/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	17/05/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	27/03/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	09/04/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	07/08/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	15/09/2020	100%	NÃO

Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado, ao qual estamos em processo de adesão, é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Desde a sua criação, o Novo Mercado passou por revisões em 2006, 2011 e 2018.

Destacamos abaixo algumas das principais regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas, dentre outros:

- o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

- no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;
- instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);
- em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;
- o conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;
- a empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% ou 15% das ações em circulação (*free float*), neste último caso, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses;
- estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;
- elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com Partes Relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);
- divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e *press releases* de resultados e;
- divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

Além disto, aderimos voluntariamente várias práticas de governança corporativa recomendadas pelo CBGC publicado pelo Grupo de Trabalho Interagentes em 2016 e a partir de 2020, passaremos a divulgar anualmente o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa instituído pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017.

Dentre essas práticas, descritas ao longo deste Formulário de Referência, sendo algumas delas exigência do Regulamento do Novo Mercado, destacam-se as seguintes:

- as funções de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor não devem ser acumuladas pela mesma pessoa;

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

- nosso Conselho de Administração aprovou os seguintes documentos corporativos formais: (i) Código de Conduta; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (v) Política de Indicação de Administradores; (vi) Política de Remuneração de Administradores; (vii) Regimento Interno do Conselho de Administração; e (viii) Regimento Interno do Comitê de Auditoria Não-Estatutário;
- aderimos à Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de litígios envolvendo a Companhia e nossos administradores e acionistas;
- possuímos apenas ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto nas Assembleias Gerais;
- nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (tag-along);
- nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem de nossas ações ordinárias no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; e
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em 7 de agosto de 2020, e que pode ser consultada no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso *website* (www.grupoelfa.com.br/ri) e fisicamente no endereço da nossa sede.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, Membros dos Comitês, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores, alinhando-os aos interesses dos acionistas e estratégia da Empresa, através de metas de curto e de longo prazo.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitês

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso.

Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Os membros do Conselho de Administração poderão renunciar à remuneração que lhes sejam decorrentes do exercício da função.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa anual é um dos elementos da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Nossos diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica; (ii) Auxílio Moradia; (v) Vale Refeição; (vi) Ajuda de Custo para Mudança; e (vii) Seguro de Vida.

Os diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a nós oferecer retribuição pelo seu desempenho, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira e o alcance de nossas metas e objetivos.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia nos exercício sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como a previsão para o exercício de 2020. Os valores totais da remuneração correspondem a todas as parcelas, com os respectivos encargos reconhecidos no resultado do exercício social analisado, incluindo aquelas atribuídas a membros que não permaneceram até o fim do exercício, além dos valores de benefícios e pós-emprego, os quais estão contidos na parcela de remuneração fixa.

31 de dezembro de 2020	Remuneração Fixa ⁽¹⁾	Remuneração Variável ⁽²⁾	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	25,5%	54,8%	19,7%	100,0%

31 de dezembro de 2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	47,3%	20,0%	32,7%	100,0%

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

31 de dezembro de 2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	56,9%	0,0%	43,1%	100,0%

31 de dezembro de 2017	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Estatutária	49,9%	24,4%	25,7%	100,0%

1) A(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Fixa Anual engloba o valor do INSS Patronal e outros encargos reconhecidos no resultado.

(2) A(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Variável engloba o valor do INSS Patronal e outros encargos reconhecidos no resultado.

Com relação à Diretoria Estatutária, destaca-se que no exercício social de 2020 o percentual de remuneração variável considera o valor máximo previsto no plano de remuneração variável, ou seja, um atingimento máximo de todas as metas coletivas e individuais por todos os diretores estatutários. Nos demais exercícios sociais, o percentual considera o atingimento real (montante reconhecido no resultado). Adicionalmente, no exercício social de 2020 foi considerado o montante de remuneração variável adicional atrelado à concretização da abertura de capital e da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia, conforme descrito no item 13.1(g) deste Formulário de Referência.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A metodologia de cálculo da remuneração dos administradores da Companhia se baseará em práticas de mercado atreladas à necessidade de atração e retenção de profissionais essenciais para a consecução dos objetivos sociais e atividades desenvolvidas pela Companhia. A Companhia, por meio da Diretoria de Gente e Gestão com reporte para o Diretor Presidente, verifica e acompanha as práticas de mercado com base em pesquisas, utilizando ainda de comparações com empresas do mesmo setor e do mesmo porte da Companhia, podendo ainda utilizar critérios de regionalização. Não há metodologia fixa definida de reajuste de cada um dos elementos da remuneração previamente estabelecida pela Companhia. Eventuais reajustes de qualquer dos elementos da remuneração, a proposta é encaminhada para a Assembleia Geral de Acionistas e Conselho de Administração da Companhia para que deliberem sobre tal tema.

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo utilizadas em cada um dos elementos da remuneração dos administradores.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Analizamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

Com relação ao Conselho de Administração, vale destacar que, ao longo dos exercícios sociais de 2017, 2018, 2019 e 2020, a maior parte dos conselheiros (principalmente aqueles indicados pelo controlador) renunciaram ao recebimento de remuneração fixa. Não obstante, alguns membros do Conselho de Administração receberam outorgas de remuneração baseada em ações no período em que atuaram também como diretores estatutários relevantes da Companhia e/ou de suas subsidiárias, inclusive nas posições de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, razão pela qual o percentual de remuneração fixa versus a remuneração baseada em ações apresenta maior discrepância. Portanto, vale esclarecer que tais conselheiros não receberam remuneração baseada em ações por conta das suas atividades de conselheiro da Companhia, mas sim de diretores executivos da Companhia e subsidiárias.

(v) a existência de membros não remunerado pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com o mercado.

As bonificações, às quais são elegíveis os diretores, são calculadas com base na avaliação de critérios de desempenho. O EBITDA é utilizado como gatilho para elegibilidade do pagamento da bonificação pela Companhia, tendo sido definido o valor de 85% para o mínimo de atingimento para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e 90% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019. Este indicador também serve de base para determinar o múltiplo salarial máximo a ser implementado, considerando faixas de atingimento pré-definidas e o resultado apurado para o exercício.

Caso haja elegibilidade no pagamento de bonificação para o exercício em questão, os diretores recebem a remuneração variável de acordo com o atingimento de metas coletivas e metas individuais de performance.

As metas coletivas dos exercícios sociais de 2017, 2018, 2019 e 2020 foram construídas a partir de uma composição dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia, incluindo: (i) Caixa Gerado Pelas Atividades Operacionais (FCO), (ii) Receita Líquida de Devoluções e Descontos Concedidos (FLD), (iii) Margem Bruta (MB), (iv) Despesas Com Vendas, Gerais e Administrativas, Excluindo Depreciação e Amortização (SG&A), (v) Reversão/Provisão ao Valor Recuperável do Contas a Receber (PDD) e (vi) OTIF (*On Time, In Full*, que representa entrega dos produtos

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

distribuídos e comercializados pela Companhia dentro do prazo, na quantidade, qualidade e perfeito estado de conservação).

As metas individuais dos diretores são construídas anualmente de acordo com as prioridades da Companhia para aquele executivo naquele exercício, sendo que não há um padrão fixo de preponderância entre indicadores financeiros e operacionais na composição da remuneração variável dos membros da administração.

Dentre as metas individuais de diretores, podemos citar como exemplo metas atreladas a (i) faturamento e orçamento específicos de suas respectivas áreas ou unidades de negócio, (ii) indicadores de qualidade de atividades sob sua responsabilidade, (iii) implementação de projetos estratégicos, bem como atingimento de seus respectivos retornos esperados, e (iv) atendimento a requisitos de compliance e regulatórios.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores performance. Analisamos nossa performance e o desempenho de nossa Diretoria regularmente, de forma a acompanhar o atingimento das metas, da Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A nossa Política de Remuneração se alinha com os nossos interesses de curto, médio e longo prazo da seguinte forma: praticamos o benchmarking com o mercado, estimulamos a meritocracia através de avaliações periódica do desempenho e comportamento, atrelamos a diretoria as metas estratégicas, financeiras e operacionais, todas voltadas ao plano de negócios da empresa, através da definição das metas individuais.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Somos responsáveis pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da nossa administração. Na data deste formulário, não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data de 7 de agosto de 2020, em sede de reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado o montante adicional de R\$4.280.741,94 (dos quais R\$ 883.327,70 referentes a encargos) a título de remuneração variável destinado a determinados diretores estatutários da Companhia em função da concretização da abertura de capital e da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia ("Bonus Adicional do IPO"). Referido montante somente será pago pela Companhia se e quando tal oferta seja liquidada. O quadro constante do item 13.2 deste Formulário de Referência relativo ao exercício social corrente de 2020 já considera o montante previsto a título de Bonus Adicional do IPO.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado e desempenho individual.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange uma remuneração fixa mensal, recebida a título de pró labore. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da nossa Política de Remuneração, avaliando se a remuneração paga por nós condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	5,92		12,42
Nº de membros remunerados	2,00	5,17		7,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	381.260,00	3.178.175,00		3.559.435,00
Benefícios direto e indireto	0,00	486.652,00		486.652,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	99.127,00	840.846,00		939.973,00
Descrição de outras remunerações fixas	% INSS Patronal, % RAT e % Terceiros	Do montante total de R \$840.846,00 informado no campo "Outros", R\$ 829.229,54 corresponde a INSS, RAT, %terceiros e FAP (CLT) e R \$11.616,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.192.917,00		2.192.917,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	570.158,00		570.158,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Item Outros (acima) engloba: % INSS Patronal, % RAT e % Terceiros		
Pós-emprego	0,00	35.380,00		35.380,00
Cessação do cargo	0,00	2.000.640,00		2.000.640,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.514.496,00		4.514.496,00
Observação	O número de membros foi apurado pela média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros foi apurado pela média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	480.387,00	13.819.264,00		14.299.651,00

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,50		11,50
Nº de membros remunerados	1,00	4,50		5,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	189.541,00	1.916.150,00		2.105.691,00
Benefícios direto e indireto	0,00	391.025,00		391.025,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	49.281,00	545.939,00		595.220,00
Descrição de outras remunerações fixas	% INSS Patronal, % RAT e % Terceiros	Do montante total de R\$ 545,939 informado no campo "Outros", R\$ 507,747.04 corresponde ao INSS Patronal, %RAT, %terceiros e FAP (CLT), e R\$38.192.00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.158.690,00		2.158.690,00
Observação	O número de membros foi apurado pela média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros foi apurado pela média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	238.822,00	5.011.804,00		5.250.626,00

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,50	4,00		10,50
Nº de membros remunerados	2,00	4,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	31.160,00	1.609.381,00		1.640.541,00
Benefícios direto e indireto	0,00	202.288,00		202.288,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	8.102,00	461.339,00		469.441,00
Descrição de outras remunerações fixas	% INSS Patronal, % RAT e % Terceiros	Do montante total de R \$461.339,00 informado no campo "Outros", R\$427.018,97 corresponde ao INSS Patronal, %RAT, %terceiros e FAP (CLT), e R\$34.320,00 corresponde ao FGTS pago aos diretores contratados no regime de CLT.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	795.127,00		795.127,00
Participação de resultados	0,00	317.790,00		317.790,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.170.936,00		1.170.936,00
Observação	O número de membros foi apurado pela média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros foi apurado pela média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	39.262,00	4.556.861,00		4.596.123,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração variável prevista do Exercício corrente 31/12/2020 (Provisionado em 2020 e pago em 2021)				
Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,83	5,50	-	12,33
Nº de membros remunerados	0,00	4,42	-	4,42
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	367.313,14	-	367.313,14
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	9.771.368,42	-	9.771.368,42
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.087.285,63	-	4.087.285,63
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável do Exercício 31/12/2019 (Pago em 2020)				
Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,50	5,92	-	12,42
Nº de membros remunerados	0,00	4,33	-	4,33
Bônus	-			
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	676.863,33	-	676.863,33
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	4.364.720,00	-	4.364.720,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.368.633,33	-	2.368.633,33
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		2.192.917,00		2.192.917,00
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				

Remuneração variável do Exercício 31/12/2018 (Pago em 2019)				
Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	4,50	-	11,50
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	-	0,00
Bônus	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	71.043,06	-	71.043,06
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	1.300.530,01	-	1.300.530,01
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	556.258,34	-	556.258,34
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0.0	-	0.0
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	18.150,00	-	18.150,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	392.040,00	-	392.040,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	254.100,00	-	254.100,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0.0	-	0.0

Remuneração variável do Exercício 31/12/2017 (Pago em 2018)				
Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6.50	4.00	-	10.50
Nº de membros remunerados	0.00	4.00	-	4.00
Bônus	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	87.256	-	87.256
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	875.504	-	875.504
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	552.134	-	552.134
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	795.127	-	795.127
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	16.500	-	16.500
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	356.400	-	356.400
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	231.000	-	231.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	317.790	-	317.790

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais

Os planos de opção de compra de ações e de outorga de ações diferidas da Companhia são administrados pelo Conselho de Administração, observadas as disposições legais pertinentes e as específicas de cada programa.

Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações 2020

Em 7 de agosto de 2020, nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção"), o qual estabelece as condições gerais de outorga de opção de compra de ações ("Opções") aos Diretores, Gerentes e eventuais outros funcionários da Companhia ("Pessoas Elegíveis" e, após a efetiva outorga das Opções, "Participantes"), mediante celebração de Contratos de Opção entre a Companhia e os Participantes, o qual conterà: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; e (c) o prazo final para exercício das Opções. Os Contratos de Opções serão elaborados individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Até a data de 7 de agosto de 2020, a Companhia não havia aprovado um plano de opção ou programa formal, o Plano de Opção foi aprovado com o intuito de formalizar uma política de incentivo de longo prazo da Companhia ("Política"), a substituindo em todos os seus termos.

A Política visava estabelecer as diretrizes gerais dos incentivos em longo prazo baseados em ações da Companhia, sem a efetiva outorga de programas e, com base nela e nos convites feitos aos participantes, a Companhia contabilizava os seus efeitos até então. Não existem outros planos, programas ou políticas anteriores ao Plano de Opção.

Plano de Ações Diferidas 2020

Em 7 de agosto de 2020, nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram Plano de Ações Diferidas, o qual estabelece condições gerais de outorga de ações diferidas, mediante aprovação pelo Conselho de Administração de Programas de Ações Diferidas ("Programas"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de Ações Diferidas outorgadas, a distribuição das Ações Diferidas entre os Beneficiários, a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais do Plano de Ações Diferidas. O Conselho de Administração detém poderes para organizar e administrar, podendo contar com um comitê para assessorá-lo e poderá, a qualquer momento, estabelecer as regras aplicáveis a situações não tratadas no programa, desde que não altere ou afete negativamente, sem

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidos em quaisquer contratos relacionados ao plano.

(b) Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem como objetivo: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (c) mitigar conflitos de agenda e incrementar a geração de resultados sustentáveis.

O Plano de Ações Diferidas tem como objetivo estimular a melhoria da gestão da Companhia, conferindo aos respectivos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa, harmonizando e aperfeiçoando as relações entre a Companhia e seus acionistas.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os modelos de remuneração baseados em ações são formas de motivar seus beneficiários a (i) contribuir para o bom desempenho e a valorização de nossas ações, considerando que eles participam ativamente dos resultados de tal valorização; e (ii) atingirem os objetivos relevantes da companhia. Nesse sentido, a companhia alcança o objetivo dos modelos de remuneração baseados em ações envolvendo os beneficiários nas estratégias, projetos e resultados de longo prazo.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O modelo de remuneração baseados em ações do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Ações Diferidas está em conformidade com os princípios da Companhia, considerando que (i) vincula os beneficiários aos projetos, estratégias e resultados de longo prazo da Companhia; (ii) funciona como instrumentos de motivação do desenvolvimento individual e do comprometimento; e (iii) permite a retenção de colaboradores-chave, uma vez que o recebimento das ações ocorre no longo prazo.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os modelos de remuneração baseados em ações são ferramentas altamente eficientes de alinhamento dos interesses da Companhia aos de seus beneficiários, uma vez que, ao permitir que os beneficiários se tornem acionistas, estes são incentivados a agir como "proprietários" do negócio, alinhando, dessa forma, seus interesses com os dos acionistas. Além disso, esses modelos incentivam a retenção de colaboradores-chave da Companhia, considerando que, como regra geral, sair voluntariamente da Companhia acarreta a perda de todos os direitos não exercíveis relacionados à remuneração baseada em ações.

(f) Número máximo de ações abrangidas

O número total das ações abrangidas pelo Plano de Opção de Compra de Ações é de 14.755.800.

O Plano de Ações Diferidas consiste na outorga de ações da Companhia, limitado a uma quantidade máxima de até 5% (cinco por cento) do total de Ações em circulação (excluídas, portanto, as ações em tesouraria) da Companhia na data da publicação do Anúncio de Início da oferta pública inicial de ações da Companhia (ou seja, já considerando os efeitos da oferta primária).

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

No Plano de Opção, o número máximo de opções é de 14.755.800.

(h) Condições de aquisição de ações

No Plano de Opção, o Conselho de Administração definirá, em cada programa, o prazo a partir do qual a opção concedida aos participantes tornar-se-á potencialmente apta a exercício.

No Plano de Ações Diferidas, as ações serão entregues em três parcelas anuais a partir da outoga.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção de Compra de Ações

O preço de compra de cada Ação será definido no Contrato de Outorga, sendo o valor correspondente ao preço de exercício deverá ser corrigido pelo IPCA a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao que foi utilizado como referência para formação do preço de exercício

Plano de Ações Diferidas

No Plano de Ações Diferidas as ações serão entregues sem custo ao beneficiário.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Os prazos do Plano Operação de Compra de Ações e Plano de Ações Diferidas são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos participantes aos dos acionistas.

(k) Forma de liquidação

Para todas as modalidades de Programas de incentivo de Longo Prazo a forma de liquidação é física, com a entrega de ações.

(l) Restrições à transferência das ações

Plano de Opção

As opções objeto do Plano de Opção só poderão ser exercidas quando do atingimento de todas as condições de exercício que venham a ser impostas pelo Conselho de Administração, sendo certo que é uma condição de exercício a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia.

De acordo com o Plano de Opção, será resgatada, mediante pagamento em dinheiro aos participantes, uma quantidade das opções que já tiverem se tornado exercíveis no momento da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia equivalente ao mesmo percentual da participação societária vendida individualmente pelos acionistas Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia proporcionalmente à participação de tais fundos de investimento no capital da Companhia. O valor unitário de resgate da opção será equivalente à diferença entre o valor do preço da ação na oferta pública e os respectivos preços de exercício. As demais opções que já tiverem se tornado exercíveis na data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial, e que não tiverem sido resgatadas conforme parágrafo

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

anterior, serão liquidadas pela Companhia mediante a entrega de ações de sua emissão atualmente em tesouraria, mas sua negociação ficará restrita (lock up), ficando 50% (cinquenta por cento) liberadas após um período de 12 (doze) meses e o restante após 24 (vinte e quatro) meses, ambos contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública. As opções que ainda não exercíveis, serão liquidadas pela Companhia de acordo com as regras previstas no Plano de Opção, mas sua negociação ficará restrita (lock up) por um período de 12 (doze) meses da data da entrega das ações ao participante.

As ações que vierem a ser entregues e que estiverem sujeitas a lock up ficarão, total ou parcialmente, liberadas para negociação caso os acionistas Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Brazilian Private Equity V – Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia alienem ações de sua propriedade após a oferta pública inicial de ações da Companhia. A liberação será no percentual de ações alienadas por tais acionistas proporcionalmente à sua participação conjunta na Companhia após a liquidação da oferta pública inicial de ações da Companhia, já considerado eventuais exercícios de green shoe e hot issue.

Plano de Ações Diferidas

As ações adquiridas em conformidade com o Plano de Ações Diferidas só poderão ser negociadas passado um ano do vesting.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Para as duas modalidades de Planos existentes compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o plano. Toda e qualquer alteração dos programas, proposta pelo Conselho de Administração, deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral e, uma vez aprovada, somente poderá atingir as opções de compra de ações a serem outorgadas. Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção dos referidos programas está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção de Compra de Ações

Os casos de Desligamento dos Participantes, terão o seguinte tratamento:

Desligamento por parte da Companhia:

- as Opções que já tenham preenchido as Condições para *vesting* permanecerão válidas e continuarão de posse do Participante e poderão ser exercidas de acordo com os termos do Plano de Opções de Compra de Ações e do respectivo Contrato de Outorga; e

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

- as Opções que ainda não tenham preenchido as Condições para *vesting* poderão ser exercidas pelo Participante parcialmente, *pro rata* ao prazo de *vesting* decorrido em relação ao prazo original de atingimento das Condições de *vesting*.

Desligamento por parte do Participante:

- as Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou pagamento de qualquer valor ou indenização de qualquer natureza pela Companhia ao Participante.

Desligamento por falecimento ou invalidez permanente:

- as Opções que já tenham preenchido as Condições para *vesting* permanecerão válidas e continuarão de posse do Participante (ou dos sucessores do Participante) e poderão ser exercidas de acordo com os termos do Plano de Opções de Compra de Ações e do respectivo Contrato de Outorga; e

- as Opções que ainda não tenham preenchido as Condições para *vesting* poderão ser exercidas parcialmente pelo Participante (ou pelos seus sucessores), *pro rata* ao prazo de *vesting* decorrido em relação ao prazo original de atingimento das Condições de *vesting*.

Plano de Ações Diferidas

Os casos de Desligamento dos Participantes, terão o seguinte tratamento:

Desligamento Voluntário ou por Justa Causa:

- o Beneficiário terá o direito de receber todas as Ações Maduras no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da sua data de *vesting*; e

- todas as Ações Diferidas ainda Não Maduras restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Desligamento sem Justa Causa:

- o Beneficiário terá o direito de receber todas as Ações Maduras; no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da sua data de *vesting*; e

- o Beneficiário terá o direito de receber um número *pro rata* de Ações Diferidas que não estejam Maduras, proporcional ao prazo de *vesting* decorrido com relação à Parcela em curso, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da sua data de *vesting*.

Desligamento por morte ou invalidez permanente:

- o Beneficiário (ou seus sucessores) terá o direito de receber todas as Ações Maduras; no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da sua data de *vesting*; e

- o Beneficiário (ou seus sucessores) terá o direito de receber um número *pro rata* de Ações Diferidas que não estejam Maduras, proporcional ao prazo de *vesting* decorrido com relação à Parcela em curso, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da sua data de *vesting*.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**13.5 – Remuneração Baseada em Ações**

13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,83	5,50
Nº de membros remunerados	0,00	4,50
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$3,09
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		R\$4,91
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	1,01%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,50	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,17
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$2,63
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		R\$1,46
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	1,88%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,50
Nº de membros remunerados	-	4,42
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$1,73
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	1,40%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,50	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$1,73
(b) Das opções perdidas durante o exercício social		
(c) Das opções exercidas durante o exercício social		
(d) Das opções expiradas durante o exercício social		
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,90%

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Outorga de opções que produzirão efeitos no resultado do exercício social corrente (2020)**

	Conselho de Administração	Diretoria Corporativa			
Outorga de opções de compras de ações					
Data de outorga	-	01/01/2018	01/11/2018	01/01/2019	01/01/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	1.256.874	916.353	1.039.876	188.080
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	25% - 01/01/2019 25% - 01/01/2020 25% - 01/01/2021 25% - 01/01/2022 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/11/2019 25% - 01/11/2020 25% - 01/11/2021 25% - 01/11/2022 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/01/2020 25% - 01/01/2021 25% - 01/01/2022 25% - 01/01/2023 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/01/2021 25% - 01/01/2022 25% - 01/01/2023 25% - 01/01/2024 (sujeito às condições de exercício)
Prazo máximo para exercício das opções	-	15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.			
Prazo de restrição a transferência das ações	-	(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50% no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data (ii) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis			
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$2,35	R\$6,54	R\$7,15	R\$6,82

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Outorgas de opções que produziram efeitos no resultado do exercício social findo em 31/12/2019**

	Conselho de Administração		Diretoria Corporativa		
Outorga de opções de compras de ações					
Data de outorga	-	01/12/2015	01/01/2018	01/11/2018	01/01/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	721.690	1.256.874	916.353	1.039.876
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	25% - 01/12/2016 25% - 01/12/2017 25% - 01/12/2018 25% - 01/12/2019 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/01/2019 25% - 01/01/2020 25% - 01/01/2021 25% - 01/01/2022 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/11/2019 25% - 01/11/2020 25% - 01/11/2021 25% - 01/11/2022 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/01/2020 25% - 01/01/2021 25% - 01/01/2022 25% - 01/01/2023 (sujeito às condições de exercício)
Prazo máximo para exercício das opções	-	15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.			
Prazo de restrição a transferência das ações	-	(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data (ii) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.			
Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$2,85	R\$2,35	R\$6,54	R\$7,15

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Outorgas de opções que produziram efeitos no resultado do exercício social findo em 31/12/2018**

	Conselho de Administração	Diretoria Corporativa			
Outorga de opções de compras de ações					
Data de outorga	-	01/12/2014	01/12/2015	01/01/2018	01/11/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	1.476.395	721.690	1.256.874	916.353
Prazo para que as opções se tornem exercíveis		25% - 01/12/2015 25% - 01/12/2016 25% - 01/12/2017 25% - 01/12/2018 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/12/2016 25% - 01/12/2017 25% - 01/12/2018 25% - 01/12/2019 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/01/2019 25% - 01/01/2020 25% - 01/01/2021 25% - 01/01/2022 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/11/2019 25% - 01/11/2020 25% - 01/11/2021 25% - 01/11/2022 (sujeito às condições de exercício)
Prazo máximo para exercício das opções		15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida..			
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data (ii) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.			
Valor justo das opções na data da outorga		R\$1,78	R\$2,85	R\$2,35	R\$6,54

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Outorgas de opções que produziram efeitos no resultado do exercício social findo em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	
Outorga de opções de compras de ações			
Data de outorga	-	01/12/2014	01/12/2015
Quantidade de opções outorgadas	-	1.476.395	721.690
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	25% - 01/12/2015 25% - 01/12/2016 25% - 01/12/2017 25% - 01/12/2018 (sujeito às condições de exercício)	25% - 01/12/2016 25% - 01/12/2017 25% - 01/12/2018 25% - 01/12/2019 (sujeito às condições de exercício)
Prazo máximo para exercício das opções		15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.	
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data (ii) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.	
Valor justo das opções na data da outorga		R\$1,78	R\$2,85

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,83	5,50
Nº de membros remunerados	0,00	4,50
Opcoes ainda nao exerciveis		
Quantidade		1.234.330
Data em que se tornarão exercíveis		Até 2024
Prazo máximo para exercício das opções		15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.
Preço médio ponderado de exercício		R\$2,88
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$5.800.796
Opcoes exerciveis		
Quantidade		3.397.095
Prazo máximo para exercício das opções		Até 2022
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data
Preço médio ponderado de exercício		R\$2,88
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$15.964.816
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		R\$21.765.612

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,50	5,92
Nº de membros remunerados	0,00	5,17
Opcoes ainda nao exerciveis		
Quantidade		1.841.436
Data em que se tornarão exercíveis		Até 2023
Prazo máximo para exercício das opções		15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.
Preço médio ponderado de exercício		R\$3,09
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$8.059.224
Opcoes exerciveis		
Quantidade		2.805.543
Prazo máximo para exercício das opções		Até 2022
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data
Preço médio ponderado de exercício		R\$3,09
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$12.278.731
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		R\$20.337.955

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2018**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	4,50
Nº de membros remunerados	0,00	4,42
Opcoes ainda nao exerciveis		
Quantidade		1.208.187
Data em que se tornarão exercíveis		Até 2022
Prazo máximo para exercício das opções		15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.
Preço médio ponderado de exercício		R\$2.63
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$4.279.165
Opcoes exerciveis		
Quantidade		2.174.772
Prazo máximo para exercício das opções		Até 2022
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data
Preço médio ponderado de exercício		R\$2.63
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$7.269.411
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		R\$11.548.576

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,50	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Opcoes ainda nao exerciveis		
Quantidade		729.944
Data em que se tornarão exercíveis		Até 2022
Prazo máximo para exercício das opções		15 dias, após preenchidas todas as condições de exercício, as quais incluem a publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia, antes de tal fato, nenhuma opção, mesmo que atingido o prazo de exercício poderá ser efetivamente exercida.
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções que se tornarem exercíveis após a oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 12 meses após as opções se tornarem exercíveis.
Preço médio ponderado de exercício		R\$1,73
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$2.078.829
Opcoes exerciveis		
Quantidade		1.468.141
Prazo máximo para exercício das opções		Até 2022
Prazo de restrição a transferência das ações		(i) para as opções exercíveis e não liquidadas na oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia: 50%, no prazo de 12 meses contados da data da publicação do anúncio de início da oferta pública distribuição inicial de ações; 50% no prazo de 24 meses contados da mesma data
Preço médio ponderado de exercício		R\$1,73
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$4.181.165
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		R\$6.259.994

Em relação às informações indicadas neste item 13.6, esclarecemos que alguns membros da administração receberam remuneração baseada em ações devido aos cargos ocupados em subsidiárias da Companhia ou em razão de outras funções por eles exercidas. Logo, tal remuneração, nos termos da Instrução CVM nº 480/09 e do Ofício Circular CVM/SEP/N2/2020, não foi contemplada nas tabelas acima por não fazer jus aos órgãos estatutários da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções Exercidas ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº de membros	5,92	6,50
Nº de membros remunerados	5,17	0,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

Opções Exercidas ao final do exercício social encerrado em 31/12/2018	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº de membros	4,50	7,00
Nº de membros remunerados	4,42	0,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Opções Exercidas ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº de membros	4,00	6,50
Nº de membros remunerados	4,00	0,00
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
Ações entregues		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a. Modelo de precificação

A metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço das ações: O preço de exercício das opções equivale ao valor justo da Companhia no dia 1º de janeiro do ano data da respectiva outorga.

Preço de exercício: O preço de exercício das opções equivale ao valor justo da Companhia no dia 1º de janeiro do ano da data de outorga.

Volatilidade esperada: considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade histórica do Ibovespa.

Rendimento de dividendo esperado: o cálculo é baseado no plano de negócios atual, política de dividendos e no preço estimado da ação.

Taxa de juros livre de riscos: estimada com base na projeção da curva do CDI para a data de vencimento das opções.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia estima o prazo das opções com base na expectativa de evento de liquidez.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade histórica do Ibovespa.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**13.9 – Participações Detidas por Órgão**

Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Órgão	Ações	
	Número	%
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	5,92	4,50	4,00	6,50	7,00	6,50	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,17	4,50	4,00	2,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	3.462.125,00	1.214.339,00	1.719.399,00	248.070,00	238.822,00	39.262,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	1.150.735,00	606.159,00	600.404,00	232.317,00	238.822,00	39.262,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	2.674.969,00	1.113.734,00	1.139.215,00	240.194,00	238.822,00	39.262,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2
31/12/2018	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2
31/12/2017	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2

Conselho de Administração	
31/12/2019	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2
31/12/2018	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2
31/12/2017	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2

Conselho Fiscal	
-----------------	--

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos pré-acordados atualmente para indenização de administradores em caso de aposentadoria ou destituição de cargos. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela de cessação do cargo a esses Diretores.

Apesar de nosso estatuto social conter previsão de possibilidade de contratos de indenidade, até a presente data não há contratos efetivamente formalizados.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 - Percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	N/A

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Exercício encerrado em 31/12/2019

Item / Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração a membros paga por qualquer razão que não a função que ocupam:	4.464.008,72	-	-
Diretoria não estatutária da Companhia (1)	4.464.008,72	-	-

Exercício encerrado em 31/12/2018

Item / Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração a membros paga por qualquer razão que não a função que ocupam:	506.669,18	-	-
Diretoria não estatutária da Companhia	506.669,18	-	-

Exercício encerrado em 31/12/2017

Item / Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração a membros paga por qualquer razão que não a função que ocupam:	492.277,27	-	-
Diretoria não estatutária da Companhia	492.277,27	-	-

1) Remuneração de administradores reportada engloba o valor do INSS Patronal reconhecido no resultado

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Valores englobam INSS Patronal reconhecido no resultado na Companhia.

Informamos que os montantes apresentados nas tabelas abaixo deste item 13.15 do Formulário de Referência dizem respeito a pagamentos realizados a membros da diretoria estatutária e do conselho de administração da Companhia, que em determinados exercícios também foram diretores estatutários de subsidiárias da Companhia, e receberam parte de sua remuneração fixa e variável pelos serviços realizados em tais empresas. Portanto, os serviços prestados que motivaram tais pagamentos dizem respeito única e exclusivamente às suas atividades como executivos.

Exercício social 31/12/2020 remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	229.318	304.890		534.208
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 31/12/2019 remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	413.591	1.261.203	-	1.674.794
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Exercício social 31/12/2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	398.036	900.900	-	1.298.936
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 31/12/2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	481.962	1.385.223	-	1.867.185
Sociedade sob controle comum	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras informações relevantes

Em 7 de agosto de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a remuneração global da administração para o exercício social de 2020, no montante de R\$18.420.632,77, que inclui as remunerações fixa e variável conforme descritas acima.

Em relação às informações indicadas no item 13.6, esclarecemos que alguns membros da administração receberam remuneração baseada em ações devido aos cargos ocupados em subsidiárias da Companhia ou em razão de outras funções por eles exercidas. Logo, tal remuneração, nos termos da Instrução CVM nº 480/09 e do Ofício Circular CVM/SEP/N2/2020, não foi contemplada nas tabelas acima por não fazer jus aos órgãos estatutários da Companhia.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1 - Descrições dos recursos humanos****(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

As informações do presente item referem-se a dados consolidados, contemplando a Companhia e suas controladas.

Atividade	30/06/2020					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária	1	7		14	1	23
Diretoria não estatutária		3		1		4
Coordenador/Especialista	14	38		25	5	82
Gerente	16	18		48	2	84
Operacional	237	435	14	483	51	1220
Total	268	501	14	571	59	1413

Atividade	31/12/2019					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária		8		5	2	15
Diretoria não estatutária		3				3
Coordenador/Especialista		31		14	3	48
Gerente		14		23		37
Operacional		269	13	122	17	421
Total		325	13	164	22	524

Atividade	31/12/2018					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária		3		4		10
Diretoria não estatutária		6				6
Coordenador/Especialista		26		15		41
Gerente		12		16		28
Operacional		183		105		288
Total		230		140		370

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2017					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária		4				4
Diretoria não estatutária		4		1		5
Coordenador/Especialista		17		16		33
Gerente		10		14		24
Operacional		134		116		250
Total		169		147		316

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/06/2020					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária						
Diretoria não estatutária						
Gerente						0
Operacional	37	17	1	31	5	91
Total	37	17	1	31	5	91

Atividade	31/12/2019					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária						0
Diretoria não estatutária						0
Gerente						0
Operacional	2	15		5	3	25
Total	2	15		5	3	25

Atividade	31/12/2018					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária						0
Diretoria não estatutária						0
Gerente						0
Operacional		18		6	3	27
Total		18		6	3	27

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2017					
	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Diretoria estatutária						
Diretoria não estatutária						
Gerente						
OPERACIONAL	2	11		1	3	17
Total	2	11	0	1	3	17

(c) Índice de rotatividade

30/06/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
4,0%	13,0%	9,0%	7,0%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Concedemos, ainda, ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho de cada colaborador com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

Adicionalmente à remuneração fixa, adotamos o Programa de PLR, atrelado ao cumprimento das metas orçamentárias e operacionais. O Programa de PLR abrange funcionários, entendidos como aqueles contratados nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, excluídos os empregados temporários, diretores estatutários sem vínculo CLT, estagiários e jovens aprendizes, prestadores de serviços e terceirizados.

A base de cálculo para PLR é o salário base do mês de dezembro dos funcionários, com exceção dos funcionários que recebem premiação, caso em que se considera o salário base do mês de dezembro mais a média da premiação do ano vigente ao PLR. Os múltiplos salariais atualmente aplicáveis para pagamento de PLR são definidos através de Grupos, que tem sua composição de cargos conforme a seguir: Grupo 1 – Diretores; Grupo 2 – Gerentes; Grupo 3 – Coordenadores, Farmacêuticos, Especialistas, Consultores Demanda, Consultor Técnico, Assessor, Consultor Comercial e Grupo 4 – demais colaboradores.

(b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

- (i) Plano de Assistência Médica;
- (ii) Vale Refeição;
- (iii) Vale Transporte ou Combustível;
- (iv) Estacionamento;
- (v) Ajuda de Custo Moradia; e
- (vi) Seguro de Vida.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Em 2020, será implementado nosso plano de opções de compra de ações, que foi aprovado em 7 de agosto de 2020 e cujos detalhes estão descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

A Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, sem histórico de greve ou paralizações.

Segue lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

COMÉRCIO
SIND E VEND DO COM PROP P VEND DE P D E GO
SIND EMP VEND VIAJ COM PROP PROP VEND VEND PROD FARM MS E MT
SIND PRAT FARM EMPREG COM DROGAS MEDIC PROD FARM
SIND PRAT FARM EMPREG COM DROGAS MEDIC PROD FARM EST-GO
SINDEC - SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DO ESTADO DO RS
SINDECAT/DF - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO ATACADISTA DO DISTRITO FEDERAL
Sindicato do Com Varej de Prod Farm do Est do PR
Sindicato do Com Varej de Prod Farm do Est do RGS
SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE CAMPO GRANDE
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FLORIANÓPOLIS - SC
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CUIABA
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CURITIBA
Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis
Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza
Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DO RECIFE
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO E SERVICOS DO ESTADO DO PARA
SINPRAFARMA SP
SINPRAFARMA/MG
Sindicato dos Empregados no Comércio Atacadista e Varejista de Farmacias, Drogarias, Farmacias de Manipulação, Homeopáticos, Alopáticos, Essenciais, Florais e Produtos Naturais, Distribuidoras de Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de Ribeirão Preto (Sincamesp)
Sindicato dos Empregados no Comércio de Franco da Rocha e Região (Sincamesp)
Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana (Fecomercio MG)
Sindicato do Comércio de SP (Sincamesp)
Sindicato dos Empregados no Comércio do DF (Sindicato do Comércio Varejista do DF)
Sindicato dos Empregados no Comércio da Cidade do Salvador (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia)
Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado do Espírito Santo (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo)
Sindicato dos Empregados no Comercio de Fortaleza (Sind. Com. Atac. De Generos Alimenticios do Est. Do Ceara)
Sindicato dos Empregados de Agendes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de SP

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

FARMACEUTICO
SINDFAR - SINDICATO DOS FARMACEUTICOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA
SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DE BELEM
SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DE BRASILIA
SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DO ESTADO DA PARAIBA
SINDICATO DOS FARMACEUTICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO
SINDICATO DOS FARMACEUTICOS NO EST DO RIO GRANDE DO SUL
SINDICATO DOS FARMACEUTICOS NO ESTADO DE GOIAS
Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Ceará
SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DO PARANÁ
SINDICATO OS FARMACEUTICOS NO ESTADO DE SP
Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de SP (Sincamesp)
Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêutico de Minas Gerais (Fecomercio MG)
Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de SP (Sincamesp)
Sindicato dos Farmacêuticos de Brasília (Sincofarma - DF)
Sindicato de Farmacêuticos do Comércio de Medicamentos e Produtos Farmacêuticos e distribuidoras de correlatos no Estado da Bahia
Sindicato dos Farmaceuticos no Estado do Ceara (Sin. Do Com. Varej. Produ. Farm. Do Estado do Ceara)
MOTORISTAS
Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores nas empresas de transporte urbanos, passageiros, fretamento, cargas secas, destilarias de alcool, fazendas, industria e comércio, intermunicipal, interestadual de Ribeirão Preto e região (Sinditrans)
Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do ramo de Transporte de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região (SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA DE SAO PAULO E REGIAO)
Sindicato dos Condutores em Transporte de Cargas Próprias de SP (Sincamesp)
VENDEDOR VIAJANTE
Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de SP (Sincamesp)
Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comercio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de MG (Fecomercio MG)
MOTOCICLISTA
Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas e Ciclistas de MG (Fecomercio MG)
ENFERMEIROS
Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia (Sindhosba)
Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saude do Estado do Ceara (Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Ceara)

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 07/08/2020

10.000.000	0,000	0	0,000	10.000.000	0,000
------------	-------	---	-------	------------	-------

Adriana Gadelha Félix Maia

437.306.473-34	Brasil-CE	Sim	Não		
3.259.743	0,715	0	0,000	3.259.743	0,715

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Alexandre Gadelha Félix

285.427.543-87	Brasil-CE	Sim	Não		
3.259.743	0,715	0	0,000	3.259.743	0,715

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Aline Gadelha Félix Barros

618.219.773-00	Brasil-CE	Sim	Não		
3.259.743	0,715	0	0,000	3.259.743	0,715

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Brazilian Private Equity IV – Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia						
13.328.665/0001-70	Brasil-SP	Sim	Sim	30/06/2020		
6.810.064	1,494	0	0,000	6.810.064	1,494	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia						
20.930.479/0001-72	Brasil-SP	Sim	Sim	30/06/2020		
78.166.378	17,153	0	0,000	78.166.378	17,153	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Cláudia Gadelha Félix						
443.127.093-00	Brasil-CE	Sim	Não			
3.259.743	0,715	0	0,000	3.259.743	0,715	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Edalmo Leite Fernandes de Assis					
059.684.883-87	Brasil-PB	Sim	Não		
6.338.679	1,391	0	0,000	6.338.679	1,391
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Elmo Lopes Fernandes de Assis					
028.689.684-22	Brasil-PB	Sim	Não		
6.865.249	1,507	0	0,000	6.865.249	1,507
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Evelyn Assis Mendonça					
049.159.934-00	Brasil-PB	Sim	Não		
950.801	0,209	0	0,000	950.801	0,209
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Guerino Anizelli Neto					
030.138.889-03	Brasil-GO	Sim	Não		
918.781	0,202	0	0,000	918.781	0,202
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Henrique Almeida Anizelli					
053.206.439-93	Brasil-GO	Sim	Não		
494.727	0,109	0	0,000	494.727	0,109
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Kamila Ribeiro de Castro Branquinho					
042.023.951-07	Brasil-GO	Sim	Não		
4.699.914	1,031	0	0,000	4.699.914	1,031
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Karla Ribeiro de Castro Branquinho					
702.696.101-20	Brasil-GO	Sim	Não		
17.456.821	3,831	0	0,000	17.456.821	3,831
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Livia Gadelha Felix Pádua					
619.199.693-49	Brasil-CE	Sim	Não		
3.259.743	0,715	0	0,000	3.259.743	0,715
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Luis Renato Guimarães Liveri					
113.323.198-58	Brasil-SP	Sim	Não		
264.277	0,058	0	0,000	264.277	0,058
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luiz Felipe de Castro Branquinho						
042.023.981-22	Brasil-GO	Sim	Não			
4.699.914	1,031	0	0,000	4.699.914	1,031	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Maria Auxiliadora Gadelha Félix Nolasco Lopes						
286.204.453-91	Brasil-CE	Sim	Não			
3.259.743	0,715	0	0,000	3.259.743	0,715	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – FIPME						
13.328.577/0001-79	Brasil-SP	Sim	Sim	30/06/2020		
308.470.651	67,694	0	0,000	308.470.651	67,694	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TOTAL					
465.694.714	100,000	0	0,000	465.694.714	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/09/2020
Quantidade acionistas pessoa física	15
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	3

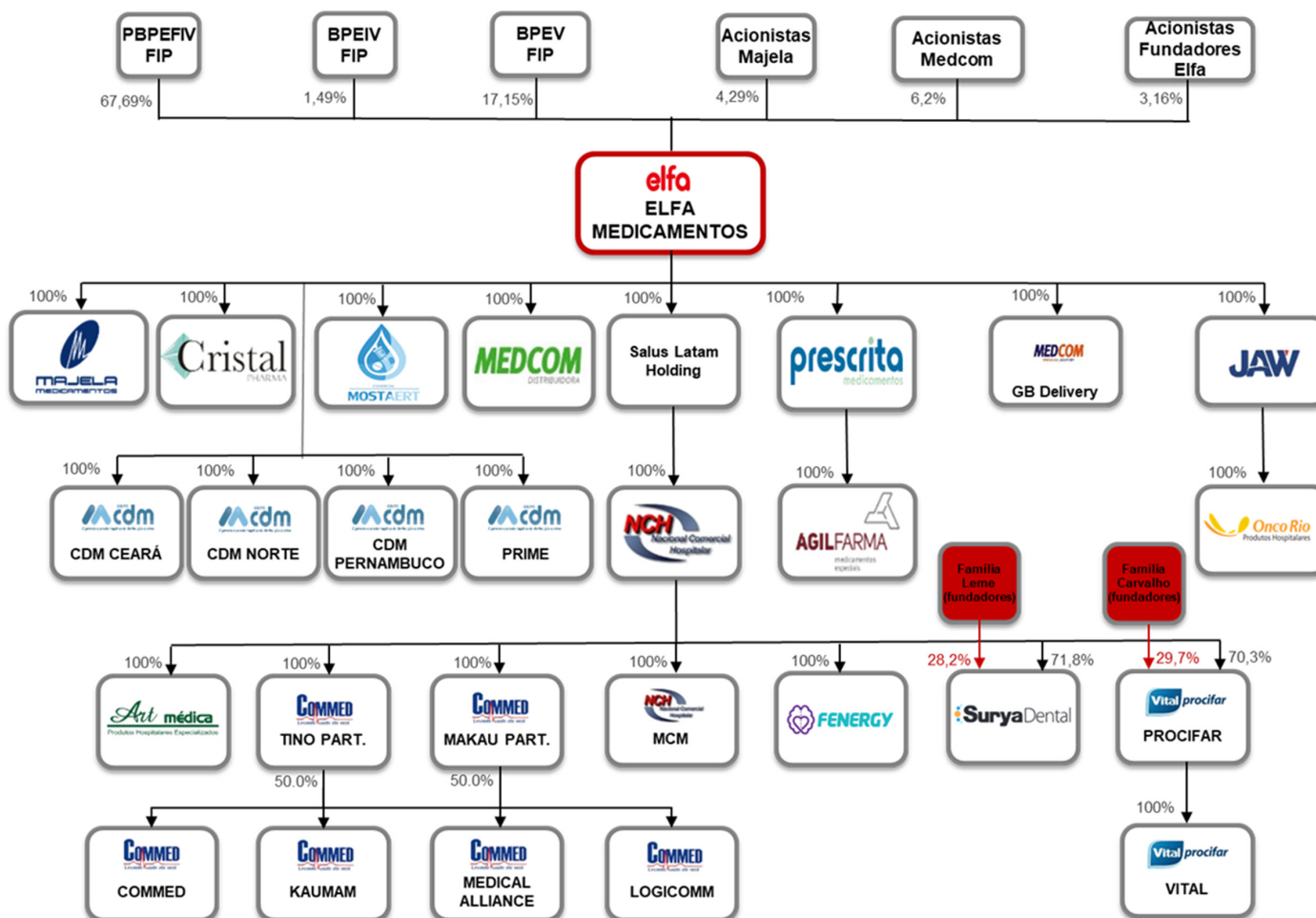
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	62.247.621	13,660%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	62.247.621	13,660%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Na data deste Formulário de Referência, possuímos 1 (um) acordo de acionistas vigente e arquivado na sede da Companhia, do qual os acionistas controladores são parte ("Acordo de Acionistas").

(a) Partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Elmo Lopes Fernandes de Assis ("Elmo"); (ii) Edalmo Leite Fernandes de Assis ("Edalmo"); (iii) Evelyn Assis Mendonça ("Evelyn"); (iv) Luis Renato Guimarães Liveri ("Luis Renato", em conjunto com Elmo, Edalmo e Evelyn, os "Acionistas Fundadores"); (v) JMV Participações e Gestão de Bens S.A. ("JMV"); (vi) Karla Ribeiro de Castro Branquinho ("Karla"); (vii) Guerino Anizelli Neto ("Neto"); (viii) Kamila Ribeiro de Castro Branquinho ("Kamila"); (ix) Luiz Felipe de Castro Branquinho ("Luiz Felipe"); (x) Henrique Almeida Anizelli ("Henrique", em conjunto com Karla, Neto, Kamila e Luiz Felipe, os "Acionistas Medcom" e, juntamente com os Acionistas Fundadores e JMV, os "Acionistas Minoritários"); (xi) Patria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("PBPEF"); (xii) Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BPEF" e, em conjunto com PBPEF, os "Fundos"); (xiii) Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("BPEV"); ainda, como partes intervenientes anuentes, (xiv) Elfa Medicamentos S.A. ("Companhia"); (xv) Cláudia Gadelha Félix ("Cláudia"); (xvi) Livia Gadelha Félix Pádua ("Livia"); (xvii) Adriana Gadelha Félix Maia ("Adriana"); (xviii) Aline Gadelha Félix Barroso ("Aline"); (xix) Alexandre Gadelha Félix ("Alexandre"); (xx) Maria Auxiliadora Gadelha Félix Nolasco Lopes ("Maria Auxiliadora" e, em conjunto com, Cláudia, Livia, Adriana, Aline e Alexandre, os "Acionistas Majoritários JMV"); e (xxi) João Félix de Majela Filho ("Sr. Majela").

(b) Data de celebração

O Acordo de Acionistas da Companhia foi celebrado em 30 de junho de 2020.

(c) Prazo de vigência

O Acordo de Acionistas tem prazo de 20 (vinte) anos contados de 22 de dezembro de 2014, podendo ser automaticamente renovado por períodos sucessivos de 20 (vinte) anos caso não seja denunciado por qualquer das partes até 6 (seis) meses antes de seu término.

Em caso de uma Oferta Pública de Ações da Companhia, o Acordo de Acionistas será rescindido, a partir da data em que for publicado o anúncio de início de distribuição.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sujeitam-se ao Acordo de Acionistas as ações ordinárias detidas pelos Acionistas que estejam expressamente vinculadas ao Acordo de Acionistas ("Ações Vinculadas").

Os Acionistas Fundadores atuarão sempre em conjunto no exercício de seus direitos ("Bloco Fundadores"), representados, exclusivamente, pelo acionista Elmo ("Representante dos Fundadores"), exceto com relação às matérias relativas à Transferência de Ações, nas quais cada um dos Acionistas Fundadores atuará individualmente.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Caso as Acionistas Majoritários JMV passem a deter as ações da Companhia de titularidade de JMV, os Acionistas Majoritários JMV atuarão sempre em conjunto no exercício de seus direitos (“Bloco JMV”), representados, exclusivamente, pelo Sr. Majela (“Representante da JMV”), exceto com relação às matérias relativas à Transferência de Ações, nas quais cada um dos Acionistas Majoritários JMV atuará individualmente.

Os Acionistas Medcom atuarão sempre em conjunto no exercício de seus direitos (“Bloco Medcom”), representados, exclusivamente, pelo acionista Luiz Felipe (“Representante dos Fundadores”), exceto com relação às matérias relativas à Transferência de Ações, nas quais cada um dos Acionistas Medcom atuará individualmente.

Os Fundos atuarão sempre em conjunto, no exercício de seus direitos como se fossem um único acionista (“Bloco Fundos”), inclusive com relação às matérias relativas à Transferência de Ações.

Enquanto os Acionistas Fundadores, JMV, os Acionistas MedCom ou o BPEV detiverem, participação igual ou superior a 4% (quatro por cento) do capital social da Companhia, as seguintes matérias estão condicionada ao voto favorável de tais: (i) alteração do Estatuto Social que implique alteração nas regras de assembleia geral, redução da competência do Conselho de Administração ou dos direitos concedidos no âmbito do Acordo, modificação do dividendo mínimo obrigatório, alteração no objeto social ou fixação de exercício social distinto do calendário civil; (ii) aumento de capital ou criação de novas ações, exceto (1) se tal aumento for dentro do limite do capital autorizado ou de acordo com regras pré-estabelecidas no Acordo; (2) aumentos ou reduções de capital feitos pela Companhia em qualquer subsidiária; e (3) aumentos relacionados a ofertas públicas da Companhia; (iii) redução de capital de forma desproporcional, resgate, recompra ou amortização de ações de forma desproporcional; (iv) modificação nas características, direitos, preferências ou vantagens das ações ordinárias da Companhia ou de suas subsidiárias, incluindo distribuição desproporcional de dividendos das subsidiárias; (v) emissão de valores mobiliários conversíveis em ações pela Companhia ou suas subsidiárias, exceto se de acordo com o item (ii) acima; (vi) transformação de tipo societário, exceto de certas subsidiárias; (vii) incorporação, fusão ou cisão da Companhia ou de suas subsidiárias ou incorporação de ações por outra sociedade na qual seja adotada relação de substituição diferente entre os acionistas; (viii) dissolução ou liquidação da Companhia ou de suas subsidiárias, nomeação e destituição de liquidantes, cessação do estado de liquidação ou apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de autofalência; (ix) aprovação de plano de oferta de ações ou opções de compra de ações para a administração, exceto conforme previsto no Acordo.

Os acionistas se comprometeram a não exercer seus respectivos direitos de voto múltiplo e de votação em separado nos termos do artigo 141 da Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente, enquanto tiverem direito de nomear membro do Conselho de Administração, os Acionistas Fundadores e os Acionistas Medcom se obrigam a não exercer a prerrogativa de requerer a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades Anônimas.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Enquanto os Acionistas Fundadores detiverem participação igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia, terão o direito de indicar pelo menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração.

Caso a participação detida pelos Acionistas Fundadores seja inferior a 15% (quinze por cento) do Capital da Companhia e igual ou superior a 4% (quatro por cento), os Acionistas Fundadores não terão o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração.

Caso a participação detida pelos Acionistas Fundadores seja inferior a 4% (quatro por cento) do capital social a Companhia, os Acionistas Fundadores terão assegurado o direito de indicar qualquer membro do Conselho de Administração.

Os Acionistas Medcom terão direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração enquanto detiverem participação igual ou superior a 4% (quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia ou, caso venham a deter participação inferior, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados de 9 de abril de 2020.

O BPEV terá direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração enquanto detiverem r participação igual ou superior a 4% (quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia ou, caso venha a deter participação inferior, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados de 30 de junho de 2020. Os Acionistas Medcom devem eleger o Sr. Luiz Felipe ou em caso de impedimento deste, um conselheiro independente, a ser escolhido mediante uma lista tríplice, sujeito a execução específica em caso de descumprimento.

Adicionalmente, os demais membros do Conselho de Administração da Companhia e seu presidente serão indicados pelos Acionistas representando a maioria do capital social total e votante da Companhia.

Caso os Acionistas Fundadores passem, a qualquer tempo, a deter participação inferior a 4% (quatro por cento) do capital social total e votante da Companhia, os membros do Conselho de Administração da Companhia até então eleitos pelos Acionistas Fundadores passarão a ser eleitos e destituídos pelo voto afirmativo de Acionistas representando a maioria do capital social total e votante da Companhia

Caso os Acionistas Fundadores passem, a qualquer tempo, a deter participação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social total e votante da Companhia e os Fundos passem a deter, em conjunto, participação menor do que 50% (cinquenta por cento) do capital social total e votante da Companhia, os direitos atualmente conferidos aos Fundos neste Acordo passarão a ser detidos pelos Acionistas Fundadores e vice-versa.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

No caso de qualquer Acionista Minoritário (“Acionista Ofertante”) desejar alienar suas ações e receber uma proposta (“Proposta”) por escrito de um terceiro (“Proponente”), o Acionista Ofertante notificará por escrito (“Aviso”) os Fundos e o BPEV (“Acionistas Ofertados”), com cópia para a Companhia (“Ações Ofertadas”).

Os Acionistas Ofertados terão direito de preferência (“Direito de Preferência”) na aquisição da totalidade das Ações Ofertadas, nos termos e condições da Proposta. Na hipótese de os Fundos receberem uma proposta de qualquer Acionista Minoritário ou de Terceiros para aquisição de suas ações, e os Fundos decidirem aceitar a proposta, os Fundos deverão notificar os Acionistas Minoritários e o BPEV, com cópia para a Companhia, os quais terão o direito de exigir que a alienação das referidas ações englobe, no todo ou em parte, as ações detidas por cada um deles (“Direito de Venda Conjunta”). Caso a transferência não implique em alteração de controle da Companhia, os Acionistas Minoritários e o BPEV poderão optar por exercer seu Direito de Venda Conjunta proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia. Em caso de transferência de controle da Companhia, os Acionistas Minoritários e o BPEV poderão optar por exercer seu Direito de Venda Conjunta proporcional ou exigir que a totalidade das suas ações também seja alienada.

Caso os Fundos obtenham uma oferta de qualquer dos Acionistas Minoritários, do BPEV ou de um terceiro, para aquisição da totalidade das ações de titularidade dos Fundos por um preço mínimo determinado no Acordo de Acionistas, os Fundos poderão exigir que os demais Acionistas Minoritários e o BPEV também alienem a totalidade de sua participação no capital social da Companhia (“Direito de Obrigar a Venda”). Em caso de inadimplemento dos Acionistas Minoritários ou do BPEV de transferir suas ações após o exercício pelos Fundos do Direito de Obrigar a Venda, os Fundos terão ainda uma opção de compra das ações do acionista inadimplente (“Opção de Compra por Inadimplemento”).

Não obstante tudo o acima, serão permitidas as transferências de ações (“Transferências Permitidas”): (i) no âmbito do Plano de Opção da Companhia; (ii) efetuadas entre os Acionistas e suas Afiliadas, desde que tais Afiliadas expressamente adiram a todos os termos e condições do presente Acordo; (iii) em decorrência de uma oferta pública de distribuição de ações; (iv) em quotas de emissão dos Fundos, BPEV ou seus sucessores (ou a realização de qualquer reorganização ou reestruturação societária envolvendo os Fundos, BPEV ou seus sucessores, incluindo, sem limitação, cisão, incorporação ou fusão envolvendo os Fundos, BPEV); (v) de qualquer Afiliada dos Fundos, BPEV ou de seus sucessores que detenha ou venha a deter participação na Companhia; (vi) quaisquer transferências de Edalmo, Evelyn e Luis Renato para quaisquer dos demais Acionistas Fundadores, e entre qualquer Acionista Minoritário e os Fundos; (vii) na totalidade das Ações dos Acionistas Medcom à Companhia, em decorrência do exercício da Opção de Venda.

Para ficar claro, as vedações de transferências aqui descritas não se aplicam às ações transferidas no âmbito de uma eventual oferta pública de distribuição de ações.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas


Não há disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

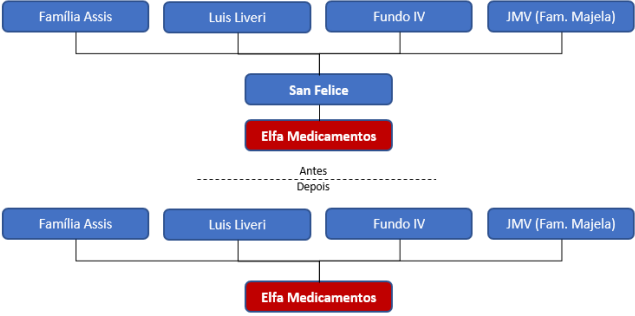
15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**15.7 - Principais operações societárias ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**

a) evento	Incorporação da Elfa Participações e Administração S.A. (" Elfa Participações ") pela San Felice Participações S.A. (" San Felice ")
b) principais condições do negócio	Em 31 de outubro de 2017, foi aprovada a incorporação da Elfa Participações pela San Felice, o que resultou no aumento de capital de R\$ 8.330 mil mediante emissão de 10.537.106 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 0,7906107756 por ação.
c) sociedades envolvidas	Elfa Participações e San Felice
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação, a Elfa Participações deixou de existir e a San Felice passou a deter ações da Companhia diretamente.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	 <p>San Felice</p> <p>Elfa Participações</p> <p>Elfa Medicamentos</p> <p>----- Antes Depois</p> <p>San Felice</p> <p>Elfa Medicamentos</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Majela Medicamentos Ltda. (“Majela”) pela San Felice
b) principais condições do negócio	<p>Em 31 de outubro de 2017, a Elfa Participações (sucedida pela San Felice, sucedida, por sua vez, pela Companhia) celebrou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das quotas de emissão da Majela, pelo preço de R\$ 166.760 mil.</p> <p>A Majela atua na distribuição de medicamentos primordialmente na região Nordeste.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista; e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Elfa Participações, San Felice e Majela
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a aquisição, a San Felice passou a deter a totalidade das quotas da Majela,
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral.
f) quadro societário antes e depois da operação	<p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição da Majela. Antes da operação, Família Assis, Luis Liveri e Fundo IV são acionistas da San Felice, que detém a Elfa Medicamentos. Depois da operação, a estrutura permanece a mesma, mas com a adição da JMV (Fam. Majela) como acionista da San Felice.</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Incorporação da San Felice pela Companhia
b) principais condições do negócio	Em 29 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação da San Felice pela Companhia, o que resultou no aumento de capital de R\$ 194.619 mil mediante emissão de 127.478.142 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R\$ 194.61 mil.
c) sociedades envolvidas	San Felice e Companhia
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação, a San Felice deixou de existir e o sócios da San Felice (i.e. Fundos IV e JMV) passaram a deter as ações da Companhia diretamente.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da incorporação da San Felice. No topo, há quatro entidades: Família Assis, Luis Liveri, Fundo IV e JMV (Fam. Majela). Linhas descendentes conectam cada uma dessas entidades a um bloco centralizado rotulado 'San Felice'. Abaixo de 'San Felice', há um bloco rotulado 'Elfa Medicamentos'. Uma linha tracejada horizontal separa a estrutura 'antes' da estrutura 'depois'. Na parte inferior, os mesmos quatro entidades (Família Assis, Luis Liveri, Fundo IV e JMV (Fam. Majela)) estão conectados diretamente ao bloco 'Elfa Medicamentos', indicando a transferência direta das ações após a incorporação.</p>
a) evento	Incorporação da Ciência Medicamentos Especiais Ltda. (“<u>Ciência</u>”) pela Prescrita Medicamentos Ltda. (“<u>Prescrita</u>”)
b) principais condições do negócio	Em 30 de julho de 2018, a Companhia cedeu a totalidade das quotas detidas no capital social da Ciência para a Prescrita, com a posterior incorporação da Ciência pela Prescrita.
c) sociedades envolvidas	Prescrita e Ciência
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação, a Ciência deixou de existir.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em contrato social. Não houve impacto nas participações da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

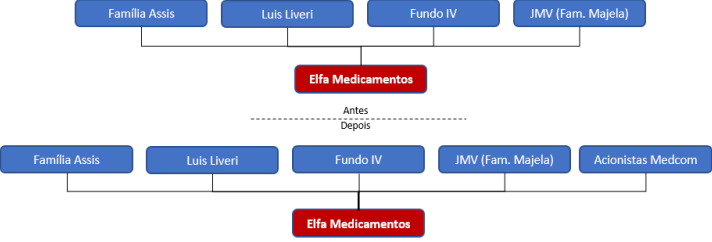
15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Central Distribuidora de Medicamentos Ltda. ("Grupo CDM") pela Companhia
b) principais condições do negócio	<p>Em 4 de junho de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do Grupo CDM</p> <p>O Grupo CDM é composto pelas operações de CDM e Prime e atua na distribuição de medicamentos e de produtos hospitalares primordialmente na região Nordeste.</p> <p>O valor total da transação foi de R\$122.900 mil, considerando as condições contratuais assinadas na data de fechamento do acordo.</p> <p>O valor da transação total da transação poderá ser aumentado por uma eventual contraprestação contingente ("Earn-out"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas no fechamento da transação.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Companhia e Grupo CDM
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Companhia passou a deter 100% do capital social do Grupo CDM.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Agilfarma Medicamentos Ltda. (“<u>Agilfarma</u>”) pela Prescrita
b) principais condições do negócio	<p>Em 02 de maio de 2019, a Prescrita (subsidiária da Companhia) adquiriu a totalidade das quotas da Agilfarma. A Agilfarma atua na distribuição de medicamentos primordialmente na região Sul através de farmácias especializadas e delivery.</p> <p>O valor total da transação foi de R\$ 10.469 mil, considerando as condições contratuais assinadas na data de fechamento do acordo. O valor da transação total da transação poderá ser aumentado por uma eventual contraprestação contingente(Earn-out), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas no fechamento da transação, este pagamento pode chegar em um valor total de até R\$ 2.000 mil e terá seu valor justo (considerando a probabilidade de ocorrer) incluído no valor a pagar no momento da aquisição.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Agilfarma e Prescrita
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Prescrita passou a deter a totalidade do capital social da Agilfarma.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição do Grupo Medcom, sendo compostos pelas empresas Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda. ("Medcom") e da G.B. Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. ("GB") pela Companhia
b) principais condições do negócio	<p>A Companhia adquiriu a totalidade de quotas da Medcom, em 09.04.2020, pelo preço de R\$ 364.380 mil. O Grupo Medcom atua na distribuição de medicamentos e de produtos hospitalares primordialmente na região Centro Oeste e possui drogarias-delivery nas cidades de Goiânia, Brasília e Cuiabá.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) troca de ações da Elfa, (ii) parcela à vista e (iii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p> <p>O valor da transação poderá ser aumentado por uma eventual contraprestação contingente, que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas no fechamento da transação.</p>
c) sociedades envolvidas	Companhia, Medcom e GB.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a aquisição, a totalidade das quotas da Medcom e da GB passaram a ser detidas pela Companhia. Os acionistas vendedores de Medcom e GB, por sua vez, passaram a deter uma participação total de 7,49% da Companhia, com diluição proporcional dos demais acionistas.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em assembleia geral de acionistas.
f) quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição. No topo, quatro entidades (Família Assis, Luis Liveri, Fundo IV e JMV (Fam. Majela)) controlam a Elfa Medicamentos. Uma linha tracejada separa o estado 'Antes' do estado 'Depois'. No estado 'Depois', a Elfa Medicamentos continua controlada pelas mesmas quatro entidades, mas com a adição de 'Acionistas Medcom' como uma nova entidade controladora.</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

<p>a) evento</p>	<p>Aquisição da Salus Latam Holding S.A., holding da Atrial Saúde (“Atrial”) pela Companhia</p>
<p>b) principais condições do negócio</p>	<p>A Companhia adquiriu a totalidade das ações da Salus, em 30 de junho de 2020, pelo preço de R\$ 239.220 mil. A Salus é a holding da Atrial Saúde que, por sua vez, é uma sociedade operacional atuando na distribuição de materiais hospitalares, com participação em outras sociedades que atuam no mesmo setor.</p>
<p>c) sociedades envolvidas</p>	<p>Companhia e Atrial</p>
<p>d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário</p>	<p>Com a aquisição, a totalidade das quotas da Atrial, anteriormente detidas pelo Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia., passaram a ser detidas pela Companhia. O Fundo V, por sua vez, passou a ser acionista da Companhia, detendo uma participação de aproximadamente 17% nesta, com diluição proporcional dos demais acionistas.</p>
<p>e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</p>	<p>Aprovação em assembleia geral de acionistas.</p>
<p>f) quadro societário antes e depois da operação</p>	<p>O diagrama ilustra a estrutura societária da Elfa Medicamentos antes e depois da aquisição da Salus Latam Holding S.A. Antes da operação, a Elfa Medicamentos é controlada por cinco grupos: Família Assis, Luis Liveri, Fundo IV, JMV (Fam. Majela) e Acionistas Medcom. Depois da operação, a estrutura permanece a mesma, mas com a adição do Fundo V como novo acionista, resultando em seis grupos controlando a Elfa Medicamentos.</p>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. ("Fenergy") pela Nacional
b) principais condições do negócio	<p>Em 29 de junho de 2020, a hoje controlada da Companhia, Nacional Comercial Hospitalar S.A. ("Nacional") assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. ("Fenergy"). Em 16 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Fenergy uma controlada indireta da Companhia.</p> <p>A Fenergy atua na distribuição de materiais médico hospitalares primordialmente na região Sul, concentrando seu portfólio em consumíveis para cirurgias de alta complexidade.</p> <p>O valor total da transação foi de R\$ 18.000 mil e poderá ser aumentado em até R\$ 6.000 mil por uma eventual contraprestação contingente ("<i>Earn-out</i>"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Nacional e Fenergy
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Nacional passou a deter a totalidade do capital social da Fenergy. Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Nacional.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos S.A. ("Surya Dental") pela Nacional
b) principais condições do negócio	<p>Em 29 de junho de 2020, a hoje controlada indireta da Companhia, Nacional Comercial Hospitalar S.A., assinou contrato de compra e venda para a aquisição do controle acionário da Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos S.A. ("Surya Dental"). Em 27 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Surya Dental uma controlada indireta da Companhia.</p> <p>A Surya Dental atua na distribuição de produtos voltados para clínicas odontológicas primordialmente na região Sul, embora tenha acesso e capilaridade em todas as regiões do Brasil.</p> <p>O valor total da transação foi de R\$ 37.000 mil e a participação indireta da Companhia na Surya Dental totalizou, no fechamento da operação, 71,8%.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista (<i>cash in e cash out</i>) e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Nacional e Surya Dental
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Nacional passou a deter a totalidade do capital social da Surya Dental. Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Nacional.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Comercial Mostaert Ltda. pela Companhia
b) principais condições do negócio	<p>Em 29 de junho de 2020, a Companhia assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Comercial Mostaert Ltda. Em 30 de outubro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Mostaert uma subsidiária da Companhia.</p> <p>O valor total da transação foi de R\$ 40.655, que poderá ser aumentado em até R\$ 14.500 por uma eventual contraprestação contingente ("<i>Earn-out</i>"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.</p> <p>A Mostaert é uma empresa sediada em Pernambuco, especializada na distribuição de medicamentos hospitalares, antibióticos, injetáveis e oncológicos.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Companhia e Comercial Mostaert Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Companhia passou a deter a totalidade do capital social da Comercial Mostaert Ltda. Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Aquisição da Oncorio Distribuidora de Medicamentos Ltda ("Oncorio ") pela Cirúrgica Jaw
b) principais condições do negócio	<p>Em 14 de setembro de 2020, a Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda., subsidiária da Companhia, assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Oncorio Distribuidora de Medicamentos Ltda. Em 13 de novembro de 2020, a aquisição foi consumada, tornando-se a Oncorio uma controlada indireta da Companhia.</p> <p>A Oncorio atua na distribuição de medicamentos oncológicos com foco nas regiões Sul e Sudeste, atendendo hospitais e clínicas oncológicas.</p> <p>O valor total da transação foi de R\$ 34.356 mil e poderá ser aumentado em até R\$ 6.120 mil por uma eventual contraprestação contingente ("Earn-out"), que tem seu pagamento condicionado ao atingimento de determinadas meta estabelecidas nos documentos da operação.</p> <p>A aquisição foi feita através de (i) parcela à vista e (ii) parcelas futuras que serão quitadas de acordo com cronograma estabelecido no contrato de compra e venda e que poderão ser ajustados ou descontados por alguns eventos e eventuais contingências anteriores à data da aquisição.</p>
c) sociedades envolvidas	Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. e Oncorio Distribuidora de Medicamentos Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Cirúrgica Jaw passou a deter a totalidade do capital social da Oncorio. Não houve alteração no quadro acionário da Companhia ou da Cirúrgica Jaw.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Fornecer outras informações relevantes

Aquisição Dupatri

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das quotas da Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda ("Dupatri"). A Dupatri atua na distribuição de medicamentos e de produtos hospitalares primordialmente na região Sudeste. A operação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), durante o exercício de 2018.

Em 17 de outubro de 2018 foi instaurado procedimento arbitral em que se discutia o cumprimento das condições precedentes e obrigação de fechamento (para maiores informações sobre a arbitragem, vide item 4.5 deste Formulário de Referência). Em 08 de setembro de 2020, foi proferida sentença parcial pelo Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem da Câmara de Comercio Brasil-Canadá reconhecendo (i) o cumprimento das condições precedentes pelas partes (ii) o direito ao fechamento da operação pela Companhia. O fechamento foi determinado pela referida decisão e está previsto para ocorrer ainda no presente exercício social.

Ainda conforme decisão arbitral, o preço a ser pago pela aquisição corresponde ao estabelecido no contrato de compra e venda de quotas, equivalente ao total de R\$145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais), a ser pago da seguinte forma: (i) 50% como parcela a vista, no fechamento/data de registro do ato societário de transferência das quotas, devendo de tal valor ser descontado o endividamento líquido da Dupatri na data de fechamento; (ii) 25% no dia útil subsequente ao primeiro aniversário da data de fechamento; (iii) 25% menos R\$10,0 milhões em no dia útil subsequente ao primeiro aniversário da data de fechamento; e (iv) o valor de R\$10, 0 milhões serão pagos no dia útil subsequente ao sexto aniversário do fechamento, salvo hipótese de retenção por contingências estabelecida no contrato.

O referido contrato prevê ainda um bônus por desempenho (*earn-out*).

Os eventuais pedidos de ajuste de preço (inclusive relacionados ao *earn-out*), de indenizações requeridas pelas partes e de honorários de sucumbência, requeridas pelas partes, serão analisados em um segundo momento da arbitragem que se iniciará após o Fechamento.

Os recursos para custear o pagamento do preço da aquisição da Dupatri já estão provisionados na Companhia, que detém caixa suficiente para honrar tal obrigação.

Aquisição "BioHosp"

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia, assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Biohosp Produtos Hospitalares S.A. ("BioHosp").

A BioHosp atua na distribuição de medicamentos especiais, materiais médico-hospitalares e produtos de nutrição com foco na região Sudeste, mais especificamente MG e RJ, atendendo hospitais e clínicas, entes públicos e privados.

Nos termos do contrato de compra e venda, a aquisição da BioHosp se dará mediante a aquisição de 93% do capital social da BioHosp com pagamento em dinheiro e a incorporação das ações remanescentes, correspondentes a 7% do capital social da BioHosp, pela Companhia. O contrato estabelece que o valor de 100% das ações da BioHosp não será superior a R\$276 milhões, considerando um endividamento líquido da BioHosp igual a zero no fechamento da operação. No entanto, o valor exato da BioHosp será conhecido apenas quando da conclusão do processo de verificação do EBITDA da BioHosp relativo ao período de 12 meses encerrado em 30 de junho de 2020.

Dessa forma, a parcela de preço objeto da incorporação de ações não será superior a R\$19,32 milhões. Para fins de definição da relação de troca, restou acordado que cada ação da Companhia será avaliada a 90% do preço por ação definido na oferta pública inicial de distribuição de ações a ser realizada pela Companhia ("Oferta"). Em decorrência da incorporação de ações, o capital social

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

da Companhia deverá ser aumentado mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, no montante total do valor patrimonial contábil das ações incorporadas.

A aquisição foi aprovada pelo CADE em 21 de outubro de 2020 e está sujeita a outras condições precedentes usuais de transações de fusões e aquisições (M&A).

Acordos de Não Concorrência

Por meio do Acordo de Acionistas e dos contratos de compra e venda celebrados pela Companhia com os Acionistas Fundadores, Acionistas Majoritários JMV e Acionistas Medcom, tais acionistas se obrigaram a não concorrer com a Companhia, abstendo-se de praticar atividades no mesmo ramo de atuação da Companhia. As obrigações de não concorrência foram celebradas por prazo determinado de 5 anos, seu descumprimento pode sujeitar tais acionistas a pagamento de multa e perdas e danos em favor da Companhia e a realização de oferta pública de ações e/ou a extinção do Acordo de Acionistas não afeta a validade das obrigações, que permanecem vigentes (conforme aplicáveis no limite de seus respectivos prazos) após tais eventos.

Posição Acionária

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o Pátria Investimentos Ltda. exerce a gestão do Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e do Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, uma vez que os fundos não possuem um cotista que os controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses (“Política de Partes Relacionadas”), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de agosto de 2020, estabelece as regras que devem ser observadas em as nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada, que não envolva valores relevantes, deverá ser analisada pela Área de Compliance para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. Na hipótese de a transação com Partes Relacionadas em potencial informada envolver valores relevantes, deverão ser formal e previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia com base em parecer prévio elaborado pelo Comitê de Auditoria Não-Estatutário. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Não-Estatutário deverão ter acesso a toda documentação relevantes e necessária relacionada às transações específicas ou à diretrizes para contratação de transações, bem como poderão solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas em questão. Não obstante, o Conselho de Administração ou a Área de Compliance, conforme o caso, poderão aprovar uma Transação com Partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em Condições de Mercado ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e de suas controladas. Caso a Transação com Partes Relacionadas tenha que ser aprovada pelos acionistas em assembleia geral de acordo com a lei aplicável, essa transação deverá ser submetida aos acionistas acompanhada de um proposta submetida pelo Conselho de Administração da Companhia, embasada por laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na operação em questão.

O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com esta Política. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria Não-Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos desta Política.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Sem prejuízo do acima disposto, na análise das Transações com Partes relacionadas e no fornecimento de sua decisão ou seu parecer sobre os méritos da Transação com Partes Relacionadas, conforme aplicável, a Área de Compliance, o Comitê de Auditoria Não-Estatutário e o Conselho de Administração, se pertinente, deverão considerar dentre outros critérios: (a) se há motivos comerciais justificáveis para a conclusão da Transação com Partes Relacionadas; (b) se a transação está sendo negociada em condições de Mercado; (c) se existem alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas em questão; (d) se ocorreu um procedimento de tomada de preços, processo competitivo ou tentativa de qualquer outra forma de realizar essa transação com terceiros e para o seu resultado; (e) a metodologia usada e outras abordagens possíveis para avaliação da transação; (f) possíveis disposições ou limitações impostas à Companhia e/ou suas controladas resultantes de celebração da transação ou qualquer risco em potencial decorrente da transação; e (g) a extensão da participação da Parte Relacionada na transação, a situação financeira geral da parte Relacionada, a natureza direta ou indireta da participação da Parte Relacionada e a natureza contínua ou não da transação, dentre outros aspectos que considerar relevantes.

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma “transação com partes relacionadas”; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso *website* (www.grupoelfa.com.br/ri), bem como fisicamente em nossa sede social.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Med Imagem S/C		492.000,00	R\$492.000,00	R\$492.000,00	indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa é controlada pelo Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sócio da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda ordinária de medicamentos e/ou correlatos (via pedidos e ordens de compra)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Vendas ocorrem no curso normal dos negócios da Companhia. Parte relacionada é um cliente como outros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
VJ Farma Ltda.		2.000,00	R\$2.000,00	R\$2.000,00	indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa é controlada pelo Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sócio da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda ordinária de medicamentos e/ou correlatos (via pedidos e ordens de compra)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Vendas ocorrem no curso normal dos negócios da Companhia. Parte relacionada é um cliente como outros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Hospital Oftalmológico de Brasília Ltda.		10.000,00	R\$0,00	R\$10.000,00	indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa é controlada pela Athena Saúde Holding S.A. que por sua vez é controlada pelo Brazilian Private Equity V – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sócio da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda ordinária de medicamentos e/ou correlatos (via pedidos e ordens de compra)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação Vendas ocorrem no curso normal dos negócios da Companhia. Parte relacionada é um cliente como outros.							
Posição contratual do emissor Credor							
Especificar							
Brazil Senior Living S.A.		4.000,00	R\$4.000,00	R\$4.000,00		NÃO	0,000000
Relação com o emissor A empresa é controlada pelo Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia, sócio da Companhia.							
Objeto contrato Compra e venda ordinária de medicamentos e/ou correlatos (via pedidos e ordens de compra)							
Garantia e seguros N/A							
Rescisão ou extinção N/A							
Natureza e razão para a operação Vendas ocorrem no curso normal dos negócios da Companhia. Parte relacionada é um cliente como outros.							
Posição contratual do emissor Credor							
Especificar							
Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S/A	08/04/2019	1.020,00	R\$1.020,00	R\$1.020,00	indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor A empresa é controlada pelo Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia, sócio da Companhia.							
Objeto contrato Locação e manutenção de máquina de café expresso.							
Garantia e seguros N/A							
Rescisão ou extinção N/A							
Natureza e razão para a operação Aluguel de máquina de café expresso para escritório.							
Posição contratual do emissor Devedor							
Especificar							
Hospital Memorial Nossa Senhora das Neves		4.005.000,00	R\$4.005.000,00	R\$4.005.000,00	indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor O Hospital Memorial Nossa Senhora das Neves é controlado por holding de titularidade dos seguintes acionistas minoritários da Companhia: Elmo Assis, Edalmo Assis, Evelyn Assis e Luis Liveri.							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra e venda ordinária de medicamentos e/ou correlatos (via pedidos e ordens de compra)						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Vendas ocorrem no curso normal dos negócios da Companhia. Parte relacionada é um cliente como outros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
LLE Holding e EGALLO Participações	01/10/2014	67.885,23	R\$3.326.376,27	R\$67.885,23	Até 30.09.2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A LLE Holding e a EGallo participações são holdings controladas pelos seguintes acionistas minoritários da Companhia: Elmo Assis, Edalmo Assis e Evelyn Assis.						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado em Rua Projetada, 1106, Sala 3, Lote D, Sitio Athayde, Praia do Jacaré, Cabedelo, PB. Neste imóvel está localizado um dos centros de distribuições da Companhia.						
Garantia e seguros	Prescrita Medicamentos, subsidiária da Companhia, é fiadora. Companhia mantém seguro do imóvel.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel onde está localizado um dos centros de distribuição da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
LLE Holding e EGALLO Participações	01/11/2019	45.000,00	R\$2.295.000,00	R\$45.000,00	Até 01.11.2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A LLE Holding e a EGallo participações são holdings controladas pelos seguintes acionistas minoritários da Companhia: Elmo Assis, Edalmo Assis e Evelyn Assis.						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado em Rod. Gov. Antonio Mariz – Lot Oceania III, João Pessoa, PB. Neste imóvel está localizado um dos escritórios administrativos da Companhia.						
Garantia e seguros	Cirúrgica Jaw, subsidiária da Companhia, é fiadora. Companhia mantém seguro do imóvel.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel onde está localizado o escritório de João Pessoa Companhia (DCT). Além das Partes Relacionadas a empresa Control Construções Ltda. (que não é parte relacionada) também figura como locadora.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alessandra Moreno de Aguiar	29/12/2017	3.195,31	R\$89.468,68	R\$3.195,31	Até 29.12.2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Alessandra é diretora estatutária da Agilfarma, subsidiária da Companhia.						
Objeto contrato	Locação de imóvel situado na Rua Tobias da Silva, nº 267, Cj 402, Porto Alegre, RS. Neste imóvel está localizado uma das farmácias da Agilfarma.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel onde está localizado unidade da Agilfarma em Porto Alegre.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Thulio Coelho Moraes Guerra	30/04/2019	19.000,00	R\$855.000,00	R\$19.000,00	Até 30.04.2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Thulio Guerra é diretor estatutário da CDM, subsidiária da Companhia.						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado em Rua Leopoldo Neves, 67, Recife, PE.. Neste imóvel está localizado um dos centros de distribuições da CDM.						
Garantia e seguros	Caução.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel onde está o centro de distribuição de Recife da CDM, subsidiária da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alphaville Urbanismo S.A.	02/09/2019	66.644,00	R\$3.998.640,00	R\$66.644,00	Até 14 de agosto de 2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A empresa é controlada pelo Pátria Brazilian Private Equity IV – Fundo De Investimento Em Participações Multiestratégia, sócio da Companhia.						
Objeto contrato	Locação de imóvel situado no 4º andar do Edifício Eldorado Business Tower, localizado na Capital do Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 8501. Neste imóvel está localizado um escritório administrativo da Atrial.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel onde está localizado escritório da Atrial em São Paulo/SP.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia instituiu a Política de Conflito de Interesses, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes e orientar o time Elfa – seus colaboradores, diretores, conselheiros e sócios (“Equipe Elfa”) – na identificação e declaração de situações que possam apresentar conflitos de interesse reais, potenciais ou aparentes. As disposições desta Política devem ser interpretadas em conjunto e complementam as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Conduta e Ética da Elfa e pela nossa Política Anticorrupção.

O referido documento indica que é de responsabilidade de cada pessoa do Time Elfa comunicar à Área de Compliance acerca dos potenciais ou confirmados conflitos de interesses: (i) no ato de sua admissão, eleição ou ingresso na sociedade; (ii) a cada 12 meses, nas solicitações da área de Compliance e; (iii) assim que identificar potencial situação de conflito de interesses, sob pena de se aplicarem as consequências cabíveis aos casos deliberadamente não informados.

À área de Compliance caberá a verificação dos relatos informados e encaminhamento dos casos para decisão do Comitê de Ética. Os gestores dos colaboradores e contratos que possuem conflitos de interesses devem ser comunicados das decisões por escrito.

Caso seja identificada uma matéria que envolva conflito de interesses, os colaboradores, diretores, conselheiros e sócios que estejam envolvidos devem ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito da respectiva matéria. Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da respectiva ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Por fim, ressaltamos que, caso o membro da Equipe Elfa que tenha um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Ainda, nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os nossos administradores, que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A pessoa da equipe Elfa que descumprir qualquer preceito desta Política e/ou não reportar uma situação de potencial ou confirmado conflito de interesses estará sujeito às sanções previstas no Código de Conduta do Grupo Elfa, nos termos do que decidir o Comitê de Ética.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nosso Conselho de Administração ou Departamento Jurídico, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no nosso interesse e/ou de nossas controladas.

Para os casos de locação de imóveis pactuadas entre Partes Relacionadas, com exceção (i) do contrato de sublocação celebrado com Alphaville Urbanismo S.A. – que foi originalmente celebrado com parte não relacionada e apenas parcialmente sublocado à Nacional Hospitalar, subsidiária da Companhia, sem alterações às demais condições originalmente negociadas– e (ii) do contrato de locação com celebrado com a LLE Holding e EGALLO Participações (imóvel localizado em João Pessoa, Paraíba – DCT) – para o qual foi realizado laudo de avaliação imobiliária por terceiros independentes, todos os demais contratos de locação foram negociados no âmbito da aquisição das empresas locatárias e, portanto, à época da negociação, não tratavam-se de operações com Partes Relacionadas, inexistindo potencial conflito de interesses. Ademais, as condições de prazo, vigência, preferência e garantias dos contratos são aplicadas considerando as mesmas diretrizes utilizadas para celebração e manutenção de todos os demais contratos de locação com partes não relacionadas.

Já para os casos onde há compra e venda de medicamentos ou correlatos entre Partes Relacionadas, todas ocorrem no curso normal dos negócios e o Conselho de Administração avalia e aprova periodicamente se as condições de preço refletem a média dos preços praticados com os demais clientes não relacionados, que é condição necessária para aprovação e manutenção de tais operações.

Para o caso da locação da máquina de café e compra e venda de insumos para sua utilização, são consideradas as condições de mercado e tanto os serviços quanto os valores atrelados ao contrato são imateriais.

Para todos os casos, nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no nosso interesse e/ou de nossas controladas.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes – Transações com partes relacionadas

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Emitido				
07/08/2020	834.510.266,21	Totalmente integralizado.	465.694.714	0	465.694.714
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/08/2020	834.510.266,21		465.694.714	0	465.694.714
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/08/2020	834.510.266,21		465.694.714	0	465.694.714
Tipo de capital	Capital Autorizado				
07/08/2020	0,00		200.000.000	0	200.000.000

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/12/2017	Assembleia Geral Extraordinária	29/12/2017	194,619,055.66	Subscrição particular	127,478,142	0	127,478,142	112,001,000.00000000	1.53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Calculado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		Parte por meio da versão do patrimônio líquido decorrente da incorporação da San Felice pela Companhia, nos termos do artigo 227 da Lei n.º 6.404/76, e parte em moeda corrente nacional.								
29/12/2017	Assembleia Geral Extraordinária	29/12/2017	5,396,595.00	Subscrição particular	3,396,058	0	3,396,058	306,620,055.66000000	1.53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Calculado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		As integralizações foram realizadas em moeda corrente nacional.								
13/03/2020	Reunião do Conselho de Administração	13/03/2020	250,000,000.00	Subscrição particular	106,382,979	0	106,382,979	312,016,650.66000000	2.35	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Calculado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		As integralizações foram realizadas em moeda corrente nacional.								
09/04/2020	Assembleia Geral Extraordinária	09/04/2020	2,672,920.58	Subscrição particular	28,270,157	0	28,270,157	562,016,650.66000000	0.09	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Calculado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		Por meio da conferência de quotas da Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda.								
30/06/2020	Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2020	239,220,694.97	Subscrição particular	78,166,378	0	78,166,378	564,689,571.24000000	3.06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Calculado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		Por meio da conferência de quotas da Salus Latam Holding S.A.								
07/08/2020	Assembleia Geral Extraordinária	07/08/2020	30,600,000.00	Subscrição particular	10,000,000	0	10,000,000	803,910,266.21000000	3.06	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Calculado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações								
Forma de integralização		As integralizações foram realizadas em moeda corrente nacional.								

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, aos nossos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reservas, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. Nos termos do nosso Estatuto Social, o saldo do lucro líquido apurado no exercício, obtido após as deduções e/ou destinações previstas no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, montante equivalente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado para pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	(i) Liquidação: De acordo com as regras da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas receberão os pagamentos na proporção de suas participações no capital social; (ii) Reembolso: De acordo com o Novo Estatuto Social, o valor de reembolso das ações, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral; e (iii) Resgate: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações de emissão da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação dos acionistas em assembleia geral extraordinária que representem, no mínimo, 50% do capital social da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das Sociedades por Ações
Outras características relevantes	Solicitamos a admissão de nossas ações para negociação no segmento Novo Mercado da B3. A partir da data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de nossa emissão, nossos acionistas terão todos os direitos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Limitação ao Direito de Voto

Não possuímos regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Obrigações de Realização de Oferta Pública

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o nosso Estatuto Social, determina que a alienação direta ou indireta de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de nossa emissão que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários que não sejam suas ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários que não sejam suas ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados brasileiros.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

1ª emissão de debêntures

Em 1 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Estas debêntures foram integralmente resgatadas em 30 de julho de 2019.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

1ª emissão de debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos por nós em decorrência da emissão das debêntures foram utilizados para (i) o reperfilamento de dívida da Emissora, de forma a otimizar prazos e custos; e (ii) investimentos em operações que constituem o curso normal dos negócios da Companhia (*capex*, capital de giro para suportar o crescimento).

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, considerando que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, considerando que não houve desvios.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 - Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Fornecer outras informações que julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Exercício social 31/12/2019**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação R\$ por Unidade
Movimentação		Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial		0	
Quantidade adquirida		0	0,00
Quantidade alienada		0	0,00
Quantidade cancelada		0	
Quantidade final		0	
Relação valores mobiliários em circulação		0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há nenhuma outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 19, que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	07/08/2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Pessoas vinculadas, que são as pessoas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, incluindo a Companhia, os Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração, Membros do Conselho Fiscal, Empregados com acesso a Informações Privilegiadas e, também, membros de quaisquer Comitês, incluindo quaisquer observadores nomeados, ou outros órgãos estatutários da Companhia que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas e, também, qualquer pessoa que, devido ao seu cargo ou posição na Companhia ou em suas Subsidiárias, tiver aderido expressamente ao Termo de Adesão e possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia

Principais características

A Política de Divulgação e Negociação tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas pessoas vinculadas; e (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do insider trading; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos valores mobiliários emitidos por nós.

As proibições também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas ou seus parentes próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de:

- (a) sociedade controlada pelas pessoas mencionadas acima, direta ou indiretamente; (b) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros;
- (c) procuradores ou agentes;
- (d) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na sua declaração de imposto de renda anual de pessoa física; e
- (e) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.

A negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por sus cotistas. A Companhia esclarece que optou por não prever o uso de Planos de Investimento por executivos, uma vez que entende que as regras aplicáveis desestimularam a consolidação dessa prática no mercado de capitais nacional. Não obstante, essa política poderá ser revista no futuro, à medida em que a regulamentação evolua e esse tipo de plano passe a ser adotado pelo mercado. A Política de Divulgação e Negociação pode ser consultada em nosso website (www.grupoelfa.com.br/ri), bem como fisicamente em nossa sede social.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Período de Restrição à Negociação é qualquer período em que a negociação de Valores Mobiliários é proibida por determinação regulamentar ou por deliberação do Diretor de Relações com Investidores. Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de períodos de restrição à negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às pessoas vinculadas o início e o final da vigência desses períodos de restrição à negociação adicionais.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2- Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Elfa Medicamentos S.A., formulada de acordo com as normas da CVM, tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas; (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do Insider Trading; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia. A divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos estabelecidos nesta Política, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com os termos abaixo:

(a) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início ou após o encerramento da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (b) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro;

(b) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(c) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço <http://www.grupoelfa.com.br/ri>.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas nesta Política e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações.

Caso as Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento pessoal de um Fato Relevante, verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação no prazo de 2 (dois) dias úteis contado a partir da comunicação referida na Cláusula 7.1.2 da Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, e, contanto que a questão de manter o sigilo sobre o Fato Relevante não tenha decorrido de uma exceção de divulgação, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o Fato Relevante imediatamente à CVM, a fim de se eximirem da responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável a tais hipóteses.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Os Administradores da Companhia e outros empregados que poderão ser inquiridos, conforme previsto no presente item, deverão responder prontamente à solicitação do Diretor de Relações com Investidores. Se não for possível entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores no mesmo dia em que os Administradores ou empregados tiverem tido conhecimento da exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os Administradores ou empregados em questão deverão enviar um e-mail com as informações e esclarecimentos para dri@grupoelfa.com.br.

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação dos Fatos Relevantes ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiro e estrangeiro, a suspensão da negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada de tais informações, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Entidades do Mercado correspondentes sobre o assunto.

O Acionista Controlador ou Administradores da Companhia são obrigados, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, a divulgar o Fato Relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) as informações tenham se tornado de conhecimento de terceiros não relacionados à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Fato Relevante, sem estar vinculado a uma obrigação de confidencialidade com a Companhia;
- (b) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do Fato Relevante; ou
- (c) haja uma oscilação atípica na cotação ou volume de negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, devido a fato relacionado a um Fato Relevante

As Pessoas Vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

- (a) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;
- (b) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;
- (c) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

(d) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

(e) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus Acionistas Controladores, Subsidiárias ou coligadas, exceto um Administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários da Companhia que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação de Informações e Negociações de valores mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Negociação da Companhia baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

- fornecer informações adequadas aos acionistas e à B3;
- garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;
- consolidar as boas práticas de governança corporativa; e
- cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Para alcançar tais objetivos, a sua Política de Divulgação e Negociação estabelece como responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores a divulgação e comunicação tempestiva de Fatos Relevantes à CVM e à B3, observado que:

- a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e à B3, antes ou depois do encerramento da negociação na B3; e
- a divulgação deverá ser feita na íntegra no website de relações com investidores da Companhia, no endereço <http://www.grupoelfa.com.br/ri>.

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação dos Fatos Relevantes ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, simultaneamente às entidades do mercado brasileiro e estrangeiro, a suspensão da negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada de tais informações, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas entidades do mercado correspondentes sobre o assunto.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e Negociação e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações. Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação, caberá, conforme o caso, ao acionista controlador ou ao Conselho de Administração, por meio do seu presidente, a adoção de tais medidas devidas.

Sempre que a CVM ou a B3 exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos acionistas controladores da Companhia ou administradores entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes, deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para garantir a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações, por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As pessoas vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes, às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

- envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;
- não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;
- não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;
- tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

- sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus acionistas controladores, subsidiárias ou coligadas, exceto um administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação e Negociação.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores deverá cumprir e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Divulgação e Negociação, bem como ser responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes a este tema foram divulgadas nos itens anteriores.